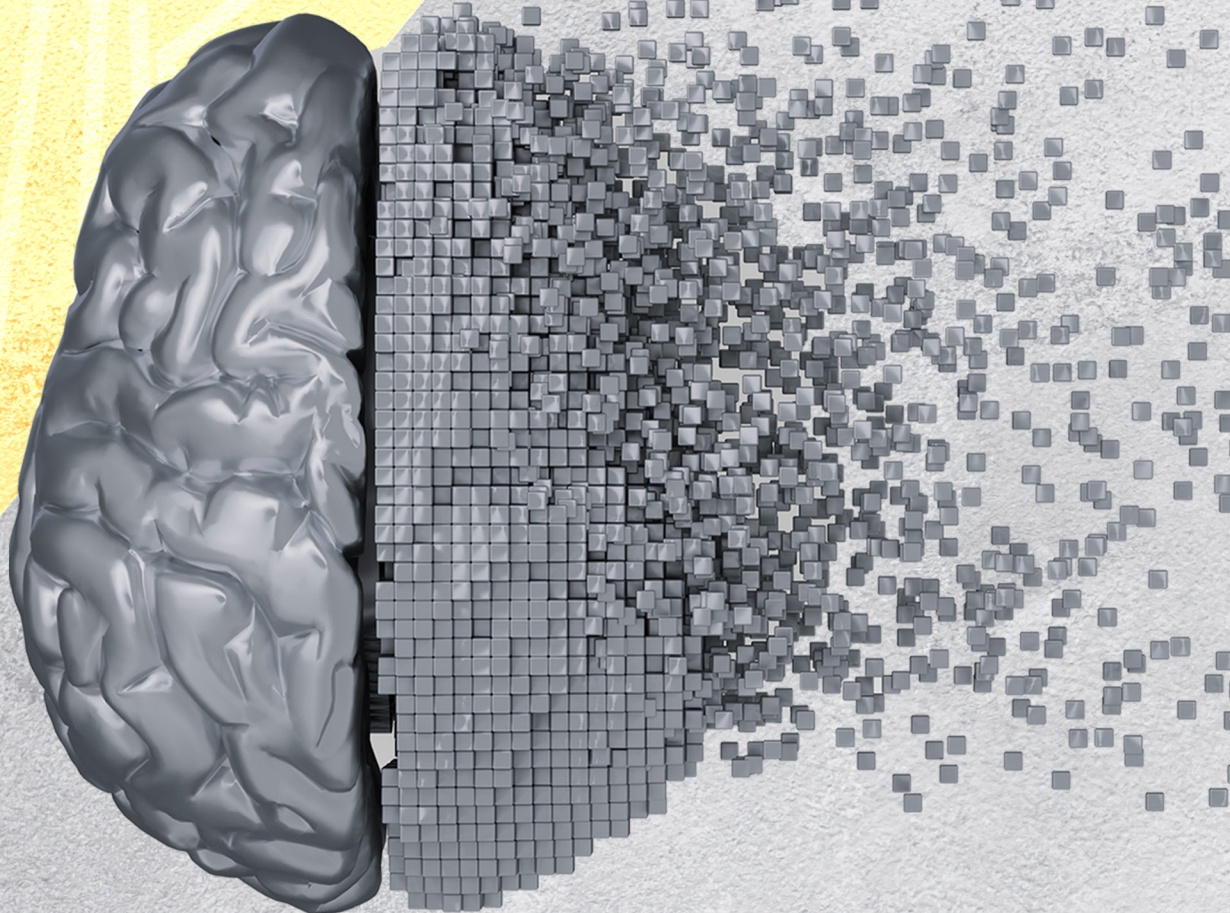


A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS HUMANAS 2

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências humanas 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-278-4

DOI 10.22533/at.ed.784192404

1. Antropologia. 2. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil.
3. Pesquisa social. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Chega mais perto e contempla as palavras.

Cada uma

Tem mil faces secretas sobre a face neutra

E te pergunta, sem interesse pela resposta,

Pobre ou terrível, que lhe deres:

Trouxeste a chave?

Drummond

O livro faz parte da publicação de três volumes reuni trabalhos e pesquisas realizadas por acadêmicos de universidades realizadas na diversas Regiões do Brasil. O rigor metodológico e científico presentes na elaboração do livro revela a seriedade e a profundidade com que os temas foram tratados, por isso, trata-se de uma leitura necessária e obrigatória para quem pretende fazer ciência no Brasil. Faço deslizar lentamente os meus olhos pela linha de palavras que compõem o tema deste livro, sendo o meu primeiro desafio: qual face dessas palavras, entre as mil que possam ter, escolherei para tecer o fio que me permitirá entrar e sair do labirinto deste texto, de saída, que o discurso daquele que analisa não pode ter a aspiração de ser o avesso de discursos outros (do filósofo, do educador, da histeria, do mestre na intenção de passar-lhes a purificado).

Gostaria de me deixar levar pelos pensamentos que me arrebatam no processo que ora início de me haver com a provocativa questão: afinal, qual a importância dos conhecimentos produzidos por nós mesmos na área das chamadas Ciências Humanas?

Contudo, sinto-o agora, o começo de qualquer discurso, como reconheceu Foucault, é angustiante. Ele, que tratou com seriedade e rigor o tema, sentiu o forte o peso que lhe conferia a linguagem em sua aula inaugural no Collège de France. Em sua fragilidade humana confessou:

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo o começo possível.(...) (p.5)

Escrever é como falar, uma captação de palavras; encontrar aquelas apropriadas para dar forma ao pensamento promove a obstinação de um arqueólogo. Percebo que a língua é uma matéria prima indócil. Em primeiro lugar, porque quem escreve luta com palavras, como escreveu Drummond (*O lutador*). Em segundo, porque força o autor no confronto com a própria solidão, com a lacuna de “algo que pudesse ter estado sempre aí” e pudesse, simplesmente, deixar-se (con) fundir.

Isso me faz refletir sobre a produção de conhecimento, quase sempre nos referimos à construção de saberes apontados sob a forma escrita. Nos meios acadêmicos essa é, ao mesmo tempo, uma exigência das agências de fomento e uma forma de controle institucional de produção. Somos impelidos a escrever e a estar cada vez mais em solidão. O risco que corremos: terminarmos por nos afastar do mundo e dos papéis

que, nas ruas, nas esquinas, em nossas casas e classes tornam a vida um movimento coletivo de fazer, desfazer e compreender o cotidiano. Meio da cultura viva, que pulsa, lateja, vibra e produz conhecimentos.

Alguns poderiam ajustar que quem fala não escolarizado compartilha e participa da produção do que se indica, carente, despectivo, desdenhativo de “senso comum”. Outros rebateriam, considerando que todo saber produzido coletivamente, nos esforços diários que fazem as pessoas para entenderem a vida, é uma configuração legítima e considerada e qualificada de conhecimento. Alguém, por seu turno, poderia se acelerar em responder: “Mas o que o povo produz são compreensões leigas e estamos, aqui, falando de sistemas de verdades produzidas pelas ciências humanas, produzidos não nas ruas, mas em centros de pesquisas e universidades. ” Temos, nesse “esclarecimento”, o desvelamento da divisão bem conhecida entre saber acadêmico e saber popular.

O risco do banimento da vida vivida pelos personagens que, incongruente, pretendemos pesquisar, se torna fato abalizado pelas fronteiras geográficas e fixas que criamos para constituir aqueles mesmos centros e universidades. O medo, prenuncio e ameaça, de sofrermos agressões por esse mundo que nos parece exterior, nos fazem idealizar, planejar e criar novas estratégias de confinamento espacial e sendo assim colocamos cercas em todo o espaço que acolhe as construções em que trabalhamos.

“Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois.”

Walter Benjamin

Ficamos nós como salvos para estarmos sempre às bordas com nossa produção escrita e com a tarefa de calcular cada novo texto, assim que concluído, nas diversas formas de registro, para, logo em seguida, recomeçarmos o mesmo ciclo. Vemo-nos absorvidos por uma rede de protocolos que consome tempo e nos rouba a vida partilhada com nossos próprios. Se isto só não fosse suficiente, por sermos avaliados pelo que produzimos, nos tornamos “pessoas-produtos”. O próprio jogo institucional nos classifica em pesquisadores melhores e piores, medianos e brilhantes, nos distribui em níveis hierárquicos sob siglas bem definidas pelas agências de fomento. Passamos a no olhar com a discriminação que tais classificações acabam por nos conceber. Separamo-nos assim, vaidosamente, uns dos outros, como se estivéssemos submergidos num encastelamento.

Ainda que o racismo seja uma planta daninha, nociva e abjeta, cuja existência incriminamos, repudiamos e cuja natureza analisamos em nossos textos bem-comportados e politicamente corretos, acabamos por reproduzi-lo em nossas vidas vividas. Emancipamos dele em nossas vidas escritas; estas, codificadas em livros e artigos, que ficam disponibilizados nas universidades e nos meios digitais. Tentamos sair intatos em nossa consciência, justificando que, afinal, critérios objetivos nos

dividem, mas esquecemos que eles, os critérios, atendem a interesses políticos e ideológicos que amparam, nesse período histórico, “isso” que chamamos *de estado democrático de direito*.

Difícil pensar em uma escola *para os outros e para todos*, ou seja, em uma escola inclusiva, quando nós mesmos nos isolamos em circunscritos grupos de relações, tornando-os abalizados, e muitas vezes, intransmissível entre si.

Eis uma questão me assenta em desalento. Vou expô-la aqui: o que, afinal, estamos fazendo com o cuidado de si, a partir do conhecimento que produzimos para outras pessoas? Ou, como nos provoca Foucault (1998)

de que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? (p.13)

O retorno transformador do conhecimento para aquele que conhece deve ser uma prática de bastidores e individual, ou seja, deve estar apartado do processo de produção do conhecimento enquanto tal. Esse pensamento, Foucaultiano (1998) responde:

Mas o que é filosofar hoje em dia – quero dizer, a atividade filosófica – senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? (...) O “ensaio” (...) é o corpo vivo da filosofia, se, pelo menos, ela for ainda hoje o que era outrora, ou seja, uma “ascese”, um exercício de si, no pensamento. (idem, p. 13).

Foucault nos acena a filosofar como um exercício de (re) escrita de si, por meio *de práticas reflexivas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam formas de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo*.

A importância das Ciências Humanas na produção de conhecimento, no entanto, não para a Educação, mas para nós mesmos, que habitamos os espaços onde, institucionalmente, conferimos materialidade às Faculdades de Educação. Todavia, já avanço: coloquei-me como membro, escrevo como parte dela. Faço parte do jogo que pretendi desnudar.

Perseguindo ainda a ideia de que nossa produção, às vezes, se torna uma compulsão que não nos permite ter tempo de deleitar-se o que produzimos, tento pensar como, usualmente, saímos desse impasse.

Creio que, às vezes, nos iludimos pensando que, quanto mais aprendemos, mais afinados teoricamente ficamos, mais temos o que ensinar às novas gerações. Segunda armadilha: se já sabemos o que ensinar, qual o espaço de criatividade que damos ao aluno? Temos alguma garantia sobre o que, de fato, ensinamos?

A ideia não é nova, basta lembrar Paulo Freire. Todavia, o desejo como o movimento do amante em direção ao preenchimento de uma falta não passível de objetivação pelo amado.

Portanto, a aprendizagem é algo que escapa, que não se pode controlar de fora

mas que se pode propiciar no jogo amoroso de buscas recíprocas de atendimento de desejos, também recíprocos, do professor e do aluno em necessária parceria afetiva.

Arrisco concluir que aquilo que produzimos pode, apenas em parte, atender ao aluno. E, naquilo que atende, talvez não possamos nunca precisar em quê. O que sabemos é ponto de partida de nossa oferta, não é a satisfação da demanda daquele que busca conhecer.

Com isso, o saber e a ciência adquirem um papel ainda mais relevante do que tinham em tempos atrás. As concepções de produção do conhecimento sofrem alterações a cada época, pois cada momento histórico tem seus próprios modelos e suas próprias maneiras de ver, agir e sentir, acompanhados de um novo conceito de produção do conhecimento e, conseqüentemente, do que venha a ser válido e reconhecido. O conhecimento está sempre associado à situação transitória de evolução em que se encontram as sociedades em variadas épocas, determinando e sendo pela situação determinado. Para esse trabalho de reflexão sobre a produção de conhecimento na sociedade da informação abordaremos, inicialmente, o processo de construção de conhecimento, o conhecimento científico e a pesquisa em ciências humanas, mais especificamente em educação, contextualizando, em seguida, com a sociedade da informação e as novas discussões emergentes sobre o conhecimento científico.

Com a perspectiva de Walter Benjamin de que “o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois”, fizemos essa pequena inserção empírica no sentido de acrescentar outras vozes na interlocução que viemos fazendo. Conscientes dos limites e desafios que precisamos assumir para aprofundamento deste tema, ficou para nós que: “escrever é isso aí: interlocução”.

No artigo **ESPAÇOS DE VIDA RECONSTRUÍDOS PELA MIGRAÇÃO: NOVAS PRÁTICAS SOCIAIS EM COMUNIDADES RURAIS PIAUIENSES**, a autora LIDIANE MARIA MACIEL buscaram analisar o processo social de mudança desencadeada pelas migrações “permanentemente temporárias” laborais, ocorridas entre o interior estado de São Paulo e interior do estado do Piauí. No artigo **FAXINAIS E RESISTÊNCIA: A ATUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO FAXINAL DO SALTO. REBOUÇAS/PR, 2000-2015**, os autores Sonia Vanessa Langaro e Valter Martins buscam analisar as características e relações constituintes do Faxinal do Salto, localizado no município de Rebouças/PR. No artigo **FILOSOFIA AFRICANA E A LEI 10.639/2003**, os autores Danilo Rodrigues do Nascimento e Flávia Rodrigues Lima da Rocha buscaram propor uma nova maneira de pensar a origem e as articulações da filosofia, a fim de ampliar a discussão sobre sua procedência para além da Grécia, bem como discutir a aplicabilidade da Lei 10.639/2003. No artigo **GESTÃO ESCOLAR: PLANOS DE METAS OU PLANO ESCOLAR** os autores Andréia Oliveira Ferreira dos Santos e Rosiley Aparecida Teixeira buscam apresentar os resultados parciais de um estudo que surge mediante inquietações sobre uma gestão escolar burocrática e gerencial. No artigo **GRUPO SEGURA FIRME: UMA EXPERIÊNCIA DE PREVENÇÃO E**

TRATAMENTO DA INCONTINÊNCIA URINÁRIA NO CENTRO DE SAÚDE DO IDOSO DE BLUMENAU, as autoras Gisele Cristine Zimmer Samagaia Sabrina Speckart Ribeiro, Camila Amanda Schmoegel Elias trata de um relato de experiência da atividade em grupo realizada no CSI. Neste âmbito foi idealizado por uma estagiária o grupo para orientação e tratamento da incontinência urinária que foi nomeado como Grupo Segura Firme. No artigo **IMAGENS DOS DESTERRADOS E DO ACRE EM CHARGES: REPRESENTAÇÕES, NARRATIVAS E IMAGINÁRIOS**, os autores Higor Vieira de Araújo e Higor Vieira de Araújo e Francisco Bento da Silva, buscam para dialogar com narrativas visuais (charges e fotos) que trazem como temática a expulsão (desterro) de homens e mulheres no princípio do século XX para o Acre.

INDISCIPLINA NA ESCOLA: INVESTIGANDO AS AULAS DE MATEMÁTICA os autores Jonny Lucas de Oliveira e Joyce Jaqueline Caetanolzabel Passos Bonete buscou promover uma discussão sobre o tema, por meio da análise de depoimentos de professores de Matemática, coordenadores pedagógicos e alunos do ensino fundamental de duas turmas, consideradas as mais indisciplinadas, de duas escolas públicas estaduais do município de Irati-PR. A escolha das turmas foi por indicação da direção das escolas. No artigo **LIGA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA (LIGGe) DA UFCSPA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA PROPOSTA MULTIPROFISSIONAL PARA SUPLEMENTO CURRICULAR E PROMOÇÃO DE AÇÕES E EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM ENVELHECIMENTO HUMANO**, os autores Jeovana Ceresa, Nathália Fritsch Camargo, Guilherme Costa da Silva, Tamara Lansini Tolotti, Thayze Maria Marques Torbes, Guilherme Briczinski de Souza, Christofer da Silva Christofoli, Juliane Pinto Lucero, David de Souza Mendes, Mariana Edinger Wieczorek, Eduardo Garcia buscaram estudar sobre o envelhecimento humano no cuidado multiprofissional. No artigo **MEMÓRIAS: REFLEXÕES EM TORNO DA MILITÂNCIA FEMINISTA** as autoras Adriana Lessa Cardoso e Márcia Alves da Silva buscam analisar a inserção no movimento feminista, para tanto analisamos uma narrativa de uma militante, dando visibilidade a sua trajetória de vida e militância, que se iniciou por volta dos anos de 1970, e que de alguma forma abriu espaço para tantas outras feministas. No artigo **Normalidade e diferença: vivências de estudantes de uma escola pública**, as autoras Akeslayne Maria de Camargo, Iris Clemente de Oliveira Bellato, Louise Gomes de Pinho, Emília Carvalho Leitão Biato, Barbara E. B. Cabral buscam discutir sobre a loucura como emblemática do que se considera desviante e inadequado, e busca articular essas concepções às vivências de estudantes em relação ao que tem sido avaliado como desviante e inadequado, atrapalhando o andamento da rotina escolar. No artigo **O ASILO, A ESCOLA E A UNIVERSIDADE: A COEDUCAÇÃO E O PROCESSO DE INTERGERACIONALIDADE**, os autores FLAVIO RIBEIRO DE OLIVEIRA, MARIELE RODRIGUES CORREA buscam analisar os discursos dos relatos produzidos pelas crianças em relação aos encontros com os idosos e os estudantes universitários a fim de compreender aspectos intergeracionais e o papel da coeducação. No artigo **O ENSINO DA DISCIPLINA ESTUDOS AMAZÔNICOS NAS**

ESCOLAS DE SANTARÉM-PARÁ: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A TEMÁTICA DA GUERRA DA CABANAGEM, o autor Wilverson Rodrigo Silva de Melo busca analisar como ocorre o ensino de Estudos Amazônicos e, como é abordado o tema da Revolta-Revolução da Cabanagem nas salas de aula das Escolas Básicas de Santarém. No artigo **O ENVELHECER NAS RUAS: AGRAVOS NA SAÚDE FÍSICA E MENTAL E REPERCUSSÕES NO TRABALHO**, os autores Carine Magalhães Zanchi de Mattos, Tamara Rosa Lansini Pereira Tolotti, Bruna Camargo, Guilherme Silva Costa, Patrícia Krieger Grossi analisam os agravos de saúde advindos do processo de envelhecimento nas ruas, como ocorrem e as repercussões destes no trabalho de pessoas com mais de sessenta anos de idade que vivem em situação de rua em Porto Alegre. No artigo **O NARCOTRÁFICO COMO FORÇA MOTRIZ DOS HOMICÍDIOS NAS REGIÕES PERIFÉRICAS DA CAPITAL MATOGROSSENSE** os autores Ariadne Mazieri de Moraes e Francisco Xavier Freire Rodrigues buscam analisar a compreensão da dinâmica dos homicídios motivados pelo narcotráfico na região metropolitana da capital Mato-grossense compõe o projeto “Homicídios Dolosos no Centro Oeste brasileiro. No artigo **O PAPEL PEDAGÓGICO NA ATER E SUSTENTABILIDADE: IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM O TABACO NO TERRITÓRIO CENTRO- SUL DO PARANÁ** os autores TABARRO. Cristiane e AHLERT. Alvorini analisam a importância do papel pedagógico na ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural e de princípios da sustentabilidade para o fomento da produção de alimentos mais saudáveis. No artigo **O PROCESSO DE ESTIGMATIZAÇÃO DA LOUCURA E A DISCUSSÃO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS DE PESSOAS EM SOFRIMENTO MENTAL**, os autores Alessandra Aniceto Ferreira de Figueirêdo e Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro, analisam os discursos de pessoas em sofrimento psíquico sobre a loucura e seu processo de estigmatização. No artigo **OFICINA DO CUIDAR - UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DE CUIDADOR INFORMAL DE IDOSOS**, os organizadores Fernanda Maria Francischetto da Rocha Amaral e Marcelo Amaro Manoel da Silva, buscou promover a capacitação de cuidadores familiares da área de abrangência de uma Unidade de Saúde do Município de Divinópolis. No artigo **OSTEOPOROSE E ENVELHECIMENTO: DESAFIOS E TRATAMENTOS**, os autores Renata Gonçalves Pinheiro Correa, Anna Raquel Silveira Gomes, Victoria Zeghbi Cochenski Borba buscaram conhecer os principais métodos de diagnóstico da Osteoporose, diretrizes de tratamento da Osteoporose, recomendações de suplementação de Vitamina D e Cálcio e treinamento físico para idosos com Osteoporose se torna muito importante no manejo da doença. No artigo **PEDAGOGIA CRÍTICA: MÚSICA E ALFABETIZAÇÃO EM PAUTA**, autora Andressa Blanco Ramos Bispo a autora busca apresentar um estudo direcionado à melhoria do processo de alfabetização e letramento do público da educação de jovens e adultos, utilizando a música como instrumento mediador do processo de ensino-aprendizagem. No artigo **PERCEBENDO O MUNDO COM UM NOVO OLHAR** as autoras Ana Paula Fernandes Ferreira e Letícia Carolina

Teixeira Pádua buscam pensar, refletir sobre o fenômeno que se revela buscando questionamentos, enquanto que a Geografia Humanista de base fenomenológica permite uma maior aproximação das experiências pessoais.

No artigo **PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE BASEADO EM MINDFULNESS PARA O EDUCADOR (MBHP-EDUCA): EXPERIÊNCIAS NOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO E DE SÃO JOÃO DEL-REI**, os autores Marianna Nogueira Cecyn, Alex Mourão Terzi ,

Marcelo Demarzo, Daniela Rodrigues de Oliveira neste capítulo será discutida uma nova proposta para a educação baseada no cuidado ao professor. Programas Baseados em Mindfulness já são aplicados em escolas da Europa e Estados Unidos para a promoção da saúde da comunidade e para a melhora do ambiente escolar. No Brasil, em projeto de pesquisa inédito e inovador, foi construído um Programa de Promoção da Saúde Baseado em Mindfulness para o Educador (MBHP-Educa – Mindfulness-Based Health Promotion for Educators). Será apresentada brevemente a proposta e a estrutura do programa e os depoimentos de duas experiências: no município de São Paulo – SP e no município de São João del-Rei – MG .

No artigo **UMA EXPERIÊNCIA COM A PESQUISA QUALITATIVA** a autora Rosemary Trabold Nicácio neste artigo discute o percurso metodológico que apoiou minha tese de doutorado dentro da pesquisa qualitativa. Tenho como objetivo socializar as dificuldades iniciais que esse tipo de investigação pode trazer aos novos pesquisadores e algumas reflexões.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ESPAÇOS DE VIDA RECONSTRUÍDOS PELA MIGRAÇÃO: NOVAS PRÁTICAS SOCIAIS EM COMUNIDADES RURAIS PIAUIENSES	
Lidiane Maria Maciel	
DOI 10.22533/at.ed.7841924041	
CAPÍTULO 2	16
FAXINAIS E RESISTÊNCIA: A ATUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO FAXINAL DO SALTO. REBOUÇAS/PR, 2000-2015	
Sonia Vanessa Langaro Valter Martins	
DOI 10.22533/at.ed.7841924042	
CAPÍTULO 3	28
GESTÃO ESCOLAR: PLANOS DE METAS OU PLANO ESCOLAR	
Andréia Oliveira Ferreira dos Santos Rosiley Aparecida Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.7841924043	
CAPÍTULO 4	47
GRUPO SEGURA FIRME: UMA EXPERIÊNCIA DE PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA INCONTINÊNCIA URINÁRIA NO CENTRO DE SAÚDE DO IDOSO DE BLUMENAU	
Gisele Cristine Zimmer Samagaia Sabrina Speckart Ribeiro Camila Amanda Schmoegel Elias	
DOI 10.22533/at.ed.7841924044	
CAPÍTULO 5	56
IMAGENS DOS DESTERRADOS E DO ACRE EM CHARGES: REPRESENTAÇÕES, NARRATIVAS E IMAGINÁRIOS	
Higor Vieira de Araújo Francisco Bento da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.7841924045	
CAPÍTULO 6	69
INDISCIPLINA NA ESCOLA: INVESTIGANDO AS AULAS DE MATEMÁTICA	
Jonny Lucas de Oliveira Joyce Jaquelinne Caetano Izabel Passos Bonete	
DOI 10.22533/at.ed.7841924046	

CAPÍTULO 7 78

LIGA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA (LiGGe) DA UFCSPA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA PROPOSTA MULTIPROFISSIONAL PARA SUPLEMENTO CURRICULAR E PROMOÇÃO DE AÇÕES E EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM ENVELHECIMENTO HUMANO

Jeovana Ceresa
Nathália Fritsch Camargo
Guilherme Costa da Silva
Tamara Lansini Tolotti
Thayze Maria Marques Torbes
Guilherme Briczinski de Souza
Christofer da Silva Christofoli
Juliane Pinto Lucero
David de Souza Mendes
Mariana Edinger Wieczorek
Eduardo Garcia

DOI 10.22533/at.ed.7841924047

CAPÍTULO 8 85

MEMÓRIAS: REFLEXÕES EM TORNO DA MILITÂNCIA FEMINISTA

Adriana Lessa Cardoso
Márcia Alves da Silva

DOI 10.22533/at.ed.7841924048

CAPÍTULO 9 91

O ASILO, A ESCOLA E A UNIVERSIDADE: A COEDUCAÇÃO E O PROCESSO DE INTERGERACIONALIDADE

Flavio Ribeiro De Oliveira
Mariele Rodrigues Correa

DOI 10.22533/at.ed.7841924049

CAPÍTULO 10 107

O ENSINO DA DISCIPLINA ESTUDOS AMAZÔNICOS NAS ESCOLAS DE SANTARÉM-PARÁ: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A TEMÁTICA DA GUERRA DA CABANAGEM

Wilverson Rodrigo Silva de Melo

DOI 10.22533/at.ed.78419240410

CAPÍTULO 11 117

O ENVELHECER NAS RUAS: AGRAVOS NA SAÚDE FÍSICA E MENTAL E REPERCUSSÕES NO TRABALHO

Carine Magalhães Zanchi de Mattos
Tamara Rosa Lansini Pereira Tolotti
Bruna Camargo
Guilherme Silva Costa
Patrícia Krieger Grossi

DOI 10.22533/at.ed.78419240411

CAPÍTULO 12 129

O NARCOTRÁFICO COMO FORÇA MOTRIZ DOS HOMICÍDIOS NAS REGIÕES PERIFÉRICAS DA CAPITAL MATOGROSSENSE

Ariadne Mazieri de Moraes
Francisco Xavier Freire Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.78419240412

CAPÍTULO 13	142
O PAPEL PEDAGÓGICO NA ATER E SUSTENTABILIDADE: IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM O TABACO NO TERRITÓRIO CENTRO- SUL DO PARANÁ	
Cristiane Tabarro Alvori Ahlert	
DOI 10.22533/at.ed.78419240413	
CAPÍTULO 14	148
O PROCESSO DE ESTIGMATIZAÇÃO DA LOUCURA E A DISCUSSÃO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS DE PESSOAS EM SOFRIMENTO MENTAL	
Alessandra Aniceto Ferreira de Figueirêdo Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro	
DOI 10.22533/at.ed.78419240414	
CAPÍTULO 15	165
OFICINA DO CUIDAR - UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DE CUIDADOR INFORMAL DE IDOSOS	
Fernanda Maria Francischetto da Rocha Amaral Marcelo Amaro Manoel da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.78419240415	
CAPÍTULO 16	176
OSTEOPOROSE E ENVELHECIMENTO: DESAFIOS E TRATAMENTOS	
Renata Gonçalves Pinheiro Correa Anna Raquel Silveira Gomes Victoria Zeghbi Cochenski Borba	
DOI 10.22533/at.ed.78419240416	
CAPÍTULO 17	190
PEDAGOGIA CRÍTICA: MÚSICA E ALFABETIZAÇÃO EM PAUTA	
Andressa Blanco Ramos Bispo	
DOI 10.22533/at.ed.78419240417	
CAPÍTULO 18	204
PERCEBENDO O MUNDO COM UM NOVO OLHAR	
Ana Paula Fernandes Ferreira Letícia Carolina Teixeira Pádua	
DOI 10.22533/at.ed.78419240418	
CAPÍTULO 19	207
PERCEPÇÃO DE SAÚDE E COMORBIDADES DO IDOSO: PERSPECTIVAS PARA O CUIDADO DE ENFERMAGEM	
Cláudia Fabiane Gomes Gonçalves Samara Maria de Jesus Veras Maria Aparecida de Souza Silva Rebeca Cavalcanti Leal Cynthia Roberta Dias Torres Silva Ana Karine Laranjeira de Sá Valdirene Pereira da Silva Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.78419240419	

CAPÍTULO 20 217

PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE BASEADO EM MINDFULNESS PARA O EDUCADOR (MBHP-EDUCA): EXPERIÊNCIAS NOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO E DE SÃO JOÃO DEL-REI

[Marianna Nogueira Cecyn](#)

[Alex Mourão Terzi](#)

[Marcelo Demarzo](#)

[Daniela Rodrigues de Oliveira](#)

DOI 10.22533/at.ed.78419240420

CAPÍTULO 21 233

UMA EXPERIÊNCIA COM A PESQUISA QUALITATIVA

[Rosemary Trabold Nicácio](#)

DOI 10.22533/at.ed.78419240421

SOBRE A ORGANIZADORA..... 243

ESPAÇOS DE VIDA RECONSTRUÍDOS PELA MIGRAÇÃO: NOVAS PRÁTICAS SOCIAIS EM COMUNIDADES RURAIS PIAUIENSES

Lidiane Maria Maciel

É demasiadamente importante para a gestão dos municípios à atenção para os processos migratórios contemporâneos. Os movimentos populacionais, determinados pelas ordens da macroestrutura econômica e microestrutura social, modificam territórios e criam novos espaços de vida. Tal dinâmica é possível de ser observada em algumas comunidades rurais no Alto médio Canindé no Piauí, em especial do município de Jaicós, no Brasil. A saída de parte de sua população para atuação no mercado de trabalho citrícola do estado de São Paulo entre os anos de 2000 e 2016 trouxe novas questões para a ordem da estrutura social dessas comunidades (Maciel, 2018). Ao final da safra no interior de São Paulo, no município de Matão, os moradores das comunidades retornam e nas últimas décadas verificou-se certo protagonismo dos mesmos na organização dos espaços de vida. Através de entrevistas semiestruturadas e de um trabalho etnográfico recolheu elementos desse processo verificando as novas funcionalidades dos espaços rurais reorganizados.

Matão e Jaicós se distanciam por 2.800 quilômetros e esses espaços geograficamente

apartados pela distância física se apresentam socialmente unidos por conta da circulação de população da cidade piauiense que buscam anualmente empregos na safra da laranja no Estado de São Paulo. Jaicós, o município de origem migratória, conta com mais de vinte “bairros rurais” e entre os anos de 2012 e 2014 as comunidades Saco da Serra, Serrote, Baliza, Esquisito, Várzea Queimada concentravam a maior parte dos trabalhadores safristas. Nos últimos anos a terra nas comunidades citadas passou a assumir nova funcionalidade, expressa na fala dos migrantes como “terra para descansar”, considerando que o “trabalho” assalariado, está a quilômetros dali no meio urbano do agronegócio paulista. No “centrinho de Jaicós” concentrava nesse mesmo período atividades vinculadas aos serviços públicos e um comércio aquecido com a chegada dos trabalhadores safristas em dezembro.

Para os moradores de Jaicós a experiência migratória passou a operar rupturas e discontinuidades identitárias. As trajetórias familiares e individuais foram alteradas bem como o sistema de representação do campo e cidade. Para os migrantes os novos espaços de vida (Courgeau, 1988) podem ser considerados como contestadores dos referenciais identitário anteriores. A negociação das identidades

sociais se torna uma prática necessária à vida cotidiana. A casa, os espaços rurais, os espaços públicos e de sociabilidade passaram a ser produzidos pelos valores também apreendidos no deslocamento para São Paulo.

Em Jaicós as motivações que desencadeiam os processos migratórios vinculam-se ao discurso de “melhorar de vida” (Durham, 1973; Maciel, 2013). Essa noção é utilizada pelos migrantes na produção dos espaços que são articulados e referenciados a outros lugares. A positividade atribuída às práticas do meio urbano frente as do mundo rural (especialmente as da agricultura familiar), modifica a perspectiva de produção dos espaços pela população das comunidades rurais como veremos a seguir.

Os procedimentos metodológicos para este artigo foram de encontro com as propostas definidas pela história oral e descrições etnográficas. A pesquisa de campo foi realizada entre os anos 2012 e 2014 apontou que somente a partir da descrição dos espaços de vida – no lá, origem, e no cá, destino – era possível compreender a complexidade das trajetórias migratórias.

O campo foi realizado em várias etapas, tanto no município de Matão/SP quanto em Jaicós/PI. Foram quarenta e cinco entrevistas, realizadas no Piauí, e outras quarenta e cinco no município de Matão, utilizei dois instrumentos de pesquisa, o primeiro deles um questionário de caráter quali-quantitativo que tinha por objetivo traçar o perfil dos trabalhadores rurais da colheita de laranja em Matão; e o segundo foi um roteiro de entrevistas semiestruturado.

O critério de seleção para os entrevistados seguiu as seguintes exigências: os trabalhadores deveriam ter feito pelo menos uma safra da colheita de laranja nos últimos dois anos; ter mais de vinte anos de idade e menos de sessenta, ou seja, ser membros da População em Idade Ativa (PIA) de Jaicós. Tentou-se também manter o equilíbrio no número de homens e mulheres entrevistadas, para que pudéssemos ter diferentes pontos de vista do processo estudado.

A escolha dos participantes foi feita a partir da rede de relacionamento formada ao longo da pesquisa de campo, na qual um entrevistado nos indicava outros, porém também tentamos diversificar essa rede para que pudéssemos ter distância entre um relato e outro conversando aleatoriamente com pessoas em diversos ambientes da cidade, como na feira de segunda-feira, supermercados e bares, parada de ônibus, dentre outros. Soma-se a essa experiência de pesquisa a elaboração de uma etnografia das comunidades e bairros estudados.

1 | O CAMPO DE ESTUDO: ALGUMAS APROXIMAÇÕES CONTEXTUAIS

O estado do Piauí posicionou ao longo história por sua produção agropecuária extensiva realizada majoritariamente por médios e grandes proprietários rurais (Andrade, 2011). Esses se utilizando de mínima de mão de obra alternavam a produção com a policultura para subsistência. As pastagens e a criação de gado, diferentemente

da agricultura, recebia certos incentivos governamentais, oferecendo mais segurança ao investidor, muitas vezes, morador das zonas urbanas. Nas áreas utilizadas para pecuária havia uma pressão exercida pelos grandes e médios pecuaristas contra os pequenos proprietários, intensificando o processo de empobrecimento e expulsão dos mesmos. (Bacellar e Lima, 1990)

Entre os anos 1970 e 1990 com a expansão da concentração de terras aumentou o empobrecimento da agricultura familiar e a pecuária avançou em direção à incorporação de novas áreas. Bacellar e Lima (1990) contestam que haveria no Estado do Piauí, majoritariamente, uma tendência à polarização entre o latifúndio e minifúndio, entre eles existiria, segundo os autores uma massa de trabalhadores sem-terra e assalariados, e em menor proporção médios proprietários.

Durante os anos oitenta no sudoeste do Piauí foi predominante a presença de trabalhadores rurais sem-terra que atuavam como posseiros ou simplesmente ocupantes. Eles adentram principalmente naquelas terras que ainda não estavam devidamente regulamentadas. Esses trabalhadores rurais sem-terra eram, na maior parte das vezes, desprovidos de crédito para tocar a produção, o que muitas vezes os forçavam as migrações sazonais ou definitivas. A agricultura realizada em pequenas áreas diferia da realizada em grandes extensões. O destaque estaria para as plantações de mandioca e feijão, base da alimentação diária do sertanejo.

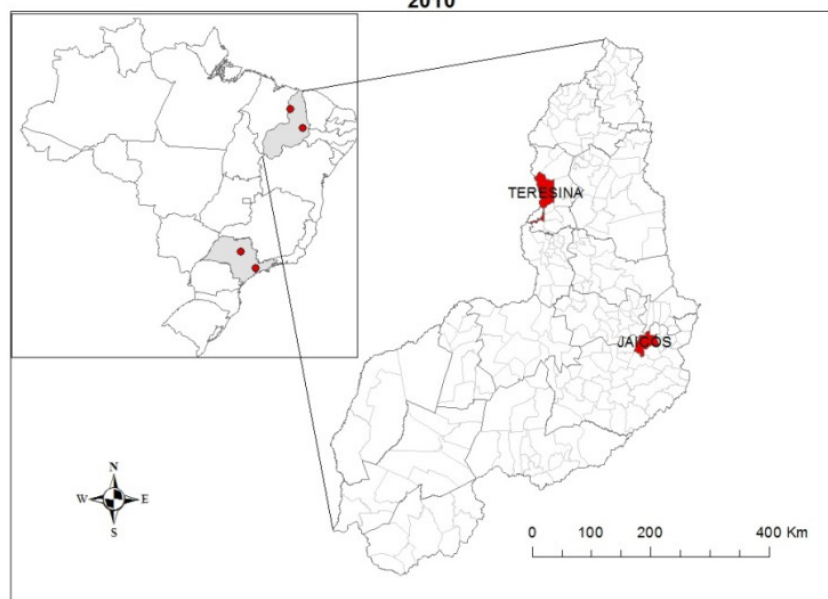
No entanto, há de destacar que nos anos 2016 e 2017 com o avanço da produção de soja e milho no estado do Piauí alterou a gestão das áreas rurais e urbanas. Os pequenos produtores, sobretudo, agricultores familiares, tenderam a modificar suas atividades ou migrarem para as cidades. A falta de investimentos públicos e os duros anos de seca aprofundou o drama dos pequenos municípios no que se refere a suas economias.

Segundo dados do Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO), em seu Boletim Analítico Anual – 2017¹, a Região do Alto Médio Canindé, não apresentou produções agriculturáveis significativas vinculadas aos cereais e oleaginosas, como a soja, a principal cultura da balança comercial do estado do Piauí, 2.009.797 (toneladas) e milho (1.439.469 toneladas). Foi o setor do comércio e serviços, juntamente com o serviço público que movimentou o mercado de trabalho e a economia local.

Na década de 2010 a porção do alto e médio Canindé no Piauí, agrupava 39 municípios, com uma população estimada de mais de 200 mil habitantes. A principal atividade da região era a agropecuária, com destaque para a produção do caju, mel de abelha, e criação de cabras e bovinos. As produções de feijão e mandioca, itens da cesta básica, eram derivadas das pequenas propriedades, agricultura extensiva.

1. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201806/CEPRO26_9262fd56ba.pdf. Acesso em 30/11/2018.

Localização dos municípios de Teresina e Jaicós no
Estado do Piauí e no Brasil
2010



Fonte: Fundação IBGE. Malhas Digitais 2010

Mapa 1:

O município de Jaicós passou durante os anos 2000 intensos períodos de seca, o que fez com que os agricultores abandonassem paulatinamente as atividades no campo. Os moradores das áreas rurais acudados por essa condição procuravam cada vez mais os bairros do município para viver. Há de se pontuar que o rural e o urbano, são pouco definidos nesse município. Trata-se de um *continuum* (Wanderley, 2000) que rompe com categorizações mais deterministas.

O Censo Demográfico indica que a população de Jaicós em 1991 era de 28.731 habitantes, em 2010 de apenas 18.008, registrando ao longo de vinte anos, a perda de mais de 10 mil habitantes. Assim, condição social marcada pela falta de acesso a solos produtivos, ao mercado de trabalho urbano, quase inexistente, os moradores passaram a realizar nos últimos anos a migração “permanentemente temporária” (Silva, 2008) para cidades paulistas. Logo, a permanência, ou seja, da compra de propriedades rurais a utensílios domésticos e mantimentos da alimentação diária, pressupõe a migração temporária, ela aparece como condição essencial para “estar lá”. Os deslocamentos ao longo da vida representa também, na fala de muitos migrantes, a saída da condição da sujeição ao emprego público precário, aquele de “prefeitura” e da pobreza.

2 | PROCESSOS MIGRATÓRIOS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS EM JAICÓS – PI

O estado do Piauí foi durante muitas décadas marcado pela imagem do migrante flagelado que se aventurava pelo Brasil a fora em cima do pau de arara. Bacelar e Lima (1990) colocavam que era comum a ida de trabalhadores do interior do Estado para São Paulo para atuarem na construção civil, no caso dos homens, e das mulheres

solteiras para a capital do estado para trabalhos, sobretudo, domésticos.

Já na década de 2000, e nos últimos anos, novos espaços migratórios atraíram população do Piauí para o estado de São Paulo, é necessário darmos destaque a atuação de piauienses no corte de cana-de-açúcar (Silva, 2008; Novais e Alves, 2007; Moraes, 2007) e colheita da laranja no interior de São Paulo (Maciel e Pereira, 2013). Muitos destes trabalhadores rurais, como a pesquisa qualitativa nos mostrou, são migrantes “permanentemente temporários” (Silva, 2008) que dificilmente permaneceriam nas regiões onde são safristas; muitos deles já realizaram outras modalidades migratórias (Baeninger, 2013), circulando entre cidades paulistas, nordestinas, e por vez, realizando nelas estadas de longa duração. Nos últimos anos, o interior de São Paulo tem se destacado entre regiões de atração de trabalhadores rurais de diversas regiões do país. (Maciel e Pereira, 2013).

O município de Matão localizado na Região Central do Estado de São Paulo se firmou economicamente nas últimas décadas pela produção de cítricos, especialmente a laranja, sua colheita criou anualmente centenas de postos de trabalho ocupados por mão de obra migrante (Maciel, 2013). O setor de cítricos brasileiro é internacionalmente conhecido por sua dinâmica e altas taxas de produtividade. Neves (2010) mostra que no plano internacional o estado de São Paulo aparece como principal espaço produtivo de suco concentrado, nos esclarecendo assim da importância do setor para a balança comercial brasileira.

2.1 As “idas e vindas” dos trabalhadores rurais de Jaicós e a produção de outras espacialidades

Entre os migrantes que iam para a cidade de São Paulo trabalhar especialmente na construção civil havia alguns que já se deslocavam para as safras de cana-de-açúcar e laranja no interior de São Paulo ainda na década de 1980. O trabalho na construção civil dificilmente gerava vínculo trabalhista, possibilitando aos trabalhadores se aventurarem em outros campos de atividade durante a estada em São Paulo.

Entrevistadora: *Há muita diferença entre ir para São Paulo e Matão?*

Pedro: *ah sim, nossa lá em Matão mesmo como chuva, a gente tinha que entrar na lavoura e colher um sacolão, tem empreiteiro que entra no ônibus e diz vamos turma, hoje tem que colher pelo menos um sacolão. Em São Paulo tenho só uma viagem em Matão tenho duas, uma delas eu trabalhei só dois meses o tempo necessário para pagar a passagem. Não ganhei nada. Em São Paulo a coisa mais interessante que tinha era o Metro, eu morava em Utinga. Aquele metro e trem era engraçado, um corre-corre, um empura empura, se você não for esperto você fica. (Entrevista realizada em Jaicós - 2013)*

Nos últimos anos, houve certo redirecionamento do fluxo da capital para o interior e a partir dos anos 2000 se verificou certa intensificação do mesmo. Na busca por explicação dos motivos de tal modificação de sentido das rotas migratórias, os trabalhadores citaram: a situação de violência, a precariedade das condições de vida na cidade de São Paulo, a nula possibilidade que eles tinham de levar a família e a

condição de informalidade. O que não acontecia na safra de laranja no interior.

O trabalho em São Paulo – capital, também era caracterizado como aquele trabalho que só garante a sobrevivência, pois dado custo de vida na cidade, a renda ganha não possibilitava poupança, e qualquer investimento na terra no município de origem. É a partir dos anos 2000 dois elementos passaram a colaborar para a consolidação da rede migratória entre as cidades de Matão e Jaicós. O primeiro era vinculado às condições precárias de vida no próprio município que ofereciam poucas perspectivas de melhora das condições de vida, e o segundo se fundava na especulação e assédio constante de agenciadores de viagem e trabalho. Os trabalhadores seguiram as promessas de renda segura, e a possibilidade de relação de trabalho formalizada, o que em suas carreiras profissionais era inédito.

Outra situação importante a ser considerada é a segurança transmitida pela safra visto que ela se desenvolve todos os anos, havendo ainda a possibilidade de permanência por curta ou longa temporada, então o ano passou a ser dividido entre dois momentos: o da *safra* e da *entressafra*. O último é o período de trabalhar na terra deixada, período de exercer as práticas tradicionais de cultivo ou simplesmente descansar.

Assim, os trabalhadores rurais estarem fora passou a exercer certa pressão sobre o modo de vida das comunidades rurais no Piauí. A produção de espacialidades foi influenciada pelas idas e vindas dos trabalhadores rurais, porque primeiro eles traziam outras referências culturais das cidades pelas quais eles circulavam e porque a própria economia local já não podia dispor de sua mão de obra durante todo o ano. O fenômeno da migração desencadeou assim novas relações sociais nas comunidades, é sobre esses aspectos que tentaremos nos concentrar nos próximos itens.

3 | RECONSTRUÇÕES DO ESPAÇO SOCIAL DE VIDA PÓS-MIGRAÇÃO

Algumas modificações no plano da organização das áreas rurais e urbanas podem ser relatadas pós-migração. Estes aspectos também foram relatados por outros pesquisadores da questão. Machado, Almeida e Reis (2009) em estudo sobre o município de Governador Valadares em Minas Gerais falam da construção de novas casas, e em alguma medida Menezes (2002, 2007) em trabalho sobre a Paraíba também trabalha com essa temática. No nosso trabalho a construção de casas, aberturas de estradas e construções de outros espaços de sociabilidade também estiveram presente na vida dos bairros e comunidades rurais, pós-migração.

3.1 Entre o mugido do boi e o ronco dos motores: modificações no plano das estradas rurais

A primeira observação pode ser feita é em relação às novas rotas criadas nas comunidades rurais para beneficiar a circulação de carros e motocicletas. Há, por

exemplo, a construção de novas cercas nas propriedades rurais para proteção dos animais que sofrem o risco de serem atropelados, como nos contou um dos moradores em entrevista em 2013, e mesmo a fixação de placas com avisos que pedem para os motoristas a redução da velocidade. Como podemos observar na foto a seguir.



Foto 1: Placa reduza a velocidade

Fonte: acervo da pesquisa

Apráxis dos indivíduos, como citado por Lefebvre (1976), constrói o espaço fundado nas relações objetivas e materiais, a determinação de novas regras de mobilidade na comunidade rural altera a maneira com os sujeitos “percebem”, “concebem” e “vivem” o espaço de vida, nos termos do autor.



Foto 2: Novos motociclistas

Fonte: Acervo da pesquisa

Em muitas comunidades rurais do nordeste brasileiro podemos destacar, por exemplo, abandono de animais que antes eram utilizados como meio de transporte. O jégue e o cavalo foram substituídos pelas motocicletas. Elas também alteram a maneira como os moradores começaram a ver os espaços e suas distâncias, dada à rapidez com que os condutores podem chegar às áreas urbanas e as outras comunidades rurais. O espaço parece ter sido “encurtado” dado ao tempo que hoje montado numa motocicleta o morador gasta para chegar às áreas distantes de seu município.

A motocicleta é utilizada também para o trabalho na propriedade rural, servindo para transportar alimentos, utensílios, ferramentas etc., e em áreas de pecuária também é usada para “tocar o boi”, bem como serve de meio de transporte para toda família, facilitando o deslocamento para fazer compras, levar as crianças na escola, ir à igreja, prefeitura, e para visitar a casa dos parentes e amigos.



Foto 3: Ponto de venda de Gasolina na comunidade rural

Fonte: acervo da pesquisa

Porém, mesmo considerando todas as facilidades na locomoção apontadas pela população relacionada à entrada das motocicletas nas comunidades, podemos também listar os malefícios, citados também pelos moradores. Os inúmeros acidentes estão entre eles, são inúmeros os casos de mortes e invalidez nas comunidades rurais de Jaicós causados por acidente envolvendo motocicletas. Os equipamentos de segurança, como capacetes e luvas não são utilizados, fazendo com que o condutor corra um risco constante de morte. Porém “o gosto” pela velocidade é altamente valorizado e expresso pelos moradores como um vício, há certo menosprezo a segurança.

Para além dessas questões de cunho prático, as motocicletas também são consideradas como um bem simbólico, ao dar aos moradores a capacidade de

uma movimentação mais ágil entre diferentes localidades e a vinculação delas as imagens de poder. Nas comunidades rurais estudadas os jovens ao se apresentarem socialmente em suas motocicletas, expressam também um novo poder aquisitivo e um capital social (Bourdieu, 1989) diferenciado. Nas palavras de muitos moradores elas são sinônimas de que o trabalho na safra foi rentável e que migrar ainda “vale a pena”. No fragmento da entrevista abaixo, um dois participantes da pesquisa, o casal Oziel e Marcela, na época com 23 e 21 anos nos relatava a experiência dessa forma.

Entrevistadora: *mudou muito a vida de vocês depois que vocês saíram (Começaram a ir para Matão)?*

Oziel: *Nossa se não fosse Matão não tinha nada.*

Entrevistadora: *E o que vocês conseguiram?*

Oziel: *Fala a verdade antes de ir a gente nem tinha condições de comer direito. Era arroz com feijão. Não conseguia fazer uma feira para comer direito.*

Marcela: *A gente trabalhava aqui quase morrendo...*

Entrevistadora: *E vocês conseguiram juntar dinheiro?*

Oziel: *Não, mas dá para ir vivendo.*

Entrevistadora: *E o que mudou?*

Oziel: *A nós arrumamos a casa, compramos o carro e a moto. E ninguém nunca sonhava em ter moto ou carro aqui.*

Marcela: *O único transporte aqui era bicicleta.*

Entrevistadora: *Eu vi que metade da casa é construída de outro tijolo, lá de longe dá para ver...*

Oziel: *Aqui eu fiz foi de muitas vezes... Essa aqui eu fiz depois que andei para o Matão. Esse aqui também esse dois fundinhos.*

Entrevistadora: *Era outro tijolo?*

Oziel: *Aqui misturou tudo tijolo cru, tijolo assado, era madeira de um lado também, era telha daquela outra.*

Os materiais de construção são muitas vezes produzidos e vendidos na própria comunidade rural. Em 2013, o senhor Raimundo – também trabalhador rural migrante de outros “tempos” como se definia – possuía uma pequena olaria na comunidade rural que vivia. Ele nos contou que aprendeu a prática em um de suas “andanças” pela construção civil no Brasil, em especial em São Paulo, e que aproveitou o saber adquirido para se posicionar no novo contexto da comunidade rural, em que circulação de dinheiro advindo da safra de Matão impulsionava o mercado da construção.



Foto 4: Olaria do Sr. Raimundo

Fonte: acervo da pesquisa

3.2 “*Minha casa está lá como se eu estivesse ainda morando nela: limpa e bem conservada*”

A safra de laranja ocorre em inúmeros municípios de São Paulo entre os meses de junho e janeiro de cada ano e é realizada, sobretudo por mais de um membro da família² nesse contexto, os trabalhadores rurais são levados a fecharem suas casas nas comunidades rurais, ou deixá-las sob a responsabilidade de algum familiar, para poderem partir com a família, incluído os filhos pequenos. Esse aspecto impacta diretamente na produção e reprodução social da comunidade rural, alguns moradores relatavam nas entrevistas a dificuldade de manter a vida associativa e religiosa ativa com a população parcialmente presente. O padre da cidade, por exemplo, nos contou que as missas e festas santas ficam esvaziadas em tempos safra.

As casas fechadas são as referências “materiais e simbólicas” dos moradores, elas são apontadas pela população que permanece como o maior símbolo da melhora de vida dos trabalhadores migrantes, mesmo esses só as habitando a de três a cinco meses por ano. As mesmas se diferenciam das demais por serem completamente reformadas, ou recém-construídas junto aos escombros da antiga casa de barro. Elas são em sua maioria de alvenaria e construída seguindo o “padrão paulista”, como alguns entrevistados citaram nas entrevistas, isso é, são feitas de cimento e tijolos, algumas chegam a possuírem muro e portão, aspectos nunca antes observado nas comunidades rurais estudadas. Além, dos moradores serem influenciados evidentemente pelas curtas estadas na cidade de Matão, muitos dos trabalhadores rurais, migraram anteriormente para os trabalhos na construção civil, na cidade de São Paulo ou Rio de Janeiro, e hoje aplicam esses conhecimentos de construção outrora apreendidos, como caso do Sr. Raimundo da foto 4.

Nas comunidades rurais, as casas são lugares que os migrantes desejam manter, mesmo que passassem a vida inteira migrando, nesse ambiente de intensa

2. Diferentemente dos trabalhos relacionados ao corte de cana que dificilmente absorvia a mão de obra feminina a colheita da laranja inclui toda família.

mobilidade elas são pontos de fixação dessa população aos lugares que chamam de “minha terra”, “terrinha” ou “casa”, e que nós, sociólogos, chamamos de origem migratória. É para comunidade rural, para a casa deixada, que os migrantes retornam ao fim da safra, e é essa mesma comunidade que nos olhos dos moradores que ficam toma um novo colorido e som, seja pelas músicas que eles trazem de São Paulo, pelo ronco dos motores e “zig zag” das motocicletas vermelhas ou pretas.



Foto 5: A construção de novas casas no interior

Fonte: acervo da pesquisa

3.3 “A Terra para descansar, a terra para plantar”

Após a intensificação dos fluxos migratórios temporários de Jaicós para Matão, no que se refere à construção do espaço rural, é possível descrever certa dicotomia com que os trabalhadores rurais passam a tratar a terra. Antes, ela era considerada um espaço para a produção agrícola familiar, na nova configuração ela é apresentada como lugar de *lazer e repouso*. Esta condição alinhada com a falta de políticas públicas direcionadas a permanência no semiárido, recondiciona a funcionalidade da propriedade rural.

Em Jaicós, a terra perde parcialmente sua dimensão da reprodução e trabalho, as múltiplas tentativas fracassadas de produção agrícola ao longo dos anos marcados pela seca, produziu nos agricultores certo desalento, eles passaram a ver as possibilidades de trabalho e renda fora dela. No entanto, os esforços para mantê-la são derivados das relações de hereditariedade e identidade, suas memórias foram construídas entorno desses espaços e é nele que os migrantes querem fixar-se, mesmo que temporariamente.

Mas também há casos em que os trabalhadores rurais migrantes destinam parte da renda obtida na safra ao beneficiamento do roçado na esperança que ele possa de novo ser produtivo. Alguns insistem em mantê-lo mesmo que seco, assim é sempre citado a compra de maquinários, adubos, sementes, perfuração de poços

e ainda a compra de novas propriedades ou “pedaços de terra”. Há nesse sentido a concorrência entre as duas perspectivas de uso da terra que são citadas dependendo no período ou ciclo de vida do trabalhador rural. A partir do momento em que ele consegue um benefício, como a aposentadoria, a terra aparece nos relatos como lugar para descansar, mesmo quando se produz algum tipo de cultura. Já para os jovens, geralmente recém-casados, a terra aparece como segurança aos tempos difíceis, e a falta de trabalho, pois ela apresenta-se como um lugar onde ainda pode-se tirar “o de comer” ou o mínimo do mínimo para a sobrevivência.

3.4 A pinga e pipa do Matão: a circulação de produtos e práticas sociais

No plano dos hábitos que se desenvolveram na comunidade rural pós-migração para o município de Matão, é possível mapear uma série de produtos que circulam entre as duas regiões. Havia um jogo das identidades que marcava profundamente os espaços estudados. Se no município de Matão em São Paulo, a cachaça *Pitu* era considerada com símbolos da vida antes deixada no nordeste, em 2013 na feira de Jaicós, a cachaça *Veio Barreiro* era demasiadamente apreciada como símbolo dos hábitos adquiridos “no Matão”. Os comerciantes nos relataram que os produtos vindos de São Paulo possuíam uma boa saída em Jaicós, pois eles remontavam a um espaço de vida que os trabalhadores rurais também desejavam pertencer.

É interessante o jogo simbólico realizado pelos trabalhadores rurais migrantes, ele se resume nos seguintes posicionamentos: quando as famílias estavam em Matão, durante o período da safra, elas desejavam recriar Jaicós através da circulação de produtos trazidos no bagageiro dos ônibus que faziam o trajeto Jaicós-Matão: a farinha de mandioca, o feijão-de-corda, e o doce de buriti eram os produtos apreciados e remetiam a vida em Jaicós. No período de entressafra, quando os trabalhadores retornavam a Jaicós eles também desejavam recriar a cidade de Matão, através dos hábitos alimentares e formas de comportamento. O exemplo da cachaça “Veio Barreiro” relatado acima é bastante expressivo dessa condição migrante da qual falamos, resumida no estar “lá” e estar “aqui”.

As festas e manifestações culturais também eram ambientes propícios para a expressão da identidade migrante, em 2013 elas eram animadas por versões de músicas paulistas e pelo “brega”, reconhecido como música local. Não é possível afirmar que havia uma depreciação desse último estilo, mas principalmente os jovens aos falarem de suas preferências uniam diversas tendências.

Nesse cenário de idas e vindas eram inúmeras as crianças que nasciam em Matão, e eram os “*Matonensinhos*”, eles passavam a acompanhar os pais durante as safras, e passavam a aprender uma série de brincadeiras típicas de “bairros paulistas”. Elas eram adaptadas às condições locais, nos períodos de retorno. A brincadeira de empinar pipa passou a fazer parte das brincadeiras mais apreciadas pelas crianças em Jaicós, após a estada em Matão. Ela era realizada no meio da estrada de terra, e as crianças imitavam o modo de empinar aprendido em São Paulo.



Foto 6: Empinando pipa

Fonte: Acervo da pesquisa

As crianças ao acompanharem os pais eram matriculadas nas escolas da cidade de Matão e estavam sujeitas a sofrer diversos preconceitos, eram geralmente chamadas de “Piauí”, então, elas tentavam se adaptar rapidamente ao modo de vida paulista para que a identidade de “Piauí” não fosse um entrave nas relações de amizade que poderiam desenvolver com as crianças do local (Matão/SP). Assim, podemos ressaltar dois espaços importantes de socialização: a escola e a rua.

A escola é considerada com um espaço importante de aprendizagem, foi citada pelos migrantes como mais “forte” quando comparada com as escolas da cidade de Jaicós, assim o período da safra também é considerado como momento de alfabetização das crianças. As brincadeiras de rua como o futebol, o empinar pipa e os jogos eletrônicos de videogame eram atividades importantes na socialização das crianças que acompanhavam os pais durante a safra, havia aí certa possibilidade de integração a vida local, em um ambiente quase hostil que era o do bairro matonense.

Assim, a circulação de produtos, músicas e brincadeiras entre os espaços rurais e urbanos das cidades de Jaicós e Matão favorecia a aprendizagem de novos costumes e práticas sociais que eram acionadas pelos trabalhadores rurais migrantes dependendo do contexto social ou situação social (Gluckman, 2008) apresentada. Tal aprendizagem também favorecia a produção não só de espaços sociais de vida, mas de novas identidades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo numa perspectiva qualitativa e descritiva atentou para o processo social de mudança desencadeada pelas migrações “permanentemente temporárias”

laborais, ocorridas entre o interior estado de São Paulo e interior do estado do Piauí. O que nos chamou a atenção no estudo foi que diferentemente da interpretação bastante conhecida da “reprodução das condições de vida” via os ganhos obtidos pela migração (Garcia, 1988; Menezes, 2002) nas comunidades rurais estudadas no sudoeste do Piauí o que foi possível observar foi que para além da reprodução, essas comunidades passam por um processo intenso de *produção* de novas espacialidades e modos de vida. A migração se apresentou como um elemento que alterava definitivamente as condições de vida e visões de mundo dos trabalhadores rurais e de suas famílias em diversas esferas da vida social. O quase nulo protagonismo da política local na criação de condições de permanência e sustentabilidade estimulou de alguma maneira a migração, vista como necessária a reprodução ou produção social no Piauí, um processo social importante nos contextos atuais em escala local e global.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Carneiro. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 6.ed. Recife: UFPE. 2011.

BAENINGER, Rosana. Migração, migrações. In: *Idéias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp*. Campinas. 2013. p.31-41.

BACELLAR, Olavo Ivanho de ; LIMA, Gerson Portela. *Causas e tendências do processo migratório piauiense*. Teresina, Fundação CEPRO. 1990.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Lisboa: Deifel, 1989.

COURGEAU, Daniel. *Méthodes de mesure de la mobilité spatiale. Migration internes,*

Mobilité temporaire,navette. Paris. Éditions de l'institutnational d'études démographiques. 1988.

DURHAM, Eunice Ribeiro. *A caminho da cidade*. São Paulo, Ed. Perspectiva. 1973

GARCIA, Afrânio. Jr. (1990), *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo. Editora Marco Zero. 1990.

GLUCKMAN, Max. *Analyse d'une situation sociale dans le Zoulouland moderne*. Tradução Tholoniât Y. et De L'Estoile. In. *Genèses* 2008/3, N° 72, p. 119-155.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Antropos. 1986.

MACHADO Igor; REIS, Ellen. (2009). Algumas conclusões acerca do fluxo de valadarenses para Portugal. *Teoria & Pesquisa*, v. 16, p. 153-166.

MENEZES, Marilda. A. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de Famílias de camponeses- migrantes*. Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUFPB. 2002.

MACIEL, Lidiane. *O sentido de melhorar de vida: Arranjos familiares na migração rural urbana para o interior de São Paulo*. Jundiáí. Paco Editorial. 2013.

_____. *Entre o rural e o urbano: migração de trabalhadores rurais do Alto Médio Canindé*

piauiense para região central do estado de São Paulo. 1. ed. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

_____; PEREIRA, Giovana. Do “interior” para os laranjais, dos “laranjais” para o “interior”: a migração de piauienses para a Região Central de São Paulo. In: *Anais do Seminário Nacional de migrações* (ABEP) – Belo Horizonte/MG. Brasil. 2013.

MORAIS, Maria Dione; FRAZÃO, Francisco; JÚNIOR, Teodoro. Andando pelo mundo. Significados da migração temporária do Piauí para a agroindústria canavieira paulista. In. NOVAES, José Roberto. P; ALVES, Francisco. (Orgs.). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EDUFSCAR. 2007.

NEVES, Marcos. Fava. *O Retrato da Citricultura Brasileira*. Ribeirão Preto. Ed. Citrusbr. 2012.

SILVA, Maria. Aparecida. de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Editora da UNESP. 1999.

_____.Expropriação da terra, violência e migração: camponeses do nordeste do Brasil nos canaviais paulistas. In. *Anais do V Seminário Memória, Ciência e Arte: razão e sensibilidade na produção do conhecimento*. PREAC, Centro de Memória da Unicamp, Centro de Memória em Educação – FE. 2008.

WANDERLEY, Maria. Nazareth. Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15.2000.

FAXINAIS E RESISTÊNCIA: A ATUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO FAXINAL DO SALTO. REBOUÇAS/PR, 2000-2015

Sonia Vanessa Langaro

Universidade Estadual do Centro-Oeste/
UNICENTRO - DEHIS, Irati-PR

Valter Martins

Universidade Estadual do Centro-Oeste/
UNICENTRO - DEHIS, Irati-PR

RESUMO: Este texto tem como objetivo apresentar as características e relações constituintes do Faxinal do Salto, localizado no município de Rebouças/PR. O sistema de faxinal, em sentido geral, corresponde a uma forma de organização tradicional e comunitária, tendo como principais atributos a presença de florestas nativas, terras de cultivo e um criadouro comum. Desta forma, se diferencia de outras formas de organizações rurais. Ocorre que a agricultura comercial de larga escala tem avançando cada vez mais sobre as áreas de faxinais remanescentes contribuindo para sua desestruturação. Assim, os faxinais ativos passam por perdas em sua área territorial com consequentes mudanças quanto à vegetação, terras de plantio e relações sociais dentro das comunidades. Neste contexto, este trabalho aborda a relevância das políticas públicas na comunidade em questão, enquanto subsídios para seus moradores na luta pela manutenção dos faxinais, de seus aspectos físicos e culturais.

PALAVRAS-CHAVE: faxinais/faxinalenses;

políticas públicas; Faxinal do Salto/ Rebouças/ PR; mudanças na paisagem rural.

ABSTRACT: This text has as objective to present the characteristics and constituent relations of the Faxinal do Salto, located in the municipality of Rebouças / PR. The faxinal system, in a general sense, corresponds to a traditional and community organization, having as its main attributes the presence of native forests, farmland and a common breeding ground. In this way, it differs from other forms of rural organizations. It happens that large-scale commercial agriculture has been advancing more and more on the remaining faxinal areas contributing to its disruption. Thus, the active faxinais undergo losses in their territorial area with consequent changes in vegetation, planting lands and social relations within the communities. In this context, this work approaches the relevance of public policies in the community in question, as subsidies for its residents in the struggle for the maintenance of faxinais, their physical and cultural aspects.

KEYWORDS: faxinais/faxinalenses; public policies; Faxinal of Salto/Rebouças/PR; changes in the rural landscape.

1 | OBJETIVOS

A presente pesquisa teve como objetivo apresentar as características culturais e físicas do Faxinal do Salto em Rebouças/PR. Assim, verificamos os fatores mais relevantes da manutenção e das mudanças culturais nessa comunidade analisando aspectos de sua situação atual e sua relação com as políticas públicas (conjunto de leis e programas governamentais de ordem federal, estadual e municipal, como por exemplo: Programa de Aquisição de Alimentos, ICMS ecológico, entre outros citados adiante. Dessa forma, relatamos como se posicionam os faxinalenses diante dos problemas ambientais gerados pelas mudanças nas técnicas de cultivo e diante das mudanças culturais ocorridas nas décadas recentes nos faxinais como um todo.

2 | METODOLOGIA

No decorrer da pesquisa utilizamos procedimentos metodológicos fundamentados teoricamente a seguir. O primeiro é o método de pesquisa qualitativo. Para Chizzotti (1991, p. 89):

Em geral, a finalidade de uma pesquisa qualitativa é intervir em uma situação insatisfatória, mudar condições percebidas como transformáveis, onde pesquisador e pesquisados assumem, voluntariamente, uma posição reativa. No desenvolvimento da pesquisa, os dados colhidos em diversas etapas são constantemente analisados e avaliados. Os aspectos particulares novos descobertos nos processos de análise são investigados para orientar uma ação que modifique as condições e as circunstâncias indesejadas.

Neste caso o pesquisador pode participar, interpretar e compreender a respeito do assunto em questão, proporcionando um levantamento de causas e possíveis soluções para as circunstâncias indesejadas, bem como os possíveis problemas existentes nos faxinais. Na análise qualitativa realizamos a observação direta e participante, a qual, segundo Chizzotti (1991), visa coletar e registrar eventos e ações dos agentes históricos em seu próprio contexto natural. Esta metodologia de observação foi aplicada no faxinal do Salto como maneira de identificar os componentes de sua paisagem, território e práticas diversificadas.

Ainda dentro do viés qualitativo, realizamos entrevistas com moradores locais pelo a fim de registrar a maior quantidade possível de informações. Isso ocorreu utilizando a metodologia da História Oral. Após transcrita, a entrevista foi apresentada à entrevistada para leitura e assinatura do termo de consentimento para utilização das informações concedidas para fins acadêmicos.

Realizamos também leituras de livros e artigos, além de informações concedidas em sites governamentais e órgãos públicos como a Secretaria de Agricultura da Prefeitura Municipal de Rebouças e representantes do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, em Irati/PR.

3 | INTRODUÇÃO

Na região centro-sul do Paraná, em meio a propriedades rurais mecanizadas e voltadas à produção de commodities para exportação como a soja, encontram-se formas de ocupação, uso dos recursos naturais e de organização social conhecidas como faxinais, cada vez mais ameaçadas e isoladas neste contexto de monoculturas estruturadas no uso de máquinas, fertilizantes, agrotóxicos e sementes de grandes indústrias, muitas vezes transgênicas. Os faxinais se caracterizam pelo uso comum da terra para criação animais. Para tanto, reservam um espaço dentro de seu território que é cercado, no qual os faxinalenses erguem suas casas e seus animais são criados à solta, num pasto comum.

Mesmo aqueles que não possuem a propriedade da terra podem utilizar o criadouro comum para obter parte de sua alimentação. Isso mediante autorização dos demais membros da comunidade e o compromisso de colaborar com a manutenção das cercas e prestar serviços aos vizinhos quando solicitado. Ocorre, na prática, uma troca, na qual todos se beneficiam. A autorização para usar o criadouro comum geralmente é acompanhada pela possibilidade de morar no faxinal. Assim, o contemplado pode construir sua casa dentro do criadouro, espaço do faxinal reservado não apenas para criação de animais, mas funciona como área de moradia e de preservação da floresta nativa. A floresta fornece abrigo e alimento para os animais e é utilizada pelos moradores para extrair erva mate, frutos e lenha para uso pessoal e pequeno comércio. Sem a mata, criadouro e áreas de cultivo de alimentos tradicionais, o faxinal não tem como existir e reproduzir sua organização social e econômica.

As chamadas terras de plantar abrigam as lavouras de subsistência com o plantio de hortaliças, milho, feijão e mandioca que também podem ter destino comercial a partir de pequenos excedentes.

Uma cultura que vem ganhando espaço nas terras de plantar com fins eminentemente comerciais é a soja, por sua rentabilidade econômica, mas que é dissociada das raízes culturais dessas comunidades. Na hora do almoço ou jantar, o feijão é que vai para a panela, não a soja. Na mata que abriga o criadouro e as moradias ocorrem espécies endêmicas na região em questão, na qual predomina a floresta ombrófila mista, com a ocorrência de árvores de grande porte cujas madeiras possuem grande valor comercial, motivo pelo qual foram devastadas por décadas pela ação das serrarias até praticamente desaparecerem da paisagem.

Reservas nativas de araucária, cedro, canela, imbuia, sassafrás, erva mate, entre outras, ficaram restritas a pequenas áreas, muitas delas em locais de difícil acesso ou, justamente, em áreas definidas como faxinais. A floresta, nesse caso, foi preservada por questões culturais que escapam à lógica da exploração capitalista e da lavoura monocultora de exportação. Nos faxinais esses recursos são utilizados, mas a partir de um manejo que visa preservar essas espécies. Nesse tipo de floresta ocorrem também espécies frutíferas nativas como a gabioba, jerivá, butiá, pitanga, araticum,

entre outras. São consumidas pelos moradores e fazem parte da alimentação dos animais que consomem o pinhão nativo, além do milho cultivado. Geralmente, milho crioulo.

O sistema faxinal possui em sua configuração a essência do “coletivo” e da conservação ambiental, fator que o mantém sustentável. Essa é uma preocupação dos faxinalenses na lida com seu espaço de vida. Uma temática anterior aos discursos ambientalistas uma vez que faz parte de uma prática cotidiana e cultural.

Entretanto, em décadas recentes, são verificadas mudanças nessas características motivadas por fatores diversos, externos e internos. Um deles é o avanço da agricultura comercial mecanizada, aumentando a produtividade e facilitando a vida dos agricultores, pelo menos do ponto de vista do tempo gasto no preparo da terra, plantio e colheita. Contudo, essa facilidade tem um preço, por vezes, demasiado alto. Ao recorrer a financiamentos para comprar máquinas e custear lavouras comerciais, muitos desses pequenos agricultores tradicionais acabam se endividando e, sem meios de saldar as dívidas, perdem muito mais do que ganham. Além disso, essa modernização da vida no faxinal produz impactos ambientais e altera o modo de vida tradicional dos faxinalenses. A paisagem natural dos faxinais do centro-sul do Paraná se transforma com o desmatamento para aumento das áreas destinadas às culturas comerciais.

Esse foi o panorama observado ao percorrer faxinais no município de Rebouças/PR durante a pesquisa. Os moradores do Faxinal do Salto lutam para manter originais as características de seu modo de vida, em meio às pressões dos latifundiários vizinhos que procuram comprar terras dos faxinalenses para expandir suas lavouras comerciais, sufocando essa organização social.

É visível que parte dos faxinalenses da comunidade do Salto acaba influenciada pelos fazendeiros de soja e, aos poucos, cercam todas as terras de sua propriedade visando individualizá-la, diminuindo a área do criadouro comum e se afastando do espírito comunitário que sempre identificou essas comunidades tradicionais. Esse cenário de incertezas e mudanças motiva uma reação de resistência que busca manter as características originais do sistema de faxinal, mediante a implementação de políticas públicas consideradas fundamentais para evitar a diluição do sistema. (CHANG, 1988; NERONE, 2000)

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na região centro-sul do Paraná, entre propriedades agrícolas comerciais mecanizadas, pontuam a paisagem, aqui e ali, os faxinais, com suas matas, criação de animais em espaços comuns, roças e vida comunitária. Os faxinalenses, mesmo aqueles que não possuem terras, podem usufruir também do criadouro para morar e criar seus animais. Uma forma de viver e de ajuda mútua estranha à lógica capitalista.

Os moradores ajudam uns aos outros sendo uma dessas formas de ajuda o trabalho colaborativo na forma de mutirão, conhecido também como puxirão.

Sobre o criadouro comum, uma das características mais evidentes dos faxinais é, como Sahr e Cunha (2005, p. 95) observam:

Criadouro Comum é o espaço onde a comunidade faxinalense habita e cria seus animais. O cotidiano, as rodas de conversa e chimarrão, a divisão do trabalho, a forma da construção das casas, as festas religiosas e pagãs, compõem uma estrutura e as representações de um modo de vida faxinalense que se transforma continuamente, embora existam várias permanências. Neste espaço o uso da terra é coletivo, mas a propriedade sobre a terra continua sendo privada. Aí se encontra o gado miúdo (principalmente porcos) e o gado graúdo (cavalos, bois). Outra atividade importante no criadouro é a extração da madeira e erva mate.

Nas chamadas terras de plantar são realizadas as roças de subsistência, com o plantio de milho, feijão, mandioca, abóbora e hortaliças com ferramentas e técnicas de cultivo simples. Nesses espaços dos faxinais dedicados à agricultura a vegetação é mais esparsa, com a presença da araucária, erva mate e gramíneas forrageiras.

As *Terras de Plantar* são terras localizadas fora do criadouro comum e são usadas individualmente. As lavouras, sejam em terras próprias ou arrendadas, tendem a situar-se nas imediações do criadouro onde residem os caboclos. Os produtos mais cultivados são o milho, o arroz, a batata e a mandioca. Em geral, a técnica de plantio é a de rotação de terra, utilizando-se a queimada para limpeza do terreno. (SAHR; CUNHA, 2005, p. 95).

Para Bona e Campigoto (2009, p. 150) o faxinalense conta suas histórias sem sujeito, não apresentando nome de fundadores ou inventores do sistema de faxinais. O importante é investigar as relações estabelecidas entre sujeito e objeto, com o mundo natural ou sobrenatural, e com a própria história. “O estilo hermeneuta evidencia os procedimentos relacionados à compreensão por meio da apreciação de alguns termos implicados na abordagem genética dos faxinais, tais como: cultura, história, origem, sujeito e sociedade”. (BONA; CAMPIGOTO, 2009, p. 135).

Atualmente os faxinais enfrentam problemas para manter suas características físicas e culturais. Muitos faxinalenses acabam por se posicionar contra o sistema no qual viveram por muito tempo, criando um problema interno. Por outro lado, muitos deles lutam para manter viva sua identidade e tradições. Apesar dos faxinais estarem amparados por leis e programas governamentais é necessário adequar diversos fatores para frear seu desmantelamento. É neste contexto que ressaltamos a importância das políticas públicas, as quais se destacam por envolverem conjuntos de ações, programas e atividades desenvolvidas pelo Estado, visando assegurar direitos e reconhecimento por parte da sociedade e dos poderes públicos para pessoas e comunidades.

5 | CARACTERÍSTICAS DO FAXINAL DO SALTO - REBOUÇAS/PARANÁ

Para representar os faxinais esta pesquisa se voltou às características do Faxinal

do Salto, localizado no interior do município de Rebouças, na região centro sul do Paraná. O município possui atualmente 5 faxinais, segundo informações e registros do IAP. São eles: Marmeleiro de Cima, com área de 61,00 ha, Marmeleiro de Baixo com 433,00 ha, Barro Branco com 493,00 ha, Barreirinho dos Beltrão 130,70 ha e Salto com área de 132,00 ha.

O Faxinal do Salto encontra-se a uma distância de 18 km da sede do município de Rebouças que possui a lei municipal nº 1.235/2008 para reconhecimento do sistema de faxinal, visando preservar a identidade faxinalense e a legitimação dos acordos comunitários existentes dentro de cada um deles.

O Faxinal do Salto está cadastrado como área regulamentada (ARESUR) e é beneficiado com o ICMS Ecológico, tendo como órgão fiscalizador da aplicação sustentável deste recurso o IAP (Instituto Ambiental do Paraná), que possui uma representação cidade vizinha de Irati. Regularmente, um funcionário do IAP realiza visitas a este faxinal para verificar a existência de conflitos, irregularidades e níveis de sustentabilidade. Esses dados são registrados para comprovar a aplicação dos recursos do ICMS ecológico pelos resultados e melhorias para a comunidade.

Por meio de uma tabela fornecida pelo IAP- Irati, contendo os dados desta avaliação (ver anexo), nota-se que um dos problemas neste faxinal deriva do manejo da floresta/vegetação. Várias espécies nativas estão desaparecendo como a erva mate, planta importante no ecossistema regional e viável como fonte de renda para os moradores, tanto por sua extração como por seu cultivo. No entanto, sua quantidade e qualidade impossibilitam tal renda.

Outra dificuldade apontada na tabela de avaliação do IAP, diz respeito ao acordo comunitário e onível de comprometimento dos moradores. Nem todos os faxinalenses cumprem os acordos que se traduzem em desentendimentos e perdas de melhorias no faxinal.

Outro órgão responsável por fiscalizar e atender demandas deste faxinal é a Secretaria de Agricultura do município. De acordo com o responsável do setor, o ICMS Ecológico tem contribuído de forma positiva para a melhoria deste faxinal, onde recentemente foi realizada a compra de telas, pregos e palanques para a manutenção das cercas, além de calcário para fazer a correção do solo nas terras de plantar da comunidade.

Em entrevista com uma moradora do Faxinal do Salto, a senhora Cirene Padilha de 68 anos, que concordou que suas informações fossem utilizadas na pesquisa e mesmo publicadas, disse que o sistema faxinal na localidade do Salto existe há mais de 100 anos. Seus pais nasceram, viveram e faleceram no faxinal. Sua mãe faleceu em maio de 2014, aos 95 anos de idade. Dona Cirene relata que o Faxinal do Salto foi a comunidade na qual sempre morou, onde atuou como professora em uma escola atualmente desativada, cujas dependências são utilizadas como posto de saúde.

A faxinalense abordou o funcionamento do sistema no presente. Comentou que periodicamente são realizadas reuniões com o secretário de agricultura de Rebouças

para discutir problemas e questões pertinentes à comunidade. O recebimento de materiais para a manutenção das cercas oriundos do ICMS ecológico foi confirmado. Porém, a comunidade enfrenta problemas com alguns moradores que usufruem do criadouro comum, mas não querem colaborar com sua força de trabalho na manutenção das cercas como é o combinado. Muitos materiais encontram-se guardados nas casas daqueles que não querem colaborar com a manutenção das cercas.

Dona Cirene informou que as atividades ervateiras geraram renda para os moradores do faxinal por décadas. No entanto, os ervais foram diminuindo devido ao desmatamento, comprometendo uma importante fonte de renda. Atualmente, as atividades de subsistência são o plantio de fumo, milho, feijão e soja, além da criação de animais. A comunidade participa de um programa da prefeitura, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) que incentiva o cultivo de hortaliças orgânicas para a merenda das escolas municipais. A aquisição dessa produção pela prefeitura garante a renda de várias famílias do faxinal.

Dona Cirene afirma ser totalmente a favor da continuidade do sistema faxinal, mas ressalva que isso depende da colaboração efetiva de todos, algo que não vem ocorrendo no Salto há algum tempo, pois muitas pessoas estão se opondo ao sistema, não exercendo o caráter coletivo faxinalense. As expectativas dos moradores quanto ao aspecto econômico e social se voltam para as políticas públicas e a prefeitura municipal. Com esses apoios os faxinalenses do Salto esperam melhorar suas condições de vida e criar condições para manter o sistema em funcionamento, pois sofre problemas que o comprometem. Para tanto, colaboram também uma legislação específica e a fiscalização de órgãos ligados ao meio ambiente e agricultura para coibir irregularidades.

Pelas observações realizadas no Faxinal do Salto, notamos a presença da criação de animais à solta, de grande e pequeno porte, sendo estes porcos, cabritos, cavalos e vacas. A araucária, o pinheiro do Paraná, é encontrada em quantidades reduzidas, assim como a erva mate. Fazem apenas parte da paisagem como testemunhos de uma floresta outrora densa e abundante, e que atualmente já não mais permite a extração de mate e geração de renda. O Faxinal do Salto apresenta vegetação rala e forrageira, existindo uma grande quantidade de aguadas, bebedouros para os animais criados à solta.

Nos últimos anos, o plantio do fumo foi introduzido nessa comunidade como alternativa para aumentar a renda das famílias. Por conta disso, passaram a plantar eucalipto, planta exótica, em meio à mata nativa do criadouro comum para obter lenha necessária à secagem do fumo nas estufas.

De maneira geral, os faxinais enfrentam problemas para conservar suas características físicas e culturais originais. Muitos dos próprios moradores se colocam contra o sistema, passando a considera-lo algo ultrapassado, uma fórmula esgotada num mundo cada vez mais veloz e movido pela tecnologia. Por outro lado, existem aqueles que lutam para manter viva sua identidade, mantendo suas tradições. Apesar

dos faxinais estarem amparados por leis e programas governamentais, mesmo insuficientes, é necessário equacionar diferentes fatores para evitar ou, pelo menos, frear seu rápido processo de dissolução em décadas recentes.

Um exemplo desse amparo e reconhecimento do sistema faxinal, visando garantir melhorias e políticas públicas destinadas a essas comunidades tradicionais foi a implantação da lei estadual nº 15.673/2007, na qual o estado do Paraná decreta que:

Art. 1º O Estado do Paraná reconhece os Faxinais e sua territorialidade específica, peculiar do estado do Paraná, que tem como traço marcante o uso comum da terra para produção animal e a conservação dos recursos naturais. Fundamenta-se na integração de características próprias, tais como:

- a. produção animal à solta, em terras de uso comum;
- b. produção agrícola de base familiar, policultura alimentar de subsistência, para consumo e comercialização;
- c. extrativismo florestal de baixo impacto aliado à conservação da biodiversidade;
- d. cultura própria, laços de solidariedade comunitária e preservação de suas tradições e práticas sociais.

Por meio dessa lei, os faxinais receberam sua legitimação cultural por parte do Estado, atribuindo o dever ao mesmo de garantir a valorização e preservação dos faxinais, sempre visando políticas públicas benéficas ao sistema e sua preservação. Além da garantia de direitos para o sistema, a lei estadual nº 15.673/2007 defende a auto afirmação dos faxinalenses:

Art. 2º A identidade faxinalense é o critério para determinar os povos tradicionais que integram essa territorialidade específica. Parágrafo Único. Entende-se por identidade faxinalense a manifestação consciente de grupos sociais pela sua condição de existência, caracterizada pelo seu modo de viver, que se dá pelo uso comum das terras tradicionalmente ocupadas, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, segundo suas práticas sociais tradicionais, visando a manutenção de sua reprodução física, social e cultural.

A questão da identidade é um fator de grande importância para os faxinalenses, pois é com o auto reconhecimento que lhes é permitido lutar por seus direitos, garantindo assim, a continuidade de suas práticas culturais e respeito perante a sociedade.

É preciso destacar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da prefeitura de Rebouças em parceria com a comunidade em questão, criado pelo artigo 19 da lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, visando promover o acesso à alimentação e o incentivo à agricultura familiar:

O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o Programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo.

De acordo com estudos realizados no Faxinal do Salto, os moradores estão

sofrendo com a falta de compromisso por parte dos órgãos públicos locais. Após o trabalhoso plantio de alimentos, sem a utilização de agrotóxicos, quando chega a hora de entregar a produção a prefeitura falha na regularidade das compras, alegando falta de verbas para pagar os alimentos produzidos pelos agricultores familiares do faxinal. A ideia do PAA é ótima, mas lamentavelmente sofre com o descaso das autoridades para com os produtores familiares que dedicam boa parte do seu tempo no cultivo de alimentos de forma sustentável, restando a eles fazer doações aos vizinhos e alimentar os animais para que a perda não seja total.

Neste contexto, é importante expor sobre a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006:

(...) por Segurança Alimentar e Nutricional – SAN entende-se a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

As formas de cultivo dos faxinalenses carregam em sua identidade experiências adquiridas de geração em geração. Neste processo estão envolvidas as práticas de plantio de subsistência, as quais utilizam o que a natureza dispõe para produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos. Estes saberes adquiridos enquadram-se no que se denomina como cultura imaterial. Segundo o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN):

Os Bens Culturais de Natureza Imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas

Estes saberes sobre o cultivo de alimentos de forma tradicional e orgânica, fazem refletir sobre a contribuição dos faxinais quando se discute tanto sobre sustentabilidade. Cultivar alimentos sem o uso de agrotóxicos garante alimentos saudáveis para quem os consome, além de proporcionar renda aos produtores.

Outra forma de assegurar o reconhecimento aos faxinais se deu com o decreto estadual n.º 3.446/97, que define as Áreas Especiais de Uso Regulamentado – ARESUR – como áreas abrangentes do sistema faxinal. Esta regulamentação das áreas de faxinais visa proporcionar melhorias e manutenção das características físicas e culturais faxinalenses. Todos os faxinais cadastrados dentro desse regulamento recebem ajuda financeira do ICMS ecológico (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços), como uma forma de incentivo à conservação ambiental. Com a lei complementar n.º 59/91 do estado do Paraná, todos os municípios que possuem áreas de conservação ambiental possuem direito a receber verbas do ICMS para garantir a manutenção e melhorias necessárias.

6 | CONCLUSÕES

Com essa pesquisa foi possível observar as características dos faxinais e do sistema de faxinal, bem como aspectos de sua formação até a situação real no presente momento. Analisando seu contexto de dificuldades para sobreviver, ficou evidente a importância da presença das políticas públicas nessas comunidades. Ainda que insuficientes e falhas em diferentes momentos, elas atuam em benefício deste sistema de vida tradicional, buscando preservar suas características.

Enquanto muitos faxinais deixaram de existir enquanto sistema, vários deles resistem apesar de problemas internos e externos, como o abandono das práticas comunitárias tradicionais por parte dos moradores e pelo avanço da agricultura comercial mecanizada com vistas ao mercado externo. Enquanto sistema de vida, produção e cultura, os faxinais apresentam possibilidades sustentáveis para amenizar problemas agrários quanto à falta de terras pela existência dos criadouros comuns.

Os faxinais foram sempre detentores de matas nativas, essenciais para a criação dos animais. Essa característica, contudo, passa por transformações uma vez que em muitos faxinais tem havido desmatamento, além da introdução de espécies exóticas como o eucalipto, consequência direta da cultura comercial do fumo, atividade anteriormente restrita a pequenas roças para consumo interno. Portanto, é necessário haver proteção, incentivos e fiscalização para que estas reservas florestais nativas remanescentes sejam preservadas do desmatamento para fins agrícolas comerciais ou reflorestamento com espécies exóticas, monoculturas que afetam os ecossistemas, a paisagem natural e a biodiversidade regional.

O apoio governamental em diferentes níveis é importante e necessário para a preservação dos faxinais e sua cultura. Contudo, a participação dos próprios faxinalenses nesse processo deve ser considerada, uma vez que são os atores e construtores de muitas lutas por seus direitos e pela garantia da continuidade de seu modo de vida. No Paraná atual encontram-se vários faxinais em estado de desagregação. Muitos já deixaram de existir. Geralmente, não por vontade dos faxinalenses, mas por pressões externas representadas principalmente pela agricultura comercial mecanizada, como é o caso da soja. Diante desse quadro de instabilidades e incertezas, as políticas públicas exercem papel relevante e necessário para a manutenção de um patrimônio cultural e ecológico paranaenses.

FONTE ORAL

Cirene Padilha.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>

gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginalphan> Acesso em: 30/03/2015.

BRASIL. **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome**. Disponível em:< <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>>. Acesso em 30/03/2015.

BRASIL. **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome**. Disponível em:< <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar>>. Acesso em 30/03/2015.

BONA, Aldo N.; CAMPIGOTO, José A. A hermenêutica e a origem dos faxinais. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v.14, n.2, p 127-153, inverno de 2009.

CHANG, M. Y. **Sistema faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná**. Londrina: IAPAR, 1988. (Boletim técnico, 22).

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991. Disponível em:< <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>>. Acesso em 30/03/2015.

NERONE, Maria Magdalena. **Terras de plantar, terras de criar: sistema Faxinal em Rebouças, 1950–1997**. Assis: UNESP, 2000. (tese de doutorado em história).



PARANÁ, Lei nº 15673, 13 de novembro de 2007. **Dispõe que o Estado do Paraná reconhece os Faxinais e sua territorialidade, conforme específica**. Curitiba – PR. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/LEI_FAXINAIS_15673_2007.pdf> Acesso em 02/02/2015

PARANÁ, Decreto Estadual nº 3446/97, 25 de julho de 1997. **Cria as Áreas Especiais de Uso Regulamentado - ARESUR no Estado do Paraná e dá outras providências**. Curitiba - PR, 1997. Disponível em: < http://www.tributoverde.com.br/site/modules/mastop_publish/files/files_4900c0362d493.pdf > Acesso em 05/04/2015.

PARANÁ, Lei Complementar nº 59/91, 01 de outubro de 1991. **Dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS, a que alude o art.2º da Lei 9.491/90, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental, assim como adota outras providências**. Curitiba - PR, 1991. Disponível em:< http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao_ambiental/Legislacao_estadual/LEIS/LEI_COMPLEMENTAR_59_1991.pdf> Acesso em 05/04/2015.

SAHR, C. L.; IEGELSKI, F. **O Sistema Faxinal no Município de Ponta Grossa: diretrizes para a preservação do ecossistema, do modo de vida, da cultura e das identidades das comunidades e dos espaços faxinalenses**. Ponta Grossa: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, 2003. (Relatório Técnico).

SAHR, Cicilian. L; CUNHA, Luiz Alexandre G. O significado social e ecológico dos faxinais: reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da mata com araucária no Paraná. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, Vol. 5, No 1 (2005)

	Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas ICMS Ecológico por Biodiversidade SÍNTESE DA TÁBUA DE AVALIAÇÃO DE FAXINAL Ano/Exercício: 2013/2014	
---	--	---

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome da ARESUR:	Faxinal do Salto
-----------------	------------------

Nome do município de interface:	Rebouças
---------------------------------	----------

Área total da ARESUR no Município (ha)	132,00
Área com qualidade física satisfatória (ha)	92,00
Área com qualidade física insatisfatória (ha)	40,00

2. AVALIAÇÃO

1	PLANEJAMENTO E GESTÃO	a	b	c	d	e
1.1	Plano participativo plurianual de ações		X			
1.2	Implementação do Plano plurianual de ações – no ano	X				
1.3	Conselho gestor e/ou Associação	X				
1.4	Acordo comunitário e nível de comprometimento		X			
1.5	Empenho do município para o desenvolvimento socioambiental do faxinal	X				
1.6	Termos de Compromisso com ações sustentáveis e de manutenção	X				
2	MEIO NATURAL E SOCIOECONOMICO	a	b	c	d	e
2.1	Presença de espécies raras, ameaçadas ou sob ameaça		X			
2.2	O município faz a divulgação do Faxinal, da importância social do Faxinal, nos aspectos ambientais e tributários	X				
2.3	Secretaria ou Departamento de Meio Ambiente no Município	X				
2.4	Relação de imóveis rurais e imóveis com SISLEG					
2.5	Manejo da floresta-vegetação			X		
2.6	Manejo dos recursos hídricos e conservação de solos		X			
2.7	Manejo da criação animal	X				
2.8	Qualidade de vida dos faxinalenses (podendo melhorar)		X			
3	RECURSOS ORGANIZACIONAIS	a	b	c	d	e
RECURSOS ORGANIZACIONAIS – INFRAESTRUTURA						
3.1	Divisas com cercas e identificações		X			
3.2	Placas de acesso e identificação do faxinal		X			
3.3	Rodovias internas		X			
3.4	Transporte público		X			
3.5	Saneamento básico e destino dos resíduos		X			
3.6	Assistência técnica por parte do Município		X			
4	AMEAÇAS E AGRESSÕES					
4.1	Multas ambientais lavradas no ano anterior no Município					
4.2	Pressão interna ou de terceiros para com o faxinal		X			
4.3	Pressão do Município para com o faxinal	X				

3. OBSERVAÇÕES:

Reunião feita com o novo secretário da Agricultura e Meio Ambiente Sr Antunelli, sem a participação comunidade.
Neste último período a administração não atendeu as demandas desta comunidade.

Tabela de avaliação de faxinal - IAP

GESTÃO ESCOLAR: PLANOS DE METAS OU PLANO ESCOLAR...

Andréia Oliveira Ferreira dos Santos

andrea_santtos42@yahoo.com.br

Universidade Nove de Julho

São Paulo- SP

Rosiley Aparecida Teixeira

rosileyteixeira@uol.com.br

Universidade Nove de Julho

São Paulo- SP

RESUMO: Este artigo visa apresentar os resultados parciais de um estudo que surge mediante inquietações sobre uma gestão escolar burocrática e gerencial. As suas características que apresentam contradições entre os objetivos propostos pela Instituição que a mantém, o Projeto Pedagógico e as práticas de gestão que aparecem na escola, o seu processo de seleção, descrição do espaço e funcionamento.

PALAVRAS CHAVE: Práticas Educativas; Gestão Escolar; Comunidades de Aprendizagem.

ABSTRACT: This article aims to present the partial results of a study that arises through concerns about bureaucratic and managerial school management. Its characteristics that present contradictions between the objectives proposed by the Institution that maintains it,

the Pedagogical Project and the management practices that appear in the school, its selection process, description of space and functioning.

KEYWORDS: Educational Practices; School management; Learning Communities.

INTRODUÇÃO

A pesquisa nasce de uma série de inquietações que surgem no período em que atuava como diretora da ONG/Escola, cujo nome será preservado. Nesse período, que durou dois anos, algumas questões eram latentes, entre elas a observação de certa incoerência entre a proposta da escola, que visava ao resgate social de crianças carentes da região, e o lugar reservado à gestão escolar, que se constituía em uma gestão controladora e autoritária que visava avaliar todo o trabalho pedagógico a partir dos resultados. Tal determinação me era imposta pela empresa mantenedora, que lidava com peças para tratores, localizada no tradicional bairro da Mooca, dirigida pelo presidente e pelos diretores dos setores financeiros, de marketing, operacional e de exportação.

Diante dessa situação, busquei conhecimentos que me permitissem superar o modo de gerir a escola, o que me levou ao

curso de mestrado profissional em Gestão e Práticas Educacionais e apresentar o tema de pesquisa referente à análise da gestão da escola em que trabalhava. Nessa busca encontrei os estudos de Paulo Freire, seu conceito de igualdade, dialogicidade, escuta. Fiquei convicta de que uma mudança era importante e necessária para uma gestão igualitária, justa e democrática.

Por meio dos estudos, percebi que a gestão escolar não poderia ser individual, pois cabia a todos (pais, gestores, professores, funcionários) a responsabilidade sobre a aprendizagem das crianças e que esta não se constituía apenas em resultados avaliativos e seletivos, pois aprender não significa somente codificar e decodificar signos, ou mesmo decorar conteúdos, utilizando sistemas apostilados de ensino. Em meio aos estudos, em contraposição à gestão escolar que realizava, deparei com várias propostas de gestão: gerencial, democrática, participativa e Comunidades de Aprendizagem (CA)¹, que se propõem a gerir a escola mediante o diálogo, utilizando-o para buscar soluções que resultem na aprendizagem para todos, promovendo participação coletiva na gestão da escola.

O objetivo desta pesquisa visa à análise da gestão de uma ONG/Escola, à problematização da sua gestão e à apresentação para a escola do projeto CA, que visam à gestão dialógica. Resultou na dissertação do Mestrado Profissional.

A proposta foi apresentar à escola a gestão dialógica, que a escola passasse da gestão de resultados à gestão dialógica da aprendizagem. O universo onde foi realizada a pesquisa, como já dito, é uma ONG localizada na zona leste, pais, alunos, professores, funcionários e gestores. Tendo como objeto de estudo a gestão escolar, esta suscita problematizações e questões: como superar um modelo de educação cuja gestão se volta para a administração de resultados? como superar uma gestão escolar cujo eixo central é a meritocracia? como desenvolver uma proposta educativa cujo eixo de gestão seja a participação e o diálogo?

No percorrer deste relatório de pesquisa, verificaram-se uma, entre muitas possibilidades de superação de uma gestão burocrática e gerencial para uma gestão dialógica e participativa, que foi utilizada nesta pesquisa/intervenção, que discute e apresenta o modo como a ONG/Escola buscou apropriar-se da gestão dialógica e como vem superando a gestão escolar centralizada nos resultados avaliativos.

Com o objetivo de estudar a gestão escolar com vistas à superação da gestão conhecidamente burocrática e gerencial, realizou-se um levantamento de dissertações e teses que tratam sobre o tema. Constatou-se que este aparecia em diversos estudos, mas não foram identificados estudos que possuíssem a gestão dialógica como tema central. Os temas mais comuns eram análises de gestões escolares burocráticas

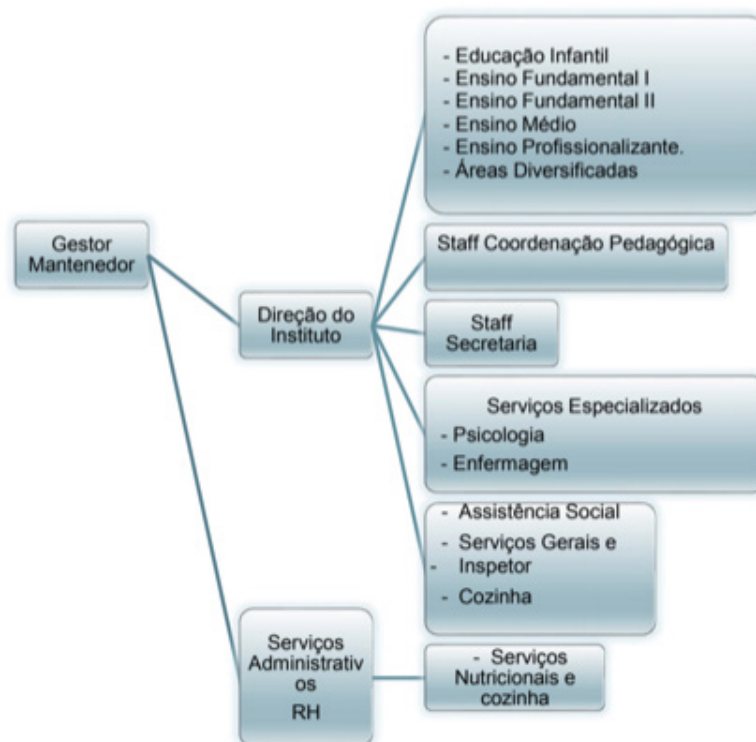
1. A proposta de Comunidade de Aprendizagem será referente à proposta desenvolvida pelo Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades – CREA, da Universidade de Barcelona, que visa à transformação da educação através da gestão democrática, abrangendo a comunidade escolar, visando construir uma educação de qualidade com a participação coletiva, com intuito de aproximar escola, família e comunidade. Constituindo a transformação do espaço escolar essa proposta tem como fundamentos a teoria da ação comunicativa postulada por Jürgen Habermas, teoria da dialogicidade do educador Paulo Freire.

gerenciais e propostas de superação via gestão democrática ou participativa.

No levantamento das dissertações e teses, foram encontrados os primeiros estudos avaliativos, no Brasil, das CA, que, embora não tratassem diretamente da gestão destas, apontavam para uma gestão escolar dialógica cuja prática permitiria que a ONG/Escola repensasse sua gestão. A pesquisa foi organizada em três capítulos.

DA GESTÃO DA EMPRESA À GESTÃO ESCOLAR

Conforme seu Plano de Metas e Plano Escolar (2014), a direção é responsável, na escola, pelo cotidiano escolar e o desenvolvimento da mesma, sendo o diretor consultado pelos funcionários para todas as decisões tomadas. A direção também é responsável pelo desempenho escolar dos alunos e o desempenho profissional dos professores. A gestão em que meu trabalho se desenvolve é muito centralizada, o que torna – se muito rígido para a gestão responsável por todas as tarefas do cotidiano escolar e ainda o cumprimento de um plano de metas imposto pela empresa mantenedora da escola. O organograma deixa explícita a centralização da gestão e a intervenção direta da empresa mantenedora.



Organograma da ONG/Escola

Fonte: Plano de Metas (2012)

Mediante o organograma, percebe-se a centralização do poder de gestão na ONG/Escola, que sofria forte influência da empresa mantenedora, que centralizava suas decisões. A direção era a gestora imediata da empresa, tendo que repassar as ordens diretas, sendo responsável pelas tomadas de decisões com interferência da

empresa. Nesse contexto, verifica-se uma gestão de resultados que exclui aqueles que supostamente não aprendem. Tal era a pressão sobre professores, alunos e familiares, que os resultados avaliativos eram expostos nos corredores e nas portas das salas de aula. Os alunos que não atendiam as expectativas da empresa mantenedora eram convidados a deixar a instituição, ou seja, eram excluídos.

Possuindo Plano de Metas e Plano Escolar, o primeiro era seguido rigorosamente, com reuniões bimestrais para apresentação dos resultados realizadas na empresa mantenedora junto com os diretores e presidente da mesma, que, para manter a estrutura para atender os alunos, exige em troca o bom rendimento escolar. Caso os alunos não o atinjam (e a escola não cumpra o plano), é convidado a retirar-se da instituição. O Plano de Metas inclui a renda familiar: se melhorar financeiramente, o aluno não pode ocupar sua vaga na instituição:

O Conselho formado por investidores, Diretores da empresa mantenedora, diretor escolar, coordenador pedagógico e um professor da escola. Administração Funcional: É responsável por manter o funcionamento diário da Instituição cumprindo o estatuto, regimento e políticas definidas, buscando cumprir a missão e excelência nos serviços prestados. Administração Participativa: É responsável por definir políticas e métodos dentro da sua área de responsabilidade e dar todo o apoio à equipe funcional na execução dos planos aprovados em conselho. Plano de Metas: São ações traçadas para desenvolvimento do ensino aprendizagem, dos alunos, sendo mensuradas através de notas lançadas na Meritocracia. (PLANO DE METAS, 2012).

O Plano de Metas é uma estratégia para administrar a escola de forma empresarial, sendo elaborado pelos diretores da empresa, sem participação dos funcionários da escola, que também não têm participação no PPP. Este é elaborado pelos gestores da escola, sendo documentos fragmentados, sem alinhamento, aplicado de forma totalmente setorial. As funções da escola e as funções da empresa eram divididas em funcional e participativa.

Funcionais	Responsáveis	Participativa	Responsáveis
Manter o dia a dia da Instituição	Escola	Educação e Disciplina	Escola
Plano Escolar	Escola	Captação de Recursos	Empresa
Administração Física Financeira	Escola	Desenvolvimento Profissional	Escola
Serviços Gerais	Escola e Empresa	Administração Familiar	Escola
Nutrição	Empresa	Marketing e Eventos	Empresa e Escola

TABELA I- Distribuições de Funções

Fonte: Plano de Metas (2012)

Muitas das ações, tanto funcionais quanto participativas, possuíam o envolvimento

da empresa e da escola para cumprimento das atividades. Todas as ações tinham formato empresarial, divisões de tarefas e cumprimento das mesmas. Nas reuniões de conselho, é apresentado o andamento da escola, sendo as tomadas de decisão da direção responsáveis pelo seu funcionamento. De certa forma, todos os pilares visavam à fiscalização do Plano de Metas e não ao auxílio da gestão escolar:

Metas. São mais concretas que os objetivos e mais imediatamente exequíveis, devendo ser quantificadas e detalhadas segundo a localização (onde e quando ocorre a ação). Contudo, elas não são rígidas nem pressupõem comportamentos rigorosos. Através de uma sistemática e de avaliação permanente, contribui – se para dar mais sentido ao percurso. Quando as metas não são atingidas, deve-se verificar coletivamente quais as possíveis causas e levantar as ações anteriormente previstas que, eventualmente, ainda não foram concretizadas. As metas devem ser enumeradas em consonância com as atividades que serão desenvolvidas durante o período de execução do projeto. (PADILHA, 2008, p. 91).

Conforme Padilha (2008), as metas são importantes e, quando não atingidas, são necessárias ações coletivas para atingi-las, e não centralizar tal busca. Algumas dessas metas da ONG/Escola não foram concluídas por falta de recursos e outros empecilhos, como a falta de tempo e recursos, devido ao cumprimento da burocracia, que demanda tempo.

As questões acima fazem parte da rotina do gestor da escola, que atende coordenadores, pais, alunos, secretaria e empresa, atendendo demandas da diretoria de ensino e as regulamentações solicitadas: organização documental, regimento e plano escolares, quadros curriculares, calendário. O gestor é um ator da escola muito exposto no espaço escolar perante à comunidade escolar, além de cumprir todas as regras, tem as funções de harmonizar as equipes, resolver conflitos, recepcionar visitantes, futuros doadores, acompanhar a execução dos trabalhos de todos. A escola, como se pode observar na descrição acima, é organizada e regulada por normas rígidas. Os traços da burocratização se apresentam de maneira acentuada, com plano de metas da empresa mantenedora a cumprir para dar conta das exigências escolares e empresariais.

Além de toda a burocracia há outro fator que dificulta as ações na gestão da ONG/Escola: nas reuniões pedagógicas, que servem para discutir o desenvolvimento dos alunos e as práticas educacionais, o tempo é utilizado para falas dos professores sobre disciplina, gestores de regras, funcionamento da escola e ordens conforme a citação de Gómez:

Um dos sentimentos mais constantes do professorado na atualidade é sua sensação de sufocação, de saturação de tarefas e de responsabilidades, para fazer frente às novas exigências curriculares e sociais que pressionam a vida diária da escola. (GÓMEZ, 2001, p. 175).

A escola possui sua cultura, diferente da cultura de uma empresa, mas a ONG/Escola segue a organização empresarial mesmo tendo a cultura escolar em sua estrutura. Essa sobrecarga que o professor sofre e a exigência pelos resultados são complicadas; a escola precisa rever essa mecânica de transmissão de conteúdo,

sendo necessária uma transformação na educação e valorização dos professores.

Os professores exercem sua função em sala de aula de forma isolada, com conteúdo preestabelecido, perpetuando o ensino de conhecimentos fragmentados. O tempo reservado no calendário letivo para encontros coletivos de cunho pedagógico é muitas vezes prejudicado pela ausência de alguns professores, devido ao desencontro, à excessiva carga horária que assumem, dificilmente na mesma escola, a fim de garantir um salário mensal digno. Para Day (2001, p. 23):

As salas de aula tendem a isolar os professores. Isto não acontece por acaso. Como sublinharam os historiadores da educação, o “sistema de produção em série” do século XIX, em que docentes isolados ensinavam programas iguais a grupos de crianças segregadas por idades, foi concebido como uma forma de disciplinar e controlar as massas. Infelizmente, esta tradição antiquada do isolamento acabou por ser considerada como a forma “normal” e ser ensinar em muitas escolas. O hábito é difícil de quebrar.

Devido à sobrecarga, são prejudicados o acompanhamento coletivo e as discussões sobre os acontecimentos e casos da sala de aula, pois poucos professores comparecem na reunião e nos encontros pedagógicos.

No Plano Escolar (2014) a proposta pedagógica deve ser elaborada coletivamente, mas, no caso, é elaborada somente pela equipe gestora, encaminhada para o protocolo e logo após ocorre a homologação na Diretoria de Ensino Leste 5. O próprio PPP, que tem amparo institucional, sofre prejuízo. Como falar em qualidade de ensino se nem todos os professores participam da elaboração do P.P.P. A falta de oportunidade e de tempo também constitui problemas para os pais de alunos da escola.

Com lamentável frequência, a vida na instituição escolar está presidida pela uniformidade, pelo predomínio da disciplina formal, pela autoridade arbitrária, pela imposição de uma homogênea, eurocêntrica e abstrata, pela proliferação de rituais carentes de sentido, pelo fortalecimento da aprendizagem acadêmica e disciplinar de conhecimentos fragmentados, inclusive memorialístico e sem sentido, distanciados dos problemas reais que logicamente provocam aborrecimento, desídia e até fobia pela escola e pela aprendizagem. (GÓMEZ, 2001, p. 133).

Conclui-se que na escola pesquisada o PPP não é concretizado. Os professores não elaboram o PPP, o planejamento de ensino é elaborado individualmente e em seguida avaliado pela gestão. Veiga (2003, p. 276-277) assim caracteriza o PPP:

[...] um movimento de luta pela democratização da escola, que para isso, necessita enfrentar o desafio da educação emancipatória tanto nas formas de organizar o processo de trabalho pedagógico, como repensar as estruturas de poder.

O processo de pensar coletivamente a elaboração do PPP é uma forma da participação, um instrumento de reflexão e ação. Nesse sentido não é aplicado na prática da ONG/Escola, sendo uma reprodução do documento e não construção coletiva e participativa. Conforme o Plano Escolar (2014, p. 11), “[...] superintendendo o acompanhamento, avaliação e controle de execução do Plano Escolar”.

O gestor, no trabalho pedagógico, desenvolve um acompanhamento de conteúdo. Os docentes são acompanhados pela gestão que se faz presente nas salas de aula

com o objetivo de acompanhar as atividades das crianças, o desenvolvimento das aulas, verificar as atividades desenvolvidas em sala, nos cadernos e apostilas. O gestor também faz o acompanhamento das notas bimestrais, mensurando o aprendizado por resultados. Segundo Lessard e Tardif (2008, p. 259): “A instituição escolar não fornece mais um modelo forte de referência, os docentes são abandonados o mesmo, em sua relação diária com os alunos e na construção do sentido aqueles tentam encontrar ou dar a sua experiência.” O ambiente escolar não é produzido, contudo, por práticas homogêneas e estáticas, havendo diversos olhares posturas e concepções que se entrecruzam. Somando-se a essa perspectiva neoliberal, há ainda diferentes tendências de gestão escolar que se encontra, se mesclam ou se opõem muitas vezes manifestando-se como opositores ou complementares. Em outras situações, aparece com mais evidência a dimensão autocrática ou democrática. O plano de trabalho, também chamado de plano de ensino e plano de atividades (VEIGA, 2003b, p. 12), está ligado às questões de sala de aula, questões pedagógicas e administrativas. É o detalhamento do projeto, cabendo aos docentes, à equipe técnica (supervisor, coordenador pedagógico, diretor, orientador educacional) e aos funcionários elaborá-lo e cumpri-lo. Todo o trabalho desenvolvido pelos professores é sistematizado, fechado e rígido, não possibilitando reflexão sobre as atividades elaboradas para serem executadas e nem ações relacionadas às mesmas.

Evidencia-se que tal política educativa está assumindo a tarefa de instrumentalizar as exigências do mercado para descobrir novas formas de manipulação e controle da sociedade quando existem possíveis reivindicações – além de demonstrar e provar para os organismos internacionais, que frequentemente auxiliam os países em desenvolvimento, seu progresso no meio educacional. Segundo Gómez (2001), a escola desenvolve e reproduz sua própria cultura, que influencia as aprendizagens e vivências, e cognitiva dos indivíduos, independente do seu currículo. A escola precisa não abandonar e não excluir, devendo ser um ambiente que promove aprendizagens significativas para o desenvolvimento da autonomia dos alunos. A instituição precisa ser renovada; a educação, inovada.

Tal compreensão torna-se fundamental quando se observa que a escola se mantém de maneira tenaz, impondo modos de conduta, de pensamento e de relações, independente das mudanças que ocorrem na sociedade, o que a torna desinteressante para os estudantes, que são obrigados a frequentá-la diariamente. Segundo Gómez (2001), com o entendimento da escola como construção da modernidade, que impõe um único modelo de cultura, privilegiando formas particulares de civilização, formam-se indivíduos emancipados, porém conformados com as imposições do Estado. Percebemos que as instituições educativas realizam um trabalho que visa ao controle, a tornar dóceis as consciências, isto é, almejam indivíduos normalizados.

Esta forma de ensinar não torna os sujeitos capazes de armazenar os conhecimentos em seu contexto, sua complexidade, seu conjunto. Parte dos alunos que saem da escola todo ano não conseguem estabelecer relações entre o que viveram

e aprenderam na escola com a realidade fora dela:

A escola está reforçando de maneira persistente a tendência etnocêntrica dos processos de socialização, tanto na delimitação dos conteúdos e valores do currículo que refletem a história da ciência e da cultura da própria comunidade como na maneira de interpretá-los como resultados acabados, assim como na forma unilateral e teórica de transmiti-los e no modo repetitivo e mecânico de exigir aprendizagem. (GÓMEZ, 2001, p. 35).

Repensar a escola em função das relações com ensino e aprendizagem. Sendo um espaço por meio dos meios de comunicação de massa, o que muda a posição da escola. Antigamente, a família exercia o papel de controle sobre esse poder cultural – o qual somente se aprendia na escola, reajustando a criança ao seu meio, sua família.

Se o que interessa é que o aluno realmente aprenda dentro da escola, e não que decore conteúdos para as provas, esquecendo-os depois, não se pode perder de vista, conforme diz Gómez (2001), que tudo na sala de aula se comunica, tudo fala cada parcela, cada objeto, cada atividade emite mensagens que o estudante capta e integra em suas ações cotidianas, isto é, aprende com toda a cultura escolar. Segundo o autor, para ter um ensino eficaz, a gestão da aula precisa incluir repensar as tarefas, o espaço e o tempo. Para isso, são necessários o planejamento de trabalho, a avaliação e o acompanhamento:

A instituição não considera que deva construir nenhuma identidade comunitária própria e diferenciada como resultado da convivência comum, mas a mínima estrutura formal requerida para garantir, sem interferências estranhas, o funcionamento dos intercâmbios acadêmicos previamente regulados. Não pretende exercer nenhuma função socializadora, mas a mera transmissão de conhecimentos disciplinares, o que exige a organização de outras experiências e outros espaços de convivência informal distintos das aulas como cenários do preestabelecido intercâmbio acadêmico. A própria organização do espaço e do tempo nas aulas é regido por rotinas-padrão derivadas de uma concepção linear e mecânica do intercâmbio acadêmico, concebido como transmissão clara de conteúdos informativos e avaliação objetiva de rendimentos. Quanto menos interferências pessoais, maiores garantias de objetividade e funcionamento eficaz. (GÓMEZ, 2001, p. 157).

Em busca dessa eficácia, a gestão tem o controle técnico e burocrático, com normas preestabelecidas, não sendo necessárias as relações sociais. De acordo com Libâneo (2012), a organização da escola traz uma cultura, um conjunto que constitui um contexto, que forma o modo de pensar e agir na subjetividade do sujeito em formação: “As práticas culturais em que estamos inseridos manifestam-se em nossos comportamentos, no significado que damos as coisas, em nosso modo de agir, em nossos valores”. (LIBÂNEO, 2012, p. 439-440). Para o autor, a cultura escolar é a cultura de todos, do aluno, do professor, da comunidade escolar. Segundo Libâneo (1993, p. 167):

A escola é, também, um mundo social, que tem suas características de vidas próprias, seus ritmos e seus ritos, sua linguagem, seu imaginário, seus modos próprios de regulação e de transgressão, seu regime próprio de produção e de gestão de símbolos.

A cultura da organização se faz pelos membros da escola e suas relações de

convivência, pela formulação da gestão participativa, a construção da Comunidade de Aprendizagem em seu contexto. De acordo com Escudero e González (1994, p. 91): “Essas culturas internas à escola, resultam de suas políticas culturais, não são independentes do contexto sociopolítico em que se situam, mas derivam e contribuem à divisão de classe, gênero, raça, idade, próprios da sociedade mais ampla.” Conforme Gómez, a cultura crítica designa a racionalidade que se modifica e se aloja nas disciplinas científicas, nas produções artísticas e literárias, sendo a espaço de diferentes culturas, que influenciam as gerações.

Libâneo (1993, p. 9) define a cultura organizacional da escola como “[...] o conjunto de fatores sociais, culturais, psicológicos que influenciam os modos de agir da organização como um todo e do comportamento das pessoas em particular”. Além dos aspectos procedimentais e administrativos, nas organizações escolares também haveria aspectos de natureza cultural, geralmente implícito, caracterizando as escolas de forma diferenciada:

A escola não pode, portanto, ser entendida como um mecanismo objetivo de precisão, independentemente dos conteúdos das tarefas e do sentido das interações, porque a eficácia das interações sociais está mediada pelo sentido que os sujeitos dão às tarefas e às relações nas quais se envolvem. As organizações sociais não podem ser entendidas como instrumentos assépticos; o conteúdo de seu funcionamento, devido ao sentido que lhe concedem, as especifica e peculiariza. (GÓMEZ, 2001, p. 161).

Nesse caso, é necessário trabalhar com a aprendizagem relevante, construindo os conhecimentos a partir da cultura experiencial dos alunos, refletir sobre as diferentes culturas, vincular a cultura acadêmica com as demais, já que esta representa a socialização do conhecimento de forma mais específica e sistematizada, enfim, criar a cultura própria em cada contexto educativo com a colaboração de todos os envolvidos no processo.

A ESCOLA E SEU PROJETO EDUCATIVO

A ONG/Escola observada nesta pesquisa existe desde 1999 (14 anos de existência) e funciona em tempo integral. Está localizada na cidade de São Paulo, num bairro da zona leste, o Tatuapé. Fica próximo da avenida Paes de Barros, que liga o bairro à Marginal Tietê, via principal da região.

Conforme dados de 2015 da (Seade)², a região do Tatuapé tem população de 93.781 mil habitantes, com taxa anual de crescimento de 0,14. Próximo à escola, existem outras, particulares e públicas: quatro escolas Estaduais, que atendem à demanda do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, três escolas municipais e alguns particulares. No total, são atendidos nessas escolas 4.550³ mil alunos. As escolas particulares da região atendem Berçário, Educação Infantil, Ensino Fundamental e

2. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.

3. Informações fornecidas pela Diretoria de Ensino Leste 5.

Ensino Médio. A escola pesquisada atende crianças da pré-escola ao Ensino Médio; em média 208 alunos em período integral. No entorno existem serviços públicos como posto de saúde e correio. Também há comércios que abrangem padarias, farmácias, academias, posto de gasolina. Na rua à frente da escola, subindo dez quadras em sentido oeste, existe uma comunidade à beira do córrego, onde moram alguns alunos atendidos pela escola. Próximo dessa comunidade há uma Casa Abrigo que atende crianças e adolescentes⁴.

O INGRESSO NA ONG/ ESCOLA

Embora partes dos alunos vivam nos arredores, de acordo com estudo socioeconômico realizado pelo setor social da escola, alguns residem em regiões periféricas um pouco mais distantes⁵. Entre os motivos da preferência por estudar longe de casa estão: a relação familiar com a escola (irmãos, primos), a ideia de que o ensino e/ou professores são melhores, a opção por ter período integral e os benefícios que a escola oferece – material escolar, apostila de sistema de ensino, uniforme completo, alimentação (almoço e janta). Para ser aluno, é necessário passar por um processo seletivo. A escola oferece vagas para crianças e adolescentes carentes da região, mas necessita ter um perfil específico, de baixa-renda, conforme estatutos. A escola tem como objetivo ajudar a família e o aluno resgatá-los da vulnerabilidade social. O processo seletivo leva em conta os seguintes requisitos:

a. A família deve ter renda familiar até 2 (dois) salários mínimos;
b. Pai e mãe devem trabalhar, apresentando registro em Carteira Profissional ou carta de emprego;
c. Entrevista, após prévia seleção da Assistente Social junto com a direção do instituto;
d. Documentos precisam ser apresentados: documentos pessoais do pai, da mãe e da criança; caso não os possuam, a Direção os orienta e dá ajuda financeira para a retirada dos mesmos;
e. Cópias de conta de luz, água e aluguel;
f. Ficha de inscrição da família;
g. Ficha de requerimento de matrícula;

4. No abrigo 300 crianças e adolescentes são atendidos (dados fornecidos pelo abrigo).

5. Conforme consulta nos documentos da escola.

h. Ficha de saúde da criança;

i. Cópia da Carteira de Saúde para controle de vacinação.

Quadro iv – requisitos de seleção

O coordenador social⁶ disponibiliza fichas de inscrição, que ficam na secretaria para preenchimento de intenção de vaga ao longo de todo o ano – mas a abertura ocorre durante todo o mês de outubro.

Num primeiro momento, todas as fichas são analisadas a partir do critério financeiro, ou seja, famílias com renda elevada são eliminadas. O parâmetro financeiro definido pelo Instituto Ato para essa primeira análise é de até dois salários mínimos por família (mas toda situação é estudada).

Todas as famílias selecionadas na primeira fase são convidadas para uma entrevista no Instituto Ato para averiguação das informações descritas na ficha de inscrição, com um psicólogo social. Na entrevista, as famílias são questionadas sobre a veracidade do conteúdo das fichas e são analisadas para verificar se realmente necessitam da vaga na escola, até porque o documento entregue diz somente sobre a renda familiar. São verificados o tamanho da residência, dos cômodos, quantas pessoas vivem na casa, quem se responsabiliza em levar e buscar a criança.

As famílias aprovadas na segunda fase são organizadas por região onde moram, para que recebam a visita de uma dupla de voluntários em sua casa (um deles já realiza algum trabalho social⁷). Na visita, observa-se a dinâmica familiar e há análise das condições de vulnerabilidades. A partir daí, são gerados relatórios que são analisados por um Conselho Socioeducacional junto com pelo menos um dos integrantes da dupla de voluntários que realizou a visita. O coordenador social elabora um relatório de acompanhamento familiar para seleção da vaga na escola, constando a renda da família, situação da moradia – se imóvel próprio, invadido, alugado ou cedido. Em caso de aluguel, o valor pago, se possui veículo, conforme o campo de observação da planilha abaixo⁸.

6. Psicólogo social que atende as famílias em vulnerabilidade social.

7. O trabalho social baseado na comunidade organiza uma estrutura constituída por membros da sociedade a quem pode ser dada formação básica. Para esse trabalho os sujeitos que queiram participar das visitas precisam ter alguma experiência como líderes comunitários ou de voluntariado para comunidades.

8. campo do relatório Aluno/Família preserva a identidade das famílias e alunos.

Aluno/Família	Qtd. Pessoas	Renda Mãe	Renda Pai	Renda Familiar	Sit. Moradia	Valor do Aluguel	Veículo	Obs:
	3	R\$ -	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	Financiada	R\$ 1.540,00	Sim	Taxi - mãe desempregada
	4	R\$ 500,00	R\$ 1.600,00	R\$ 2.100,00	Próprio	*	Não	mãe trabalha em casa - Beleza
	4	R\$ 500,00	R\$ 1.600,00	R\$ 2.100,00	Próprio	*	Não	mãe trabalha em casa - Beleza
	4	R\$ 1.083,00	R\$ 1.000,00	R\$ 2.083,00	Cedida	*	Não	moram na casa do ferro velho
	4	R\$ 1.083,00	R\$ 1.000,00	R\$ 2.083,00	Cedida	*	Não	moram na casa do ferro velho
	4	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00	Cedida	*	Sim	Usa o carro para trabalho
	3	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00	Alugada	R\$ 700,00	Sim	Por conta do acidente.
	4	R\$ 900,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.900,00	Alugada	R\$ 300,00	Sim	Carro velho/família acompanhada
	4	R\$ 900,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.900,00	Alugada	R\$ 500,00	Não	Pai usuário - Mãe controla a casa/Distância
	4	R\$ 920,00	R\$ 950,00	R\$ 1.870,00	Alugada	R\$ 400,00	Não	Padrasto - Pai ausente
	4	R\$ 920,00	R\$ 950,00	R\$ 1.870,00	Alugada	R\$ 400,00	Não	Padrasto - Pai ausente
	5	R\$ 950,00	R\$ 900,00	R\$ 1.850,00	Cedida	*	Não	Padrasto - Pai mantém contato- Higiene
	4	R\$ 800,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.800,00	Cedida	*	Sim	Carro Novo/ Casa boa
	3	R\$ 1.750,00	R\$ -	R\$ 1.750,00	Alugada	R\$ 750,00	Não	casada recentemente
	8	R\$ 640,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.640,00	Invadida	*	Não	Mãe é diarista
	8	R\$ 640,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.640,00	Invadida	*	Não	Mãe é diarista
	3	R\$ 1.500,00	R\$ -	R\$ 1.500,00	Alugada	R\$ 585,00	Não	Divide com a Avó
	3	R\$ 1.400,00	R\$ -	R\$ 1.400,00	Reforma	R\$ 700,00	Não	Padrasto desempregado
	5	R\$ -	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	Alugada	R\$ 900,00	Não	Avó ajuda nas despesas
	5	R\$ -	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	Alugada	R\$ 900,00	Não	Avó ajuda nas despesas
	4	R\$ -	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	Invadida	*	Sim	moto do marido/ Higiene
	3	R\$ -	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	Alugada	R\$ 300,00	Sim	Mãe faz bicos para ajudar
	3	R\$ 1.000,00	R\$ -	R\$ 1.000,00	Cedida	*	Não	Moram nos fundos do trabalho
	4	R\$ 1.000,00	R\$ -	R\$ 1.000,00	Alugada	R\$ 660,00	Não	A família ajuda nas despesas
	3	R\$ 1.000,00	R\$ -	R\$ 1.000,00	Próprio	*	Não	Atualmente retornou p/ casa da mãe
	5	R\$ 996,00	R\$ -	R\$ 996,00	Alugada*	R\$ 500,00	Não	02 amigas dividem o aluguel
	6	R\$ 944,00	R\$ -	R\$ 944,00	Alugada*	R\$ 850,00	Não	Divide c/ a Família

Todos os candidatos à vaga ONG/Escola (a partir do 6º ano do fundamental) aprovados até essa fase são convidados para realizar uma prova na instituição a fim de

avaliar potencialidades e deficiências. Alunos muitos defasados são desclassificados. As avaliações contemplam Língua Portuguesa e Matemática; com avaliações abaixo de (5,0), são eliminados. As famílias aprovadas em todas as fases são chamadas para realização da matrícula. O processo seletivo é programado para ser realizado em até três meses. Portanto, no processo seletivo são acolhidas crianças por serem de baixa renda, sendo excluídas as que não possuem os conteúdos exigidos.

POR DENTRO DA ESCOLA

As classes são distribuídas em ciclos, tendo na educação infantil (composta pela pré-escola) 17 alunos; no Ensino Fundamental (do 1º ano ao 9º ano), 158; no Ensino Médio (primeiro, segundo e terceiro anos), 33 – totalizando 208 alunos atendidos.

Pré	17
1º ano	18
2º ano	18
3º ano	23
4º ano	18
5º ano	18
6º ano	16
7º ano	18
8º ano	15
9º ano	14
1º EM	14
2º EM	10
3º EM	09

TABELA II - DISTRIBUIÇÃO DE ALUNOS

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora (2014)

Os alunos são atendidos em período integral na ONG/Escola, pois esta possui a missão de contribuir na formação educacional, profissional e social de cidadãos de baixa renda, preparando-os para um futuro autossustentável. A escola segue as normas curriculares conforme a LDB, das Bases Comuns e Bases Diversificadas, homologadas no Quadro Curricular. Também é cumprida a quantidade exigida de dias letivos de aulas, oficializada no calendário escolar homologado pela Diretoria de Ensino Leste 5, totalizando 206 dias letivos, cumprindo com o exigido (200 dias letivos no ano).

Os alunos chegam à escola devidamente uniformizados, com seus pais ou transporte escolar, e são recebidos pela zeladora. A entrada dos alunos inicia às 7h. Das 7h40min às 8h, o aluno poderá entrar, precisando assinar o livro de atrasos, que fica na secretaria. Quem faz a conferência é a zeladora, que abre o portão, acompanha a entrada de todos e, depois, faz o registro dos atrasos. Com três atrasos, o aluno do

Ensino Fundamental é suspenso por um dia; o do Ensino Médio, com igual número de atrasos, não entra na escola, regra que consta no regimento interno da escola, assinado pelos pais no ato da matrícula/rematrícula. Cobra-se o horário de entrada dos alunos do Ensino Médio em sala com dez minutos de tolerância, mas nesse período sempre ocorrem também atrasos dos professores, a coordenação através do caderno de comunicados sobre atrasos e faltas para orientá-los.

O prédio escolar possui um bloco único com dois andares; térreo, primeiro andar, segundo andar. Na entrada no térreo (nível da rua), existe um espaço livre, logo em seguida, o parque – com gira-gira, escorregador e casinha de madeira embaixo uma gangorra. Para o uso desse espaço a escola tem um cronograma de horários para as crianças da Educação Infantil e os alunos do Ensino Fundamental I.



IMAGEM I - PARQUE

Fonte: Pesquisadora – Parque da ONG/ Escola (2014)

No térreo, na entrada da escola, o espaço livre dá acesso à secretaria. Ao lado da secretaria, fica a sala do Diretor Social, responsável pelo setor de atendimento às famílias, funcionamento de arrecadação de doação e parcerias financeiras. Em seguida, possui uma divisória dá caminho para a sala da técnica de enfermagem, espaço para atendimento de primeiros-socorros, ministração de remédios com receita médica e acompanhamento do peso/crescimento dos alunos, sendo este realizado junto com a professora de educação física. Em seguida tem o refeitório dos funcionários que utilizam para horário de almoço e intervalo do lanche.



IMAGEM II - REFEITÓRIO

Fonte: Pesquisadora – Refeitório da ONG/ Escola (2014)

A cozinha fica logo após o refeitório dos funcionários e tem dois espaços para preparação dos alimentos e uma dispensa. São preparadas quatro refeições por dia (café da manhã, lanche, almoço e janta). Na parte de trás da cozinha, há uma sala de descanso para os funcionários com televisão, dois sofás, um banco.

As refeições são preparadas por uma cozinheira chefe e três auxiliares, sendo que uma vez por semana são acompanhadas pela nutricionista, que organiza o cardápio e faz orientações necessárias para a equipe da cozinha e a dos professores, que realizam o projeto nutricional com as crianças. Ao lado do refeitório dos funcionários, fica o refeitório dos alunos, que possui espaço maior.

O café da manhã⁹¹⁰ é servido às 7 h e a escola oferece alimentação completa desde a primeira refeição ao almoço e jantar. Como são alunos carentes, muitos não têm alimentação adequada em casa. Para os alunos do Ensino Médio, o café da manhã é às 7h, pois as aulas começam às 7h10min; para o Ensino Fundamental I (1º ano ao 5º ano), às 7h30min; para o pré e Ensino Fundamental II (6º ano ao 9º ano), às 8h.

Os horários de almoço são divididos em turnos diferentes, pois o espaço não comporta todos. O primeiro turno, das 11 h às 11h30min, para as classes da pré-escola e sexto, sétimo, oitavo ano, esse horário alguns professores e estagiárias acompanham os alunos. No segundo horário, das 11h30min às 12 h, para as turmas do primeiro ao quinto ano e nono ano e às 12h30m para o ensino médio. Das 11h às 12h30min, os alunos do Ensino Fundamental almoçam e têm tempo livre, com estagiárias, inspetor e zelador, enquanto os professores estão no horário de almoço (com duração de 1h12min).

À tarde, o lanche inicia das 15h às 15h15min, para Ensino Fundamental II (sexto ao nono ano). Das 15h30min às 16 h, lancham os menores (pré-escola); das 16 h às

9. Servido para todas as classes, mas em horários diferenciados, pois o espaço não comporta todas num mesmo horário. Geralmente, são servidos leite com chocolate, pão ou bolacha.

16h30min, as turmas do quarto, quinto ano, primeiro e segundo Ensino Médio. São momentos em que os alunos falam alto, como se fosse um momento de extravasar. Os professores acompanham esse horário e somente os alunos do Ensino Fundamental II (sexto ao nono ano) são acompanhados pela zeladora, que serve o lanche, e pelo inspetor, que acompanha os alunos na volta à classe.

A escola tem um muro de altura médio com cerca elétrica, algumas câmeras – no portão, no hall da secretaria, no refeitório dos alunos, no corredor que dá acesso ao terceiro andar das salas do Ensino Fundamental II (do sexto ao nono ano).

Para a educação infantil, no ano letivo de 2014, havia somente uma sala de pré-escola, que ficava no nesse espaço há duas salas de aulas, para o segundo ano, e ao lado da sala de aula de xadrez. Na sala para a educação infantil as carteiras eram organizadas em fileiras individuais. Dentro da sala havia banheiro adaptado para uso dos alunos do pré, lousa, cartazes com letras e números ensinados. Utilizava-se um sistema apostilado, com prazo para término dos conteúdos e atividades da apostila, com cadernos de casa (tarefas), de alfabetização, matemática, caligrafia, mesmo porque na sala da educação infantil também era inclusa na meritocracia. Os professores da Educação Infantil eram formados em pedagogia. Por ter período integral, uma professora ficava no período da manhã e outra no período da tarde, com auxiliar de classe e estudantes de pedagogia nos dois períodos.

No primeiro andar, encontram-se as salas de aulas do Ensino Fundamental, (primeiro, terceiro, quarto, quinto) e duas salas do Ensino Médio (primeiro e segundo ano). As salas do Ensino Fundamental, do primeiro ao quinto ano, são organizadas com carteiras e cadeiras em fileiras, com lousa, armário para guardar apostilas e cadernos sendo um para cada disciplina: língua portuguesa, matemática, história, geografia, ciências, arte, lição de casa, informática, língua inglesa. O sistema apostilado era do Sistema Universitário, com avaliações mensais e bimestrais. No período da manhã, havia uma professora polivalente e professores de informática e educação física. No período da tarde, uma professora polivalente acompanha as atividades de lição de casa, recreação e aulas extras, com professores especialistas de judô, xadrez e futebol.



IMAGEM III - BIBLIOTECA

Fonte: Pesquisadora – Biblioteca da ONG/ Escola (2014)

A biblioteca (no primeiro andar) era frequentada por professores e alunos para pesquisas e desenvolvimento dos projetos de Leitura. Como se observa na imagem, o local é composto por estante, possuindo livros didáticos e paradidáticos. Embora seja um espaço provido de bons livros, é subutilizado, para assistir vídeo.

A sala dos professores tem ar-condicionado, armários individualizados para professores e estagiários, dois computadores com acesso à internet, um armário com materiais dos professores. O espaço é utilizado nos intervalos pelos professores e para reuniões pedagógicas.

No segundo andar, ficam as salas de aulas do Ensino Fundamental II, sexto, sétimo, oitavo, nono, e o primeiro ano do Ensino Médio. Pelo fato de a escola ser de tempo integral, os alunos são nelas mantidos. O Ensino Fundamental II (do sexto ao nono ano), no período vespertino, tem aulas regulares (língua portuguesa, matemática, história, geografia, ciências, arte, língua inglesa, informática); no período da manhã, estudam para avaliações, lição de casa e fazem aulas extracurriculares de judô, futebol e xadrez. As salas são organizadas com carteiras e cadeiras em fileiras, mas alguns professores gostam de colocá-las em círculo para diferenciar as aulas. Nas trocas das aulas, as turmas se agitam e o inspetor sempre verifica se tem alunos no banheiro ou em outros locais da escola para garantir que ficassem em sala.

O Ensino Médio usa o mesmo material apostilado. Nas salas as carteiras são universitárias (com um “braço” ao lado). No currículo, existem mais disciplinas (língua portuguesa, matemática, história, geografia, biologia, física, laboratórios de física e química, língua espanhola, língua inglesa, filosofia e sociologia). No período da tarde, os alunos do 3º ano do Ensino Médio deslocavam-se ao centro da cidade para fazer curso profissionalizante em outra instituição. Os alunos do 1º e 2º ano continuavam na

escola, em outras atividades (lição de casa, Khan Academy¹⁰¹¹ – projeto de matemática).

Ao lado da sala do nono ano encontra-se uma sala em que ficam materiais escolares (cadernos, ficheiros, lápis de cor, massinha, tinta, folhas diversas) e dois banheiros desativados, sendo o espaço utilizado para armazenamento de doações (ventilador, batedeiras, ferros de passar) usadas em bingos beneficentes.

No mesmo andar, há dois banheiros, uma sala de informática com dezesseis computadores (com acesso à internet), *data show* e um computador central do professor. Por fim, um laboratório de química e física, com três bancadas, bancos, um armário, um esqueleto, tubos de ensaio e alguns reagentes químicos.

No terceiro andar, onde há uma quadra coberta, num amplo espaço com mezanino, são guardadas mesas de plástico redondas desmontadas e cadeiras, utilizadas em eventos. O chão da quadra é poliesportivo e existem uma pia e dois armários em que são guardados os materiais de educação física e futebol. Nesse espaço também são realizados eventos escolares (Festa Junina, Feijoada, Formatura, torneios de judô, futebol, xadrez). Para ventilação da quadra, o local possui seis ventiladores, três fixados na grade do mezanino e três nas laterais, quatro exaustores e seis refletores. Cabe destacar que os corredores da escola são largos o suficiente para cumprir a função que lhes foi designada, possibilitando que sejam colocados cartazes nas paredes.

A ONG/Escola tem boa distribuição do espaço, organização dos horários e atividades desenvolvidas, com salas de aula em número adequado para o desenvolvimento de um bom trabalho pedagógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo foi elaborado a partir dos resultados parciais dos estudos sobre a gestão escolar e a construção da gestão participativa em uma ONG/ Escola que possui gestão gerencial, que busca resultados. O estudo verificou as melhorias que o projeto CA trouxe para as relações entre comunidade, familiares e profissionais da educação, bem como para as aprendizagens das crianças na ONG/ Escolar e sua gestão. O artigo traz um recorte sobre a gestão empresarial entrelaçada à gestão escolar com sua proposta pedagógica, também sobre o cenário do seu processo seletivo para crianças e adolescentes de baixa renda a concorrência a vaga ONG/ Escolar. Recorte da descrição do espaço escolar e suas atividades pedagógicas desenvolvidas no ensino integral.

10. O Khan Academy é uma ONG educacional criada e sustentada por Salman Khan. Com a missão de fornecer educação de alta qualidade para qualquer um, em qualquer lugar, oferece uma coleção grátis de mais de 3.800 vídeos de matemática, entre outras matérias, com os quais os alunos aprendem por meio de jogos e atividades via internet.

REFERÊNCIAS

DAY, C. **Desenvolvimento profissional de professores**. Portugal: Porto Editora, 2001.

FARIA, José Henrique de. **Teoria das formas de governo**. Material do curso de Estado, Poder e Formas de Gestão. Curitiba, 2001.

GARCIA, Bianco. Zalmora. Tese (Doutorado em Educação). **Escola pública, ação dialógica e ação comunicativa: a radicalidade democrática em Paulo Freire e Jürgen Habermas**. 202.f. Universidade de São Paulo - São Paulo. 2005.

GÓMEZ P. A. I. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

_____. **Educação Escolar: Políticas Estrutura e Organização**. São Paulo, Cortez, 2012.

_____. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1993.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político- pedagógico da escola**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

STOPPINO, Mario. Poder. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicolas; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 12ª ed. Brasília: UnB, 1999. p. 933-943. V. 2.

VEIGA, I. P. A. **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. Campinas: Papyrus, 2003a.

_____. As instâncias colegiadas da escola. In: VEIGA, I. P. A. **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. Campinas: Papyrus, 2003b.

GRUPO SEGURA FIRME: UMA EXPERIÊNCIA DE PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA INCONTINÊNCIA URINÁRIA NO CENTRO DE SAÚDE DO IDOSO DE BLUMENAU

Gisele Cristine Zimmer Samagaia

Fisioterapeuta da Prefeitura Municipal de Blumenau, giselesamagaia@blumenau.sc.gov.br

Sabrina Speckart Ribeiro

Acadêmica de Fisioterapia da Fundação Universidade Regional de Blumenau, sabriiribeiro@gmail.com

Camila Amanda Schmoegel Elias

Fisioterapeuta

RESUMO: A incontinência urinária é caracterizada pela perda involuntária de urina, podendo ser caracterizada por incontinência urinária de esforço, hiperatividade vesical ou incontinência mista. A Secretaria de Promoção de Saúde de Blumenau em parceria com a Universidade Regional de Blumenau mantém um programa de parceria instituição-escola sendo o Centro de Saúde do Idoso (CSI) um dos campos para a realização de estágio do curso de Fisioterapia durante o 10º semestre. Este trabalho se trata de um relato de experiência da atividade em grupo realizada no CSI. Neste âmbito foi idealizado por uma estagiária o grupo para orientação e tratamento da incontinência urinária que foi nomeado como Grupo Segura Firme. Durante cinco encontros as pacientes são orientadas sobre a patologia e suas consequências, trocam experiências e realizam os exercícios propostos pela fisioterapeuta

em companhia da estagiária, recebem uma cartilha com orientação dos exercícios a serem realizados em casa e material explicativo sobre as orientações recebidas no decorrer das semanas. As atividades em grupo se mostram bastante benéficas aumentando a motivação e a adesão às orientações. Sugere-se a continuidade do projeto e a expansão do mesmo na atenção básica do município, assim como a realização de grupos com pacientes do sexo masculino.

PALAVRAS-CHAVES: Idoso, Incontinência Urinária, Atividade em Grupo.

ABSTRACT: Urinary incontinence is characterized by involuntary loss of urine and may be characterized by stress urinary incontinence, bladder hyperactivity or mixed incontinence. The Health Promotion Secretary of Blumenau in partnership with the Regional University of Blumenau maintains a program of institution-school partnership being the Centro de Saúde do Idoso (CSI) one of the fields for the stage of the physiotherapy course during the 10th Semester. This work is an experience report of the group activity performed in the CSI. In this context, the group was conceived by an intern for the orientation and treatment of urinary incontinence, which was named as the Grupo Segura Firme. During five meetings the patients are oriented about the pathology

and its consequences, exchange experiences and perform the exercises proposed by the physiotherapist in the company of the intern, receive a booklet with guidance of the exercises to be made at home and explanatory material on the orientations received during the weeks. Group activities are very beneficial, increasing motivation and adherence to orientations. It is suggested the continuity of the project and the expansion of the same in the primary care of the municipality, as well as the realization of groups with male patients.

KEYWORDS: elderly, urinary incontinence, group activity.

1 | INTRODUÇÃO

O assoalho pélvico é uma estrutura composta por um grupo de músculos firmes e elásticos localizados logo abaixo da cavidade pélvica e que tem como função sustentar os órgãos da parte inferior do corpo. Ao longo do tempo ou em função de alguma situação específica, a musculatura pélvica pode apresentar diminuição de força, favorecendo a perda urinária e em casos mais graves os prolapso (ARAÚJO; MEJIA, 2015).

A Sociedade Internacional de Continência define a incontinência urinária como perda involuntária de urina, podendo ser classificada como incontinência urinária de esforço, hiperatividade vesical ou incontinência urinária mista. A incontinência urinária de esforço quando a pressão intravesical excede a pressão uretral máxima na ausência de contração do músculo detrusor. Nessas condições as pacientes costumam relatar perdas em atividades que necessitem esforço, como subir degraus, carregar peso, ao espirrar ou tossir. Já a hiperatividade vesical se caracteriza pela perda involuntária de urina, associada ou não ao desejo de urinar, é associada ao aumento da frequência miccional, noctúria e urge continência. Já a incontinência urinária mista associa os dois tipos de incontinência relatados anteriormente (DEDICAÇÃO et al, 2009; ARAÚJO; MEJIA, 2015; MONTEIRO, 2010).

A incontinência urinária exerce múltiplos efeitos sobre a saúde dos indivíduos. Os maiores problemas relatados estão ligados a situações do cotidiano que podem levar a uma perda importante da qualidade de vida, como problemas sexuais, isolamento social, baixa autoestima e depressão (DEDICAÇÃO et al, 2009; ARAÚJO; MEJIA, 2015).

A cinesioterapia através de exercícios de Kegel proporciona o fortalecimento da musculatura pélvica através de contrações controladas e sistematizadas da musculatura estriada do assoalho pélvico. A cinesioterapia orientada por fisioterapeutas é isenta de efeitos colaterais, sendo uma boa opção, desde que a avaliação seja feita de forma adequada e os exercícios sejam escolhidos de forma correta de acordo com cada paciente (ARAÚJO; MEJIA, 2015; MONTEIRO, 2010).

Os idosos têm grandes ganhos de qualidade de vida quando participam de algum grupo, seja ele um grupo de convivência, um grupo de saúde ou um grupo de exercício.

Eles exprimem grande satisfação em participar de um grupo social com manifestações de respeito, cumplicidade e reconhecimento social. Assim sendo, um grupo de saúde onde várias pessoas apresentam o mesmo problema promove uma situação de parceria e entendimento através das trocas de experiências e conforto mútuo. Idosos que participam de atividades em grupo apresentam também mais motivação para a realização de exercícios favorecendo a adesão às orientações prestadas (TAHAN; CARVALHO, 2010; RIZZOLLI; SURDI, 2010; LINS; CORBUCCI, 2007).

O CSI é um centro de referência em saúde da pessoa idosa ligada a Secretaria Municipal de Promoção de Saúde da Prefeitura Municipal de Blumenau. O público atendido pela referida instituição é o idoso fragilizado ou em processo de fragilização encaminhado pela atenção básica (Estratégia de Saúde da Família e Ambulatórios Gerais) além de outros serviços através do Sistema de Regulação (SISREG). Ao chegar ao serviço, o idoso passa por avaliação, e enquadrando-se nos critérios de atendimento do CSI, ele é encaminhado para avaliação com os profissionais conforme a necessidade do paciente. Quando o paciente relata a presença de incontinência urinária, o mesmo é encaminhado para avaliação com uma das fisioterapeutas do serviço. A partir da demanda de pacientes encaminhadas para esta avaliação decidiu-se montar um grupo de orientação à patologia associando orientações sobre a patologia e suas consequências associada a exercícios para o fortalecimento do assoalho pélvico.

A Prefeitura Municipal de Blumenau mantém parcerias de integração das Instituições de Ensino Superior e o Serviço Público. O CSI funciona como local de estágio e pesquisa de acordo com a disponibilidade dos profissionais e o público alvo. A Universidade Regional de Blumenau (FURB) mantém em seu curso de fisioterapia um programa de estágio avançado realizado no 10º semestre. Através deste programa os acadêmicos com afinidade na área de geriatria podem realizar o programa de estágio no CSI.

O presente trabalho tem por objetivo relatar a experiência da atividade em grupo para o tratamento da incontinência urinária denominado Grupo Segura Firme, desenvolvida como proposta de atividade durante o estágio avançado de fisioterapia da FURB, realizado pela acadêmica Camila Schmoegel Elias e absorvida pelo serviço devido aos ganhos mostrados pelas pacientes.

2 | METODOLOGIA

O presente trabalho se trata de um relato de experiência referente ao grupo de tratamento de incontinência urinária Segura Firme. O grupo ocorre em cinco encontros que ocorrem na segunda-feira à tarde e tem duração aproximada de uma hora. A cada encontro ocorre um momento inicial de roda de conversa, onde há uma troca de experiências e orientações sobre a patologia. Após esse contato inicial as pacientes aprendem uma série de exercícios de conscientização e fortalecimento da musculatura perineal. No quarto encontro as pacientes recebem uma cópia da cartilha desenvolvida

pela estagiária que iniciou grupo, Camila Amanda Schmoegel Elias, com exercícios inspirados nos exercícios de Kegel. No dia do encerramento do grupo as idosas recebe um material elaborado pela estagiária Sabrina Speckart Ribeiro com lembretes das orientações repassadas durante os encontros. A metodologia de trabalho é mutável se adaptando de acordo com as características de cada grupo.

INCONTINÊNCIA



URINÁRIA

Centro de Saúde do Idoso

Data 24/11/2017
CAMILA AMANDA SCHMOEGEL ELIAS
GISELE ZIMMER SAMAGAIA

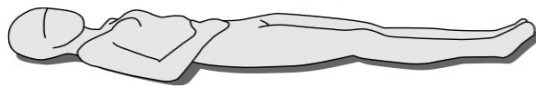
EXERCÍCIOS

1º Treino Proprioceptivo: Paciente deitada de barriga para cima e com as pernas flexionadas e os pés apoiando na cama, deve tocar o períneo (sobre a vestimenta) com os dedos em V, inspirar fundo e durante a expiração realizar UMA contração rápida do períneo. A contração deve durar o tempo da expiração.



2° Paciente deitada de barriga para cima com as pernas estendidas deve realiza uma inspiração profunda e uma expiração calma e tranquila observando a respiração ABDOMINAL.

Para facilitar o exercício coloque uma mão sobre o abdômen, que deve SUBIR ao realizar a inspiração e DESCER quando realiza a expiração.



3° Ainda na posição anterior, com a respiração já treinada, realizar a inspiração profunda e na inspiração realizar a contração perineal que deve durar o tempo da expiração. Repetir 4 vezes.

4° Repetir o exercício 3, porém desta vez contrair o abdômen e os glúteos (bumbum) sem perder o contato com a cama. Repetir 3 vezes.

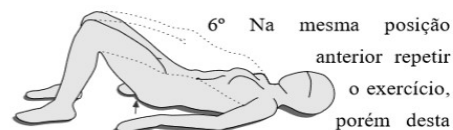
8° Paciente deitada de barriga para cima e com as pernas flexionadas e os pés apoiando na cama, deve posicionar uma bola entre os joelhos, realizar uma inspiração profunda e durante a expiração apertar a bola com os joelhos. Repetir 10 vezes consecutivas.



9° Ainda na posição anterior, porém agora, quando apertar a bola realizar junto a contração do períneo. Realizar 10 repetições consecutivas.

10° realizar o mesmo exercício 9 porém desta vez apertar a bola uma vez só e manter por 10 segundo. Durante este período também contrair o períneo.

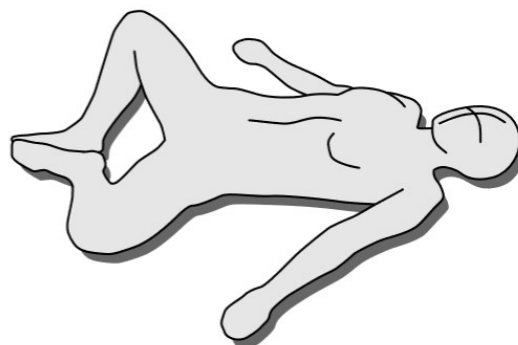
5° Paciente deitada de barriga para cima e com as pernas flexionadas e os pés apoiando na cama, deve realiza uma inspiração profunda e durante a expiração, levantar os glúteos da cama, formando uma ponte.



6° Na mesma posição anterior repetir o exercício, porém desta vez realizar a contração do períneo. A sustentação da ponte e da contração deve durar o tempo a expiração. Realizar 10 repetições

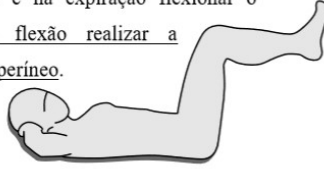
7° Ainda na posição anterior repetir o exercício 6. Porém agora realizar a contração dos glúteos, como se quisesse aperta-los um contra o outro. Realizar 5 repetições.

11° Paciente deitada de barriga para cima com as pernas em forma de “asa de borboleta” realiza uma inspiração profunda e durante a expiração realizar a contração perineal que deve durar o tempo de 5 segundos. Repetir 5 vezes.



12° O próximo consiste em uma abdominal deitada. Para este exercício será dada duas possibilidades para a sua execução uma vez que existem paciente que possuem limitações.

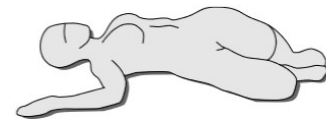
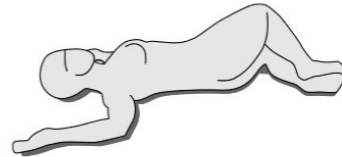
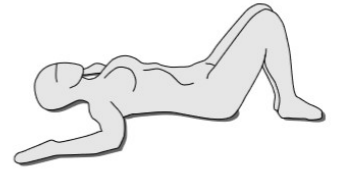
12.1 – Paciente deitado apoiando seus pés e pernas na em uma cadeira/bola, mãos atrás da cabeça. Realizar inspiração e na expiração flexionar o tronco durante a flexão realizar a contração do períneo. Repetir 10 vezes.



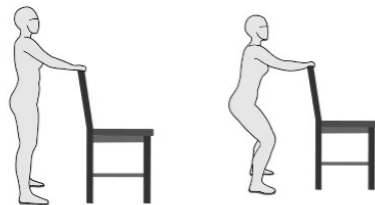
12.2 Paciente deitado com pernas flexionadas. Realizar inspiração profunda e na expiração a flexão dos membros inferiores sobre o tronco, juntos. Durante a flexão contrair o períneo. Repetir 10 vezes.



13° Paciente deitada de barriga para cima e pernas flexionadas, “jogar” as pernas para um lado e para o outro, realizando a contração perineal. Repetir 10 vezes.



14° Paciente em pé, apoiado com auxílio de uma cadeira realizar um agachamento e durante o agachamento realizar a contração do períneo. Repetir 10 vezes.



15° Na posição anterior cruzar as pernas e com o auxílio de uma bolinha (pode ser de papel), colocá-la no meio das coxas e então apertá-la e juntamente realizar a contração do períneo.



16° Paciente sentada em uma cadeira confortável, realizará quatro variações de movimentos.

16.1 - Movimentará o quadril para a esquerda e para a direita.



16.2 - Movimentará o quadril para frente e para trás.

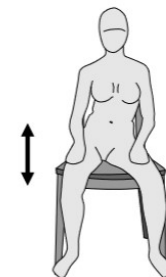


FIGURA 1 – CARTILHA DE EXERCÍCIOS

Fonte: Arquivo Pessoal

3 | DISCUSSÃO

As idosas participantes do grupo Segura Firme se mostram bastante animadas e participativas durante o tempo que dura à proposta. Cada grupo se comporta de forma distinta, preferindo por vezes mais informação, outras vezes preferindo mais exercícios. Mas todas apresentam melhora na sua qualidade de vida, confirmada durante as trocas de experiências nas rodas de conversa. Algumas relatam a redução das perdas urinárias aos esforços. Relatam a melhora dos padrões de sono com a redução da noctúria, apresentando como consequência mais disposição para a realização das atividades de vida diária, por vezes até a redução do uso de forros e absorventes para a contenção das perdas urinárias.

O impacto causado na qualidade de vida das pacientes com incontinência urinária vai desde restrições quanto a frequentar lugares públicos, viajar e visitar amigos até a vergonha da perda de urina, o medo de estar cheirando urina levando a uma restrição das pacientes ao seu domicílio (RETT et al., 2007).

O treinamento da musculatura perineal através da cinesioterapia leva a um incremento da força, assim como uma série de ganhos secundários como a redução da noctúria, da perda involuntária da urina assim como melhora no perfil emocional das pacientes. Pesquisas citadas por Bertoldi, Ghisleri e Piccinini (2014), demonstram que os exercícios propostos por Kegel, quando supervisionados, são capazes de trazer uma redução importante nas perdas urinárias devido ao fortalecimento do períneo.

A Sociedade Internacional de Continência, em 2005, recomendou a fisioterapia, por possuir várias técnicas e recursos de baixo custo, como primeira opção para tratamento da incontinência urinária (VALENTE et al., 2015). A importância de um acompanhamento se faz, pois o desconhecimento da musculatura do assoalho pélvico pode ser um fator precipitante para a incontinência urinária, pois o desconhecimento do funcionamento dessa musculatura pode levar a uma hipotrofia e fraqueza (MARQUES e DE FREITAS, 2017).

A participação da atividade em grupo leva a um ganho na adesão das orientações e dos exercícios já que o apoio mútuo serve como estímulo para a prática dos exercícios em âmbito domiciliar, promovendo a corresponsabilização das idosas sobre seus tratamentos e condição de saúde. A parceria se mostra benéfica, pois as idosas percebem que não estão sozinhas se sentindo acolhidas pelas companheiras de grupo, pois compartilham do mesmo problema.

O espaço domiciliar serve como prolongamento do tratamento fisioterapêutico tradicional com o objetivo de maior eficácia do tratamento. O terapeuta auxilia o paciente para que ele tenha condições de tomadas de decisões sobre o seu tratamento, o tornando juntamente com o fisioterapeuta, responsável pela eficácia de seu tratamento. Essa situação se mostra como uma estratégia diferenciada com maior troca de experiências entre o paciente e os profissionais, levando em consideração que as dúvidas e dificuldades já vão sendo resolvidas durante o tratamento (BERLEZI;

MARTINS; DREHER, 2013).

O grupo já encerrou a sua terceira turma tendo sido iniciado em outubro de 2016 e ocorrendo sempre que existe um número mínimo de dois pacientes e um número máximo de cinco pacientes devido à necessidade de haver espaço físico adequado para que as idosas fiquem deitadas para a realização dos exercícios.

4 | CONCLUSÃO

O tratamento e a prevenção da incontinência urinária através da realização de exercícios de fortalecimento de períneo se dão de forma bastante eficaz. As atividades realizadas em grupo na população idosa favorece a adesão e serve como forma de acolhimento conforme preconizado pela política de humanização do Sistema Único de Saúde. O envolvimento do próprio paciente e a intervenção profissional, são fundamentais em qualquer serviço de saúde auxiliando no tratamento das patologias e influenciando a qualidade de vida (RETT et al., 2007).

É de extrema importância a participação dos acadêmicos no conhecimento dos atendimentos realizados pelo Sistema Único de Saúde, firmando-se através de parcerias em programas de estágio, projetos de pesquisa e extensão onde eles podem ter contato com uma realidade diferenciada no âmbito dos atendimentos.

Faz-se necessária a melhoria nos processos de avaliação da qualidade de vida das idosas participantes do grupo de incontinência, porém como inicialmente se tratou de um projeto piloto elaborado durante o estágio de Fisioterapia e posteriormente foi incorporado ao serviço, aos poucos os processos de trabalho vão se adaptando e melhorando. Como já foi citado anteriormente, os grupos são mutáveis de acordo com suas características próprias, com alterações realizadas pela profissional fisioterapeuta responsável, pelas estagiárias que participam através do projeto do 10º semestre ou mesmo sugerido pelas próprias pacientes participantes do grupo.

Sugere-se que a iniciativa de atendimentos em grupo para fortalecimento da musculatura do períneo seja realizados na atenção básica de forma preventiva, não sendo necessário aguardar a disfunção do assoalho pélvico levar a mulher ou o homem a sentir necessidade de se isolar socialmente devido ao problema.

Sugere-se ainda a iniciativa de conscientização da população masculina para as consequências da incontinência urinária e da possibilidade de tratamento para esta população, por muitas vezes esquecida nas pesquisas ou marginalizadas por imaginarem que incontinência urinária está somente ligada a problemas de próstata ou que se trata de um problema exclusivamente feminino.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rebecca Cristine Batista de; MEJIA, Dayana Priscila Maia. **Fortalecimento do Assoalho Pélvico em Idosos através dos Exercícios de Kegel**. 2015. 16 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pós Graduação em Uroginecologia, Faculdade Faserra, Serra, 2015.

BERLEZI, Evelise Moraes; MARTINS, Marília; DREHER, Daniela Zeni. Programa individualizado de exercícios para incontinência urinária executado no espaço domiciliar. **Scientia Medica**, Porto Alegre, v. 23, n. 4, p.232-238, dez. 2013.

BERTOLDI, Josiane Teresinha; GHISLERI, Aline Queluz; PICCININI, Bruna Maria. Fisioterapia na incontinência urinária de esforço: revisão de literatura. **Cinergis**, Santa Cruz do Sul, v. 4, n. 15, p.224-229, out. 2014.

DEDICAÇÃO, Ac et al. Comparação da qualidade de vida nos diferentes tipos de incontinência urinária feminina. **Brazilian Journal of Physical Therapy** [s.l.]; v.13 n 2, p.116-122, abr. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-35552009005000014>.

LINS, Raquel Guimarães; CORBUCCI, Paulo Roberto. A importância da motivação na prática de atividade física para idosos. **Estação Científica Online**, Juiz de Fora, p.01-13, abr. 2007.

MARQUES, Keila Simone Frade; DE FREITAS, Patrícia Antônia Corrêa. A CINESIOTERAPIA COMO TRATAMENTO DA INCONTINÊNCIA URINÁRIA NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE. **Fisioterapia em Movimento**, [S.l.], v. 18, n. 4, ago. 2017. ISSN 1980-5918. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/fisio/article/view/18646>>. Acesso em: 02 out. 2018.

MONTEIRO, Ana Tereza. INFLUÊNCIA DAS CONTRAÇÕES PERINEAIS ASSOCIADAS A EXERCÍCIOS FÍSICOS NA REABILITAÇÃO DE UMA PACIENTE COM INCONTINÊNCIA URINÁRIA DE ESFORÇO: UM ESTUDO DE CASO. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, São Paulo, V.4, n. 21, p.240-244, maio 2010.

RETT, Mariana Tirolli et al. Qualidade de vida em mulheres após tratamento da incontinência urinária de esforço com fisioterapia. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, [s.l.], v. 29, n. 3, p.134-140, mar. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-72032007000300004>.

RIZZOLLI, Darlan; SURDI, Aguinaldo César. Percepção dos idosos sobre grupos de terceira idade. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 13, p.225-233, 2010. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

TAHAN, Jennifer; CARVALHO, Antonio Carlos Duarte de. Reflexões de idosos participantes de grupos de promoção de saúde acerca do envelhecimento e da qualidade de vida. **Saúde Soc**, São Paulo, v. 19, n. 4, p.878-888, 2010.

VALENTE, Maiara Guerra et al. Efeitos da ginástica abdominal hipopressiva sobre a musculatura pélvica em mulheres incontinentes. **Cinergis**, [s.l.], v. 16, n. 4, p.237-241, 1 out. 2015. APESC - Associação Pro-Ensino em Santa Cruz do Sul. <http://dx.doi.org/10.17058/cinergis.v16i5.6471>.

IMAGENS DOS DESTERRADOS E DO ACRE EM CHARGES: REPRESENTAÇÕES, NARRATIVAS E IMAGINÁRIOS

Higor Vieira de Araújo

Universidade Federal do Acre – UFAC

Rio Branco - Acre

Francisco Bento da Silva

Prof. Dr, Centro de Filosofia e Ciências Humanas

– Ufac

Rio Branco - Acre

RESUMO: Este projeto está voltado para dialogar com narrativas visuais (charges e fotos) que trazem como temática a expulsão (desterro) de homens e mulheres no princípio do século XX para o Acre. Tanto a região acreana quanto os desterrados, são marcados no período por diversos signos negativos que os estereotipam. As análises destas imagens e representações consistem em leituras diversas sobre o contexto histórico e social do Acre e Rio de Janeiro republicano, bem como de leituras teóricas que possibilitam diálogos de forma analítica com as imagens. Além disso, a pesquisa baseia-se em dados dos acervos digitais da Biblioteca Nacional, que nos habilitaram trilhar os caminhos da pesquisa histórica e análise documental e crítica das fontes.

PALAVRAS-CHAVE: Revolta, Acre, Desterros.

ABSTRACT: This project is focused on building a dialogue with visual narratives (charges and photos) that present as theme the removal

(eviction) of men and women in the beginning of the 20th century in Acre. The Acre territory as well as those evicted from it, are branded in this period by multiple negatives labels that have stereotyped them. The analyses of these images and representations consist in diverse readings over the historical and social context of Acre and the republican Rio de Janeiro, as well as a theoretical point of view that allows an analytic dialogue with such images. Furthermore, this research is based in data from the digital archive of The National Library that have allowed us to walk the path of historical research and analyze critically the source documents.

KEYWORDS: Uprising, Acre, Eviction.

INTRODUÇÃO

A alusão do termo *Sibéria* nós remete aos *Gulags* na antiga União Soviética. Aquela Sibéria, tal como o Acre, foi e é uma região vista desde muito como isolada. Lá na Sibéria russo/soviética foram construídos campos de concentração para abrigarem criminosos, presos políticos ou qualquer cidadão que ia de contra ao regime stalinista (APLEBAUM, 2004). Da mesma forma passou a funcionar o Acre, exceto pela parte do frio, algumas décadas antes do regime soviético, pois “foi pra essa *Sibéria* que cerca de dois milhares de

pessoas, em um intervalo de seis anos, embarcaram à força em navios fretados pelo Estado brasileiro na primeira década do século XX” (SILVA, 2014, p. 23).

Nesse artigo, buscaremos uma abordagem não tão usual, não desmerecendo as histórias sofridas de cada indivíduo desterrado que podem ser encontradas em arquivos, boletins policiais ou em histórias de famílias. Buscaremos a partir da visão cômica narrada pelas charges desenhadas na revista *O Malho*, analisar, desconstruir e inserir dentro da perspectiva de contexto histórico estas narrativas. Nas palavras do historiador Marcos Silva,

O humor visual é o campo que aparece frequentemente para o historiador como objeto digno de curiosidade, produto de prazer e fascínio pela “estranha” força de suas sínteses críticas sobre diferentes assuntos...O estudo de personagens humorísticos, entretanto, pode se situar junto à discussão do artístico e do ideológico, apontando para suas articulações como outros níveis da vida social. (SILVA, 1990, pp. 09/10).

Quando observamos uma charge já estamos de cara lidando com um pensamento de uma época, o humor de uma geração a respeito de um determinado fato. No caso desse artigo serão os desterrados, que desobedeceram a lei e “ganharam uma passagem só de vinda” para um território inóspito, como é dito pelo Zé em uma charge a seguir (Figura 01). Que complementa afirmando, no Acre “ganha-se dinheiro para o enterro”.

Podemos observar que o chargista traz no personagem Zé a representação do “povão”, de um cidadão que em hipótese alguma teria a oportunidade de conversar com o Barão de Rio Branco de forma tão direta. Nesse caso, não apenas conversar, o Zé dá a sua opinião de sua ida ao Acre e afirma para o Barão que não foi “um bom negócio” o Tratado de Petrópolis assinado em 1904. A lógica cômica de uma charge não se prende a encontros que poderiam acontecer na realidade, os chargistas podem imaginar situações absurdas para representar uma determinada ideia sobre um fato de um determinado momento.

O objetivo geral da pesquisa centra-se no período inicial do Acre como território federal brasileiro, quando determinadas representações são construídas em torno dos desterrados enviados para esta região nos anos de 1904 e 1910, que por sua vez também foi narrada com carga significativa de estereótipos por vozes diversas que emanaram através dos desenhos dos chargistas

Os objetivos específicos deste trabalho estão na busca de mostrar que havia uma visão pejorativa e negativa sobre o Acre e que é reforçada após 1903 quando este é incorporado ao Brasil. Se reforça então a ideia de ser um local que servia para abrigar os políticos fracassados e o que se considerava a escória social do Rio de Janeiro. Realçaremos como esses imaginários e esses discursos se mostraram duradouros e presentes, inclusive em períodos posteriores. E por fim, discutir aspectos relacionados a imagem do Brasil como uma nação regionalmente marcada por “descompassos” identitários.

Trata-se de um trabalho de pesquisa com o uso de fontes primárias, no caso

algumas edições da revista humorísticas e informativa *O Malho*, que se destaca no período por ser uma publicação carregada de charges críticas, irônicas e estereotipadas. O levantamento e pesquisa das fontes ocorreu em acervos digitais, entre elas destaca-se o da Biblioteca Nacional (RJ), que já disponibilizou muitos jornais acreanos e cariocas em formato *online* e que foram e podem ser pesquisados via internet através do seu site institucional (memoria.bn.br).

Cabe realçar que o trabalho visou estudar as charges como narrativas da visão cotidiana sobre os desterrados, assim como também a representação do recém formado território do Acre, entendendo os textos (as charges) como representações discursivas de suas épocas. De acordo com Marcos A. da Silva, as caricaturas e os jornais onde circulavam as matérias relacionadas aos desterros, faziam parte de um esboço de indústria cultural: “podendo seu estudo contribuir para avaliação desse processo, articulando-o às modalidades ideológicas dominantes na sociedade brasileira da época e acompanhando dimensões críticas reivindicadas pela produção artística e cultural assim submetida ao mercado” (SILVA, 1990, p.12).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o desfecho da “revolução acreana”, em 1903 assina-se o Tratado de Petrópolis, “celebrado entre os dois países com evidentes vantagens para o Brasil, que anexaria a seu território mais de 245 mil km² de terras férteis e ricas em seringueiras” (MARTINELLO, 2004, p. 43). Com a abundância de drogas dos sertões e da exploração *hevea brasiliensis* o Acre passa desde meados do século XIX a ser visto como uma espécie de “oeste americano”. Não obstante, além de aventureiros e retirantes da seca, o novo território federal passa a ser um local de desterro: “foram desterrados para o território do Acre em fins de 1904 e início de 1905, entre 1.453 e 1.647 pessoas” (SILVA, 2013, p.23).



FIGURA 1 - O RELATORIO DO ZÉ

Fonte: O Malho, 06/05/1905, nº 138, p.38, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://goo.gl/8XeNNz>. Acesso em: 02/02/2017.

Para o chargista que elaborou a charge da **FIGURA 1** a federalização do Acre passa a ser vista como uma negociação inteiramente voltada para fins lucrativos e benefício do governo federal. Entretanto, o personagem Zé, um pacato cidadão comum, afirma que foi um mau negócio, tendo em vista o “índice de mortalidade” do Acre. Sobre esta questão, encontramos referência no relatório da Prefeitura do Departamento do Alto Acre, onde Raphael Augusto da Cunha Mattos fala sobre os desterrados que chegam ao Acre, mais precisamente na cidade de Xapuri, sobre a qual ele à descreve da seguinte maneira:

Como já conhecesse pessoalmente as terras banhadas pelo rio Acre e estivesse, portanto, habilitado a fazer juízo seguro do respectivo clima que é o mais insalubre possível, a partir da Capital Federal tinha em mente constituir em Xapuri a sede do meu governo, pois ali se fazem sentir com menos intensidade as febres de mau caráter, o beri-beri e outras enfermidades que tanto dizimam a população do Acre (MATTOS, 1905, p. 03).

Tal como a charge, as palavras de Cunha Mattos demonstram o pavor do que era se viver no Acre, o medo da insalubridade, do impaludismo, do beribéri e dos animais selvagens, todos esses fatores contribuía para que o local fosse, como dito pelo Zé, um verdadeiro cemitério para os adventícios. *Há de se acrescentar que o Acre ao se*

tornar um novo território administrado pela União após 1904, as escolhas de prefeitos e demais cargos políticos dos Departamentos acreanos eram feitos por indicação na capital da República Brasileira, conforme se vê abaixo (Figura 02), quando o próprio presidente Rodrigues Alves parece ter dificuldades em nomear quem seriam os novos burocratas enviados ao Acre.

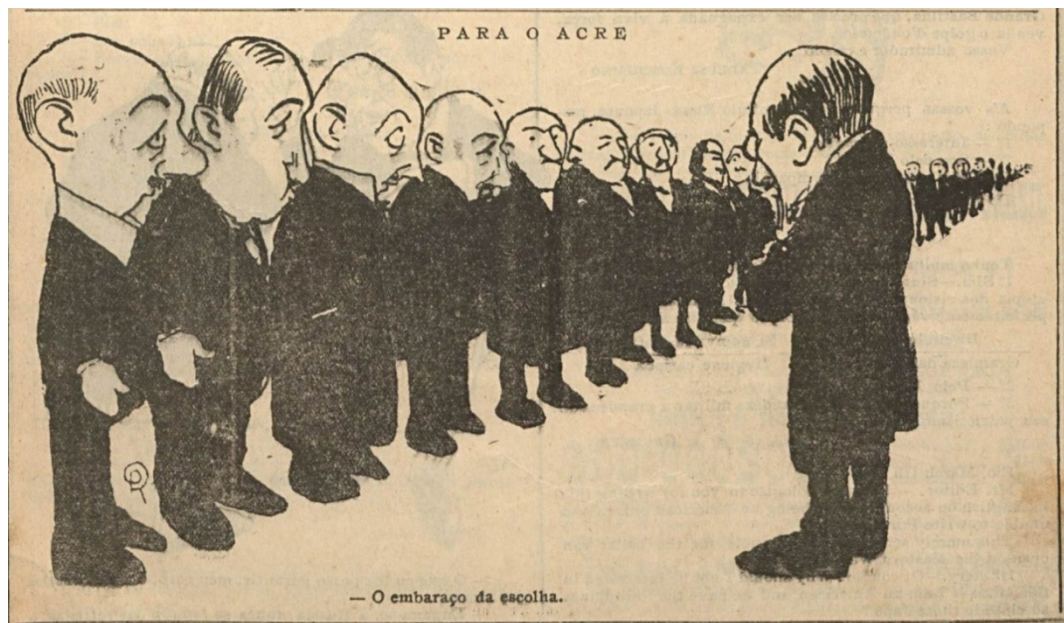


FIGURA 2 – PARA O ACRE

Fonte: O Malho, 12/03/1904, nº 78, p.17, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://goo.gl/MRCQE2>. Acesso: 02/02/2017.

Podemos perceber pelos semblantes dos candidatos que poderão ser escolhidos para irem ao Acre uma certa preocupação, um incomodo com aquela situação. Há época, se percebia que era uma das piores opções para carreira política ser nomeado para servir no Acre. Até mesmo quem escolhe se sente “embaraçado”, como é o que ocorre com o presidente da República Rodrigues Alves. Estes agraciados com tal prêmio de consolação, normalmente eram políticos sem bons padrinhos que intercedessem em suas demandas e esperanças de obter algum cargo na cidade do Rio de Janeiro ou em outro local visto como mais agradável que o Acre. Ou então, às vezes, pessoas que tinham desavenças com as autoridades da capital federal e recebia como punição, servir no Acre.

Os desterrados fazem parte da formação histórica e social do Acre, tal como aqueles que chegaram aqui na busca do “Ouro Negro” em fins do século XIX. Dessa maneira, os desterrados do Rio de Janeiro na Revolta da Vacina tiveram como destino a *Sibéria Tropical*:

A população de Xapuri não foi constituída apenas por “desbravadores” nordestinos ou “comerciantes” sírio-libaneses e portugueses, como costuma-se afirmar. Além destes, havia caboclos ribeirinhos, personagens que uma historiografia oficial tratou de “dar sumiço” e desterrados oriundos da cidade do Rio de Janeiro, que começaram a chegar a partir de 1904. Da prisão denominada “Ilha das Cobras”,

vieram participantes da Revolta da Vacina e, posteriormente, da Revolta da Chibata. Somaram-se aos “revoltosos” os que foram denominados como “vadios”, “bêbados” e outras personagens que não se enquadravam nos preceitos modernizadores, vigentes na capital da República no início do século XX (SILVA & SOUZA, 2015).

Tal análise sobre a história do município de Xapuri se estende para toda a historiografia acreana em relação à colonização do Acre e a chegada dos desterrados. Os desterrados que foram trazidos para o Acre, eram basicamente negros, mestiços e pobres, seres que o Rio de Janeiro não queriam andando em suas ruas. As reformas urbanas a cargo do prefeito Francisco Pereira Passos, que assumiu durante a presidência de Rodrigues Alves (1902/1906), junto com o médico sanitarista Oswaldo Cruz e o engenheiro Lauro Müller, se dedicaram a fazer do Rio uma cidade marcada pelos preceitos da *Bele époque* e nela, os cortiços habitados por negros e mestiços se destoavam do novo paisagismo, logo foram demolidos (PMRJ, 2006). Pelo olhar das autoridades desde logo alcunhados de desordeiros perigosos, irrecuperáveis e inclinados ao crime, os desterrados não tiveram nenhum julgamento à margem das leis vigentes da República.

A população carioca já vinha insatisfeita com a atitude de Rodrigues Alves, junto com o prefeito Francisco Pereira Passos, desde que ambos na busca de “limpar” a cidade, levaram a cabo a derrubada de mais de 600 cortiços considerados “insalubres” no centro da cidade. Foram ao chão também prédios velhos e prostíbulos, deixando milhares de moradores desalojados à força (PMRJ - Cadernos da Comunicação, Série Memória. **1904 – Revolta da Vacina. A maior batalha do Rio.** Prefeitura do Rio de Janeiro.- A Secretaria, 2006. 120 p.) e por fim, o estopim para as revoltas populares veio após Oswaldo Cruz convencer o Congresso a aprovar a Lei da Vacina Obrigatória, em 31 de Outubro de 1904. Os agentes sanitários por vezes invadiam residências e cortiços e vacinavam a força os residentes, os homens ficavam ainda mais raivosos pois no ato de vacinar dos agentes expunham partes íntimas do corpo de suas mulheres, como braços, coxas e nádegas. Dessa forma, a população passou a fazer barricadas e enfrentamentos contra as autoridades pela cidade do Rio de Janeiro: “Houve de tudo ontem. Tiros, gritos, vaias, interrupção de trânsito, estabelecimentos e casas de espetáculos fechadas, bondes assaltados e bondes queimados, lampiões quebrados a pedrada, árvores derrubadas, edifícios públicos e particulares deteriorados” (*Os conflictos de hontem: Mortes e ferimentos.*).

Os motins, os enfrentamentos com a polícia e os quebra-quebras em protestos contra a vacinação antivariólica obrigatória e contra o governo irrompeu no final do dia 10 de novembro de 1904 e teve seu termo somente no dia 18 do mesmo mês (SILVA, 2013).



FIGURA 3 – BOA RESOLUÇÃO

Fonte: O Malho, 03/12/1904, nº 116, p. 29, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://goo.gl/UXke7N>. Acesso: 02/02/2017.

No diálogo entre os personagens temos os seguintes nomes, o *Mulato* e o *Crioulo*, esses nomes o chargista não escolheu atoa, se completavam apenas 16 anos desde a assinatura da Lei Áurea (1888), a escolha dos nomes já carregam o preconceito e apresenta a visão da “raça”, à qual os negros deviam “pertencer”; o termo de *mulato* no século XIX era para caracterizar o negro mestiço, filho de um homem branco com uma mulher negra, um “híbrido” aos olhos de uma sociedade escravagista, enquanto o *crioulo*, conhecido também como “negro boçal”, era para caracterizar o filho descendente direto de negros, porém que já nascera no Brasil. Os Negros, escravos, africanos se tornaram “classes perigosas” e viraram “objetos de ciência” pela ciência se definia a diferença e a inferioridade (SCHWARCZ, 1993). Enquanto o *Mulato* comemora o fato de ter escapado do desterro para o Acre, o *Crioulo*, negro, tamanco, lenço no pescoço indicando que joga capoeira, chapéu de lado, todas as características de um malandro descritas posteriormente no samba *Rapaz Folgado* escrito por Noel Rosa, em 1933, acredita que o “negócio da borracha” ainda é rentável e observa uma oportunidade de lucro para cuidar da família. Ambos os personagens são a representação daqueles que participaram da revolta da Vacina, são o retrato caricato dos desterrados, que por

vezes nem nomes eram citados nos jornais, mas sim seus apelidos:

O *Jornal do Commercio* trouxe uma lista imensa com as mais variadas alcunhas dos sujeitos presos, e grande parte deve ter sido deportada e desterrada a partir da “separação escrupulosa” feita por Cardoso de Castro, Meira Lima e seus auxiliares em fins de dezembro do ano anterior. Entre outros apelidos, temos os indigitados Carvão de Pedra, Espanta Patrulha, Ferro Velho, Escangalhado, Canela de Vidro, Cara Queimada, Espanta Cachorro, Gallinha Choca, Beiço Rachado, Papa Ovos, Chico Vagabundo, Malagueta, Rato Branco, Orelha Cortada, Boca de Fogo, Foguete, Cambachirra, Escróphula e Tripal Lima. Os apelidos jocosos, às vezes insultantes e que muitas vezes se associavam às características físicas ou tipos de crimes que esses sujeitos praticavam (SILVA, 2013,p.116).

Tanto os apelidos quanto os desenhos das personagens na **FIGURA 3** servem para nos apresentar pessoas que no imaginário da população não eram pessoas de bem. Os desterrados eram julgados pela cor da pele, por apelidos, por serem “vadios” e bêbados, homens que não se enquadravam na modernização do novo século. Foram tantos os desterrados que o navio *Itapacy*, um dos últimos navios a sair do Rio de Janeiro, trazia às terras do Acre cerca de 450 desterrados (SILVA, 2013) em 1905. Essa quantidade enorme de homens e mulheres que chegavam pelas terras acreanas ficava muitas vezes a esmo. Para muitos restavam, além da má fama, trabalhos forçados em obras públicas, atividades nos seringais, mas nem todos se adaptavam ao trabalho no corte da seringa. Já outros conseguiam trabalhos esporádicos no meio urbano ou ficavam soltos sem fazer nada e reforçando localmente a imagem de criminosos e vagabundos atribuída desde o Rio de Janeiro.



FIGURA 4 – UTILISAÇÃO DOS CANHÕES

Fonte: O Malho, 25/12/1909, nº 380, p. 42, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://goo.gl/QcAyU4>. Acesso: 02/02/2017.

Ao que se percebe, o termo *Canhões* no título da charge refere-se a aparência das mulheres, deixando a entender que devido à ausência de beleza, no Rio de Janeiro as *Graças* não conseguiam pretendentes, porém, a oportunidade surge no Acre pelo excesso de componentes do sexo masculino, que devido ao “ócio”, acabavam se metendo em crimes: “Chegam com seus canhões reais ou metafóricos, para ocuparem o que é narrado como vazio, selvagem e virginal”. (SILVA, Francisco Bento da.).

Observando que a charge da **FIGURA 4** foi publicada no ano de 1909, para felicidade das *três graças*, um ano depois, mais precisamente em 22 de novembro de 1910, acontece a *Revolta da Chibata*. Marinheiros se amotinaram no Rio de Janeiro protestaram e pegaram em armas contra os castigos corporais, as surras de *chibatas* que eram aplicadas para punir os marinheiros negros e mulatos: “Ex-escravos e filhos de escravos compõem as tripulações de nossos navios, a maioria deles de pele escura ou de mulatos escuros” (MOREL, 1986, P. 13). Cessado o conflito, assim como a *Revolta da Vacina*, os insurgentes tiveram como destino o desterro. Uma das decisões tomadas pelas autoridades republicanas foi mandar cerca de cem prisioneiros para Santo Antonio do Madeira, na Amazônia, para que trabalhassem na construção de telégrafos sob o comando de Cândido Rondon. Isso era praticamente uma sentença

de morte, tendo em vista o árduo trabalho, a quase certeza de se contrair malária e os perigos da selva em si. Outros presos nessa revolta tiveram como destino o Acre, dentre eles, temos uma atenção maior no o vapor *Satellite*, imprensa carioca torna símbolo como consequência o da revolta, essa embarcação saiu do Rio de Janeiro na noite de Natal de 1910, levando a bordo 436 desterrados com destino ao Acre (SILVA, 2013,p. 158).

O Acre era destino dos desterrados, a imprensa acreana dava informações de mais uma leva de desterrados, em Xapuri o jornal *Correio do Acre* anunciou com lastima um novo grupo que chegava na cidade, não apenas presos da Revolta da Chibata, mas como também “vadios” que lotavam as cadeias no Rio de Janeiro:

Consta virem com destino a esta localidade, no vapor Cabral, mais de 400 homens degredados do Rio de Janeiro, vadios, vagabundos e larápios que o governo enxovalha derramando no Território a lia da população da Capital Federal. É verdade que alguns destes homens trasladados do meio propício em que polulam nas grandes aglomerações urbanas se modificam e se regeneram, mas a maioria deles mantém seus hábitos ignóbeis, e ferozes instintos. (...) Vamos ter infecção em nosso meio, quiza mais perigosa do que a varíola (apud SILVA, 2013, p. 00).

Dessa maneira, podemos perceber a hostilidade para com os desterrados, pois não interessavam se eram criminosos ou inocentes. Se a pessoa foi presa por lutar pelo seu ideal ou até mesmo presa de maneira equivocada, isso não importava para as autoridades. Ao ser preso por “vadiagem”, o desterrado já chegava ao Acre, marcado como um criminoso, vadio, larapio, entre outros termos desmoralizantes. Percebemos então que enquanto no século XIX o Acre era o *Eldorado* do látex, posteriormente, no século XX o termo *Sibéria* se encaixa perfeitamente, uma vez que passou a ser um local a receber os “maus elementos” de um Rio de Janeiro que buscava virar uma Paris, escondendo seus problemas de uma população de descendentes de escravos, ignorados pelo poder público, que para se afirmar e ir atrás de seus direitos se revoltavam.

CONCLUSÃO

Na presente pesquisa tentou-se sucintamente passar a ideia de que a história do Acre não se limita apenas na Revolução Acreana e dos desbravadores “nordestinos”. Essa historiografia ultrapassa os relatos dos primeiros aventureiros que apontam para um Acre do Eldorado, ao mesmo tempo, das intempéries, dos retirantes da seca do interior do Brasil rumando para uma terra desconhecida. Local onde dominam as forças da natureza ou as falsas promessas de encontrar-se com o lucro e a riqueza fáceis.

A história acreana se entrelaça com a história do Brasil Republicano. O acreano também é o resultado de pessoas expulsas de sua terra, que perante as imposições de um governo que queria cultivar os valores da Bele época passava por cima da população pobre, que como resultado revoltava-se. De acordo com Francisco Bento em seu livro *Acre, A Sibéria Tropical*, o Governo Federal justificava os desterrados para

o Acre como forma de suprir a escassez de mão de obra. Já em 1910 os desterrados eram enviados para se incorporarem a outros trabalhadores na fase final da construção da Linha Telegráfica no interior do Mato Grosso.

Não obstante, pelas charges na qual essa pesquisa se baseou, no imaginário popular, o Acre estava associado à riqueza e possibilidade de lucro através da exploração da borracha. Nenhum um político de projeção desejava vir para estas terras. Após as primeiras revoltas, o governo federal passou a usar o território acreano como sua Sibéria, um território inteiro como prisão aberta e essa ideia se perpetuou no imaginário popular. O Acre passou a ser tido não apenas como uma cadeia a céu aberto, mas como uma sentença de morte, tal temor se torna evidente na fala das Mulheres do pessoal, na charge abaixo:



FIGURA 5 – A SEPARAÇÃO NA ILHA DAS COBRAS

Fonte: O Malho, 03/12/1904, nº 116, p. 22, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://goo.gl/UAchH9>. Acesso: 02/02/2017.

As representações baseadas nas charges exprimem um humor não crítico e sim de tentar ridicularizar, de se distanciar. Observamos que as charges têm amplos significados, exercendo tanto a subjetividade quanto a objetividade. O humor das revistas alimenta risos de preconceito, algo que expressava não tão somente em relação ao Acre, mas também em relação ao preconceito econômico-social e principalmente em relação aos negros, tanto em suas conversas, como em suas

características desenhadas de forma mais avantajadas. Portanto, podemos entender que a charge não se limita apenas o humor. Uma charge é um registro histórico tão importante quanto um boletim policial. Em *Raízes do Riso*, Elias Thomé Saliba(2002) nos afirma que “os humoristas... sabiam que o riso era próprio do homem, mas que o homem era, ele mesmo, parte inseparável da mobilidade histórica”(p. 132).

É necessário quando se falar sobre o Acre quebrar os paradigmas sobre assunto de se resumir a história em “primeiro ciclo da borracha” e “segundo surto da borracha”. Somos descendentes não só de seringueiros, mas também de “quebradores de lampiões” da *Revolta da Vacina* e de ex-marinheiros da *Revolta da Chibata*.

REFERÊNCIAS

APLEMABAUM, Anne. **Gulag: uma história dos prisioneiros de campos soviéticos**. Trad. Mário Vilela e Ibraíma Dafonte. São Paulo: Ediouro, 2004.

PMRJ. Cadernos da Comunicação, Série Memória. **1904 – Revolta da Vacina. A maior batalha do Rio**. Prefeitura do Rio de Janeiro. A Secretaria, 2006.

MARTINELLO, Pedro. **A “batalha da borracha” na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

MOREL, Edmar. **A Revolta da Chibata**. Rio de Janeiro, 1986: Edições Graal.

Os conflitos de ontem: Mortes e ferimentos. Gazeta de Notícias, 14/11/1904, nº 319, p. 01, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://goo.gl/uYhYek>. Acesso: 10/07/2017.

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do riso: a representação humorística na historia brasileira: da Bella Époque aos primeiros tempos do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Marcos A. **Caricata República: Zé Povo e o Brasil**. São Paulo: Marco Zero, 1990

SILVA, Francisco Bento da. **Acre, a Sibéria tropical: desterrados para as regiões do Acre em 1904 e 1910**. 01ª Ed. Manaus: UEA, 2013.

SILVA, Francisco Bento da. **Insolitudes acres, híbridas e fronteiriças: as disputas pelas identidades**. Palestra intitulada de “O Acre insólito” e apresentada durante o *I Congresso - Métodos Fronteiriços: objetos míticos, insólitos e imaginário*. Realizado entre os dias 08 e 10 de abril de 2015 no Teatro Banzeiro, em Porto Velho – Rondônia (Brasil).

SILVA, Francisco Bento da. **Insolitudes acres, híbridas e fronteiriças: as disputas pelas identidades**. Palestra intitulada de “O Acre insólito” e apresentada durante o *I Congresso – Métodos Fronteiriços: objetos míticos, insólitos e imaginários*. Realizado entre os dias 08 e 10 de abril de 2015 no Teatro Banzeiro, em Porto Velho – Rondônia (Brasil).

SILVA, Francisco Bento da; SOUZA, Sergio Roberto Gomes de. “Xapuri e o ‘insuportável’ dilema: ‘princesa virou plebéia’ ou nunca foi mesmo tão ‘aristocrática’?” Blog Xapuri Agora!, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/hv4z9N>.

SOUZA, Sergio Roberto Gomes de. "Alguns breves 'pitacos' sobre Xapuri". Blog Xapuri Agora!, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/LxBeQC>.

SITE: memoria.bn.br; acesso em 20.08.2016 ao dia 05.07.2017.

INDISCIPLINA NA ESCOLA: INVESTIGANDO AS AULAS DE MATEMÁTICA

Jonny Lucas de Oliveira

UNICENTRO/*Campus* Irati

jonnylucasoliveira@gmail.com

Joyce Jaquelinne Caetano

UNICENTRO/*Campus* Irati

joyce.tardo@yahoo.com.br

Izabel Passos Bonete

UNICENTRO/*Campus* Irati

ipbonete@irati.unicentro.br

problema está presente e configura-se como um obstáculo no processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos matemáticos, entretanto não tem sido um tema discutido superficialmente no interior da escola, professores e coordenadores têm, constantemente, buscado soluções para modificar esse quadro, embora não busquem entender as principais razões de tal fenômeno.

PALAVRAS-CHAVE: Indisciplina. Educação. Atitudes. Escola.

RESUMO: A indisciplina escolar tem se configurado como um dos principais problemas que comprometem o processo de ensino e aprendizagem na escola, além de prejudicar o relacionamento social e a vida particular do aluno. Sendo assim, o presente estudo buscou promover uma discussão sobre o tema, por meio da análise de depoimentos de professores de Matemática, coordenadores pedagógicos e alunos do ensino fundamental de duas turmas, consideradas as mais indisciplinadas, de duas escolas públicas estaduais do município de Irati-PR. A escolha das turmas foi por indicação da direção das escolas. A metodologia utilizada para a coleta dos dados foi a realização de entrevistas, as quais foram gravadas e, posteriormente, transcritas em um diário. O estudo foi exploratório de cunho qualitativo e evidenciou nas análises realizadas que o

INTRODUÇÃO

Desde que instituída, a escola vem buscando atingir seu objetivo de proporcionar aos indivíduos a aquisição dos instrumentos necessários para o acesso ao saber sistematizado. Entretanto, atualmente, ao invés de cumprir sua função, a escola acaba por negligenciar o processo de ensino-aprendizagem, em virtude de questões relativas a ação disciplinar dos alunos que dificultam o processo ensino - aprendizagem e as relações interpessoais.

Tradicionalmente, a indisciplina escolar é atribuída à origem social e econômica dos alunos. Entretanto, considerando que a sociedade está em constante transformação e que os alunos de hoje buscam na escola o conhecimento que não conseguem adquirir por

meio da tecnologia disponível no mercado, segundo Garcia (2013) faz-se necessário que a escola busque se adequar, constantemente, por meio de mudanças de suas práticas, teorias e métodos pedagógicos, possibilitando um espaço que atenda as necessidades dos alunos sem levar em consideração as diferentes origens, seja social, cultural, étnica ou econômica, atendendo as disparidades cognitivas e afetivas dos alunos.

Especificamente, na disciplina de Matemática, a indisciplina não é diferente a que ocorre nas demais disciplinas escolares. Podem ser reflexos das condições familiares dos alunos, das dificuldades de acompanhar as aulas, da falta de motivação pelo estudo, da falta de respeito a colegas e professores, falta de experiência de professores recém-formados ou ainda, falta de uma melhor formação de professores aptos a enfrentar esse problema.

Assim, na perspectiva de compreender as visões e concepções sobre o tema, bem como de levantar possibilidades de melhorar situações de indisciplina em escolas estaduais do município de Irati, buscou-se investigar *in loco*, junto a professores, coordenadores pedagógicos e alunos de duas turmas do ensino fundamental, uma de cada escola, consideradas pela direção as mais indisciplinadas, o que pensam, o que esperam e o que fazem para mudar esse quadro.

INDISCIPLINA: ORIGEM DO TERMO E CONCEITO

A indisciplina não se restringe à áreas específicas do conhecimento, ela aparece no âmbito escolar de modo geral. Barbosa (2009) analisou três definições de indisciplina, segundo Ferreira (2008), Abbagnano (1999) e Caygill (2000) a partir de três visões básicas: a visão tradicionalista que compreende a disciplina como um mecanismo de limitação dos comportamentos, visando alcançar os objetivos propostos; a visão escolanovista, que rotula disciplina como forma de cercear as possibilidades do educando e por fim, a visão construtivista, que atribui um novo papel ao docente, indicando-o como mediador da aprendizagem e promotor da liberdade responsável, da autodisciplina e do autocontrole dos alunos.

Segundo Estrela (1992) citada por Jesus e Maia (2010, p.02) o conceito de indisciplina “tem assumido ao longo dos tempos diferentes significações: punição; dor; instrumento de punição; direção moral; regra de conduta para fazer reinar a ordem numa colectividade; obediência a essa regra”, decorrentes das práticas teórico-metodológicas adotadas pelas escolas, na intenção de melhorar a relação professor-aluno e de propiciar um ambiente adequado à aprendizagem.

Garcia (1999) salienta que é preciso superar a noção arcaica de indisciplina como algo restrito à dimensão comportamental e, portanto, que ela deve ser considerada por meio de três de seus principais planos de expressão na escola, ou seja: pelas condutas dos alunos nas diversas atividades pedagógicas, dentro ou fora da sala de aula; na

relação dos alunos com seus pares, com os profissionais da educação e, no espaço escolar com suas atividades pedagógicas, patrimônio, ambiente, etc. e finalmente no contexto do desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Desse modo, entende-se por indisciplina “a incongruência entre os critérios e expectativas assumidos pela escola (que supostamente refletem o pensamento da comunidade escolar) em termos de comportamento, atitudes, socialização, relacionamentos e desenvolvimento cognitivo, e aquilo que demonstram os estudantes” (p. 102).

Golba (2009, p. 9836) refere que “o conceito de indisciplina não é estático, uniforme, tampouco universal”. Logo, não se pode esperar unanimidade quanto ao conceito, pois o mesmo relaciona-se a diferentes valores e expectativas que se modificam conforme o contexto em que se inserem.

Embora não se possa construir uma definição apropriada para o termo indisciplina que contemple todo o seu significado, pode-se conceber a sua presença nas mais diferentes escolas do país e no mundo (BARBOSA, 2009 e GARCIA, 2011). Além disso, trata-se de um fenômeno que se apresenta como um sério obstáculo no processo de ensino-aprendizagem, pois prejudica o desenvolvimento da prática docente e a aprendizagem dos conteúdos por parte dos alunos.

Para Aquino (1996), sob diversos aspectos, a indisciplina escolar, hoje, se diferencia daquela observada em décadas anteriores no que se refere, por exemplo, às expressões e o caráter da indisciplina. Não se trata apenas de uma ampliação quanto à intensidade de manifestação. A indisciplina escolar, atualmente, tem se apresentado mais complexa e ‘criativa’, tornando-se, para os professores, cada vez mais difícil de resolver estas manifestações.

INDISCIPLINA NA MATEMÁTICA

A Matemática, como disciplina escolar, tem sua função no currículo escolar, pois promove a formação social e intelectual do aluno, capacitando-o para evoluir culturalmente e socialmente, além de instrumentá-lo para a tomada de decisões frente às transformações da sociedade.

Entretanto, embora o conhecimento matemático seja de fundamental importância para a formação do aluno, relatos de indisciplina escolar em sala de aula são comuns. Garcia (2011) corrobora ao afirmar que a indisciplina escolar se faz presente nas salas de aulas de professores de diversas matérias e em diferentes momentos de suas carreiras, em especial entre professores em início de carreira.

Hochmann e Evangelista (2012) ao investigarem a indisciplina nas aulas de Matemática a partir de entrevistas com três professores e observações realizadas em sala de aula, também constataram que a indisciplina em sala de aula é muito frequente e ocorre de modo geral, independente da disciplina.

Para GARCIA (2006, p. 07)

No campo das pesquisas educacionais os estudos sobre indisciplina avançam, sob diferentes motivações e em busca de diferentes respostas. Entre tais motivações, ainda a de recuperar o fio condutor da educação como prática de regulação social, enquanto afirma sua finalidade emancipatória. Na base dessa busca, a suposição de que nas escolas podemos produzir uma outra disciplina, emancipatória, capaz de derivar outra perspectiva para pensar os problemas recorrentes de indisciplina nas escolas. Nos parece que essa busca representa um paradoxo entranhado na tensão entre as intenções da educação, dividida entre regulação e emancipação. Vemos essa busca como produtiva, e uma fonte da qual derivam perguntas bastante significativas. Quando uma disciplina, e qual disciplina é emancipatória na escola? A experiência de disciplina, afinal, com algo socialmente produzido na escola, consegue ser emancipatória? São perguntas que solicitam reflexão, investigação, bem como revisão de posições e avanços na escola.

Estas considerações e as queixas frequentes nas aulas de Prática de Ensino no curso de Matemática de uma Universidade Pública do Estado do Paraná sobre a indisciplina nas escolas, é que motivaram este estudo.

O RELATO DA EXPERIÊNCIA

Tratou-se de um estudo exploratório com o objetivo de obter informações ou dados mais esclarecedores e consistentes sobre a indisciplina na escola, propondo a construção de hipóteses que possibilitam a delimitação do problema, tornando-o mais explícito (GIL, 2009). Assim, o presente trabalho de cunho qualitativo, caracterizou-se em uma “abordagem que exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permite estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo”. (BODGAN & BIKLEN, 1994, p.49) Buscou-se promover uma discussão sobre a indisciplina na escola, em especial, nas aulas de Matemática por meio da análise de depoimentos de professores de Matemática, coordenadores pedagógicos e alunos do ensino fundamental de duas turmas, apontadas como as mais indisciplinadas de duas escolas públicas estaduais de um município da região sul do Paraná, designadas por Escola A e Escola B, sendo professor e coordenador pedagógico da Escola A, designados, respectivamente, por Professor A e Coordenador A e professor e coordenador pedagógico da Escola B, designados por Professor B e Coordenador B. A escolha das turmas foi por indicação da direção das escolas. A metodologia utilizada para a coleta dos dados foi a realização de entrevistas, as quais foram gravadas e, posteriormente, transcritas em um diário com o propósito de investigar as causas e implicações da indisciplina nas aulas de Matemática presentes na visão dos entrevistados.

As análises das entrevistas foram realizadas através de mapeamentos de respostas (constância, frequência, ocasionalidade) para melhor “compreender a experiência que eles têm, as representações que formam e os conceitos que elaboram” (CHIZZOTTI, 2000, p. 84).

As entrevistas, foco deste estudo, contemplaram 55 (cinquenta e cinco) entrevistados, sendo 51 (cinquenta e um) alunos do 7º ano do ensino fundamental,

02 (duas) professoras de Matemática e 02 (duas) coordenadoras pedagógicas das escolas investigadas.

As questões propostas nas entrevistas com os alunos foram as seguintes: 1) *O que é indisciplina?* 2) *Você se considera indisciplinado?* 3) *A sua classe é considerada indisciplinada?* 4) *Na sua opinião, o que causa indisciplina nas aulas de Matemática?* 5) *Quais as consequências da indisciplina nas aulas de Matemática?* 6) *O que deveria ser feito para acabar com a indisciplina?*

Os alunos da Escola A e da Escola B investigadas, em sua maioria, não souberam definir adequadamente o que é indisciplina, definindo-a como bagunça, conversas, jogar bolinhas de papel, falta de educação, não fazer as tarefas, falta de respeito, fazer mal para os outros, não obedecer, ou ainda, como não seguir as regras. Já para a pergunta 2, num universo de 51 alunos, apenas 7 deles, das duas turmas, afirmaram que sim, ou seja, cerca de apenas 14% dos alunos consideram-se indisciplinados, lembrando que as duas turmas entrevistadas são consideradas as mais indisciplinadas das duas escolas, o que justifica a concepção de indisciplina equivocada de indisciplina da questão 1. Na terceira questão, 35 alunos afirmaram que sim, ou seja, aproximadamente 69% dos alunos consideram a sua classe indisciplinada. Na questão 4, a maioria também teve dificuldades para explicar os motivos da indisciplina, os que fizeram com maior clareza foram os alunos 21, 29 e 32. *“Faz bagunça com a intenção de chamar a atenção.”* (aluno 29), *“Eles fazem isso porque em casa eles fazem a mesma coisa, daí quando eles vêm pra escola eles fazem a mesma coisa”* (aluno 21) *“Atrapalha a aprendizagem”* (aluno 32) Em relação às consequências, questão 5, o depoimento de alguns deles sintetiza os demais depoimentos. São eles: *“Podemos perder o professor”* (aluno 1) *“Os alunos indisciplinados não aprendem a matéria”* (aluno 2) *“Indisciplina atrapalha as aulas”* (aluno 3) *A professora briga, xinga, a professora fala que faz com a gente não tenha um futuro bom, atrapalha muito os alunos que querem estudar* (aluno 9) *Os alunos indisciplinados ficam de castigo sem recreio, se eu não fizesse bagunça eu iria melhor na escola* (aluno 10) *“Não passar de ano em Matemática”* (aluno 49)

Em relação à última questão, os alunos apontaram como possíveis soluções: tirar os alunos indisciplinados da sala, chamar a patrulha escolar, tirar o recreio e a educação física dos indisciplinados, dar punição, expulsão, a professora propor atividade diferente e divertida, professores e pais juntos conversarem com os alunos.

Como se pode observar pelas respostas dos alunos, embora eles tenham encontrado dificuldades em responder algumas questões, percebe-se que os alunos, em sua maioria, entendem que a indisciplina atrapalha o desenvolvimento das aulas de Matemática.

Nas entrevistas abertas com os professores e coordenadores pedagógicos o tema foi Indisciplina suas causas e consequências, ficando livres para expor suas ideias a respeito do tema.

Vale destacar que a professora A tem menos de 3 (três) anos de experiência, formada recentemente e a professora B tem mais de 20 (vinte) anos de experiência

docente.

A Professora A destaca que em suas aulas de Matemática, *“os alunos se manifestam conversando muito, correm dentro da sala de aula, parece que fazem uma concorrência pra ver quem faz mais bagunça. (...)”*. Em sua opinião, isto acontece por *“falta de educação em casa “*, não tem pais ou responsáveis presentes. E, isto tem consequências na aprendizagem dos indisciplinados e dos disciplinados, porque segundo ela *“a indisciplina atrapalha o outro que não é indisciplinado. O pior de tudo é a falta de aprendizagem que ocorre por causa da indisciplina, principalmente, porque eu tenho muito que parar a aula para chamar a atenção dos alunos indisciplinados e talvez eu deixe lado os alunos que são comportados e estão com dificuldades, talvez eu não consiga atender todos por causa da indisciplina.”* Em relação o que fazer para administrar esta situação ela propôs: *“(...) talvez as metodologias diferenciadas pudessem ajudar (...) talvez, cobrar dos pais que sejam mais presentes (...)”*.

A Professora B informa que um sétimo ano se sobressai na indisciplina. *“(...) eles são alunos imperativos, que provocam o colega, não prendem a atenção na explicação, aí eles começam a falar alto, a provocar o colega, levantam sem pedir licença, aí distrai o colega do lado, então atrapalha bastante. Isso ocorre em algumas disciplinas”*. Ela informa que não encontra dificuldades em lidar com estas situações, para ela *“quando o professor usa o pulso mais firme, eles se retêm um pouquinho, e sabendo como chamar a atenção, às vezes com delicadeza e não gritando na mesma altura, você consegue que eles baixem o tom de voz e que prestem atenção. Inclusive eu comento com eles que a falta de atenção deles faz com que se abra um buraco naquele conteúdo que a gente está explicando e com aquele buraco ele não vai entender a sequência depois (...)”*.

A indisciplina para a Professora B ocorre porque *“As vezes é falta de limite em casa, alguns dos nossos alunos têm um histórico muito difícil, temos muitos alunos da sala de recurso, alguns deles que são imperativos, eles enfrentam os professores... eu já chego acomodando a situação, usando palavras que não ofendam, sempre tratando com delicadeza, com carinho, para que eles me respeitem, porque eu os respeito...”*. Diante disto, a professora sugere não bater de frente com o aluno indisciplinado, o professor tem que ser um pouco psicólogo, ter muita paciência, chegar com calma nos alunos, para desequilibrar o aluno com certo “jogo de cintura”. Afirma que trata os alunos como seus filhos, então assume o papel de educar mesmo, exigindo respeito e impondo os devidos limites. Além disso, afirma que *“As aulas tem que ser mais interessantes, porque se você ficar naquela mesmice, o que acontece é que eles enjoam, cansam, então de repente para começar o assunto, tem uma história real, e aí dessa história você vai desenvolvendo o conteúdo que você vai trabalhar, em minhas aulas acontece isso”*.

Para as Professoras A e B lidar com as situações de indisciplina são diversas. Percebe-se pela fala, uma certa impotência da professora A diante do problema e segurança por parte da professora B. Poderíamos dizer que a experiência de trabalho

da Professora B em relação ao da Professora A, é o motivo, no entanto, não se pode perder de vista que este estudo é só um pequeno recorte da realidade. Mas, pode-se afirmar com certeza, que a experiência docente e de vida colaboram para estas situações. Conforme, Garcia

Há diversas razões que explicam a centralidade da indisciplina, entre as principais preocupações dos jovens professores. O encontro com as situações de indisciplina pode ser algo desconcertante e capaz de deixar os professores com um forte sentimento de impotência. Tais experiências, portanto, podem ser lidas como uma indicação de que eles que talvez não estejam suficientemente preparados para a sala de aula, ou que devam repensar suas escolhas profissionais. No início de suas carreiras, tais professores ainda não detêm o conhecimento e a experiência suficientes e assim um repertório de respostas a uma variedade diversificada de situações, que mesmo simples, podem representar desafios consideráveis. (GARCIA, 2011, p.11260)

As coordenadoras pedagógicas A e B das referidas escolas apontam que a indisciplina ocorre pela inabilidade do professor em administrar tais situações, como se pode observar nas falas a seguir: *“eu tenho percebido que as crianças têm problemas, mas este não seria o foco, mas são crianças diferentes e os nossos professores mais antigos tão querendo tratar nossas crianças como eles eram tratados, com uma disciplina bem rigorosa e quase que “conteudista”; os nossos professores mais novos não estão tendo pulso firme, eles não estão dando conta dessas crianças...Só que a didática, a metodologia que esses professores estão utilizando não estão adequadas. Eu tenho ouvido muito assim: “isso é problema da pedagoga”, eu estou tentando modificar, essas aulas tão ficando chatas, porque você veja, a professora fica só com o giz lá escrevendo, escrevendo, escrevendo, e o que eles fazem...”* (Coordenadora A). *“Realmente, toda escola tem essa turma, eu vejo que em algumas disciplinas ocorre um pouco mais, em outras um pouco menos. Talvez seja pela forma como o conteúdo é apresentado, falta interesse dos alunos, a metodologia do professor, eu vejo que a indisciplina ocorre muitas vezes por causa disso”* (Coordenadora B).

Quanto às consequências da indisciplina ambas as coordenadoras concordam que afeta a aprendizagem, dificultando o trabalho do professor. Sugerem que o trabalho docente seja mais atrativo, fazendo uso de metodologias que despertem o interesse dos alunos em aprender, trabalhem em equipe na escola junto à coordenação, bem como concordam que a colaboração da família também são muito importantes para o desempenho escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indisciplina na escola, segundo Garcia (1999, p. 01), “tem algo a dizer sobre o ambiente escolar e sobre a própria necessidade de avanço pedagógico e institucional. Trata-se de uma questão, portanto, a ser debatida e investigada amplamente”.

Nesse sentido, como consequência da investigação realizada, percebeu-se que o principal foco da maioria dos entrevistados é resolver o problema da indisciplina, e

não tentar entendê-la. Pôde-se verificar a necessidade de aprofundar a investigação sobre as possíveis causas e intervenções e das respectivas práticas pedagógicas dos professores de Matemática.

Além disso, diante das colocações dos professores é fundamental que os cursos de formação de professores comecem a tratar melhor esse tema, no sentido de capacitar o professor recém-formado para enfrentar tais problemas e modificar esse quadro considerado prejudicial a qualidade do ensino e a formação do cidadão crítico e reflexivo, função primordial da escola.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

AQUINO, J. G. **A desordem da relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento**. In: _____ (org) *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. 8ª ed. São paulo: Summus, 1996, p.39-55.

BARBOSA, Fernanda Aparecida Loiola. *Indisciplina Escolar: Diferentes Olhares Teóricos*. **Anais do IX Congresso Nacional de educação – EDUCERE e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**. 26 a 29 out. 2009 – PUC-PR. p.4830 a 4840. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2748_1737.pdf. Acesso em: 01 maio 2014.

BOGDAN, Robert ; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos**. 4 ed.Porto: Porto, 1994.

CAYGILL, H. **Dicionário Kant**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 2000.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio**. 7. Ed. Curitiba: Positivo, 2008.

GARCIA, Joe. *Indisciplina na escola: uma reflexão sobre a dimensão preventiva*. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.95, p. 101-108, jan./abr. 1999. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/95/joe.pdf. Acesso em: 01 maio 2014.

GARCIA, J. **Indisciplina, incivilidade e cidadania na escola**. *Educação Temática Digital*, v. 08, n. 01, p. 121-130, dez 2006. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/2138>.

GARCIA, Joe; TOGNETTA, Luciene Regina Paulino; VINHA, Telma Pileggi. **Indisciplina, conflitos e bullying na escola**. Vol. 2. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2013.

GARCIA, J. **Indisciplina nas aulas de matemática: a visão de jovens professores**. In:

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 11., 2011b, Curitiba. **Anais...**Curitiba: PUC-PR, 2011a. p. 11254-11263.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOLBA, Mônica Aparecida de Macedo. *Os motivos da indisciplina na escola: a perspectiva dos alunos*. **Anais do IX Congresso Nacional de educação – EDUCERE e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**. 26 a 29 out. 2009 – PUC-PR. p.9832 a 9842. Disponível em: <http://www.pucpr>.

br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2071_1923.pdf. Acesso em: 01 maio 2014.

HOCHMANN, Edilia; EVANGELISTA, Celma Ramos. Professores e contextos da disciplina e indisciplina nas aulas de matemática. **Revista Eventos Pedagógicos**. v.3, n.3, p. 270 - 283, Ago. – Dez. 2012. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/viewFile/960/666>. Acesso em: 01 maio 2014.

JESUS, Graziela de; MAIA, Graziela Zambão Abdian. Indisciplina escolar: reflexões. **Revista de Iniciação Científica da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP**, Vol. 10, nº 1. 2010. Disponível em: [file:///C:/Users/mm/Downloads/307-1137-3-PB%20\(2\).PDF](file:///C:/Users/mm/Downloads/307-1137-3-PB%20(2).PDF). Acesso em: 01 maio 2014.

LIGA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA (LIGGE) DA UFCSPA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA PROPOSTA MULTIPROFISSIONAL PARA SUPLEMENTO CURRICULAR E PROMOÇÃO DE AÇÕES E EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM ENVELHECIMENTO HUMANO

Jeovana Ceresa

acadêmica do curso de Medicina, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)*, Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Nathália Fritsch Camargo

acadêmica do curso de Medicina, *Universidade do Vale do Rio dos Sinos (RS)*, São Leopoldo, Rio Grande do Sul

Guilherme Costa da Silva

acadêmico do curso de Biomedicina, *Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)*, Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Tamara Lansini Tolotti

acadêmica do curso de Fisioterapia, *Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)*, Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Thayze Maria Marques Torbes

acadêmica do curso de Fonoaudiologia, *Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)*, Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Guilherme Briczinski de Souza

acadêmico do curso de Fonoaudiologia, *Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)*, Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Christofer da Silva Christofoli

acadêmico do curso de Enfermagem, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)*, Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Juliane Pinto Lucero

acadêmica do curso de Enfermagem, *Universidade Federal de Ciências da Saúde de*

Porto Alegre (UFCSPA), Porto Alegre, Rio Grande do Sul

David de Souza Mendes

acadêmico do curso de Medicina, *Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)*, Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Mariana Edinger Wiczorek

acadêmica do curso de Fisioterapia, *Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)*, Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Eduardo Garcia

professor orientador da Liga de Geriatria e Gerontologia da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e docente da mesma instituição, *Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)*, e-mail: eduardosgarcia@terra.com.br

RESUMO: Introdução. Ligas acadêmicas são entidades estudantis destinadas ao aprofundamento de determinada área do conhecimento objetivando sanar demandas sociais. A Liga de Geriatria e Gerontologia é vinculada à Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) e foi fundada em 2014, se fundamentando no tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão e sendo construída por membros de diversos cursos da saúde com o enfoque principal de estudo sobre o envelhecimento humano no cuidado multiprofissional. O envelhecimento

da população, por outro lado, é uma mudança profunda do século, não obstante, são escassos currículos que abordam promoção da saúde do idoso. Assim, dadas tais mudanças demográficas, esforços para preencher tais hiatos curriculares são fundamentais para a formação plena de acadêmicos e profissionais da saúde. O objetivo desse trabalho é relatar experiências e atividades executadas durante os quatro anos de atividade multiprofissional do projeto. **Metodologia.** O projeto desenvolve ações em saúde e educação em saúde para a comunidade externa e possibilita a imersão dos membros nos tópicos relativos ao envelhecimento humano em uma abordagem multidisciplinar, através da promoção de encontros de estudo mensais para discussão de temas e artigos científicos relacionados, produção científica e participação em eventos de promoção da saúde e educação para a comunidade externa. **Resultados e discussão.** Há incremento de conhecimento multidisciplinar em envelhecimento humano e ganhos em vivência profissional, possibilitando uma formação mais ampla na área. **Conclusões.** O projeto é sustentável e cumpre com a proposta de suplementar através da prática e ensino a formação multiprofissional em Geriatria e Gerontologia de profissionais da saúde.

1 | INTRODUÇÃO

As Ligas Acadêmicas (LA) são entidades constituídas fundamentalmente por estudantes, e que se busca aprofundar temas de uma determinada área da Medicina. Para tanto, as atividades das Ligas se orientam segundo os três princípios fundamentais da universidade, qual sejam: Ensino, Pesquisa e Extensão (PÊGO-FERNANDES e MARIANI, 2011). Ligas Acadêmicas também podem ser definidas como entidades estudantis destinadas ao aprofundamento de determinada área do conhecimento objetivando sanar demandas sociais.

As Ligas Acadêmicas são formadas por alunos de diversos cursos da graduação e pós-graduandos de áreas afins que organizam reuniões recorrentes objetivando a execução de incumbências teóricas e práticas relacionadas a um ramo de interesse também citado como campo possível de atuação profissional. Os membros das Ligas Acadêmicas participam de projetos que visam a prevenção à saúde, promoção do cuidado e educação em saúde e programas voltados à assistência em saúde. No curso de Medicina, a liga acadêmica tem particular importância, justamente por preencher eventuais carências da graduação e contribuir para a melhoria dos serviços de saúde prestados à comunidade, além de promover a inserção dos acadêmicos e da instituição na sociedade (PERES, 2007). Nesse sentido, os membros participam de atividades médicas - ensino, pesquisa e extensão - permitindo, assim, que adquiram conhecimentos e sejam atuantes em áreas específicas que não aprofundadas ou ausentes nos currículos tradicionais (SOUZA, 2013). Essas atividades extensionistas são extremamente comuns e constituem uma via importante no treinamento da maioria dos estudantes de medicina, auxiliando na sua formação (TAVARES, 2004).

O envelhecimento da população, por outro lado, é uma das mudanças mais

profundas do século em todo o mundo e, no Brasil, os idosos são a fração que mais aumenta na população brasileira, consequência da transição demográfica gerada pelo decréscimo da fecundidade e da queda de mortalidade; não obstante, são escassos os currículos que abordam a promoção da saúde do idoso. O envelhecimento é um processo marcado por fatores biopsicossociais, constituindo, assim, uma realidade biológica, psicológica e uma construção sociocultural. Nesse período do curso da vida, ocorrem várias transformações importantes, como o risco aumentado de doenças, perdas sensoriais e cognitivas, alterações na aparência física e mudanças de papéis e status sociais (GONZALEZ e SEIDL, 2011). Assim, dadas tais mudanças demográficas, esforços para preencher tais hiatos curriculares e compreender o processo do envelhecimento humano o relacionando aos diversos fatores atribuídos empregado estratégias multiprofissionais são fundamentais para a formação plena de acadêmicos e profissionais da saúde.

Nesse sentido, a Liga de Geriatria e Gerontologia, vinculada à Universidade Federal da Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) e fundada em 2014, é um esforço na promoção de ações em saúde e educação na abordagem multidisciplinar e se fundamenta no tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão, com o enfoque principal de estudo sobre o envelhecimento humano no cuidado multiprofissional, se estabelecendo, assim, como uma organização ativa em educação em saúde para comunidade externa em que está inserida. Na atualidade, o projeto de extensão é composto por 20 membros discentes e um professor orientador – entre os componentes do projeto disciplinar, figuram acadêmicos do curso de Medicina (40%) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal da Ciências da Saúde de Porto Alegre e Universidade do Vale do Rio do Sinos (Unisinos), bem como acadêmicos do curso de Nutrição (5%), Fisioterapia (15%), Fonoaudiologia (25%), Enfermagem (10%) e Informática Biomédica (5%).

O objetivo do presente trabalho é relatar experiências e atividades executadas durante os quatro anos de existência e atividade multiprofissional da Liga de Geriatria e Gerontologia da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) e apresentar os triunfos, consequentes de participação em programas de assistência, acompanhamento junto à comunidade, organização de eventos multiprofissionais para o público externo e demais atividades de extensão realizados pela LiGGe.

2 | METODOLOGIA

2.1 Criação da Liga de Geriatria e Gerontologia da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

A Liga de Geriatria e Gerontologia é um projeto de extensão da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e é coordenada pelo Professor Dr.

Eduardo Garcia e está registrada na Comissão das Ligas Acadêmicas (Conligas) da UFCSPA. A Liga de Geriatria e Gerontologia da UFCSPA foi criada no ano de 2014, almejando abordar tópicos relacionados à Geriatria e Gerontologia, aprofundando os conhecimentos dessas áreas da saúde. O ideal foi proposto por alunos do Curso de Medicina da universidade, junto ao professor orientador do projeto, que objetivaram a criação de um grupo com interesse comum em estudos na área. As atividades foram iniciadas no dia 11 de junho de 2014.

2.2 Atividades Realizadas

A maioria das atividades realizadas pela Liga de Geriatria e Gerontologia da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre ocorrem nas dependências da mesma universidade, se concentrando em salas de aula e anfiteatros.

2.2.1 Encontros de estudo mensais para discussão de temas e artigos científicos relacionados

Os membros participantes da Liga de Geriatria e Gerontologia primordialmente escolhem um tópico de interesse relacionado às áreas abrangidas pelo projeto. Um profissional de entendimento no assunto escolhido é convidado para ministrar uma aula expositiva teórica. Previamente à apresentação teórica do assunto, um integrante da Liga de Geriatria e Gerontologia apresenta um artigo científico publicado em periódico indexado previamente escolhido em discussão com o ministrante do tópico, observado também pelo orientador do projeto. Seguinte à apresentação do artigo e explanação teórica, comentários e críticas são tecidas pelos membros restantes e médicos presentes, assim como pelo público externo interessado presente, de modo a integrar e perpetuar o conhecimento exposto.

2.2.2 organização do simpósio de geriatria e gerontologia da ufcspa

A Liga de Geriatria e Gerontologia organiza o Simpósio de Geriatria e Gerontologia da UFCSPA em sua integralidade desde 2014: os integrantes do projeto delimitam os temas do evento, avaliam os palestrantes possíveis a serem convidados, contatam os profissionais, participam da divulgação do evento nas redes sociais, em *sites* institucionais e em locais de provável público interessado, como instituições de longa permanência; concomitantemente, também organizam em integralidade pendências como certificação dos participantes. O Simpósio tem como proposta possibilitar um ambiente de discussão e a busca por conhecimento envolvendo as áreas de Geriatria e Gerontologia, aproximando a comunidade externa dos acadêmicos e profissionais da área da saúde e propiciando conhecimento multidisciplinar relacionado com o envelhecimento humano. Trata-se de um evento anual que decorre ao longo de noites

de dois dias e em que os inscritos são imersos com aprofundamento em grandes temas da Geriatria e Gerontologia por profissionais destacados nos tópicos adotados, são designados previamente pelos membros do projeto de acordo com as demandas observadas na avaliação da pesquisa de satisfação realizada no Simpósio do ano anterior.

2.2.3 Organização do evento “a morte e o morrer”

Liga de Geriatria e Gerontologia organizou tal evento voltado à comunidade externa e acadêmica no último ano no auditório da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, objetivando apresentar ao público novas perspectivas e formas de enxergar o processo de envelhecimento e finitude da vida por meio de apresentações de três ministrantes, incluindo Ana Claudia Quintana Arantes, referência nacional no campo e autora do livro “A Morte É Um Dia que Vale a Pena Viver”.

2.2.4 Produção científica

Ao longo dos quatro anos de atividade da Liga de Geriatria e Gerontologia da UFCSPA, diversos membros do projeto participaram de eventos na área da saúde relacionados com as áreas de abrangência como ouvintes ou através da apresentação de trabalhos desenvolvidos em conjunto com professores e pós-graduandos da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. As temáticas são variadas, porém, são sempre condizentes com a compreensão de métodos que podem ser citados como eficazes na melhoria da atenção à saúde da população. Em 2016, o projeto lançou, em conjunto com outras Ligas Acadêmicas da Universidade Federal de Ciências de Saúde de Porto Alegre, o livro “Essências em Geriatria Clínica”, organizado por discentes e pelo professor orientador da Liga Acadêmica. O desígnio de promoção da Educação em Saúde contou com 56 artigos acerca do envelhecimento humano e mais de 100 autores e foi apoiado pelo Conselho Municipal do Idoso de Porto Alegre e pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre.

2.2.5 Participação em eventos de promoção da saúde e educação para a comunidade externa

O projeto promove o “Mês do Idoso” nos Setembros – tal iniciativa é voltada a idosos e visa aproximar o objeto de estudo do projeto dos membros do projeto. São desenvolvidos encontros com reprodução de filmes e discussão com os convidados externos e ações de promoção de exercício físico em um parque de Porto Alegre.

2.2.6 Oficina de peculiaridades do paciente idoso

A Oficina Peculiaridades do Paciente Idoso foi promovida para acadêmicos de cursos da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre no ano de 2017 visando alcançar reflexões por parte dos acadêmicos acerca das limitações e das demandas específicas do paciente idoso. Tal oficina foi realizada no espaço da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e foi dividida em duas partes. Inicialmente, foi realizada uma breve introdução acerca do envelhecimento humano, por meio da abordagem de teorias do envelhecimento e as principais alterações fisiológicas e consequentes limitações e necessidades específicas do idoso. A segunda parte da oficina ocorreu em meio a uma música e dança dos participantes. Após a primeira dança, os participantes foram separados em dois grupos, sendo que um dos grupos (aqui denominado “grupo 1”) foi equipado com coletes de chumbo, tornozeleiras, andadores, muletas, bengalas, óculos “embaçados” e tampões de ouvido de algodão. Após, outra música foi reproduzida e os acadêmicos do grupo 1 dançaram. Após a dança, os grupos foram trocados e ao grupo então equipado caminhou por “obstáculos” (*steps*, tapetes, escadas). Na terceira e última parte da oficina, foi realizada uma roda de discussão com todos os participantes para abordar as experiências individuais. A importância do preparo dos profissionais da saúde ao atendimento das necessidades dos pacientes idosos foi salientada na discussão da ação de promoção de educação médica.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Liga Acadêmica de Geriatria e Gerontologia representa uma oportunidade singular de experiência na prática de saúde extraclasse de qualidade singular para seus constituintes - ainda que primordialmente fosse focado no ensino, possibilitou abranger a educação em saúde da comunidade externa, o aprimoramento da prática em saúde e desenvolvimento científico; além disso, a experiência em uma Liga Acadêmica multiprofissional é de suma importância para a formação profissional em Geriatria e Gerontologia dos profissionais da Saúde, vista a escassez de disciplinas relativas à saúde do idoso nos currículos de graduação. O projeto de extensão cumpre com a proposta inicial de suplementar por meio da prática e ensino a formação de profissionais da saúde.

Concomitantemente, o projeto se mostrou uma estratégia válida e sustentável para a flexibilização curricular nos cursos da área da Saúde, possibilitando a concretização de conhecimento em envelhecimento humano de uma forma mais maleável e interdisciplinar - os membros do projeto consegue realizar buscas mais autênticas, motivando sua trajetória acadêmica e delimitando o significado de cada escolha; as escolhas realizadas pelos membros são realizadas de modo mais ativo e livre, possibilitando o desenvolvimento de iniciativas inovadoras a troca de experiência próxima com pares interessados em tópicos análogos. A vivência humana possibilita uma formação mais ampla dos discentes e comunidade externa e as

trocas proporcionam aos membros um olhar multidimensional do paciente idoso, fundamental para a concretização dos conhecimentos da área e maior valorização das especialidades de Geriatria e Gerontologia.

4 | CONCLUSÕES

A Liga de Geriatria e Gerontologia inseriu o discente e o pós-graduando em um contexto mais amplo da prática em Saúde, especialmente no que tange às áreas de Geriatria e Gerontologia. Concomitantemente, possibilitou incrementar a produção científica e promoveu conhecimento em saúde e envelhecimento humano não meramente no âmbito médico e acadêmico, mas também para a comunidade externa em que se insere. As atividades relacionadas ao ensino propiciaram a aquisição de maior conhecimento nas áreas abrangidas; a organização de eventos possibilitou a aquisição de experiência e fortalecimento de aspectos do trabalho em equipe, assim como oratória e tomada de decisões.

REFERÊNCIAS

Gonzalez, L. M. B.; Seidl, E. M. F. O envelhecimento na perspectiva de homens idosos. **Paidéia**, 21(50), 345-352, 2011.

PÊGO-FERNANDES, P. M.; MARIANI, Alessandro Wasum. O ensino médico além da graduação: ligas acadêmicas. **Diag Tratamento**, v.16, n. 2, p. 50-1, 2011.

PERES, C. M.; ANDRADE, A. S.; GARCIA, S. B. Atividades extracurriculares: multiplicidade e diferenciação necessárias ao currículo. **Rev. Bras. Educ. Med.**, v. 31, n. 3, p. 203-11, 2007.

SOUZA, H. P. G. **Caracterização das Ligas Acadêmicas de Medicina no Brasil e o seu papel atual na formação médica**. Monografia (Graduação) Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Medicina da Bahia. Curso de Graduação em Medicina. 2013.

TAVARES, A. P. et al. **O currículo paralelo dos estudantes de medicina e a extensão universitária**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2004, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/proex/arquivos/7Encontro/Educa116.pdf>>.

MEMÓRIAS: REFLEXÕES EM TORNO DA MILITÂNCIA FEMINISTA

Adriana Lessa Cardoso

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pelotas / UFPel
Pelotas – Rio Grande do Sul

Márcia Alves da Silva

Pós-Doutora em Educação, Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas / UFPEL
Pelotas – Rio Grande do Sul

RESUMO: Este estudo faz uma reflexão sobre a inserção no movimento feminista, para tanto analisamos uma narrativa de uma militante, dando visibilidade a sua trajetória de vida e militância, que se iniciou por volta dos anos de 1970, e que de alguma forma abriu espaço para tantas outras feministas. O embasamento da pesquisa se dá na perspectiva feminista, utilizamos história de vida como método para compreender as relações humanas e as marcas dos processos que permite nos constituir como pessoas numa articulação de sentidos entre o individual e o coletivo. Concluímos que o feminismo agrega outras pautas importantes para uma sociedade equânime, como por exemplo, classe social, raça, idade entre outras.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo. Militância. Narrativas.

ABSTRACT: This study makes a reflection on

the insertion in the feminist movement, for we analyze a narrative of a militant, giving visibility to its trajectory of life and militancy, that began around the years of 1970, and that somehow opened space for so many other feminists. The basis of the research is the feminist perspective, we use life history as a method to understand the human relations and the marks of the processes that allows us to constitute ourselves as people in an articulation of meanings between the individual and the collective. We conclude that feminism adds other important guidelines for an equitable society, such as social class, race, age, among others.

KEYWORDS: Feminism. Militancy. Narratives.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este texto foi inicialmente apresentado no *VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade*, realizado em setembro de 2018 na Universidade Federal do Rio Grande/FURG. Apresenta uma reflexão sobre a narrativa de uma militante de esquerda dando ênfase principalmente nas experiências e acontecimentos da militância política voltada aos direitos das mulheres. As perguntas são muitas, mas tentaremos pensar neste espaço tempo sobre como Maria se constituiu militante feminista, e como subverteu a cultura patriarcal presente nas instituições,

familiares, escolares, universitária, nos partidos políticos entre outros espaços, para lutar por uma transformação social.

A narrativa analisada faz parte de um recorte de uma pesquisa intitulada “Representações de gênero de mulheres idosas: memórias de formação, aprendizagens e (auto) biografias”, que tem como intenção resgatar as memórias de mulheres que construíram o movimento feminista na cidade de Pelotas/RS, dando visibilidade as suas trajetórias de vida e militância, que se iniciou por volta dos anos de 1970, e que de alguma forma, marcaram sua época e fizeram e fazem história do movimento feminista.

O embasamento da pesquisa se dá na perspectiva feminista, utilizamos história de vida como método para compreender as relações humanas e as marcas dos processos que permite nos constituir como pessoas numa articulação de sentidos entre o individual e o coletivo. A percepção de si no mundo pode produzir novas formas de compreensão e transformação das práticas cotidianas. Ao estudar as trajetórias de mulheres feministas, a partir da narrativa de suas memórias, podemos produzir conexões a fim de compreender o cotidiano no espaço-tempo de suas ações.

Para este artigo selecionamos a narrativa de Maria, nome fictício para preservar a identidade e dar mais liberdade de expressão, visto que é uma história de vida, e, portanto, se expressa um cruzamento entre privado e público, ou seja, a vida pessoal e o que a pessoa entende como possível de expor publicamente. Maria faz parte deste projeto, por ser uma mulher com visível atuação militante, tanto nos espaços universitários, como pela sua participação no Conselho Municipal da Mulher – no município de Pelotas/RS. Ainda sobre os procedimentos metodológicos, é importante destacar que a seleção desta narrativa tem uma intencionalidade política, visto que Maria trouxe um relato com bastante ênfase das mudanças de comportamento de uma época, onde se tinha um fortalecimento do movimento feminista na Europa e Estados Unidos, já no Brasil tínhamos em evidência o conservadorismo da ditadura militar, e foi neste contexto que Maria começou sua militância no movimento estudantil.

2 | CONCEPÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL

Escrever sobre feminismo é assumir um desafio, visto que sua história é vasta e complexa. Podemos afirmar que desde a chamada primeira ondas feministas não pararam de lutar, pois já são muitas gerações reivindicando seus direitos e criando teorias para explicar o mundo pela perspectiva das mulheres. Além disso, o feminismo tanto como movimento social auto-organizado ou mesmo como teoria científica não possui definições, interpretações fechadas ou verdades absolutas, pois contribui na construção de um movimento plural.

Para Saffioti (2004), o feminismo faz um enfrentamento político para a transformação social ao questionar o *status quo* com temáticas consideradas tabus,

como casamento, trabalho, corpo, maternidade e aborto, violência, sexualidade e desejo erótico, entre outros. Beauvoir considera que “é muito difícil a uma mulher agir como igual ao homem quando essa igualdade não está universalmente reconhecida e concretamente realizada” (BEAUVOIR, 1980, p. 322).

As mulheres passaram a ocupar o espaço público através de muita luta, contudo ainda convivemos com o binarismo público e privado, é visível que ainda não obtivemos qualidade no uso desses espaços, visto que os campos laborais aonde predominam mulheres são os mais precarizados. De acordo com Harvey (2005 e 2011); Hirata (2002) e Rago (2015) a precarização atingem principalmente as mulheres devido aos estereótipos de gênero, com isso passamos a ter baixa remuneração, somos minorias em cargos de tomada de decisão, há excesso de supervisão sobre o nosso trabalho e muitas vezes sofremos preconceitos durante a qualificação profissional por parte de professores que protegem os campos de atuação masculina. Esses aspectos do trabalho agravam-se mais para as mulheres negras, indígenas, idosas, deficientes, lésbica, ou que não se identificam com os binarismos de gênero.

De acordo com Saffioti (2004), a estrutura de dominação patriarcal se apresenta nas instituições sociais, e às vezes nem percebemos o quanto reproduzimos em nossos discursos e atitudes essas estruturas. A autora exemplifica a dominação considerando o patriarcado como uma máquina bem azeitada que trabalha cotidianamente e nem precisa do patriarca para ser acionada. Deste modo, os comportamentos machistas, sexistas, racistas e femistas que antes não eram questionados, por possibilitarem a ordem patriarcal e heteronormativa, eram percebidos como normais; contudo, estamos cada vez mais lutando para que essas posições e comportamentos sejam revistos e abandonados.

3 | MARIA MULHER DE LUTA

Acreditamos que Maria gostaria de ser descrita em primeiro lugar como mulher militante de esquerda, feminista, professora universitária, não menos importante, mãe e esposa e, atualmente, passando pelo processo de envelhecimento. Mulher na/da luta, a militância política de esquerda acompanha sua trajetória de vida, ao pensar sobre as desigualdades e as injustiças sociais no mundo, se perguntou, “Como posso mudar essa situação?” Essa pergunta parece num primeiro momento sem importância, muitas/os se questionam, mas esse questionamento trouxe um movimento subjetivo avassalador para a vida da Maria. Ela ingressou no movimento estudantil e até hoje professora universitária busca essa resposta, entendemos que é uma pergunta com potencial, aquela que move a luta cotidiana de uma militante, pois entende que enquanto houver injustiça, fome, discriminação, preconceitos, guerras precisamos mudar, precisamos transformar o mundo.

Maria nasceu na cidade de Porto Alegre/RS, e foi educada por uma família segundo suas palavras “bem tradicional”, sua mãe e avó cursaram magistério e

atuaram como professora até o casamento, logo após o casamento se dedicaram aos cuidados da família, situação comum para muitas mulheres, daquela época de acordo com Louro,

O trabalho poderia ameaçá-las como mulheres, por isso o trabalho deveria ser exercido de modo a não afastar da vida familiar e dos deveres domésticos, da alegria da maternidade, da pureza do lar. As jovens normalistas, muitas delas atraídas para o magistério por necessidade outras por ambicionarem ir além dos tradicionais espaços sociais e intelectuais, seriam também cercadas de restrições e cuidados para que sua profissionalização não se chocasse com sua feminilidade. (LOURO, 2015, p. 483)

Maria trilhou um caminho diferente das mulheres de sua família e geração, ao menos quanto à profissionalização, Maria, conta que seu pai e irmãos deram força para ela cursar o científico e não o magistério como era o mais comum tanto na sua cultura familiar como também em toda a sociedade da época. Ao negar o caminho da mãe e avó, ela abre espaço de percepção que a maioria das mulheres não tinha, segundo Maria, a maior parte das suas colegas do Ensino Fundamental foram fazer magistério. Podemos considerar que nesta escolha se encontra a sensibilidade para a transformação, pois rompe com *status quo* familiar, também reafirma esse rompimento de padrão familiar o momento que Maria conta sobre o avô, dizendo que ele era contra os comunistas, ela riu e afirma que para ela a transformação só será possível através do comunismo.

Em 1973 foi o ano que ela entrou para a Faculdade de Arquitetura, mais uma vez rompe com os padrões sociais da época, pois decide morar com amigos/as da universidade, de acordo com Maria, hoje é comum, mas naquele tempo não era muito comum, pois a maioria das mulheres saía da casa dos pais para casar e não em busca de independência econômica e social.

É, eu me lembro de que eu sai de casa, eu sai de casa exatamente porque eu não pensava em casar né, então eu não queria ter aquela coisa de só sair de casa para casar, quando eu fui para arquitetura a gente tinha os grupos da arquitetura e tal a gente começava a trabalhar junto no escritório os colegas e aquela vida assim de escritório todo mundo trabalhando junto começou da gente pensar, então vamos morar junto e tal, então a gente fez um grupo né e alugou uma casa, um apartamento e aí [...](MARIA, 2018).

Neste mesmo período que foi morar sozinha e cursava arquitetura, conheceu o professor progressista, que impulsionou seu desejo de conhecer mais sobre os movimentos estudantis na época, é importante destacar o contexto histórico brasileiro, por volta dos anos de 1970, vivíamos em plena ditadura militar, partidos políticos, movimentos sociais e estudantis eram considerados subversivos.

“Setenta e quatro ainda estava tendo muito assassinato político e tudo, até setenta e seis setenta e sete a gente tem os crimes políticos e, então eu comecei assim a ter simpatia pelo movimento de esquerda[...] e no fim eu optei pelo caminho da esquerda, que aí comecei a ir nas manifestações e tal (MARIA, 2018).

Desse modo, levantou a bandeira vermelha comunista, anticapitalista e pelos direitos dos trabalhadores, segundo Maria, demorou a perceber que existia

desigualdade de gênero, a voz da maioria das mulheres não era ouvida, e não tinha uma luta específica feminista, neste período muitos/as brasileiros/as lutavam pela redemocratização do país, a liberdade intelectual, de expressão e a luta de classe era a pauta mais importante daquele momento. “O país viveu nesses anos uma experiência muito próxima ao totalitarismo. O espaço da política ficou reduzido a uma farsa, a censura extrapolou a questão política e chegaram com muita força às questões morais, e de costumes” (PINTO, 2003, p. 43).

Ao mesmo tempo em que se vivia uma grande repressão, também tínhamos a resistência, o movimento feminista começou a ganhar força, não só no Brasil, mas mundialmente. Para Maria o feminismo aconteceu vinculado à luta geral estudantil e sindical, primeiramente como movimento de mulheres, que lutava contra a carestia da época.

[...] o movimento de mulheres na época ele era um movimento vinculado à luta geral, por exemplo, dentro do MDB jovem que era mais progressista “juntar as mulheres da vila” para “lutar junto contra a carestia”, “chamar mais mulheres para lutar contra a ditadura” então, não era o movimento feminista. O movimento ele não tinha pauta feminista, aí começou a aparecer grupos como os que têm hoje, vamos supor assim, que levantava a questão específica que era de gênero, mas não se falava em gênero na época, porque aí discutia tudo isso que eu não discutia organicamente, tu podia discutir com a amiga, vou casar, mas isso não aparecia na universidade porque na universidade tinha uma ilusão que hoje as meninas não têm, de que nós não tínhamos, que não havia preconceito contra a mulher, não vou casar, vou ter filho não vou ter filho, nós tinha uma ilusão que nós estávamos em de igualdade aos homens, porque nós entrávamos na universidade. Muitas estávamos no curso de engenharia, medicina e tal arquitetura num curso meio a meio e tal, então a gente achava que estava tudo igual, hoje nós somos capaz, os namorados tudo machista, mas a gente não achava que aquilo ali fosse machismo, então começou a surgir os grupos feministas que só lutavam pelos direitos feministas (MARIA, 2018).

Essa narrativa de Maria corrobora a ideia de Pinto (2003, p.43), sobre o movimento feminista no Brasil, de se iniciar como movimento de mulheres com pautas pontuais, diferentemente do feminismo que busca extinguir a opressão da mulher. Também podemos pensar sobre as diferenças entre as mulheres, já que Maria tinha uma condição privilegiada de estar na universidade, pouco pensava que outras mulheres não tinham esse direito garantido, ainda que se ocupasse de outras formas de inclusão.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de entrevista narrativa nos levou a uma pessoa concreta, e não uma entidade chamada feminismo, as narrativas mostraram não só um discurso, mas uma trajetória de vida que vai além de uma visão linear do mundo. Maria iniciou sua militância no movimento estudantil universitário, subverte a lógica patriarcal e capitalista forjando uma identidade pessoal e profissional, por isso, ela se apresenta primeiramente como militante de esquerda, pois é sua visão de mundo, enquanto houver desigualdade haverá luta.

Ao analisar as narrativas podemos inferir que Maria não traz um discurso explicitamente feminista num primeiro momento e faz isso conscientemente, pois entende que naquele período histórico em que começou a militar as pautas eram outras. Contudo, sua vida estava reagindo às pautas feministas, como uma mulher jovem de classe média, teve acesso a muitos saberes e, portanto, subverteu no seu cotidiano e quebrou vários tabus, por exemplo, escolheu seguir sua formação em um curso que não tem as ditas características de mulher; também saiu da casa dos pais não para casar como ocorria predominantemente com as mulheres daquela época, mas ao contrário saiu da casa dos pais em busca de autonomia econômica e social, entre outras decisões que influenciaram uma nova percepção de mundo. Portanto, o modo de luta e resistência feminista ainda era no âmbito pessoal, de modo que abriu muitas portas, pois hoje as decisões de Maria estão naturalizadas nas nossas vidas.

Por fim, o que aprendemos com a narrativa da Maria é que os feminismos precisam estar coadunados com outras tantas lutas, mesmo que isso pareça mais um ônus, mas as desigualdades raciais, de classe e idade, são alguns exemplos que perpassa a condição de ser mulher. E que o feminismo é uma realidade visível e que são muitas as mulheres que lutam diariamente.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

HARVEY, David. **A condição Pós-Moderna**. Uma pesquisa sobre as origens e mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

LOURO, Guacira. Mulheres na Sala de aula. In: Del Priori, Mary (org). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., São Paulo: Contexto, 2015.

PINTO, Céli Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo. 2003.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: Del Priori, Mary (org). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., São Paulo: Contexto, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004.

O ASILO, A ESCOLA E A UNIVERSIDADE: A COEDUCAÇÃO E O PROCESSO DE INTERGERACIONALIDADE

Flavio Ribeiro De Oliveira
Mariele Rodrigues Correa

RESUMO: O presente texto relata resultados do projeto de pesquisa realizado no ano de 2017 e 2018 junto a idosos asilados, crianças de uma escola estadual de Assis e alunos de psicologia do 5º ano da UNESP com o objetivo de analisar os discursos dos relatos produzidos pelas crianças em relação aos encontros com os idosos e os estudantes universitários a fim de compreender aspectos intergeracionais e o papel da coeducação. Nesse sentido a pesquisa realizou-se com caráter qualitativo, com relatos produzidos em sala de aula pelas crianças de uma escola estadual de tempo integral localizada na periferia da cidade de Assis – SP, sob a supervisão da Professora Doutora Mariele Rodrigues Correa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Assis-SP. Os relatos foram elaborados dentro da sala de aula com a ajuda das professoras de português e artes que formularam questionários com respeito à questão do envelhecimento, do contato com os idosos e a universidade, além da avaliação da disciplina resultando numa construção de novas perspectivas em relação ao envelhecimento. A pesquisa revelou-se oportuna para compreender os laços sociais que se formam a partir do encontro entre gerações

e permitiu também aprofundar o conhecimento: do asilo, como instituição que propõe-se a amparar e cuidar de idosos; da escola que opera a partir de um novo modelo de tempo integral com disciplinas eletivas com liberdade de escolha pelos alunos e; da universidade, em especial para o curso de psicologia que amplia o conhecimento e a atuação para além da clínica.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento. Coeducação. Intergeracionalidade.

ABSTRACT: This text reports results of the research project carried out in the year 2017 and 2018 with the elderly asylum, children of a state school in Assis and students of psychology of the 5th year of UNESP with the objective of analyzing the discourses of the reports produced by the children in relation to the meetings with the elderly and the university students in order to understand intergenerational aspects and the role of coeducation. In this perspective, the research was carried out with a qualitative aspect, with reports produced in the classroom by the children of a full-time state school located in the periphery of the city of Assis-SP, under the supervision of PhD Prof. Mariele Rodrigues Correa of the Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Assis-SP. The reports were elaborated inside the classroom with the help of Portuguese and arts teachers who formulated questionnaires

related to the issue of ageing, contact with the elderly and the university, besides the evaluation of the discipline resulting in a construction of new perspectives in relation to ageing. The research was timely to understand the social ties that are formed from the intergenerational meeting and also allowed to deepen the knowledge: of asylum, as an institution that proposes to support and care the elderly; of the school that operates from a new full-time model with elective disciplines with freedom of choice by students and; of the university, especially for the course of psychology that extends knowledge and performance beyond the clinic.

KEYWORDS: Ageing. Coeducation. Intergenerationality.

INTRODUÇÃO

Pesquisas recentes (FRANÇA, SILVA E BARRETO: 2016) indicam o crescimento da expectativa de vida da população tanto no mundo quanto no Brasil, que neste caso, no ano de 2020 chegará em média aos “75 anos, representando 34 milhões de idosos, ou seja, 15% da população” (FRANÇA, SILVA E BARETO: 2016, p. 519). Assim, Pasinato & Camaro (2004) apontam para a necessidade de políticas públicas que contemplem o processo de envelhecimento tendo em vista que muitos idosos e idosas aposentam-se, em sua maioria, com apenas um salário mínimo. Além disso, os idosos passaram a constar em novos marcadores sociais que categorizam o envelhecimento (DEBERT, 2004; CORREA, 2009; SILVA, 2008) e, nesse sentido encontramos, por um lado, o grupo denominado Terceira Idade, que é visto como aquele que possui condições econômicas acima da média da população idosa e por isso é visto como um filão a ser explorado. Por outro lado, os que não se enquadram nesta tipificação são classificados como velhos e muitos deles são colocados em instituições asilares por diversos fatores, que vão desde a impossibilidade de estarem sozinhos por algum motivo de doença ou deficiência ou ainda por abandono dos familiares. Ser velho ou da terceira idade não atinge o total das representações a que estes estão submetidos, existem ainda outros marcadores como “melhor idade”, “idosos” “idade madura”, tudo isso, todavia só reforça a questão de que há uma construção social da velhice, conforme observam Borini & Cintra (2002)

As marcas e signos que acompanham cada palavra conferem uma certa identidade a cada “tipo” das pessoas envelhecidas; há com efeito uma construção social da velhice. Ao “velho” são atribuídas as imagens de doença, solidão, inatividade. O termo idoso é utilizado em documentos jurídicos, para efeito de leis e direitos deste grupo da população e para a Terceira Idade são atribuídos signos de saúde e bem-estar (p. 569).

A expectativa de vida vem crescendo devido ao avanço da medicina, o cuidado e a prevenção de doenças e, neste ponto específico, destacam-se as campanhas preventivas na qual as mulheres participam de maneira muito mais efetiva do que os homens o que pode ser percebido pelo alto número de mulheres viúvas do que homens (NERI, 2014). Embora se constate que há um crescente número de idosos

com impactos significativos na sociedade pouco, se tem produzido em especial no que diz respeito a políticas públicas no cuidado com aqueles que alcançam este momento de suas vidas. É certo que há o Estatuto do Idoso, instituído pela Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, visando proteger e garantir direitos aos idosos; outros dispositivos como o Centro de Convivência do Idoso (CCI), atividades nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e o acompanhamento no Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) para casos específicos de violência e abandono contra os idosos, tentam proporcionar um movimento de cuidado. Contudo ainda percebe-se a fragilidade tendo em vista o número de atendimentos em relação ao tamanho da população.

No caso do Asilo este segue o modelo de instituição total conforme aponta Goffman (1974), onde se percebe o horário rígido e específico para as atividades do dia construindo uma rotina que privilegie a equipe de trabalho e não os internos; a constante vigilância em relação aos idosos; a destituição do “eu” com a retirada de pertences, vale lembrar que para a permanência nos asilos é cobrada uma taxa e no caso dos aposentados isso equivale a 70% de seu rendimento, e algumas “lembranças”; um certo isolamento do mundo exterior, dadas as grades e o controle da entrada e saída de pessoas no recinto do asilo; e não só isso, mas também o alojamento e o refeitório caracterizados pela coletividade em detrimento da individualidade. Nota-se também que,

É preciso ficar muito pouco tempo em um asilo para rever suas impressões iniciais. O cotidiano com o qual nos deparamos está longe de ser, quer a manifestação da suposta experiência da solidão, quer um momento de desprendimento dos valores e angústias, tidos como próprios da vida dos mais jovens. Surpreende, nos asilos, a quantidade de conflitos, brigas e desentendimentos entre os residentes e deles com o pessoal técnico e administrativo (DEBERT: 2004, p. 100).

Nota-se que os idosos asilados tendem a perder a sua dignidade em função de não poderem escrever a sua própria história uma vez que muitos são tratados como incapazes e por isso não conseguem expor seus pensamentos e, quando o fazem, muitas vezes não são levados em consideração. Assim nota-se que o ambiente asilar tende a desconstruir lentamente o idoso passando a tratá-lo, muitas vezes, como um objeto uma vez que aos poucos vai perdendo sua possibilidade de decisão sobre seu próprio corpo, seus desejos, sua mobilidade e, para alguns, seus afetos.

Por outro lado, temos as crianças no contexto da escola que tem o regime de tempo integral a fim de, segundo o Governo de Estado de São Paulo, proporcionar maior tempo de estudo para as disciplinas do currículo considerado normal e cursar outras disciplinas que possam favorecer o desenvolvimento e o protagonismo das crianças na sociedade. Dentre estas disciplinas que visam favorecer a interação da criança com a sociedade destacam-se as chamadas “eletivas” nas quais os alunos fazem a opção dentro de um leque de escolhas.

No caso da experiência que será relatada no presente texto, nos anos de 2017 e 2018, tivemos a oportunidade de oferecer uma disciplina eletiva, em parceria com

duas professoras da escola do interior paulista, que contemplava o olhar das crianças para o envelhecimento de forma prática, com visitas ao asilo. As visitas são utilizadas pelas docentes como elemento disparador a fim de apresentar a realidade dos idosos asilados aos estudantes e ao mesmo tempo proporcionar subsídios para um posterior relato por escrito. Os registros dos relatos são feitos em um caderno e os estudantes têm total liberdade para escrever segundo as orientações que foram elaboradas pelas professoras.

As crianças, então, são levadas à reflexão no que diz respeito ao envelhecimento e neste movimento de visitas produz-se a intergeracionalidade, pois a partir das questões elaboradas pelas professoras e algumas informações dos alunos do curso de Psicologia sobre o envelhecimento podem: ouvir histórias dos idosos que ali estão; estabelecer contato com pessoas idosas diferentes de sua realidade; criar vínculos através de cartas lembretes ou presentes. A memória do idoso, que é significativa para a vida de uma sociedade, conforme salienta Bosi (1994), é resgatada à medida que este relembra e conta suas histórias para as crianças que, por sua vez, tornam-se solidárias ao idosos diminuindo o distanciamento atual entre as gerações conforme assevera (FERRIGNO, 2013):

Sabemos que o preconceito em relação ao outro (a quem atribuímos características diversas das nossas) se manifesta sob várias formas: machismo; homofobia; xenofobia; racismo; intolerância (religiosa, étnica e política); e, entre elas o preconceito etário. Este se exterioriza pela intolerância recíproca entre mais jovens e mais velhos. Preconceito, portanto, de mão dupla. Há tanto atitudes negativas dirigidas aos idosos quanto discriminações que os adultos impõem a crianças e adolescentes, fenômeno que os americanos chamam de ageism (p. 13-14).

No contexto familiar das crianças a questão sobre o envelhecimento assinalou que o marcador “avô/avó” desatrelou-se, em uma parte significativa de casos. Atualmente, há vários casos pessoas sendo avós precocemente por causa da gravidez na adolescência, fato que faz parte da rotina de muitas meninas da escola atendida por este projeto, as quais, por desconhecimento de métodos anticoncepcionais ou por desejo, acabam sendo mães com 11, 12, 13 anos de idade sendo que suas mães também engravidaram precocemente. O resultado desta combinação são avôs e avós com idade baixa e assim, ao relatarem sobre idosos dentro de seus lares era comum encontrar a bisavó e o bisavô ainda vivos.

Um outro segmento que participa da experiência do projeto aqui relatado são universitários do curso de Psicologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, campus de Assis, que contribuíram efetivamente no processo da intergeracionalidade atuando como estagiários que possuíam acesso tanto ao asilo quanto a escola. Isso facilitou o processo de construir pontes entre os vínculos dos idosos e das crianças, tendo em vista a atuação profissional para além do espaço clínico tradicional, no qual se percebe os processos de subjetivação envolvidos na formação de possíveis vincularidades. Um aspecto a se levar em conta é que o trabalho aqui relatado foi realizado em meio a um contexto de desigualdade social

que “se caracteriza por ameaça permanente à existência. Ela cerceia a experiência, a mobilidade, a vontade e impõe diferentes formas de humilhação (SAWAIA: 2009, p. 369) e, por isso o papel dos alunos se mostrou amplamente ancorado numa perspectiva social. Nesse sentido a ação dos universitários amparou-se no que diz Baró (1997): “o trabalho profissional do psicólogo deve ser definido em função das circunstâncias concretas da população a que deve atender” (p. 7).

Apesar dos diferentes grupos reunidos, de diferentes gerações, não houve incidentes, ao contrário, o que se viu foi uma interação muito rica entre idosos, as crianças e os universitários o que significa a superação das diferenças através do diálogo e da convivência, embora, em algumas ocasiões pareça ter ocorrido uma certa insatisfação, o que seria comum conforme atestam Ruschel e Castro (1998): “A experiência cultural de geração para geração não acontece de forma passiva, assumindo facetas multivariadas como as provocadas pelo distanciamento entre gerações” (p. 523). Todavia os encontros ocorreram de forma interessante sem nenhum problema sério.

Nota-se, assim, a relevância da intergeracionalidade e sua ressonância nos idosos, nas crianças, nas professoras, na equipe asilar e nos estudantes universitários ao revelaram aspectos significativos, pois se antes abriu-se caminho para a “separatividade” conforme descreve Ferrigno (2013), destacando, nesse sentido, o distanciamento entre as gerações, compreendido “como falta de interesse pelo outro (idem, p. 51). Com a ação intergeracional percebemos novas possibilidades que, dentro da área da educação revelou-se significativa porque “é certo que, até em seus últimos dias, os velhos podem ser aprendizes da vida, também é verdade que eles têm muito a ensinar, principalmente aos jovens” (idem, p. 83). Assim, percebemos que,

Comentando as potencialidades da terceira idade que tendem a valorizar a velhice, Ecléa Bosi destaca a ampla compreensão – seja da perda da vitalidade física, seja da memória imediata para detalhes do cotidiano – que provém do desenvolvimento da memória social, da sensibilidade e do discernimento voltados para as coisas essenciais da vida. No relacionamento com os jovens, tais qualidades se mostram indispensáveis. Em um movimento dialético de retroalimentação, como num ciclo virtuoso, o estabelecimento dessa imagem mais positiva da velhice tem favorecido, em atividades de lazer, a aproximação dos jovens e dos idosos; na medida em que tal interação mostra aos jovens que os mais velhos permanecem capazes, a imagem positiva se reafirma e se consolida (Idem, p. 86).

O ASILO

Houve uma mudança na nomenclatura e o asilo passou a chamar-se Instituição de Longa Permanência para Idosos e segundo Camarano e Kanso (2010) o envelhecimento populacional apontou para a necessidade de suplantar o modelo asilar que possuía caráter caritativo, por isso “a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia sugeriu a denominação” (Idem, p. 234), contudo cabe ressaltar que

Para a Anvisa, ILPIs são instituições governamentais ou não-governamentais, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania (Idem, p. 234).

Mesmo possuindo uma nova nomenclatura a estrutura do asilo ainda compõe-se do paradigma de funcionamento de uma instituição total conforme acentua Goffman (1974) com sua “tendência ao fechamento” (p. 16), principalmente em relação aos idosos que são abandonados pela família. É verdade que alguns idosos chegam por conta própria, mas em sua grande maioria o asilo com o qual trabalhamos é composto por idosos que foram conduzidos pela família e também pelo poder público, seja na área da assistência social ou na área da justiça.

Em sua rotina o asilo impõe uma rotina rígida, para alguns, uma total perda de contato com o mundo exterior e “o processo de admissão também leva a outros processos de perda e mortificação” (Idem, p. 24). Não é raro deparar-se com a morte de alguns idosos decorrente de múltiplos fatores o que acaba acentuando o pensamento de finitude, de solidão e o fantasma do desamparo, diante disso o sofrimento e o luto fazem parte da vida do idoso asilado e que “o mesmo precisará de atenção e ajuda dos profissionais da equipe, pois a maioria dos idosos não possui a rede social de apoio que funciona como ferramenta de suporte para a superação do luto” (Silva et. al. 2007, p. 101).

A proposta de intergeracionalidade para com idosos asilados propicia a formação de laços sociais além de que,

constitui uma alternativa a um modelo de organização etária da sociedade, procurando unir grupos geracionais através da criação de laços; respeita e cultiva o passado, enraíza-se no presente e pode preparar um futuro, evitando processos de discriminação e de exclusão social (VIEIRA: 2012, p. 125).

A ESCOLA

A escola da rede estadual de ensino caracteriza-se por enquadrar-se na categoria “tempo integral”, ou seja, o horário para os alunos é das 7h às 15h de segunda a sexta-feira, sendo que, no período da tarde as tarefas desenvolvidas ampliam-se para além do currículo comum e adicionam-se diversas atividades, entre elas, o de uma matéria que pode ser escolhida pelos alunos. Para que isso ocorra os professores das diversas áreas se unem e propõem uma maneira de desenvolver de forma criativa sua disciplina, cidadania e projeto de vida.

As professoras das disciplinas de Português e Artes propuseram a eletiva “Conviver é uma Arte” com o objetivo de desenvolver junto aos alunos um olhar sobre o envelhecimento aproveitando-se deste tema para ampliarem o conhecimento dos alunos, a escrita na forma de relato e de atividades artístico-expressivas que os alunos possuíam dos idosos. A forma de entrada na eletiva é por escolha com um número

limitado a trinta e cinco alunos e, para que isso ocorra, todos os professores promovem de forma criativa o que a eletiva está oferecendo.

O tema do envelhecimento foi escolhido porque havia a percepção de que um número significativo de alunos é cuidado pelos avós ou têm a sua casa sustentada por algum deles. O bairro onde a escola está inserida localiza-se na periferia da cidade e conta com um número de aproximadamente trezentos e cinquenta alunos matriculados no período integral e vários alunos frequentam a escola por causa do alimento que é oferecido no café da manhã, no almoço e um lanche à tarde.

As condições socioeconômicas dos alunos apontam para a realidade de periferia na qual encontram-se os que têm os pais que trabalham e conseguem sobreviver de alguma forma, os que têm os pais separados e precisam de ajuda dos programas do governo e os que estão com os pais encarcerados ou foram abandonados pelos genitores e por isso moram com parentes como avós, tios, etc. Alguns estudantes iniciam a vida no tráfico precocemente sendo que existe uma grande quantidade de alunos que passaram pela Fundação Casa e outros que cumprem medidas sócio educativas. Por isso, ao oferecer a disciplina, há uma possibilidade de propor a formação de novos vínculos com outras pessoas com contextos diferentes.

A UNIVERSIDADE

A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp – Campus de Assis possui dentre os seus cursos o programa de Psicologia que oferece diversos estágios e oportunidades de intervenção junto a comunidade e, por isso, alunos do quinto ano do curso de psicologia desenvolveram seu estágio junto a escola estadual atuando junto a eletiva “Conviver é uma arte” interagindo com as crianças ao mesmo tempo que atuavam no asilo tendo a oportunidade de vislumbrar estes dois horizontes.

A interação com as crianças se deu de maneira satisfatória porque não houve dificuldade no estabelecimento de vínculos e o que se notou foi que as crianças logo aprenderam os nomes dos estagiários que circulavam pela sala de aula no auxílio das atividades coordenadas pelas professoras. Os estagiários já conheciam os idosos porque desenvolviam atividades junto ao asilo como parte do desenvolvimento do estágio que tem como tema o envelhecimento e, por isso, os vínculos estavam formados e aproximar os idosos das crianças tornou-se uma tarefa que trouxe muita satisfação para todos.

Os universitários adicionaram um novo elemento na convivência entre os idosos e as crianças proporcionando uma intergeracionalidade rica pela sua composição heterogênea que ao mesmo tempo trouxe desafios intensos e, por outro lado, proporcionou encontros marcantes com troca de experiências, vivências e muita emoção. A atuação dos estagiários foi significativa na medida que usavam as ferramentas que possuíam do curso de Psicologia com muita atenção, escuta e um olhar sensível para campo ali proposto, principalmente quando as três gerações se

encontravam.

Os estagiários atuaram sempre com a supervisão de uma professora da universidade que oferecia suporte a fim de que os estagiários pudessem explorar ao máximo as atividades propostas pelas professoras das crianças assim como os encontros que se deram na escola, na universidade e no asilo e, nesse sentido, é significativo destacar que esta atuação não se deu de forma que chamou a atenção de todos, ao contrário, a atuação discreta, porém pontual facilitou muitos momentos onde as crianças e idosos interagiam possibilitando uma comunicação mais fácil e compreensível para ambos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Ao longo do oferecimento da disciplina “Conviver é uma Arte”, desenvolvemos um projeto de iniciação científica, no qual valemo-nos da pesquisa qualitativa com o pressuposto metodológico da cartografia de Gilles Deleuze (1925-1995). A cartografia possui características que levam em consideração a produção de desejo, o contexto e os processos de subjetivação, e neles incluídos a coeducação e a intergeracionalidade dos sujeitos envolvidos nos encontros. Por isso, compreendemos que

A cartografia se apresenta como valiosa ferramenta de investigação, exatamente para abarcar a complexidade, zona de indeterminação que a acompanha, colocando problemas, investigando o coletivo de forças em cada situação, esforçando-se para não se curvar aos dogmas reducionistas (ROMAGNOLI: 2009, p. 169)

Com isso foi possível mapear “movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade” (FILHO & TETI, 2013, p. 47). Nesse sentido, há o acompanhamento dos encontros e também das aulas da disciplina eletiva “Conviver é uma arte” que engloba o estudo do envelhecimento, a produção de relatos escritos, tendo em vista uma das professoras lecionar Português e também a produção artística, visto que a outra professora leciona Artes, e posteriormente aos encontros entre idosos e estudantes são produzidos relatos, que descrevem o momento do encontro na perspectiva dos alunos. Nossa observação, portanto, esteve focada tanto nos encontros como na análise dos relatos produzidos pelos alunos. A proposta deste estudo foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências e Letras de Assis (UNESP), com número CAAE 76923317.8.0000.5401.

A pesquisa iniciou-se em agosto de 2017 e encerrou-se em agosto de 2018, revelando que o processo de coeducação acontece de maneira potente neste encontro de gerações produzindo novos conhecimentos e saberes, mesmo porque “a interação entre as gerações desvela interesses, experiências e motivações que podem contribuir para os novos rumos a serem tomados” (MALTEMPI, 2009, p. 9). Por isso, verificamos o processo de coeducação sendo produzido com a possibilidade de olhar o outro como

sujeito, dentro de suas concepções de mundo ainda que diferentes em seus desejos e interesses. Para os idosos é significativo verificar a construção de vínculos que ajudam a romper, para alguns, a solidão, o isolamento e o fantasma do abandono, conforme Borges & Magalhães (2011). Nos encontros com os estudantes, os mais velhos podem exercitar sua memória, uma fonte rica de saberes acumulados e significativa para a sociedade, segundo Bosi (1994), com a qual transmitem valores culturais e históricos que indicam como o presente foi pavimentado pela história destes e de muitos outros idosos e idosas que contribuíram para construção da sociedade. Em relação aos estudantes, verificamos o surgimento de um novo olhar, uma nova compreensão sobre envelhecimento, tendo em vista que a caracterização sobre o envelhecimento está associada à incapacidade do idoso, não só em relação a mobilidade, mas também a questão intelectual, em certa medida relacionada a uma infantilização da velhice.

Com o intuito de desenvolver a pesquisa realizamos observação participante (MARTINS, 1996) nas aulas da disciplina eletiva “Conviver é uma arte” acompanhando todo o seu desenvolvimento pelas professoras de português e artes com o propósito de promoverem a interação das crianças, jovens e idosos, assim como as visitas realizadas pelas crianças no asilo e na universidade e também acompanhamos as visitas dos idosos na universidade e na escola.

No primeiro mês de observação participante houve o acompanhamento da pesquisa pela professora supervisora bem como pesquisa bibliográfica e leitura do material que era produzido em sala de aula tanto os desenhos que eram orientados pela professora de artes e os relatos orientados pela professora de português.

Nesta fase inicial da pesquisa como observador participante foi considerável pois podemos instituir um contato proveitoso tanto com as crianças quanto com os idosos o que foi determinante para a continuidade das próximas etapas da pesquisa. Durante este período foram realizadas uma visita ao asilo por parte das crianças e uma visita à universidade sendo que, para a visita ao asilo foram levantadas duas questões que as crianças deveriam perguntar aos idosos: “Como foi a sua infância?” e “Como é viver em um asilo?”. Já na visita ao campus da universidade, as crianças foram recebidas pelo grupo de estagiários que, num primeiro momento, convidaram estudantes dos cursos de letras, biotecnologia, psicologia e história para contarem um pouco de cada curso, como é a vida universitária e as formas de acesso ao vestibular. Após esta apresentação as crianças conheceram o espaço físico da universidade com os estagiários.

No retorno à disciplina e sala de aula na escola, as crianças foram instruídas a relatarem sua experiência de contato com os idosos para sabermos qual a impressão que tiveram deste primeiro contato e podemos perceber que este contato foi marcante principalmente porque as crianças não conheciam absolutamente nada a respeito do asilo e seu funcionamento. Também ficaram sensibilizadas com as histórias narradas pelos idosos e que escreveram em seus cadernos. Neste período houve reuniões com a supervisora para avaliarmos os encontros e as possibilidades de ampliar a

investigação.

A segunda fase de nossa pesquisa concentrou-se em ampliar o tema do envelhecimento principalmente em sala de aula com a participação dos estagiários que desafiaram os alunos a falarem acerca sobre o imaginário de velhice e a realidade que encontraram no asilo. Neste sentido a produção de relatos intensificou-se não somente em quantidade de linhas que os alunos escreviam, mas também em qualidade porque esse aprofundamento do tema do envelhecimento proporcionou a reflexão das possibilidades e das dificuldades encontradas. Esse material foi recolhido e analisado pelo pesquisador e pela supervisora e serviu para fundamentar os resultados e discussões que seguirão mais abaixo.

Por fim, na terceira e última fase da pesquisa realizamos a análise dos dados. Neste último período aconteceram dois encontros marcantes que reuniram os alunos, os idosos e os universitários em locais diferentes. O primeiro deles deu-se na universidade, em que idosos e crianças puderam interagir na quadra poliesportiva para ouvirem uma apresentação da bateria da faculdade e ofereceu momentos de interação nos quais os idosos puderam dançar e, posteriormente tanto os idosos quanto as crianças puderam manusear os instrumentos. O segundo encontro deu-se no encerramento do período da eletiva na escola. Esse dia, chamado de “Culminância”, é o momento em que os alunos apresentam para os pais e convidados que vão à escola como foi o desenvolvimento da disciplina e o que aprenderam. Para esse encontro foi ensaiada uma música tanto pelos idosos quanto pelas crianças que juntos cantaram a música “Menino da porteira” que foi muito aplaudida pelos presentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os relatos das crianças foram separados e inseridos a partir da assinatura do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) por parte dos pais ou responsáveis. As aulas da disciplina eletiva “Conviver é uma Arte” aconteceram em dois semestres, semanalmente, com uma hora e meia de duração e com a participação de trinta e cinco alunos matriculados regularmente no sexto e sétimo ano do ensino fundamental, com idades entre 11 e 13 anos. Ainda nesse período escolar não notamos uma diferença significativa da produção entre participantes meninas e meninas o que acontece de forma quase que igualitária, se bem que, é preciso mencionar, conforme já salientado acima que, muitos alunos e alunas frequentam a escola por força da legislação dos direitos aos benefícios assistenciais que associam o recebimento da ajuda à frequência escolar.

Em relação ao contato com os idosos um dos relatos das crianças informa a importância desses encontros em relação ao seu projeto de vida:

Eu gostei muito de ter ido na Unesp e gostei muito dos velhinhos e fiquei muito comovida com a história deles. Achei muito legal e emocionante. Tem um velhinho lá muito novo, da idade da minha avó, mais ou menos. Na Unesp eu gostei de ir

por causa também do meu projeto de vida e por ter conhecido algumas pessoas lá. Gostei de ver a parte da música. Nós podemos também conhecer outros asilos, outros idosos e leva-los também na Unesp. Eu gostei muito dessa eletiva. (R1).

A escola de tempo integral tem como um de seus objetivos trabalhar a questão do projeto de vida proporcionando ao estudante a possibilidade de visualização de seu futuro e, nesse sentido, percebemos que o Projeto de Vida do relato acima tem a ver com a identificação com o cuidado com o idoso, e por isso, notamos que os idosos,

Transmitem sua história pessoal e a história da comunidade, permitindo aos jovens conhecerem suas origens e se enraizarem em sua própria cultura. Conhecendo seu passado, os jovens entendem melhor o seu presente e projetam seu futuro de modo mais realista e promissor (FERRIGNO: 2006, p. 68).

O que percebemos é “uma ampliação do universo cognitivo, verbal e emocional pela troca de saberes” (RUSCHEL & CASTRO, 1998) que opera tanto nos idosos quanto nas crianças estabelecendo um vínculo que ultrapassa os limites que a sociedade quer impor com a construção de uma velhice que possui diversos marcadores e, por isso abre-se oportunidades de um conhecimento mútuo, além da valorização dos envolvidos e transformando-se em uma prática diária, que ultrapasse o ambiente familiar conforme observa Vituri (2013).

Outro relato sinaliza o vínculo produzido pela eletiva na vida das crianças e como isso tem reflexos posteriores que vão desde o movimento de esperar até o dia da aula chegar até a valorização do sentimento em relação ao idoso.

Meu dia começou bem legal porque era dia de eletiva, na sexta feira, e nesse dia me vesti como uma velhinha e foi muito gostoso fazer parte dessa brincadeira com minhas amigas. Ficamos esperando os idosos e finalmente eles chegaram. Ao ver aqueles idosos descendo deu um aperto no coração. Ao ver eles descendo de muleta, cadeira de rodas, etc. Nossa... naquela hora eu me senti afundada. Esse mundo precisa saber o que eles fazem, por que foram abandonados. Sua própria mãe ou pai e isso dói muito, porque você não ia querer que seu pai e sua mãe fizesse isso com você e, se você é deixado, você é especial! O mundo não pode amar você, mas nós amamos e por isso fizemos um teatro que teve até gente que chorou porque tudo o que fizemos era uma realidade. Amei estar com esses idosos e o mundo precisa saber da realidade. Queria levar todos eles lá também e depois fomos conhecer a horta com eles. Nossa, foi um prazer e até teve comida e bebida (R2).

Os vínculos que foram criados pelos participantes oferecem a eles uma localização no mundo conforme asseveram Pszemiarower & Pochtar (2011) ao compreendem que a intergeracionalidade aciona os mecanismos que revelam aos participantes a realidade do mundo que vivem e, por isso, tendem a se mostrar mais receptivos e compreensivos. Assim a intergeracionalidade aparece como instrumento que se coloca contra o individualismo que está presente na sociedade:

A intergeracionalidade se constitui como uma iniciativa para despertar o sentido das relações intergeracionais em um mundo individualizado. É importante destacar que as chances para uma relação positiva entre as gerações existem e, para isso, é preciso multiplicar as oportunidades de expressão da experiência e do desejo de mudança de todos os envolvidos, independentemente da idade (MIRANDA, 2013, p. 7).

Um fato que chama a atenção é o desenvolvimento do respeito e da cidadania que envolvem as crianças, os idosos e os universitários. Nas cenas de convívio é comum flagrar um apoio de uma criança para com um idoso que está caminhando, ou oferecendo ajuda na distribuição de algo para comerem tanto no asilo quanto na escola ou ainda universidade, e mais, disponibilizando-se para empurrar a cadeira de rodas do idoso. Tal mudança se mostra tão profunda que ao final da eletiva a gestão da escola insiste que a disciplina continue a trabalhar com as crianças de 6º e 7º ano porque é perceptível a mudança nos alunos em relação ao respeito para com o próximo. Desta forma, “a interação com as pessoas idosas fez com que revissem posições estigmatizadas, aprendendo a respeitá-los e a valorizar suas histórias de vida” (MASSI et. al., 2016, p. 405).

Notamos que o processo de intergeracionalidade promove um processo co-educação que se dá, por um lado, a partir dos idosos que transmitem suas memórias e sabedoria, enquanto que, por outro lado, as crianças e jovens podem transmitir valores do tempo que estão inseridos conforme Ferrigno (2006).

Outro relato ressalta a importância da convivência:

O dia que os idosos vieram aqui teve muita coisa: teve bolo, salgado, refrigerante e até teatro das meninas. Nós servimos os idosos os salgados, bolo e refrigerante e demos lembrancinhas. Mas o que mais me marcou sobre a aprendizagem foi o convívio. Gostei muito desta eletiva e que ela melhore cada vez mais (R3).

Entendemos nesse relato que o convívio foi destacado e isso ressalta a importância da intergeracionalidade, pois “quanto à participação social, ressalta-se a importância da integração do sujeito que envelhece ao seio familiar e comunitário pelo fortalecimento de vínculos entre pessoas de diferentes gerações” (MASSI et. al.: 2016, p. 400), por isso os laços intergeracionais revelam uma articulação dialética na contemporaneidade sendo que há momentos de tensão, mas há momentos de convívio possível segundo Borges & Magalhães (2011). Percebemos no relato a construção de uma narrativa que considera os vínculos estabelecidos entre as crianças e os idosos, pois, “a interação entre criança e idoso pode propiciar uma perspectiva em que seja possível a construção narrativa do mundo pela criança e a significação das experiências de uma vida pelo idoso” (BRANDÃO et. al.: 2006, p. 100).

A convivência foi fundamental para conseguirmos realizar a pesquisa e encontramos um caminho com suas dificuldades e possibilidades, porém os resultados revelaram que a intergeracionalidade é um instrumento facilitador significativo que produz efeitos que mobilizam forças nos sujeitos envolvidos oportunizando novas maneiras de ser no mundo.

CONCLUSÃO

O contato com as crianças, os idosos e os universitários indicaram que a intergeracionalidade foi um tema que pode ser desenvolvido e aprofundado através

dos encontros que ocorreram na escola, no asilo e na universidade o que permitiu uma reflexão crítica sobre o funcionamento destes espaços juntamente com as possibilidades de convivência e troca de experiências. Ser participante e investigador de um projeto que estuda o envelhecimento populacional proporcionou um olhar ampliado, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento da pesquisa, salientando que a cidade de Assis concentra um grande número de idosos aposentados.

Essa prática possibilitou conhecer as diversas questões que envolvem o envelhecimento e sua dimensão nas crianças da escola e também com os universitários e o como a intergeracionalidade oferece caminhos que permitem a criação de vínculos, o respeito as diferenças e a valorização das partes envolvidas sendo que, para as crianças é um processo de aprendizado dos diversos saberes que os idosos possuem e, por outro lado, podem contribuir para que os idosos tomem conhecimento do mundo atual com suas demandas e belezas. Para os idosos o momento de ensinar favorece o exercício da memória conforme salienta Bosi (1994) que traz consigo um rico legado sociocultural. São as histórias que compõem o cotidiano e possibilitam uma revisitação ao passado com momentos que criam vínculos que tendem a permanecer. Ao ouvirem as crianças, os idosos têm a possibilidade de atualizarem-se em relação ao mundo. No que diz respeito aos universitários estes compreendem uma relação interessante, pois têm a conveniência de poder dialogar tanto com as crianças quanto com os idosos de forma que podem contribuir com suas experiências para com as crianças no sentido de viabilizar a possibilidade do sonho de cursar uma universidade pública gratuita e, em relação aos idosos, oferecerem escuta sensível para as suas demandas.

Consideramos que a intergeracionalidade é um instrumento de diálogo e de possibilidades,

Os estudos levantados parecem indicar o benefício de programas intergeracionais que envolvem a entrada de crianças em espaços destinados a idosos, e vice-versa, ou mesmo a criação de instituições que atendam às duas faixas etárias, na medida em que estes possibilitam a interação continuada em torno de atividades conjuntas (BRANDÃO, et. al. 2006, p. 102).

Entendemos que neste processo, apesar das diferentes idades, houve também o estabelecimento de vínculos o que caracteriza a possibilidade de contato com novas pessoas e isso expôs uma face do quanto os idosos asilados temem a solidão e o abandono, o que de fato, para muitos acontece, mesmo porque,

A maioria das pessoas não se prepara para a velhice por diversos motivos. Um deles é que essa etapa está associada à ideia da própria morte, tema relativamente evitado pelas pessoas em todas as faixas etárias na atualidade (SOARES, et. al. 2009, p. 136).

Compreendemos que o processo intergeracional rompe com o isolamento no qual os idosos tendem a permanecer no asilo, por isso, “o oposto do isolamento – ainda condição de muitos velhos – é a integração, muito se fala da necessidade de integrar o idoso ao convívio social” (FERRIGNO, 2013, p. 86) e é nesse sentido que o encontro com jovens e crianças promove a valorização do idoso como sujeito que

direciona suas ações e pensamentos além do que confere dignidade respeitando seu saber e a sua vontade.

Supomos que a facilidade com que os idosos criam vínculos tem a ver com a solidão e o medo do abandono, porque, segundo Borges & Magalhães (2011),

a ideia de igualdade na constituição dos vínculos intergeracionais se faz de forma inversa: pela possibilidade de identificação dos mais velhos com os mais jovens. É justamente quando o mais velho se mostra investido de atributos da juventude que ocorre a identificação intergeracional, processo que se efetua, muitas vezes, pela negação das diferenças que definem cada geração (p. 177).

Ao participar das atividades notamos que o processo intergeracional proporcionou vínculos que superaram, além das barreiras etárias, outras diferenças, tais como a sócio econômica. Isso demonstra que, de modo geral, os objetivos propostos pela pesquisa foram alcançados e os resultados excederam as nossas expectativas que, de maneira bem específica, deu-se especificamente nos relacionamentos que foram construídos entre os participantes idosos, crianças e universitários e na questão do projeto de vida das crianças que foram modificados para atender os idosos.

Por fim a pesquisa ultrapassou para além da intergeracionalidade propondo novos meios para problematizar questões que envolvem a psicologia e que estão para além da clínica oportunizando a discussão sobre um tema que está cada vez mais intenso em nossa sociedade, pois o envelhecimento chega para todos, sem exceção e como vamos encara-lo depende de um profundo debate em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1990.

BORGES, Carolina de Campos & MAGALHÃES, Andrea Seixas. **Laços intergeracionais no contexto contemporâneo**. Natal, Estudos de Psicologia, pp. 171-177, maio/agosto 2011.

BORINI, M.L.O & CINTRA, F.A. **Representações sociais da participação em atividades de lazer em grupos de terceira idade**. In: Rev. Bras. Enfermagem, Brasília, v. 55, n .5, p . 568-574, set./out. 2002.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembrança dos velhos**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BRANDAO, Lenisa et al. **Narrativas intergeracionais**. Psicologia Reflexão Crítica, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 98-105, 2006.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. **As instituições de longa permanência para idosos no Brasil**. Revista brasileira de estudos de população, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 232-235, June, 2010.

CORREA, M. R. **Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice e terceira idade** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 125 p. ISBN 978-85- 7983-003-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, FAPESP, 2004.

FERRIGNO, José Carlos. **Conflito e cooperação entre gerações**. São Paulo, Edições SESC, 2013.

FERRIGNO, José Carlos. **A Co-educação entre gerações**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte. São Paulo, v.20, p.67-69, set. 2006. Suplemento n.5.

FERRIGNO, José Carlos. **Cooeducação entre gerações**. São Paulo, Edições SESC, 2010.

FILHO, K. P. & TETI, M. M. **A cartografia como método para as ciências humanas e sociais**. In: *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n.38, p.<45-59>, jan./jun. 2013

FRANÇA, L. H. F.; SILVA, A. M. T. B.; BARRETO, M. S. L. **Programas intergeracionais: quanto relevantes eles podem ser para a sociedade brasileira?** *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, p. 519-531,2010.

GOFFMAN, Irwin. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.

MARTIN-BARO, Ignácio. **O papel do Psicólogo**. Estudos de psicologia. (Natal), Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, June 1997.

MASSI, g. et. al. **Impacto das atividades dialógicas intergeracionais na percepção de crianças, adolescentes e idosos**. In: Revista CEFAC, Curitiba, Mar-Abr; 18(2), p. 399-407, 2016.

MIRANDA, D. S. **O SESC integrando as gerações por meio da ação cultural**. In: **Cadernos SESC de Cidadania**. Intergeracionalidade. São Paulo, Ano 4, N. 8, 2013.

NERI, A. N. **Palavras-chave em Gerontologia**. Campinas: Alínea, 2014.

PASINATO, M. T. & CAMARO, A. A. **O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas**. In: CAMARANO, A. A (org). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2004.

PSZEMIAROWER, Santiago; POCHTAR, Nora. **Relações intergeracionais como contribuição para a construção de uma cultura de paz**. In: A terceira idade: estudos sobre o envelhecimento / Serviço Social do Comércio. St. Gerência de Estudos e Programas da Terceira Idade. V. 22, n. 50, p. 48-65. São Paulo, SESC-GETI, 2011.

ROMAGNOLI, R. C. **A cartografia e a relação pesquisa e vida**. In: *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, 21 (2), 166-173, 2009.

RUSCHEL, Ângela Ester; CASTRO, Odair Perugini de. **O vínculo intergeracional: o velho, o jovem e o poder**. *Psicol. Reflexão. Crítica*. Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 523-539, 1998.

SAWAIA, Bader Burihan. **Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social**. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis , v. 21, n. 3, p. 364-372, Dec. 2009.

SILVA, C. A, et all. **Vivendo após a morte de amigos: uma história oral de idosos**. Florianópolis, *Texto Contexto em Enfermagem*, 16 (1), pp. 97-104, janeiro/março, 2007.

SILVA, L. R. F. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.15, n.1, p. 155-168, jan-mar 2008.

SOARES, J.A. et. al. **O idoso institucionalizado e a reflexão sobre a própria morte**. São Paulo, *Revista Kairós*, 12(1) pp. 135-147, janeiro 2009.

VIEIRA, Sacha Lima. **Relações intergeracionais: as barreiras da institucionalização**. São Paulo: revista temática Kairós gerontologia, pp. 119-133, fevereiro 2012.

VITURI, Gabriel. **Prática diária**. In: Cadernos SESC de cidadania. Intergeracionalidade. São Paulo, Ano 4, número 8, 2013.

O ENSINO DA DISCIPLINA ESTUDOS AMAZÔNICOS NAS ESCOLAS DE SANTARÉM-PARÁ: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A TEMÁTICA DA GUERRA DA CABANAGEM

Wilverson Rodrigo Silva de Melo

Universidade de Évora / Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós
Santarém - PA

RESUMO: Este presente trabalho tem como objetivos analisar como ocorre o ensino de Estudos Amazônicos e, como é abordado o tema da Revolta-Revolução da Cabanagem nas salas de aula das Escolas Básicas de Santarém. O texto busca ainda, tentar identificar as dificuldades dos docentes em ministrar com clareza e domínio de conteúdo as temáticas amazônicas, em especial a Revolta-Revolução da Cabanagem, por ser um tema de grande relevância social na formação da sociedade amazônica moderna e, na construção da identidade do Nortista, em especial do paraense e amazonense. A proposta metodológica fundamentou-se na pesquisa de campo (onde se definiu um universo de quatro escolas da rede privada, pública municipal, pública estadual e pública conveniada da cidade de Santarém-PA) e; a pesquisa bibliográfica. Apesar de sua significância histórica e cultural, notou-se quão diminuído e lacônico é o tema da Revolta-Revolução da Cabanagem no ensino de Estudos Amazônicos em Santarém, seja devido a ignorância dos professores por não terem domínio de conteúdo e não conseguirem

relacionar com a formação sócio histórica do amazônida; seja pela falta de clareza das ideias dos professores ao não se fazer serem compreendidos pelos alunos; bem como a forma simplória e resumida em que está presente nos livros didáticos.

PALAVRAS-CHAVE: cabanagem. estudos amazônicos. escolas de santarém.

ABSTRACT - This paper aims to analyze how the teaching of Amazonian Studies occurs and how the theme of the Revolt-Revolution of the Cabanagem in the classrooms of the Basic Schools of Santarém is approached. The text also seeks to identify the difficulties faced by the teachers staff in clearly and comprehensively teaching Amazonian themes, especially the Revolt-Cabanagem Revolution, as it is a subject of great social relevance in the formation of modern Amazonian society and in construction of the identity of the Nortista, especially of the Paraense and Amazonian. The methodological proposal was based on the field research (where a universe of four private, municipal public, public state and public schools convenited of the city of Santarém-PA was defined); and in the bibliographic research. Despite its historical and cultural significance, it was noted how diminished and laconic is the theme of the Cabanagem Revolt-Revolution in the teaching of Amazonian Studies in Santarém, whether

due to the ignorance of the teachers for not having content mastery and not being able to relate to the historical subjects formation of the Amazonian; or by the lack of clarity of the ideas of the teachers when not being made understandable by the students; as well as the simplistic and brief form in which it is present in the textbooks.

KEYWORDS: cabanagem. Amazonian studies. schools of santarém.

INTRODUÇÃO

A Guerra da Cabanagem foi o maior movimento de revolta popular na Amazônia brasileira – quiçá do Brasil como afirma Caio Prado Jr (1933). Devido sua cristalização popular, dimensão territorial pela qual se expandiu nas Províncias do Grão-Pará e Rio Negro e seu teor armamentista, a guerra da cabanagem ainda se faz presente nas memórias e correlatos dos amazônidas.

Neste sentido, este presente trabalho tem como objetivos analisar como ocorre o ensino da disciplina de Estudos Amazônicos e, como é abordado o tema da Revolta-Revolução da Cabanagem nas salas de aula das Escolas Básica de Santarém, identificando principalmente as dificuldades dos docentes em ministrar com clareza e domínio de conteúdo as temáticas amazônicas.

É neste ínterim, que a discussão do ensino desta temática nas aulas da disciplina de Estudos Amazônicos em Santarém ganha legitimidade, por assim entender que o ensino deste tema está voltado especificamente para a formação da sociedade amazônica bem como a identidade do nortista, em especial o paraense e amazonense. Tal ponto é fulcral para a concepção de memória e história, onde um povo que não tem memória e a não conserva acaba ficando sem sua própria história ou pelo menos alimentando uma prolixidade em relação a sua etnogênese.

O Trato metodológico empregado no trabalho foi: a) a pesquisa de campo (onde se definiu um universo de quatro escolas da rede privada, pública municipal, pública estadual e pública conveniada da cidade de Santarém-PA) e; a pesquisa bibliográfica (que procurou observar e interpretar a abordagem histórica sobre o tema em algumas coleções de livros didáticos e apostilas utilizadas pelos professores). Posteriormente a esta reunião de informações, ocorreu à análise e sistematização dos dados, ocasionando na tessitura historiográfica do presente texto.

Dito isto, convém entendermos que “o fazer história e o ensinar história” não são campos distintos do saber histórico, ambos encontram-se imbricados e não devem se dissociar, antes devem ser semelhantes “a historiadores e poetas que têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo” (GINZBURG, 2007, p.14). E por se tratar de “*res gesta*” presentes nas “*Historie*” [fatos presentes nas narrativas de acontecimentos], “a *Geschichte na um für sich*” [a História em si e para si] segundo Koselleck (2013), apresenta sentidos históricos ligados a uma construção de identidade, que outrora fora alimentada pelas memórias e apropriações sócio-políticas

de memórias.

A REVOLTA-REVOLUÇÃO DA CABANAGEM: UMA SÍNTESE NECESSÁRIA

A Guerra da Cabanagem apresenta-se como um tema de grande relevância para a Historiografia Brasileira na medida em que inaugura a História Moderna da Amazônia e intensifica o processo de identidade pautada num regionalismo que se sobrepõem a noção de nacionalidade em meados do século XIX.

Segundo, Caio Prado Junior (1933, p.137-138), a cabanagem foi “um dos mais, senão o mais notável movimento popular do Brasil. É o único em que as camadas mais inferiores da população conseguem ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade. [...] a primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva de poder”. Muito, além disso, o antropólogo inglês David Cleary (1998) destacou, que “a cabanagem deve ser pensada como uma das maiores e mais abrangentes revoluções políticas de todo o Novo Mundo”.

Nas trilhas de Veríssimo e Raiol (1970), concordamos que o processo de aculturação português, a imposição de escravidão indígena, a condição de subserviência religiosa e os conflitos tribais contribuíram sim, de forma direta, para a erupção de insurreições e motins protagonizados pelos indígenas contra os seus “senhores” - a Igreja e o Estado, ou pelo menos contra os agentes institucionais que as representavam.

No entanto, tais acontecimentos não podem ser consideradas como únicas variáveis, nesse longo processo que desencadeou a eclosão da Cabanagem em 1835, haja vista que, “o cenário de tensões emergidos no Pará desde os tempos coloniais foi produzindo ‘rusgas’, que, como um barril de pólvora, estava preste a estourar cada vez que algum movimento de rebelião deflagrava na província paraense” (MELO, 2017b, p. 10).

Cabe, porém, destacar que as ações contestatórias e insurgentes no Grão-Pará foram semelhantes a um vulcão, em que aqui e ali estremeciam a sua base sólida, outras vezes prenunciava apenas uma emissão de cinzas, até que finalmente entrou em estado de erupção e saiu destruindo tudo ao seu redor, provocando o renascer e recomeço de nova estrutura ao seu derredor - é assim que devemos observar todas as variáveis e condicionantes que propiciaram em longo prazo a eclosão da Cabanagem.

A Revolta-Revolução da Cabanagem foi mais uma culminância do que um ponto de partida. No emaranhado de tensões sociais desde o período colonial, a eclosão da Cabanagem significou o estopim de um processo de tensão sócio-político e econômico fruto da administração Lusa e posteriormente brasileira nata e adotiva, que impôs a população marginal paraense uma condição de subalternidade. A Cabanagem foi uma guerra proveniente da luta de classes, da condição sócio-econômica em que se achava a Província. Foi uma luta do oprimido contra o opressor, da aristocracia luso-paraense contra os marginais paraenses natos (MELO 2017a, p. 170-171).

Nesse sentido, as insurgências tal qual erupções do micro tecido social do Pará e as rugas que foram desenvolvidas pelo grande teor revolucionário da Cabanagem na Amazônia, são antes de qualquer coisa, ramificações das lutas patrióticas.

Dessa forma, podemos conceber que a apropriação destes discursos, “a galvenização das diferentes classes e ideias de liberdade, as rugas, os sentimentos antilusitanos grãoparaenses e, os sentidos de anticolonialismo e patriotismo nutrem as redes de sedições e criam condições propícias para a eclosão da Cabanagem” (MELO, 2017b, p. 11).

A DISCIPLINA DE ESTUDOS AMAZÔNICOS: ALGUMAS PROBLEMATIZAÇÕES

Para Chevallard (1991), a noção de disciplina escolar está ligada a um processo de transformação e recriação de saberes, numa relação onde estão envolvidos os diversos agentes e dispositivos, que atuando em diferentes instâncias transformam saberes sociais de referência em saberes escolares, sempre considerando a produção e apropriação das dimensões historiográficas, sociais e culturais.

A disciplina estudos amazônicos surgiu no Estado do Pará na década de 90, num contexto em que a função social da escola estava mais solidificada com os debates curriculares entorno de uma regionalidade que se invisibilizava em detrimento de uma história nacional. As políticas de integralização do currículo regional ao nacional e, a proposta de um ensino que privilegiasse o viver em sociedade numa perspectiva intercultural entre história, natureza e desenvolvimento, protagonizou as propostas curriculares no Pará no fim do século XX.

Tal disciplina escolar possui como problema a falta de uniformização de um currículo com conteúdos programáticos bem definidos para tal disciplina escolar, isto porque a Secretaria de Educação do estado ainda não conseguiu produzir um “Livro Didático”, que se faça presente em todas as instituições escolares do Estado do Pará (escolas municipais, estaduais, particulares e conveniadas nas zonas urbanas e rurais e nas modalidades regulares, EJA e multissérie) e que contemple as discussões interdisciplinares sobre a História e Geografia da Amazônia.

Pereira (2014) destaca que existem três tipos de currículo: o formal, o real e o oculto. O currículo formal é aquele que é estabelecido pelo sistema de ensino, o documento oficial comum para todas as escolas que cede abertura para as especificidades de cada localidade. O currículo real é aquele que passa a ser trabalhado no ambiente escolar de acordo com a realidade dos alunos, no cotidiano tanto das ideias dos professores como das percepções que os alunos fazem do currículo formal. O currículo oculto serve para transmitir o que não está explícito no currículo formal, é através dele que os professores procuram atender a tudo o que não contempla a realidade local.

As definições sobre o tipos de currículo podem variar entre os autores (PEREIRA, 2014), e essas diferenças conceituais envolvem questões práticas e teóricas. O

currículo deve ser formulado de forma flexiva visando atender as necessidades dos educandos em todos os aspectos necessários para sua aprendizagem, já que ele é o principal agente do processo de ensino aprendizagem.

Assim, de acordo com o que foi visto pode-se entender que o currículo é o percurso que leva a aprendizagem, mas é importante que o ambiente educacional o formule de acordo com as necessidades dos educandos, levando em consideração suas limitações, por isso o currículo deve ser flexível para atender a todos. (PEREIRA, 2014, p. 19).

Entretanto, como definir um currículo para Estudos Amazônicos, se não há uma uniformização? A disciplina de Estudos Amazônicos possui uma historiografia geohistórica e dentro desta uma multiplicidade de narrativas, pois, devido a falta de um “Livro Didático” uniforme para as escolas e devido as diferentes formações dos professores (História, Geografia, Sociologia) que ministram a disciplina, ocorre a produção independente de materiais didáticos elaborados pelos respectivos professores desta disciplina, para ministrarem seus conteúdos em sala de aula, resultando em múltiplas formas de ensinar a disciplina em questão.

Não obstante, quando problematiza-se uma história da Amazônia por meio de aspectos e elementos que estão presente no cotidiano do sujeito amazônida, seja em aspecto material, espacial, mnemônico ou simbólico, instiga-se os alunos a refletirem que são protagonistas da história e que a história está em todo lugar, não somente materializada numa escrita da história.

E nesse sentido, no que concerne ao conceito de “história local”, Bittencourt ressalta que “a história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência - escola, casa, comunidade, trabalho e lazer - igualmente por situar os problemas significativos da história do presente.” (2009, p. 168).

Nesse sentido, a História Local/Regional que se materializa na disciplina de Estudos Amazônicos, torna-se um espaço/tempo do ensino das sociabilidades marcadas pelos distanciamentos-proximidades e continuidades-rupturas, protagonizadas pelo sujeito histórico amazônico em diferentes temporalidades e, numa relação de tensionamento e capilaridade com a História nacional/global.

Esta “configuração Local/Regional da história” mantém relações de distanciamentos e proximidades com a chamada história nacional. Tal configuração regional da disciplina de Estudos Amazônicos, faz parte do invólucro de uma história em migalhas, sendo partícipe de uma teia historiográfica que busca compreender uma história macro a partir das micros, ou seja, as relações se que configuram entre o Ensino da Geo-História da Amazônia e o Ensino da História do Brasil, são relações de poder que nomeiam, inventam, produzem sentido, visibilidade e reconhecimento das ações humanas num determinado espaço físico e espaço de memória.

Daí a importância de se construir conteúdos programáticos da disciplina de Estudos

Amazônicos, baseados em fontes e textos geohistóriográficos. Evitando a construção reprodutora do conhecimento histórico escolar, oriundo de uma transposição didática das pesquisas e saberes acadêmicos.

Neste apanágio, fica evidente que os historiadores querem “apresentar outras histórias diante as tensões envolvidas entre o local e o global, no momento em que o ensino de História é colocado em pauta como espaço de reflexão sobre a realidade” (CAIMI, 2015, p.17).

ACHADOS DA PESQUISA: ALGUNS APONTAMENTOS

Na cidade de Santarém-PA, nos quatro tipos de escolas de regimes diferenciados (municipal, estadual, privada, regime conveniado) foi observada uma relação de equivalência quanto aos métodos e aportes teóricos utilizados pelos professores de História e Estudos Amazônicos.

No que tange a temática da Guerra da Cabanagem no decorrer de todo seu processo revolucionário, na maioria dos casos, os professores se furtam de explanar o processo da cabanagem na perspectiva de uma evolução revolucionária. Quando iniciam o tema da cabanagem o fazem relacionando ao processo de Adesão do Pará a Independência em 1823.

De igual modo, posterior a isso, alguns professores trabalham a eclosão do movimento armado nas ruas de Belém no ano de 1835, sua repressão por Soares D’Andréa e a formação do corpo de trabalhadores no Pós-Cabanagem (para evitar a ociosidade e um novo levante insurreto). Acabam deixando de lado assim, as discussões ímpares sobre os bastidores da revolução como a revolta de Cameté em 1824; o racha político entre Bernardo Lobo de Sousa e Batista Campos a partir de 1831 (e que consequências isto irá gerar no Baixo Amazonas com as viagens políticas de Batista Campos) e o deslocamento das tropas cabanas da capital para o Baixo Amazonas a partir de 1836 até sua derrocada em 1840 já em Maués.

Mas a que se deve essa abstenção em trabalhar um movimento social da Amazônia nas cidades amazônicas na contemporaneidade? Por se tratar de uma parte da História Regional do Brasil, não deveria ser trabalhado com maior ênfase nas cidades que compõe a região protagonista? Se na própria região onde eclodiu a cabanagem o déficit e o laconismo é perceptível, o que dirá do ensino desta revolta/revolução nas demais regiões do Brasil?

Quanto a essas inquietações, devemos refletir e depurar a priori sobre a formação dos professores. É cada vez mais cedo que jovens tem adentrando as universidades e, na maioria dos casos ainda estão num processo de maturação sobre sua escolha profissional e, quando decidem por uma determinada área do conhecimento acabam iniciando sua trilha de formação profissional muito aquém do esperado pelo nível educacional superior.

Este processo de maturação do pensamento profissional na mentalidade deste recente calouro acaba por contribuir para um déficit na primeira parte de sua formação profissional – claro que neste universo estudantil como em qualquer situação, existem algumas exceções.

Não obstante, ao sair das universidades, engana-se o jovem formado ao pensar que saiu pronto e acabado da academia, sendo “detentor de todo conhecimento” possível para exercer sua prática docente. De igual modo não devemos alimentar o discurso de que as universidades têm preparado mal os profissionais que atuarão na prática docente, em especial aqui os licenciados em História e em Geografia, pois não é função da universidade reunir todo o conteúdo de história e Geografia e, impregnar na mente dos acadêmicos, isto além de ser impossível seria algo arbitrário e desumano, por não levar em conta a construção do conhecimento entre alunos e professores.

É papel sim das universidades, ensinar os jovens alunos-professores a aprenderem como apreender o conhecimento histórico, respeitando suas teorias e metodologias inerentes à prática docente, no processo de historiografar os fatos vindouros da História do Tempo Presente. Mediante isto, ao se depararem com situações contingenciais em seu cotidiano escolar, os novos professores saberão como operar mecanismos analíticos e epistêmicos para a produção de saberes historiográfico e a construção constante de sua formação intelectual.

Tardif, Lessard e Lahaye (1991, p. 227) afirmam que “para os professores, os saberes adquiridos através da experiência profissional constituem os fundamentos de sua competência, (pois) é através deles que os professores julgam sua formação anterior ou sua formação ao longo da carreira”, ou seja, estes profissionais construirão seus aportes teóricos através da sua prática docente, pois é no cotidiano que eles darão conta das temáticas educacionais que lhe são cobradas, “em confronto com suas experiências práticas, cotidianamente vivenciadas nos contextos escolares” (PIMENTA, 1999, p. 29).

Entretanto existe uma lacuna entre o *querer* e o *fazer* história, entre adentrar os meandros dos temas amazônicos - em especial a Cabanagem - e encontrar subsídios didáticos para tal feito. Infelizmente os livros didáticos que são utilizados em sala de aula, em sua maioria são provenientes de autores e escritores de regiões alheias a região Norte. “Desse modo acabam por contemplar uma ‘História Geral do Brasil’, pois ainda que os livros sejam temáticos e divididos por séries, acabam por generalizar e arregimentar um discurso lacônico sobre os principais temas de história regionais” (MELO, 2016, p. 8).

Ora, sendo o “fazer histórico” mutável no tempo, seu exercício pedagógico também o é. Eu diria que ensinar História é uma atividade submetida a duas transformações permanentes: do objeto em si e da ação pedagógica. O objeto em si (o “fazer histórico”) é transformado pelas mudanças sociais, pelas novas descobertas arqueológicas, pelo debate metodológico, pelo surgimento de novas documentações e por muitos outros motivos. A ação pedagógica muda porque mudam seus agentes: mudam os professores, mudam os alunos, mudam as convenções de administração escolar e

Isto implica dizer, que os professores devem instigar os seus alunos a mergulharem no mundo da leitura historiográfica dos temas amazônicos, associando-os a história e formação político-cultural brasileira, pois antes de ser uma história específica e regional da Amazônia, os principais temas da historiografia social da Amazônia pertencem a noção de unidade e nacionalidade da história brasileira primeiramente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da disciplina Estudos Amazônicos no estado do Pará no fim da década de 90 do século XX, enfatiza a emergência e a necessidade em se pensar as relações e sociabilidades entre tempo, espaço, sociedade, memória, identidade, cultura, meio ambiente e sustentabilidade, como categorias analíticas que vislumbram descortinar os processos de proximidades-distanciamentos e de continuidades-rupturas presentes no âmbito Geo-historiográfico na região amazônica. A proposta desta disciplina encara as questões do tempo presente como um elemento central nas discussões em sala de aula, historiografando e reinventando outras representações cartográficas e historiográficas sobre o ensino da História regional, em interseção com o ensino da História nacional e globalizante.

As dificuldades em se trabalhar os temas de História da Amazônia nas escolas básicas de Santarém advém muito da questão dos livros didáticos que ainda hoje são elaborados de uma forma generalizada para o país, não levando em consideração as especificidades e/ou regionalismos. Sobretudo, marginalizam alguns temas em detrimento de outros, devido seu caráter popular-revolucionário, estabelecendo uma discussão generosa para alguns temas e preconizando o laconismo literário sobre outros - neste caso em especial destacamos a Guerra da Cabanagem o maior movimento popular revolucionário do Brasil.

Outro problema, que se apresenta como dificuldade para trabalhar a disciplina de Estudos Amazônicos, é a falta de uniformização de um currículo com conteúdos programáticos bem definidos para tal disciplina escolar, isto porque a Secretaria de Educação do estado ainda não conseguiu produzir um “Livro Didático”, que se faça presente em todas as instituições escolares do Estado do Pará, independentemente das modalidades de ensino (regular, EJA e multissérie).

Um terceiro fator e que se mostra alarmante no processo de ensino da disciplina de Estudos Amazônicos, é a ignorância de profissionais da educação em não discutir de forma minuciosa os temas da História e Geografia da Amazônia, tais como a Cabanagem, que foi um dos grandes responsáveis pelo alvorecer da História Moderna Amazônica e, contribuiu na formação da dinâmica sociocultural da região, bem como no processo de construção de identidade do amazônida.

O caso da Amazônia no âmbito da História Regional não foge a regra, pois em

geral, o máximo que se encontra sobre a Cabanagem nos livros didáticos de Santarém são duas laudas – com exceção de alguns professores que no invólucro desta carência bibliográfica produzem materiais didáticos que contemplam uma discussão substancial dos temas históricos amazônicos.

Nesse sentido, afirmamos que o professor não deve ser dependente do livro didático, sua formação acadêmica lhe preparou para todas as inconstâncias que iriam surgir em sua prática docente, na medida em que ele foi formado para “aprender a apreender” sobre os arcabouços presentes no processo histórico e historiográfico. Assim o professor pode passar a ser um construtor de conhecimento e produtor de seu material didático referente aquilo que os livros didáticos produzidos generalizados no Brasil demonstram seu caráter lacônico e *simpliciter*.

Partindo de tais pressupostos, importa compreender que os saberes necessários ao ensino são reelaborados e construídos pelos professores em confronto com suas experiências docentes, vivenciadas e praticadas no âmbito escolar. E nesse confronto, há um processo coletivo de troca de experiências entre seus pares, o que permite que os professores a partir de uma reflexão na prática e sobre a prática, possam constituir seus saberes necessários ao ensino, ou seja, ninguém nasce professor ou sai da universidade professor, é no cotidiano escolar, na prática docente, que nos fazemos professor - e mediante nossa autonomia, conseguimos produzir materiais didáticos, que facilitam o ensino de temas como a Cabanagem, na disciplina de Estudos Amazônicos em sala de aula.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Aline Patrícia da Silva. et. al. **Manual para normalização de trabalhos acadêmicos**. Canoas: Ulbra, 2006.

CAIMI, Flávia. Investigando os caminhos recentes da história escolar: tendências e perspectivas de ensino e pesquisa. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. **O ensino de História: cultura histórica e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

CHEVALLARD, Yves. **La transposition didactique**. Grenoble: La Pensée Sauvage. 1991.

CLEARY, David. Lost Altogether to the Civilized World: Race and the Cabanagem in Northern Brazil, 1750 to 1850. In: **Comparative Studies in Society and History**, v. 40, n. 1, p.109-135. Jan. 1998.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 6. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

KOSELLECK, Reinhart [et al.]. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. **O Conceito de História**. Tradução de René E. Gertz; revisão da tradução Sérgio da Mata.

Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção História e Historiografia, 10).

MELO, Wilverson Rodrigo Silva de. **Tempos de Revolta no Brasil Oitocentista: ressignificação da Cabanagem no Baixo Tapajós (1831-1840)**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2017.

_____. Patriotismo e Antilusitanismo na Amazônia Oitocentista: ensaio sobre a Rede de Sedições na Revolução da Cabanagem no Grão-Pará (1831-1840). In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Contra os Preconceitos: História e Democracia**, 29., 2017, Brasília. **Anais...** Brasília: UNB, 2017. p. 1-13. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502851668_ARQUIVO_PATRIOTISMOEANTILUSITANISMONAAMAZONIAOITOCENTISTA.pdf Acesso em: 18 dez. 2018.

_____. O Ensino de História da Amazônia: algumas reflexões sobre Ensino de Estudos Amazônicos e da produção e uso dos livros didáticos em sala de aula. **Sobre Ontens**, v.14, p.1-16, 2016. Disponível em: http://https://drive.google.com/file/d/0B2WV50h_2OqQUUwQIVCWFFiZ2M/view?pref=2&pli=1 Acesso em: 18 dez. 2018.

PEREIRA, Priscila. **O Currículo e as Práticas Pedagógicas**. Itapeva – SP. 2014.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: _____. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

PRADO JR., Caio. **Evolução Política do Brasil: Ensaio de Interpretação Materialista da História Brasileira**. São Paulo: Empresa Gráfica 'Revista dos Tribunais', 1933.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude; LAHAYE, Louise. Os professores face ao saber – esboço de uma problemática do saber docente. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, 1991.

O ENVELHECER NAS RUAS: AGRAVOS NA SAÚDE FÍSICA E MENTAL E REPERCUSSÕES NO TRABALHO

Carine Magalhães Zanchi de Mattos

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Porto Alegre – Rio Grande do Sul

Tamara Rosa Lansini Pereira Tolotti

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA

Porto Alegre – Rio Grande do Sul

Bruna Camargo

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA

Porto Alegre – Rio Grande do Sul

Guilherme Silva Costa

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA

Porto Alegre – Rio Grande do Sul

Patrícia Krieger Grossi

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Porto Alegre – Rio Grande do Sul

RESUMO: As condições e o modo de vida dos idosos em situação de rua requerem atenção devido à complexidade de fenômenos que os envolve, principalmente em relação aos agravos de saúde, advindos das condições em que vivem e que impactam em seus trabalhos. Tem como objetivo analisar os agravos de saúde advindos do processo de envelhecimento nas ruas, como ocorrem e as repercussões destes

no trabalho de pessoas com mais de sessenta anos de idade que vivem em situação de rua em Porto Alegre. Trata-se de um estudo descritivo de abordagem qualitativa no qual foram selecionados 19 idosos em situação de rua, por amostragem aleatória simples e fechamento amostral por saturação teórica, entrevistados no período de 2015 a 2017, realizando análise textual discursiva conforme proposta por Roque Moraes. Os pesquisados têm entre 60 e 69 anos, são negros ou pardos e têm ensino fundamental incompleto. Suas experiências sociais são influenciadas por marcadores de diferença de gênero, etnia, território, classe social e condição física. Algo refletido em seus relatos sobre patologias, dores e limitações, e que ainda assim buscam no trabalho uma forma de sobrevivência. Para as pessoas em situação de rua, qualidade de vida seria ter outra história, com acesso a saúde, alimentação, família/cuidador/esposa e um lugar para morar. Observou-se então a importância de criar espaços para discutir o tema a nível nacional, acadêmico e no âmbito das políticas públicas, dando voz para que essa população expresse suas demandas e para que o Estado possa garantir os direitos básicos.

PALAVRAS-CHAVE: Idosos, vulnerabilidade social, situação de rua.

ABSTRACT: The conditions and way of life of

the elderly in a street situation require attention due to the complexity of phenomena that involve them, especially in relation to the health problems, arising from the conditions in which they live and that impact on their work. Its objective is to analyze the health problems arising from the aging process on the streets, as they occur and the repercussions of these on the work of people over sixty years of age who live in a street situation in Porto Alegre. This is a descriptive study with a qualitative approach in which 19 elderly people were selected in a street situation, by simple random sampling and sample closure by theoretical saturation, interviewed in the period from 2015 to 2017, performing discursive textual analysis as proposed by Roque Moraes. Those surveyed are between 60 and 69 years old, are black or brown and have incomplete elementary education. Their social experiences are influenced by markers of difference of gender, ethnicity, territory, social class and physical condition. Something reflected in his reports about pathologies, pains and limitations, and that still seek work in a way of survival. For people in the street situation, quality of life would be to have another story, with access to health, food, family / caretaker / wife and a place to live. It was then observed the importance of creating spaces to discuss the theme at the national, academic and public policy levels, giving a voice for this population to express their demands and for the State to guarantee the basic rights.

1 | INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno universal, definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um processo lento, gradual e irreversível que leva a diminuição na capacidade de órgãos e sistemas corporais (PONTES, 2017). No Brasil, o número de idosos vem crescendo, chegando a 14 milhões em 2002, e estima-se que chegue a 32 milhões em 2020 (LIMA-COSTA, 2003), conseqüentemente, a população idosa em situação de rua também.

A qualidade de vida na população idosa é modificada por fatores relacionados ao processo natural do envelhecimento, como a fragilização pela lentidão da resposta celular envelhecida a uma sobrecarga qualquer, ao associar a exposição pela situação de rua, sendo a causa ou a consequência, encontramos agravos na saúde que irão influenciar no trabalho e nas condições de vida. Existem muitas iniciativas que buscam suprir suas necessidades fisiológicas, com campanhas comunitárias para arrecadar alimentos e cobertores, porém acabam contribuindo para que permaneçam nesse ambiente por não ser encontrada uma solução definitiva para sair desta condição (GHIRARDI et al., 2005; GUSMÃO, 2012).

Os indivíduos que moram nas ruas ficam sujeitos a precariedades e insalubridades, além de serem expostos a riscos cumulativos. Esses perigos requerem intervenções orientadas, desafiando conceitos gerais do SUS, como: universalidade, integridade e equidade. A condição de precariedade da população adulta de rua é tratada no âmbito da saúde e das intervenções sociais, visando a levantar subsídios para a implementação de políticas públicas de saúde para essa população (ADORNO, 2004).

O conceito de vulnerabilidade social fundamenta-se na PNAS/2004, que define o público-alvo da assistência social. Assim, considera-se como população vulnerável o conjunto de pessoas residentes que apresentam pelo menos uma das seguintes características contidas no Quadro 1, a seguir:

VARIÁVEIS	Fonte	Ano
Famílias que residem em domicílio com serviços de infraestrutura inadequados. Conforme definição do IBGE, trata-se dos domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado à fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino e mais de 2 moradores por dormitório.	IBGE, Censo demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)
Família com renda familiar per capita inferior a um quarto de salário mínimo.		
Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 0 a 14 anos e responsável com menos de 4 anos de estudo.		
Família na qual há uma chefe mulher, sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos e analfabeta		
Família na qual há uma pessoa com 16 anos ou mais, desocupada (procurando trabalho) com 4 ou menos anos de estudo		
Família na qual há uma pessoa com 10 a 15 anos que trabalhe		
Família na qual há uma pessoa com 4 a 14 anos que não estude.		
Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 60 anos ou mais.		
Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo com uma pessoa com deficiência.		

Quadro 1 – Características que definem vulnerabilidade.

Neste quadro, percebe-se que a pessoa em situação de rua não é incluída, visto que não aborda o fato de não ter uma residência fixa. Dessa forma, investigar a qualidade de vida desse idoso, vulnerável socialmente e vivendo em situação extrema de exclusão, com inúmeras outras fragilidades associadas, torna-se um imperativo ético e político, bem como conhecer suas necessidades e tencionar os órgãos públicos e o Estado para a exigibilidade de direitos para esse segmento populacional. Sendo assim, o objetivo deste estudo é analisar os agravos de saúde advindos do processo de envelhecimento nas ruas, como este acontece e as repercussões deste no trabalho de pessoas com mais de sessenta anos de idade que vivem em situação de rua em Porto Alegre.

2 | METODOLOGIA

Trata-se de um estudo que utiliza método qualitativo de pesquisa, observacional, transversal, descritivo e analítico conforme proposta por Roque Moraes, que teve como fonte de dados a aplicação de formulários e entrevista semiestruturada; os dados foram gravados e transcritos.

A amostra se deu por amostragem aleatória simples, constituída de 19 pessoas idosas em situação de rua e o fechamento amostral por saturação teórica ao realizar a coleta de dados. Foram incluídas no estudo pessoas em situação de rua com sessenta anos ou mais, dos sexos feminino e masculino e em atendimento na FASC, sendo excluídas aquelas sem condições de responder ao instrumento ou impossibilitadas de estabelecer comunicação efetiva no momento da pesquisa, como, por exemplo, as que não conseguiram estabelecer diálogo, estavam dormindo, agressivas ou desorientadas.

O Lócus da pesquisa foi a Fundação de assistência social e cidadania Porto Alegre (FASC). A aprovação no CEP-PUCRS pela CAAE: 46772315.0.0000.5336. A pesquisa foi dividida em 5 fases, sendo elas: 1. pré-teste 2. Seleção dos participantes 3. Coleta de dados inicial 4. Coleta de dados final 5. Sistematização e análise textual discursiva do conteúdo. Os instrumentos de avaliação utilizados foram o WHOQOL e perfil censitário e na fase final da coleta de dados, foi usado o formulário subjetivo de Qualidade de Vida (QDV).

A pesquisa atende a todas as exigências éticas de pesquisas com seres humanos, conforme a Resolução CNS 466/12 (CNS, 2012). O parecer consubstanciado do CEP é de número 1.186.309, aprovado pelo CEO e pelo Comissão Científica do IGG. Os participantes preencheram o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em duas vias, uma permanecendo com o pesquisador e outra disponibilizada a todos os participantes da pesquisa. Daqueles que não eram alfabetizados, foi coletada a impressão digital do polegar através de almofada de carimbo.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados 19 idosos em situação de vulnerabilidade, os quais se encontravam em albergues (6 - 31,57%), abrigos (5 - 26,31%), na casa lar do idoso (5 - 26,31%) e nas ruas (3 - 15,78). Uma breve descrição é vista na Tabela 1, a seguir:

		N	%
Sexo	M	15	78,94%
	F	4	21,05%
Idade	60-69	13	68,42%
	70-79	3	15,78%
	80-89	3	15,78%
Etnia	Negra ou parda	10	52,63%
	Branca	8	42,10%
	Indígena	1	5,26%

Escolaridade	Ensino Fundamental Incompleto	10	52,63
	Ensino Médio Completo	4	21,05
	Não respondeu	2	10,52
	Ensino Fundamental Completo	1	5,26
	Analfabeto	1	5,26
	Ensino Superior Completo	1	5,26
Fonte de Renda	Trabalha	6	31,57
	Não tem	6	31,57
	Aposentadoria	3	15,78
	Benefício (BPC)	1	5,26
	Pede	1	5,26

Tabela 1 – Características demográficas das pessoas idosas em situação de rua

Dentre os relatos que exprimem suas patologias, dores e limitações encontramos as seguintes patologias:

- **Bronquite asmática:** doença crônica dependente de medicação broncodilatadora constante e higiene ambiental privada de pó, ácaro, sujeiras, pelúcias, penas, penugens e demais gêneros alérgenos. Manter-se fora do contato com esses agentes, torna-se impossível para uma pessoa em situação de rua, de forma que a doença vai agravando-se cada vez mais (BRUNNER; SUDDARTH, 2015).

Às vezes eu não durmo a noite inteira tossindo, tossindo, tossindo... (mulher, 61 anos, Abrigo, entrevista no dia 9 de setembro de 2015).

Eu tenho asma, eu tenho pressão alta e agora estou sentindo dor no corpo.

(mulher, 80 anos, Albergue, entrevista no dia 7 de maio de 2016).

- **Hipertensão:** trata-se de uma doença silenciosa, que pode levar ao acidente vascular cerebral (AVC), cardiomegalia e cardiopatias (doenças cardíacas) e requer cuidados na alimentação, como a restrição de sal, de ingestão hídrica e de condimentos ricos em sódio. Os fatores protetores são a atividade física constante, o lazer, a alimentação equilibrada, uma vida saudável e livre de estressores, fatos totalmente contrários aos relatos apresentados por quem vive em situação de rua (BRUNNER; SUDDARTH, 2015).

No relato das mulheres, a percepção da doença é maior do que em relação aos homens. A diabetes e a pressão alta aparecem quatro vezes mais na informação dada por elas comparada aos homens, configurando que estão mais bem informadas. Além de orientadas sobre determinadas vulnerabilidades às doenças e aos problemas de saúde em função do sexo, ressalta-se aqui a possibilidade da maior inserção das mulheres nos serviços de saúde e, por consequência, ao acesso a diagnósticos médicos (FASC, 2016).

Nesse sentido, estudos com hipertensos atendidos na atenção primária à saúde mostrou que 54,5% deles não apresentavam pressão arterial controlada e que as mulheres estavam mais controladas do que os homens: $p < 0,05$, 30,9%, vs 52,6%, respectivamente (SILVA; OLIVEIRA; PIERINI, 2016). A frequência do diagnóstico prévio

de hipertensão arterial de 24,1% no conjunto da população adulta das 27 capitais brasileiras apresenta-se um pouco mais elevada em mulheres (23,6%) do que em homens (21,5%) (BRASIL, 2014b). As VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão apontam que a prevalência global de hipertensão entre homens e mulheres é semelhante, embora seja mais elevada nos homens até os 50 anos, invertendo-se a partir da quinta década. Essa mudança estaria relacionada às alterações hormonais decorrentes do climatério e da menopausa, fragilizando a mulher no contexto cardiovascular (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, 2010)

- Dores no corpo: relato frequente da população pesquisada, se dá devido à sobrecarga a qual o organismo é exposto nas variações climáticas como sol, frio e chuva, associando a necessidade de percorrer longas distâncias para garantir a subsistência, são algumas das causas das dores frequentes, além da fome e da insegurança da satisfação da sua própria necessidade humana básica. De acordo com as pesquisas realizadas pela FASC (2016), as dores no corpo são um dos problemas mais relatados por esta população. Para 43,7% dos entrevistados pelo censo, o problema que possuem é “dor no corpo”, ficando em terceiro lugar entre os problemas e/ou doenças mais apontados, mantendo essa colocação entre 2011 e 2016. Porém, entre as mulheres, as dores no corpo são a queixa principal (54,1%), indicando necessidades diferentes entre homens e mulheres com relação às demandas por cuidados em saúde que devem ser consideradas no planejamento de ações específicas. Dados apontam para uma maior percepção de adoecimento e de posse de problema de saúde em relação às pesquisas anteriores (FASC, 2008), exceto doenças de pele que diminuíram em quase 50% (FASC, 2016).

Na literatura há evidências de que as mulheres têm menor limiar de dor e resposta ao estímulo doloroso diferente dos pacientes do sexo masculino. Há relatos de mais dor em mulheres submetidas a intervenções cirúrgicas torácicas quando comparadas aos homens. Talvez isso esteja relacionado ao fato das mulheres verbalizarem a dor com mais facilidade. (COUCEIRO et al, 2009, p.316).

Em relação a percepção de saúde, consideram apenas como ausência de doença, algo que não condiz com a classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS), a qual considera saúde como o perfeito estado de bem-estar físico, mental e social, no qual se consideram as diversas esferas biopsicossociais do indivíduo. Para ser fiel a tais condições, a saúde é resultante de condições de habitação, alimentação, saneamento, educação, renda, trabalho, emprego, lazer, acesso a serviços de saúde, a esporte e acultura, dentre outros fatores (BRASIL, 75 1986), condições não vivenciadas por essa população.

Quanto ao uso de medicações, o relato a seguir exprime a dependência de inúmeras delas, diferentemente do censo (FASC, 2016), em que 63,6% das pessoas em situação de rua referiram não fazer uso de medicação, sendo que 18,9% relatou usar diariamente e 17,5% de vez em quando. Os dados da pesquisa ainda mostram que grande parte (34,1%) da população que usa o medicamento diariamente tem idade entre 45 a 59 anos, sendo que apenas 9,4% tem mais de 60 anos e que outra

grande parte (33,8%) que faz uso esporádico da medicação tem entre 25 e 34 anos.

Ah... remédio é bastante, eu não posso nem dar o nome porque é um monte.

(Homem, 60 anos, Abrigo, entrevista dia 9 de setembro de 2015).

Esta pesquisa mostra que o envelhecimento nessa condição está bastante atrelado a doenças e ao uso de medicamentos. Além das dificuldades para manter guardada sua medicação, devido ao fato de não terem uma residência fixa, ainda é relatado por essas pessoas o precário ou nulo acesso à assistência de saúde para consulta e medicação para o tratamento, denunciando o preconceito e estigma dos trabalhadores de saúde contra essa população. Seria importante que os serviços de saúde tivessem conhecimento das características da população dos moradores de rua para adequar-se às suas realidades e assim garantir a acessibilidade. Em pesquisa, foram relatadas algumas dificuldades de acesso seguro durante a consulta, pois temem que roubem seus pertences e seu cachorro se deixar na rua; dessa forma, deixam de consultar (ROSARIO, 2015).

Dentre as medicações mais usadas pelas pessoas pesquisadas, a maior parte que utiliza medicação (12,3%) refere usá-la para “doença mental”, seguido de 8,6% para HIV/AIDS e 4,3% para pressão alta. Grande parte (36,1%) citou ter doença mental, 21,1% pressão alta, 15% HIV/AIDS e 9,5% cardiopatia. Esses dados permitem avaliar que, embora 420 pessoas declarem-se doentes, a maioria delas não usam medicamentos, variando entre 97,8 a 87,7%, ou seja, não realizam tratamento (FASC, 2016).

O envelhecimento, a limitação de atividades e as inúmeras outras patologias que acometem esse segmento populacional geram consequências ainda maiores na condição de suas vidas, pois, impedidos de trabalhar, diminuem ainda mais seu sustento, que já é precário, como pode ser evidenciado nas narrativas a seguir:

[...] quase não enxergo, não tenho perna para caminhar, tenho que andar de cadeira de rodas... não tenho condições de trabalhar porque eu estive muito doente[...]

(homem, 65 anos, Abrigo, entrevista no dia 30 de outubro de 2015)

[...] fico pior ainda quando eu subo uma lomba, eu quase morro. Meu coração parece que vai disparar... é horrível, e aí, né, eu não podia mais trabalhar, mas como é que eu vou ficar sem trabalhar [...]

(mulher, 61 anos, Abrigo, entrevista no dia 9 de setembro de 2015).

Apesar das limitações impostas pelos problemas de saúde, ainda assim essas pessoas lutam pelo trabalho e pela sua sobrevivência. Como pode ser visto no relato acima, mesmo com tamanha dificuldade, a pessoa idosa continua tentando trabalhar para poder garantir sua próxima alimentação, não vendo outra alternativa além disso.

Dessa forma, é possível ver que a rua é também um local de trabalho, apesar de muitas vezes ser vista de forma estigmatizada como ócio, inatividade ou vagabundagem (FASC, 2016). Mesmo com a baixa escolaridade, uma considerável parcela dessa população (66%) possui algum tipo de qualificação profissional e/ou

alguma experiência no mercado de trabalho, podendo ter sido obtida antes ou durante a sua estada nas ruas. Esses dados desmistificam, portanto, o estigma que a sociedade impõe de que esse segmento é composto exclusivamente por pessoas despreparadas para estabelecer vínculos empregatícios (VERAS et al, 2014).

É um direito social de todos o exercício de qualquer tipo de trabalho, ofício ou profissão, como lavador de carros, professor, catador de material reciclável, advogado, pedreiro, servidor público, flanelinha, artesão, entre outros. O trabalho dos catadores de material reciclável é reconhecido no Código Brasileiro de Ocupações. Eles, organizados em associações e cooperativas, realizam a coleta seletiva e ajudam a preservar o meio ambiente. Existe, inclusive, uma lei federal que facilita a contratação das organizações dos catadores pelas Prefeituras, para fazer o serviço de coleta seletiva na cidade. Existe também o Projeto de Lei N° 2.470/07, que altera a Lei N° 8.666/93, incluindo a contratação de trabalhadores em situação de rua nos acordos de administração pública (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2010).

O trabalho é carregado de significados para as populações em situação de rua. A ideia de perda dele é relacionada à perda de identidade, de condições de vida e de autoestima, como bem expressa um dos entrevistados “não ter trabalho é estar pesado, morto” (ABREU et al, 1999). Por outro lado, também há pessoas que estão cansadas e com menores condições ainda para trabalhar, almejando o descanso da aposentadoria. Isso pode ser visto no relato abaixo, em que uma pessoa vai trabalhar por extrema dependência financeira de seu trabalho, com as inúmeras dificuldades que encontra para carregar a carga de trabalho.

Estou bem insatisfeito, vou trabalhar porque preciso, senão não ia. É muito sofrimento para levar essa carga pendurada no pescoço... (homem, 65anos, Abrigo, entrevista no dia 30 de outubro de 2015).

Aumentar a oferta de trabalho, preparo e remuneração (Benefício da Prestação Continuada) para as pessoas idosas foco desta pesquisa seria uma importante meta. No Plano Municipal de atendimento à população de rua, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) propôs ofertar uma casa de cuidados transitórios para pessoas nessa situação, com alta hospitalar e cuidados especiais, atendê-las nas unidades básicas de saúde com referenciamento do CREAS, ações como o Programa de Combate à Tuberculose e ações ofertadas pelo serviço de saúde mental (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2011).

A Política de Saúde (SUS) garante o atendimento a todo cidadão nas condições em que ele se encontrar, mesmo sem endereço, sem documento e sem acompanhante; garante também que seja atendido nos postos de saúde e hospitais. Na Política Nacional de Saúde, existem programas que garantem a contratação de Agentes Comunitários para atender às pessoas em situação de rua. Há uma rede de serviços especializados para prestar auxílio a quem bebe e/ou usa drogas e para quem tem transtorno mental, conhecidos como Centros de Apoio Psicossocial (CAPS) e Centros de Apoio Psicossocial em Álcool e Drogas (CAPS AD). O SAMU, os gestores e os

trabalhadores da saúde devem conhecer as necessidades dessa população e garantir um atendimento humanizado (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2010).

Apesar de toda oferta de serviços em saúde garantidas por lei, a população em situação de rua não vive essa realidade. Pelo contrário, apresenta dificuldades de acesso aos serviços. No censo (FASC, 2016), fica evidente que essa população tem uma saúde bucal bastante precária e também tem indicadores da presença de problemas de saúde multifatoriais, que não estão ligados a uma patologia específica, mas a um conjunto de desordens que se traduzem em sintomatologias difusas e não diagnosticadas e que podem ser explicadas pelos problemas de acesso a tratamento dessa população.

Outra questão interessante é que, embora muitas pessoas em situação de rua tenham problemas com álcool e drogas, 44% nunca trataram e 25,7% interromperam o tratamento. Esses dados contribuem para compreender o diminuto acesso e/ou vinculação da população adulta nessa situação a tratamentos médicos de saúde, bem como a dificuldade de diagnóstico ou mesmo a finalização de tratamento médico e odontológico (FASC, 2016).

4 | CONCLUSÕES

O envelhecimento nas ruas acontece de forma rápida em conjunto a inúmeras limitações e agravos, consequentes das difíceis condições de vida ali presentes. As inúmeras vulnerabilidades a que essas pessoas idosas estão expostas repercutem na sua saúde física e mental, levando-as a desenvolver inúmeros problemas que limitam ainda mais suas atividades de vida diária e instrumental, resultando em restrições ao trabalho, popularmente conhecido como “bicos”, os quais exigem força física e geram pouca ou quase nenhuma remuneração financeira, e, alguns casos até mesmo a troca por um prato de comida, formando um círculo vicioso que as leva a maiores fragilidades e piores condições de vida. Fato ainda mais agravante se incluída a população que possui algum comprometimento cognitivo, o qual foi ponto de corte deste estudo.

Observa-se então a importância de criar espaços para discutir o tema a nível nacional, acadêmico e no âmbito das políticas públicas, dando voz para que essa população expresse suas demandas e para que o Estado possa garantir os direitos básicos.

REFERÊNCIAS

ABREU, P. B. et al. **Condições Sociais e de Saúde Mental de Moradores de Rua Adultos em Porto Alegre**. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS/ PUCRS, 1999.

AGUIAR, M. M.; IRIART, A. B. **Significados e práticas de saúde e doença entre a população em situação de rua em Salvador, Bahia, Brasil**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.28, n. 1, jan. 2012.

AGUIAR, M. M. **Condições de existência, corpo e saúde entre a população em situação de rua em Salvador, Bahia: uma abordagem antropológica**. 2010. 170p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) -Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

BORN, T.; BOECHAT, N.S. **A qualidade dos cuidados ao idoso institucionalizado**. IN FREITAS, E.V. et al. Tratado de Geriatria e Gerontologia.2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p.99-107.

_____. Lei nº 8842 de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm>. Acesso em mar 2017.

_____. Lei nº 10.741, de 1º de out. de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____. Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua. Brasília-DF, 2008a.

_____. Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, abr. 2008b. Disponível em: <http://www.criancanaoederua.org.br/pdf/Pesquisa%20Nacional%20Sobre%20a%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20Situ%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rua.pdf>>. Acesso em: jan. 2012.

_____. Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Secretaria da Assistência Social. abr. 2009d.

_____. Política Nacional de Atenção Básica e instituição do consultório na rua. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: 2011d.

_____. Inclusão das Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social Departamento de Proteção Social Especial. SUAS e População em Situação de Rua Volume 1 Brasília, 2011f.

_____. Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. –Brasília: 2012c.

_____. Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH, 2013b. 188 p.: il.; 26 x 21cm.

_____. Saúde da população em situação de rua: um direito humano / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Capacitação de Lideranças do Movimento da População de Rua e a realização dos Congressos do Movimento Nacional da População de Rua. –Brasília: Ministério da Saúde, 2014a.

_____. Curso de Atenção Integral à Saúde de Pessoas em Situação de Rua. EAD. FIOCRUZ. 2016. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/noticias.php?conteudo=_&cod=2136>. Acesso em fev2017.

BRETAS, A.C.P. et al. **Quem mandou ficar velho e morar na rua?** Revista da escola de Enfermagem. USP [online]. 2010, vol.44, n.2, pp.476-481. ISSN 0080-6234.<http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342010000200033>.

BURLÁ, C. **Palição: cuidados ao fim da vida**. In: FREITAS, E.V. et al. Tratado de Geriatria e

Gerontologia. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

CHEUNG, A.M.; HWANG, S.W. **Risk of death among homeless woman: a cohort study and review of the literature.** CMAJ. 2004; 170(4):1243-47

DIAS, R. **Introdução à Sociologia.** 2.ed. São Paulo: Pearson, 2010.

DIAS et al. **Mulheres em situação de rua: trajetórias de invisibilidade e exclusão na construção de identidades.** Uneb. 2015. Disponível em:<www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/enl31.pdf>. Acesso em 20 apr. 2017.

FASC. **Estudo quanti-qualitativo da população afro-brasileira.** Porto Alegre. Contrato 026/2007. Fundação da Assistência Social e Cidadania (FASC), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Laboratório de Observação Social. Estudos quanti-qualitativos. Relatório final. maio. 2008.

FASC. **Cadastro e Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre/RS. Relatório Final.** Contrato 023/2015. Estudos quanti-qualitativos população em situação de rua de Porto Alegre. Fundação da Assistência Social e Cidadania (FASC), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Laboratório de Observação Social. Estudos quanti-qualitativos. Relatório final. 2016. Disponível em:< http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?reg=41&p_secao=120>. Acesso em fev2017.

FASC. **Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre.** Pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRGS -Instituto de Filosofia e Ciências Humanas –IFCH -Prefeitura Municipal de Porto Alegre -PREF POA-Fundação da Assistência Social e Cidadania -FASC. 2008.

FASC. **Cadastro e Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre/RS.** Estudos quanti-qualitativos população em situação de rua de Porto Alegre. Relatório Final. Contrato 023/2015 –UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) -Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – FASC (Fundação da Assistência Social e Cidadania) -2016. Disponível em:< http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?reg=41&p_secao=120>. Acesso em fev2017.

FERNANDES, F.S.L.; RAIZER, M.V.; BRETAS, A.C.P. **Old, poor and out on the streets: on the road to exclusion.** Revista Latino-Americana de Enfermagem. 2007, vol.15, n.spe, pp.755-761. ISSN 0104-1169. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692007000700007>>. Acesso em 12 jan2017.

MACHADO, S.A.. **O processo de rualização e o sistema único de assistência social/SUAS: uma interlocução necessária entre proteção social básica e proteção social especial.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS. Orientadora Jane Cruz Prates. POA-RS , 2012.

MATTOS, R.M.; FERREIRA, R.F. **Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua.** Psicologia & Sociedade; 16 (2): 47-58; maio/ago.2004.

MATTOS, R.M.; FERREIRA, R.F. **O idoso em situação de rua: Sísiforevisitado.** Estudos de psicologia. (Campinas)[online]. 2005, vol.22, n.1, pp.23-32. ISSN 1982-0275.<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2005000100004>.

MORAES, R. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva.** Ciência e Educação, v. 9, nº2, p.191-2011, 2003.

PAIVA, S. O. C. e. **Envelhecimento, Saúde e Trabalho no tempo do capital.** São Paulo: Cortez, 2014.

PONTES, S. S. **Perfil e mobilidade funcional em idosos**. Revista Intercâmbio, vol. IX, p.095, 2017. ISSN 2176-669X.

SALGADO, C.D.S. **Gerontologia Social**. Puerto Rico: Publicaciones puerto rriqueñas; 1999.

SCHUCH, P. et al. **A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre**. 2012. 126 f. FASC-Fundação de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Porto Alegre

O NARCOTRÁFICO COMO FORÇA MOTRIZ DOS HOMICÍDIOS NAS REGIÕES PERIFÉRICAS DA CAPITAL MATOGROSSENSE

Ariadne Mazieri de Moraes

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso,
Faculdade de Economia

Francisco Xavier Freire Rodrigues

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso,
ICHS - Instituto de Ciências Humanas e Sociais

RESUMO: A análise que propõe subsidiar a compreensão da dinâmica dos homicídios motivados pelo narcotráfico na região metropolitana da capital Mato-grossense compõe o projeto “Homicídios Dolosos no Centro Oeste brasileiro. Segundo o Mapa da Violência de 2016, entre 1980 e 2014, o número de homicídios por arma de fogo chegou perto da casa de um milhão de pessoas. Só em 2014 foram 44.861 mortes, com destaque para os jovens de 15 a 29 anos que representam cerca de 26,9% da população total do país e cujas taxas chegam a 53,4% do total de homicídios. O narcotráfico destacou-se como área de interesse por sua particularidade no contexto sócio histórico tanto no que se refere ao território de fronteira do estado, como porta de entrada de narcóticos para o país, como pela contribuição expressiva às transformações ocorridas no interior do território em função da sua estrutura e dinâmica de circulação. Menos que uma prática ilícita, o narcotráfico é uma estrutura paraestatal com dinâmica própria, e

que exerce função de simbiose com o estado. Com relações de trabalho e poder bem definidas, a cooptação da população jovem, figura como estratégia para driblar ferramentas legais e diminuir os custos do negócio visto que o jovem transita de forma mais flexível pelo sistema de segurança pública, pois permanece menos tempo retido; também, nesta perspectiva, fica mais exposto se tornando uma espécie de escudo da organização, o que explica, em certo ponto, o expressivo número de homicídios dessa parcela da população.

PALAVRAS-CHAVE: Narcotráfico, Homicídios, Estado

ABSTRACT: The analysis that proposes to subsidize the understanding of the dynamics of homicides motivated by drug trafficking in the metropolitan region of the capital of Mato Grosso competes the project “Dolosos Homicide in the Center West of Brazil. According to the Map of Violence in 2016, between 1980 and 2014, the number of gunshot homicides came close to the home of one million people. In 2014 alone, there were 44,861 deaths, particularly those aged 15-29, who represent about 26.9% of the country’s total population and whose rates reach 53.4% of all homicides. Drug trafficking was highlighted as an area of interest because of its particularity in the socio-historical context, both in relation to the border territory of the state, as a gateway

for narcotics into the country, and for its expressive contribution to the transformations that occurred in the interior of the country. function of its structure and circulation dynamics. Less than an illicit practice, drug trafficking is a parastatal structure with its own dynamics, and which acts as a symbiosis with the state. With well-defined working relationships and power, the cooptation of the young population is a strategy for dribbling legal tools and reducing business costs, since young people move more flexibly through the public security system, since they spend less time retained; also, in this perspective, becomes more exposed becoming a kind of shield of the organization, which explains, to a certain extent, the expressive number of homicides of this part of the population.

KEYWORDS: Drug trafficking, Homicide, State

1 | INTRODUÇÃO

A Cidade de Cuiabá, fundada em 1719, teve, desde o início, suas bases apoiadas no processo de exploração; com solidificação e crescimento urbano lento e desordenado. Sua expansão expressiva somente se deu a partir da década de 70, fruto do processo de descentralização que se propunha para o estado. A construção de setores estratégicos da administração pública como a Universidade Federal de Mato Grosso e a estrutura do Centro Político Administrativo em áreas específicas da cidade mostra certo controle e direcionamento por parte dos governos no que se refere a espaços destinados, principalmente, à habitação e à tipos de grupos de interesse.

Nesse sentido, a literatura local mostra que o processo de evolução urbana, caminhou numa perspectiva de elitização, fruto da manutenção de interesses sócio históricos constituídos bem como, e atendendo a esses interesses, da especulação imobiliária, que contribuiu para o processo de espraiamento urbano levando os grupos minoritários para áreas cada vez mais distantes, demandando políticas de infra estrutura municipais que se deram de forma deficitária.

O processo de urbanização é fundamental, na proposta de análise, pois elucida os gargalos estruturais que contribuíram para a formação de grupos vulneráveis, foco do processo de cooptação de estruturas espúrias como a do narcotráfico.

Essa perspectiva fica aparente na análise de Foucault (1978) ao enfatizar a importância da população quando esta passa a ocupar a centralidade na perspectiva do que o autor chamará “governa mentalidade”

“O que gostaria de mostrar é a relação histórica profunda entre: o movimento que abala a constante da soberania colocando o problema, que se tornou central, do governo; o movimento que faz aparecer a população como um dado, como um campo de intervenção, como o objeto da técnica de governo” (FOUCAULT, 1978, p.171).

E acrescenta:

“O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa

de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. ” (FOUCAULT, 1978, p. 171).

Assim, numa visão estruturalista, entendendo que o narcotráfico se apropria das dinâmicas de desenvolvimento das cidades e as utiliza em seu favor num processo de simbiose, objetivamos produzir conhecimento qualitativo visando um melhor entendimento acerca das ocorrências de homicídios dolosos na região de Cuiabá e Várzea Grande, motivados por ele, fornecendo subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, assim como a contribuição para o aprimoramento da Política Nacional de Segurança Pública da SENASP/Ministério da Justiça.

A escassez de indicadores e dados balizadores para a análise da dinâmica dos homicídios dolosos no país torna também deficitária a adoção de políticas e programas efetivos para a contenção e prevenção deste tipo de ocorrência. A falta de dados, principalmente no que se refere ao autor do ato de infração, atenta para a urgência na busca da percepção dos diferentes atores sociais envolvidos nos homicídios com dolo, relacionados ao narcotráfico, no intuito de sistematizar e analisar dados qualitativos, levando em consideração motivação, conjunturas sociais e culturais ligadas ao local da consumação do crime, como também através da compreensão das estratégias e respostas dadas pela segurança pública do Estado.

Portanto, buscamos identificar as principais regiões de Cuiabá e Várzea Grande onde ocorrem homicídios dolosos; entender a dinâmica social levando em consideração, além das perspectivas dos agentes de segurança pública, também, a percepção dos familiares das vítimas e dos autores apontando possíveis soluções para o problema

Entendemos que, realizar o diagnóstico nacional de homicídios, converge com a demanda social brasileira e comunidade internacional no sentido de promover ações que possam melhor compreender e minimizar as mortes por homicídios dolosos no país e nesse sentido, é importante que haja ampliação no quadro de análises que quantifiquem e proponham a compreensão da dinâmica dos homicídios dolosos através da análise do perfil das pessoas que compõe o evento bem como dos cenários e motivações que influenciam as ocorrências.

Dessa forma, o interesse na proposta de pesquisa apresentada reside na grande possibilidade de impacto que esse esforço coletivo poderá trazer em termos de conhecimento científico sistematizado sobre as dinâmicas dos homicídios dolosos no Brasil, tanto do ponto de vista regional quanto pela possibilidade de comparativo nacional. Mostra-se fundamental o detalhamento e demonstração dos modos de funcionamento social que circundam esses fenômenos assim como as lógicas que compõem as respostas dos Sistemas de Segurança Pública nesse cenário. O narcotráfico, como categoria delimitadora, figura como expoente dentre as causas de homicídios dolosos na região metropolitana de Cuiabá. Assim se faz necessária a contextualização social e econômica de forma a entender o porquê de sua ocorrência em grande escala nas regiões periféricas da capital.

2 | ABORDAGENS EPISTEMOLÓGICAS SOBRE O CRIME

Para alcançarmos o intuito de produzir material qualitativo acerca da temática, abrangente, da segurança pública na perspectiva de reflexão e criação de ferramentas que possam minimizar a ocorrência dos homicídios e mais especificamente, os homicídios dolosos no interior do país, tomamos como ponto de partida a imersão na estrutura bibliográfica a respeito do universo interacional do crime.

A revisão bibliográfica proporcionou contato com conceitos diversificados sobre o crime, suas vertentes e desdobramentos evidenciando a primeira dificuldade: o recorte do objeto de estudo está contemplado na estrutura bibliográfica disponível? Qual a sua extensão? Ela dá conta dos questionamentos e propõe metodologia bem como respostas sistematizadas as quais possamos tomar como ponto de partida para diminuição/contenção dos percentuais de homicídios dolosos no país?

Para responder a tais questionamentos empreendemos na sociologia do crime de Philippe Robert (2007) cujo trabalho evidencia que há uma deficiência na construção do objeto e onde as teorias universais não encontraram campo fértil para desenvolver suas bases principalmente no que se refere à tipificação, quesito fundamental para balizar seus argumentos, pois estavam, todas elas, de forma direta ou indireta, ligadas à um tipo de determinismo comportamental ora justificado por dificuldades Inter relacionais, de espaço, do processo migratório, das transformações urbanas e de não adaptação à estruturas institucionais ora pela interiorização de novos códigos e modelos criados a partir dessa realidade, mas todos, recorte de parcelas muito específicas da população. Retomaremos essa análise ao tratar da teoria racional do agente criminoso proposta por Gary Becker (1968), expoente que trabalhará, em alguns aspectos, de forma inovadora o crime por uma perspectiva econômica.

No Brasil, os materiais encontrados tentam dar conta da temática do crime, como um ranço social, utilizando renda, distribuição, desigualdade, e percentual de homicídios como variáveis que se correlacionam no processo de mensuração de um cenário que, nesse aspecto, parece figurar um ciclo vicioso dado o contexto sócio histórico de países como o Brasil.

É importante destacar que, quando se trata dos dados levantados, as instituições e o papel do estado aparecem de forma superficial e coadjuvante porquanto seu papel regulador está atrelado à um liberalismo que pensa o patrimônio, ou, ainda, os indivíduos e seus patrimônios e nesse sentido, o mesmo somente se materializa de forma efetiva na figura da segurança pública. Contudo veremos que o estado na figura de suas instituições exerce um papel menos preventivo e mais regulador e mantenedor das estruturas inter-relacionais do crime e de seus desdobramentos bem como das relações de poder que se apresentam explicita e subjetivamente.

Notadamente, nos trabalhos mais antigos e mais atuais há dificuldade, por um lado, de se desfazer da herança de que, por um lado, grupos específicos “tendam” ao crime e, por outro, o papel do estado esteja representado na segurança pública.

De outro modo, os modelos econométricos, dada essa classificação, não dão conta de explicar tais “fenômenos” com precisão, seja pela inconsistência/deficiência na obtenção dos dados, ou por falhas metodológicas que confundem as análises.

Para além disso, há ainda a especificidade do narcotráfico como estrutura particular do crime, o que nos permite, como proposto anteriormente, retomar a teoria de Gary Becker apontando para o *Homo economicus*.

Becker trabalha com duas teorias que dialogam entre si: a do capital humano (1962) e a da criminalidade (1968). Segundo ele, a teoria do capital humano analisa como a produtividade do indivíduo é alterada pelos investimentos em educação, habilidades e conhecimento, estando elas em situações dentro e fora do mercado. Perceba que a teoria dá indícios de como podemos trabalhar, não somente o papel do indivíduo na sociedade, mas, a participação efetiva do estado no olhar e na construção desse indivíduo que racionalmente decide sobre o que aportar em sua educação, saúde e outras adições ao conhecimento pesando ganhos monetários e não monetários. Importante ressaltar que, tanto a teoria do capital humano quanto a teoria do crime não se pretendem como explicação única, mas fazem ressalvas às teorias do século XX, que, moldadas para o uso ferramental estatístico da econometria, como excelência, busca explicar de forma satisfatória parte significativa do objeto estudado quando está praticamente pressuposto no método, que explicar toda a variação de um dado problema é praticamente impossível (CONTI, 2015).

O que a teoria de Becker quer explicar, na perspectiva do capital humano - não obstante haja críticas quanto a um certo “determinismo racional” à sua teoria do crime no que se refere às ações empreendidas pelo indivíduo - é que as pessoas agem de acordo com uma racionalidade adquirida de diversas formas sutis de aprendizado, captadas, também, de formas diversas.

“A perspectiva da maximização das preferências individuais abrange todas as questões sociais e políticas, desde os efeitos das grandes instituições políticas como legislaturas, cortes, eleições burocracias a fenômenos como corrupção, produção e troca, revolução, ou nos estudos da criminalidade (...) a interação estratégica dos indivíduos localizados em um contexto bem definido é uma marca dessa concepção teórica na qual as instituições são moldadas via seus efeitos sobre o conjunto de ações disponíveis para cada indivíduo sobre a sequência de ações e sobre a informação disponível para cada tomada de decisão do agente.” (WEIGAST, 1998, p. 70).

Mas de que forma faremos a interação dessa teoria com a teoria do crime e mais, com o Narcotráfico?

Foucault traz alguns apontamentos em sua obra “Microfísica do Poder” (1978) que, de forma pontual, contribui para a leitura da teoria de Becker, em quatro níveis de análise a saber: o conhecimento, o indivíduo, as relações de poder e o estado.

O conhecimento colocaria às diversas teorias, as diversas formas que as sociedades irão organizar seu pensamento sobre seus próprios problemas práticos. Esse conhecimento, portanto, tem uma relação direta com as práticas do poder que

existem na sociedade e é ele próprio, um tipo de poder, que segundo o próprio Foucault, além de coerção, figura como possibilidade. Esse conjunto de conhecimentos e de poderes levam a uma concepção de indivíduo, que pratica e/ou sofre, simultaneamente, as mesmas relações de poder dentro de determinadas práticas.

O estado, nesse aspecto, figura como regulador, não somente no aspecto coercitivo das ações coletivas e individuais, mas contribuindo no modo como as relações de poder irão se construir no interior da sociedade.

“O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considera-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir” (FOUCAULT, 1978, pág. 07).

Para o estado, no recorte do objeto de estudo, o narcotráfico, exerce uma função simbiótica no sentido em que este figura como estrutura parastatal daquele, com dinâmica própria e não raro, complementar às ações não promovidas e/ou não amparadas pela estrutura do mesmo.

Assim, esse dialogo das perspectivas de Foucault com as teorias de Becker, levou a pesquisa, através das referências, à percepção de que quão superficiais os dados obtidos até agora podem ser para explicar não somente os homicídios motivados por essa estrutura do crime (os dados se referem à motivações análogas ao narcotráfico) mas para analisa-la em toda a sua fisiologia visto que perpassa as esferas sociais convencionalmente abordadas nas pesquisas.

3 | METODOLOGIA

A pesquisa teve como escopo os municípios de Cuiabá e Várzea Grande, situadas na unidade federativa estado de Mato Grosso e consistiu em estudo empírico com articulação de diferentes metodologias que permitiram trazer pontos de vista pertinentes ao entendimento da dinâmica sociocultural que circunda a questão dos homicídios em cada localidade, quais sejam: metodologia exploratória e compreensiva.

3.1 Pesquisas Exploratórias

A pesquisa exploratória se funda sobre um problema, ou questão de pesquisa, que geralmente foram pouco estudados. O objetivo desse tipo de estudo é procurar padrões, ideias ou hipóteses. Sua intenção não é, necessariamente, testar ou confirmar uma determinada conjectura.

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007).

A metodologia exploratória permitiu fazer a sistematização dos dados disponíveis acerca dos homicídios dolosos nos municípios estudados e possibilitou o recorte do território e da categoria pesquisada. Esta compreendeu a coleta e sistematização dos dados referentes ao ano de 2014 e 2015 sobre homicídios dolosos, por atores estatais, como delegados, as polícias civis e integrantes da sociedade civil organizada, utilizando como dados de coleta: tipos de homicídios cometidos na localidade, formas de registro em bancos de dados, categorizações e mapeamentos já disponíveis, identificação das vítimas e dos autores, motivação, meios empregos no crime, etc. Assim, definidos o território com maior incidência de homicídios em cada município pesquisado, bem como as categorias de homicídio prevalentes para aquela localidade. Esses dados foram fornecidos pela SENASP/MJ e pelas Delegacias Especializadas em Homicídios (DHPP-Cuiabá/MT).

A definição do território foi feita a partir do mapeamento criminal dos casos de homicídios dolosos do município, com ênfase nas ocorrências relacionadas ao narcotráfico na região metropolitana da capital mato-grossense, evidenciando sua delimitação espacial dentro desses municípios.

3.2 Pesquisa Qualitativa

A pesquisa qualitativa estimula os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito, de forma a mostrar aspectos subjetivos e atingir motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. É utilizada quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação (GOLDENBERG, 1997).

Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha geralmente com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem ampliado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação, entre outras. No entanto, a pesquisa qualitativa é muito criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador (MINAYO, 2001, p. 14).

Através da pesquisa qualitativa, utilizamos o método compreensivo, o qual nos conduziu para a interpretação dos dados e dos discursos produzidos pelos diferentes atores que puderam trazer pontos de vista sobre as dinâmicas dos homicídios dolosos em Cuiabá e Várzea Grande. A pesquisa qualitativa consistiu no estudo de casos de homicídios dolosos pertencentes às categorias prevalentes do território, conforme a definição feita na pesquisa exploratória.

Diante dos vários casos de homicídios dolosos, que envolvem o narcotráfico, ocorridos nas regiões pesquisadas, apresentaremos os fragmentos das entrevistas, evidenciando a dinâmica dos agentes, das instituições buscando elucidar o contexto do ato infracionário bem como dos agentes, os perfis dos envolvidos (vítima e autor),

a motivação do crime, o vínculo social entre vítima e autor, os locais de moradia da vítima e local do homicídio, assim como as estratégias adotadas por todos os atores que compõem o fluxo de resposta aos homicídios.

Dessa forma apresentamos os atores sociais a serem ouvidos na pesquisa qualitativa, através de entrevistas e/ou grupos focais com familiares de vítimas, testemunhas, defensores de direitos humanos, representantes de organizações da sociedade civil, profissionais de segurança pública envolvidos na investigação e no policiamento ostensivo do local do crime, especialistas e autoridades da área da segurança pública e justiça criminal com conhecimento do caso. Todos escolhidos por poder trazer pontos de vista para a composição da conjuntura social e cultural que cerca o crime. Os grupos focais serão realizados em separado, conforme as características das pessoas envolvidas. O objetivo é que essa pesquisa forneça a percepção dos atores sociais sobre o fato e o papel da Segurança Pública e da Justiça Criminal nesse contexto, viabilizando essa compreensão por diferentes ângulos e criando um panorama amplo visando compreender esse tipo de ocorrência.

4 | NOTAS PROCEDIMENTAIS E TRABALHO DE CAMPO

Iniciamos a pesquisa com a revisão bibliográfica, ferramenta balizadora para o processo de análise e norteadora para a compreensão da dinâmica dos homicídios na região metropolitana de Cuiabá. Verificamos, a partir da bibliografia apresentada que há, ainda, muita incerteza em relação a efetividade dos dados produzidos, seja porque a eficiência das ferramentas disponíveis não dá conta da complexidade da dinâmica dos homicídios, dados disponíveis, mensuração, correlação de indicadores dentre outros, seja porque a justificação dessa dinâmica não se sustenta na estrutura de qualificação a qual o estado lhe confere lugar. Para além disso, verificamos que, para a análise da dinâmica do narcotráfico, menos que teorias clássicas sobre o crime, as análises das transformações sociais no âmbito das aglomerações urbanas, das instituições e do papel do estado no processo de desenvolvimento da sociedade, dão o tom do direcionamento para o processo de compreensão dessa dinâmica.

Nesse sentido, houve mudança no foco para as referências bibliográficas dada a particularidade da temática, bem como mudanças na perspectiva metodológica no sentido de quais atores sociais e instituições poderiam contribuir com o desenvolvimento da pesquisa com dados que estejam mais próximos da leitura dessas interações sociais, para analisa-las. Verificamos a partir disso que os homicídios são tipificados por diversas causas oficiais, contudo, de acordo com os resultados dos principais estudos sobre a temática dos homicídios, no Brasil, Característica populacional, idade, raça, espaço geográfico, o narcotráfico segue correlacionado, direta ou indiretamente, no ocasionamento desses atos infracionais.

Em entrevista feita com profissionais do Complexo Pomeri em Cuiabá, quando questionados sobre a correlação do narcotráfico com os atos de infração de menores

em processo de ressocialização:

“(…) Mas os que vêm, os que têm no artigo a tipificação de homicídio, grande parte é motivada pela disputa por território e problema relacionado à questão do tráfico, grande parte.” (E.G.A.P – Psicóloga, Centro de Internação Complexo Pomeri, Cuiabá – MT).

“Na maioria das vezes é, ou ele morre por que está roubando ou cometendo crimes para sustentar o vício ou ele morre na mão de traficantes que cobram dívidas, então isso também acaba acontecendo, então a questão das drogas, a meu ver, e como as pesquisas mostram, tem influência direta, sim.” (R.K.S – Gerente – Centro de internação provisória Complexo Pomeri, Cuiabá/MT).

Verificamos também, de acordo com os mesmos estudos oficiais, que o acometimento dos homicídios é desproporcionalmente mais expressivo na parcela mais jovem da sociedade, a faixa etária de 15 a 29 anos é a mais atingida. Indicadores como pobreza, concentração de renda e desigualdade social, estão diretamente ligados à realidade desses centros de ressocialização.

“Aqui na instituição, pelo menos no tempo em que eu atuo, é visível que a entrada é recorrente entre os adolescentes de baixa renda, de família considerada pobre; já chegaram adolescentes que vieram pra cumprir pena por acidente, homicídio, mas não chegaram a cumprir medida de internação, por quê? Porque era uma família rica e “tal”, então eles não foram devidamente sancionados, então, não foram responsabilizados pelo ato, então 80/90% dos adolescentes são de famílias pobres. Parece que é uma justiça para essa parte da população” (E.G.A.P – Psicóloga, Centro de Internação Complexo Pomeri, Cuiabá – MT)

Contudo, percebe-se que existe uma dinâmica que contribui para a construção desse quadro, do “perfil social” de quem ocupa os centros de ressocialização; a estrutura que compõe a dinâmica social do cotidiano desses jovens e o conjunto de significantes gestados por ela, seja na qualidade dos espaços voltados à educação que esses ambientes oferecem no acesso a saúde, na construção de espaços de lazer e desenvolvimento humano.

“Eu acho que a questão do tráfico é a proposta fácil, de dinheiro fácil e rápido e a questão de os adolescentes terem saído, evadido da escola muito precocemente, não haverem políticas, não chegarem até eles, eles ficam sem perspectiva, eles não terem outras atividades. Algo já se perdeu (…)” (E.G.A.P – Psicóloga, Centro de Internação Complexo Pomeri, Cuiabá – MT)

“O que a gente percebe aqui na unidade, é que quem é de classe mais alta acaba não vindo pra cá por ter recursos de advogado ou outros recursos, que ele acaba não vindo. (...) a questão é de quem tem mais dinheiro pra um que tem menos dinheiro, aí é o advogado... aí que a gente fala que tem classe mais baixa aqui, por conta disso(…)” (R.K.S – Gerente – Centro de internação provisória Complexo Pomeri, Cuiabá/MT).

Ainda, verificamos que a dinâmica do narcotráfico exerce uma espécie de simbiose com a estrutura do estado no sentido em que identifica seus gargalos estruturais e se utiliza deles no processo de cooptação de seus agentes:

“Eles são a ponta, por que eles são menores de idade e porque essa parte dos traficantes, aqueles que mandam, aqueles que comandam, acham interessante

manter adolescentes, e a tendência é eles procurarem “eles” ainda mais jovens, porque aí eles vão servir por mais tempo, porque eles sendo apreendidos não vão ficar tanto tempo quanto ficaria uma pessoa maior de idade. Eles oferecem menos custos e prejuízos; não só a questão do tempo mas eu acredito que, o que é passado de valor pra eles, em função dessas atividades, é bem menor do que uma pessoa adulta e eu não sei qual é o estabelecido, porque do que chega, o que a gente acompanha, é a família e ele não pode contar, assume tudo o que empurrarem pra ele, porque na maioria das vezes, tá ele e um maior, mas ele assume tudo, até pra preservar a própria vida e da família, porque existe em torno disso uma ameaça e eu acho que dá menos prejuízo pra organização.” (E.G.A.P – Psicóloga, Centro de Internação Complexo Pomeri, Cuiabá – MT)

O estado, por sua vez, participa dessa dinâmica, direta e indiretamente, seja porque o narcotráfico fomenta parte da economia, ora pelo comércio, consumo e movimentação de instituições específicas da sociedade, ora porque mecanizam essas mesmas instituições através de práticas como a lavagem de dinheiro,

“Então hoje, quem determina essa cadeia, quem traz de fora, quem determina o que passa na mão de quem, é muito grande (...) hoje, se prende o cara que é o grande, vem três atrás se matando entre si para ocupar o espaço, então eu acho que é uma estrutura muito bem pensada, bem trabalhada e o estado em si, a polícia não conseguem tirar, tai um exemplo, as pessoas que estão no presídio cumprindo pena e administrando lá fora (...). A estrutura do estado está posta para atacar a periferia, mas a periferia tá no fim do túnel, quem busca a droga tem condições, por que um cara da periferia não vai pra Bolívia, ele não tem contato com o avião, ele não pilota o avião, aí a polícia já foca aqui em baixo onde todos já estão se matando.” (A.D.C – Agente de segurança do Socioeducativo)

“O tráfico de drogas é hoje, pra muitas pessoas, pra muitas famílias, um meio de sobrevivência; o tráfico de drogas pra muitas famílias que a gente percebe é a fonte de renda, e como a gente faz acompanhamento familiar aqui, dá pra perceber que o adolescente que estava aqui, só era aquela ponta, só fazia o “corre”, mas tem toda uma estrutura por trás, que é uma estrutura da família mesmo (...) hoje tem famílias de adolescentes que estão aqui dentro, que vivem disso, que dependem disso, e usam o menor não só no tráfico, mas em tudo, ou por que não tem outra opção, ou porque não querem, é um trabalho pra eles, uma fonte de renda, o tráfico tem uma estrutura muito maior do que a gente pensa.” (R.K.S – Gerente – Centro de internação provisória Complexo Pomeri, Cuiabá/MT)

Entendemos que, parte da dificuldade em se alcançar resultados mais efetivos acerca da temática dos homicídios e, mais do que isso, dos que se relacionam direta ou indiretamente com o narcotráfico se dá pelo ocultamento, proposital, da parte estruturante da organização, uma cadeia de relacionamentos que dialoga com a esfera do estado, que por sua vez assume a ineficiência das instituições, mas se utiliza das práticas espúrias do narcotráfico para um tipo de justificação determinista e sectária ao mesmo tempo em que se apoia numa perspectiva conveniente de anomia social.

5 | PARECER SOBRE A PROPOSTA DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA TEMÁTICA DOS HOMICÍDIOS RELACIONADOS AO NARCOTRÁFICO

A proposta de produção de conhecimento qualitativo e entendimento acerca do número expressivo e crescente dos homicídios no Brasil convergem com a

compreensão de que existe uma lacuna entre os dados produzidos e os resultados que se espera alcançar, isso porque a correlação dos fatores de ocorrência dos homicídios oferece um panorama parcial e, não raro, equivocado do todo social. As ferramentas econométricas dialogam com dificuldade com o emaranhado sociológico de significantes que compõe a ação social, nesse quadro, dificultando a construção fidedigna de um panorama que possa convergir em políticas satisfatórias para a transformação social. Mais do que estatísticas, embora estas sejam fundamentais, principalmente no que se refere à administração pública, é importante compreender o porquê e como se constroem esses cenários de “refugo humano”, fazendo uma referência à Bauman em sua obra *Vidas Desperdiçadas*:

A produção de “refugo Humano”, ou, mais propriamente, de seres humanos refugados (...) é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade. É um inescapável efeito colateral da construção da ordem (cada ordem define algumas parcelas da população como “deslocadas”, “inaptas” ou “indesejáveis”) e do progresso econômico (...). (BAUMAN, 2005, p. 12).

O narcotráfico, menos que uma prática ilícita, é uma estrutura paraestatal com dinâmica própria e que exerce função de simbiose com o estado. Com relações de trabalho e poder bem definidas, a cooptação da população jovem, mais vulnerável às estruturas subjetivas da sociedade de consumo e, não raro, fonte de renda da família, figura como estratégia para driblar ferramentas legais e diminuir os custos do negócio visto que o jovem transita de forma mais flexível pelo sistema de segurança pública, pois permanece menos tempo retido; também, nessa perspectiva, fica mais exposto às estruturas legais se tornando uma espécie de escudo da organização, o que explica, em certo ponto, o expressivo número de homicídios dessa parcela da população.

A dificuldade de relacionar diretamente as bibliografias disponíveis à temática do narcotráfico dada a sua dinâmica multifuncional e interdisciplinar é um desafio para a pesquisa. O narcotráfico transita por tantas esferas quanto possíveis e cria uma teia de relações complexas de modo que, não menos importante que entender a dinâmica dos homicídios, atentamos para a necessidade de compreensão das relações de poder das esferas mais complexas às menos complexas da sociedade.

Entendemos que o processo de observação do ambiente institucional aos quais os agentes de ato infracionário estão inseridos bem como o olhar de quem participa do cotidiano desses agentes é fundamental para o entendimento de como e em que medida a engrenagem institucional contribui para a construção efetiva do processo de ressocialização, se, e em que proporção ele acontece e, nesse sentido, a principal dificuldade foi o processo burocrático de liberação dos agentes para a realização das entrevistas; no caso dos menores, embora tivéssemos recebido sinal positivo para a realização das entrevistas, não obtivemos o retorno do Juiz para a realização das mesmas.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. **Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea**. *Jornal de Psicologia-PSI*, n. Abril/Junh, p. 7-8, 2002.
- Capital Humano, Crime e Punição: Becker, Foucault e os seminários de Chicago de 2012 e 2013***; Conti-T.-V.-2015-O-Debate-Becker-Foucault.pdf
- Economia do crime: uma análise econômica das variáveis que levam um indivíduo a optar pelo crime**; http://www.uesb.br/eventos/semana_economia/2013/anais-2013/i02.pdf
- Estudos Econômicos das Causas da Criminalidade no Brasil: Evidências e Controvérsias**; http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n2p343_372.pdf
- ANDRADE, Luciana Teixeira de; DINIZ, Alexandre Magno Alves. **A reorganização espacial dos homicídios no Brasil e a tese da interiorização**. *Rev. bras. Estud. Popul.* São Paulo, v. 30, supl. p. S171-S191, 2013.
- ARAÚJO, E. M. ; PEREIRA, L. A. ; CARVALHO, M. J. S. ; NERY, F. S. ; SOUZA, I. M. . **Preenchimento da variável raça/cor de grupos selecionados de causas de morte no sistema de informações sobre mortalidade**. *Boletim do Instituto da saúde*, v. 15, p. 42-50, 2014
- BARCELLOS, Christovam; ZALUAR, Alba. **Homicídios e disputas territoriais nas favelas do Rio de Janeiro**. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v.48, n.1, p.94-102, 2014
- BEATO FILHO, Cláudio Chaves. **Crime e cidades**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012
- BERGER, PETER. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis, Vozes, 1985. **Alternância e biografia, ou, Como adquirir um passado pré-fabricado**. In: **Perspectivas sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- CARDIA, N.; SCHIFFER, S. **Violência e Desigualdade Social**. In: *Revista Ciência e Cultura*. São Paulo. Jul/set, p. 25-31, 2002
- COSTA, Arthur Trindade M. **É possível uma política criminal? A discricionariedade no sistema de justiça criminal do DF**. *Sociedade e Estado*, Brasília, vol. 26, n.1, p. 97–114, 2011b.
- DINIZ, A. M. A. & BATELLA, W. B. 2006. **Abordagens espaciais no estudo da criminalidade violenta nas cidades médias mineiras**. In : *Simpósio Internacional sobre Cidades Médias*, Uberlândia. Anais, Uberlândia, p. 1-13.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. **Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo**. *Cad. CRH*, Salvador , v. 23, n. 58, p.
- FERREIRA-SANTOS, J.E. ; BASTOS, A. C. S. . **Etnografia da favela à noite**. *Os Urbanitas* (São Paulo), v. 6, p. 307-333, 2010.
- FERREIRA-SANTOS, J.E. ; BASTOS, A. C. S. . **O vingador: o jovem como perpetrador - e vítima - da violência de periferia em Salvador, Bahia**. *RBSE. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção* (Online), v. 8, p. 623-646, 2009
- FILHO, Argemiro Procópio; VAZ, Alcides Costa; **O Brasil no contexto do narcotráfico internacional**; *Rev. Bras. Polít. Int.* 40 (1): 75-122 [1997].
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

LIMA, M. C.; XIMENES, R.; SOUZA, E.; LUNA, C. & ALBUQUERQUE, M. F. 2005. **Análise espacial dos determinantes socioeconômicos dos homicídios no Estado de Pernambuco**. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 176-182, abr.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MISSE, M. . **Sobre a Construção Social do Crime no Brasil: Esboços de uma Interpretação**. In: Michel Misse. (Org.). Acusados e Acusadores: Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008, v. , p. 13-32.

MISSE, Michel. **O papel do inquérito policial no processo de incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa**. Sociedade e Estado, Brasília, vol. 26, n. 1, abril de 2011.

PERES, Maria Fernanda Tourinho et al. **Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no Município de São Paulo**, Brasil. Rev Panam Salud Publica, v. 23, n. 4, p. 268-76, 2008.

RAMÃO, Fernanda Pamplona . **Espaço urbano, desigualdade socioespacial e dinâmica dos homicídios em Cascavel/PR**. Percurso (Curitiba), v. 2, p. 97, 2009.

PERES, Maria Fernanda Tourinho. **Violência: um problema de saúde pública**. LIMA, Renato Sérgio;

PAULA, Liana de (Org.). **Segurança pública e violência: o estado está cumprindo seu papel?** São Paulo: Contexto. 2008. p. 101-11.

RAMÃO, Fernanda Pamplona ; WADI, Yonissa Marmitt . **Espaço urbano e criminalidade violenta: análise da distribuição espacial dos homicídios no município de Cascavel/PR**. Revista de Sociologia e Política (Online), v. 18, p. 207-230, 2010.

ROBERT, Philippe. **Sociologia do Crime**. São Paulo: Vozes, 2007.

SILVA, Klarissa Almeida. **CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS CRIMES DE HOMICÍDIOS DOLOSOS: compreendendo fluxo dos papéis e impunidade dos indivíduos a partir da análise das tipologias**. Artigo apresentado na ANPOCS 2008.

SILVA, Luiz Antônio Machado da; LEITE, Márcia Pereira. **Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas**. Soc. Estado., Brasília, v. 22, n. 3, p. 545-591, Dec. 2007.

O PAPEL PEDAGÓGICO NA ATER E SUSTENTABILIDADE: IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM O TABACO NO TERRITÓRIO CENTRO- SUL DO PARANÁ

Cristiane Tabarro

Universidade Oeste do Paraná - UNIOESTE -
Marechal Cândido Rondon-PR

Alvori Ahlert

Universidade Oeste do Paraná - UNIOESTE -
Marechal Cândido Rondon-PR

RESUMO: O objetivo desse trabalho é fomentar a importância do papel pedagógico na ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural e de princípios da sustentabilidade para o fomento da produção de alimentos mais saudáveis incentivando a prática agroecológica para o auto consumo e comercialização, com interface ao dinamismo da territorialidade, uma experiência implementada através do Projeto de Diversificação das áreas cultivadas com o tabaco no Território Centro-Sul do Paraná. As ações realizadas perpassam por ações educativas de conscientização através de oficinas, cursos, vivências (estágios), visitas técnicas com a visão sistêmica do processo, pleno, dinâmico e principalmente resgatando em sua base o conhecimento popular passado de geração em geração, unificando senso comum com a episteme (conhecimento).

PALAVRAS-CHAVE: Intencionalidade pedagógica, Agricultura Familiar, Territorialidade; Extensão Rural, Agroecologia.

ABSTRACT: The objective of this work is to foster the importance of the pedagogical role in ATER - Technical Assistance and Rural Extension and of sustainability principles to promote the production of healthier foods, encouraging the agroecological practice for self consumption and commercialization, with an interface to the dynamism of territoriality , an experiment implemented through the Diversification Project of the areas cultivated with tobacco in the Center-South Territory of Paraná. The actions carried out are through educational activities of awareness through workshops, courses, experiences (stages), technical visits with the systemic vision of the process, full, dynamic and mainly rescuing the popular knowledge passed from generation to generation, unifying common sense with the episteme (knowledge).

KEYWORDS: Pedagogical intentionality, Family Agriculture, Territoriality; Rural Extension, Agroecology.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho destaca uma breve abordagem sobre o ato pedagógico exercido no Programa de Diversificação das áreas cultivadas com o Tabaco no Território Centro-Sul do Paraná, projeto que incentiva por meio de ações pedagógicas junto à ATER (Assistência

Técnica e extensão Rural) ao estímulo da Agroecologia com ações sustentáveis na produção de alimentos e também ao acesso e ao consumo à alimentos saudáveis.

A preocupação e a reflexão com a produção mais saudável de alimentos para o fomento da Agroecologia se dá a partir de um descompasso social e ambiental otimizado pelo uso desmedido de agrotóxicos, gerando doenças. Segundo Siqueira (2006, p. 9) “diversos estudos realizados em distintos estados do Brasil e no exterior têm detectado a presença de agrotóxicos em amostras de sangue humano, no leite materno e resíduos presentes em alimentos consumidos pela população em geral”.

Para Boff (2008, p. 17), “a degradação crescente de nossa casa comum, a Terra, denuncia nossa crise de adolescência. Importa que entremos na idade madura e mostremos sinais de sabedoria. Sem isso não garantiremos um futuro promissor”.

A agroecologia e a função pedagógica da ATER dialoga com a práxis e princípios da sustentabilidade e ao desenvolvimento rural, é um saber que adentra em meio a uma sociedade arraigada pela ideologia da revolução verde e dos pacotes tecnológicos, rompe lentamente barreiras e dialoga com o processo de sensibilização e de libertação de mentes, mentes escravizadas por um processo que rompe a ligação homem x meio, homem x essência e busca seu renascimento, sua autonomia. Segundo Boff (2008, p. 18) “O sintoma mais doloroso, já constatado há décadas por sérios analistas e pensadores contemporâneos, é um difuso mal-estar da civilização. Aparece sob o fenômeno do descuido, do descaso e do abandono, numa palavra de falta de cuidado”.

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural para apoiar a diversificação da Agricultura Familiar de municípios com produção de tabaco, foi um projeto financiado pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural / Secretaria da Agricultura Familiar / Ministério do Desenvolvimento Agrário (DATER/SAF/MDA) e teve como organizações comprometidas pela execução da proposta, o ICAF – Instituto de Cooperação da Agricultura familiar de Santa Catarina, o DESER – Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais e a FETRAF-Paraná para disponibilizar às famílias agricultoras produtoras de tabaco, extensionistas para contribuir no fortalecimento da família e do seu estabelecimento.

2 | METODOLOGIA

Este estudo tem um recorte temporal do período de 2015 a 2017, período da execução do projeto Diversificação, fundamentada sob o viés da pesquisa qualitativa, pois a contextualização é o “viver” das relações constituídas durante esses anos, não somente como técnica de ATER que atua com jovens e famílias de agricultores familiares na região, (MINAYO, 1994), mas como todo universo de atuação enquanto ator social imerso nesse contexto. O primeiro passo encaminhado nessa pesquisa após a delimitação do tema e análise de conjuntura foi a revisão bibliográfica sobre extensão rural, agricultura familiar, territorialidade e o papel pedagógico nesse contexto.

O segundo passo foi o de lançar um questionamento (aplicada oralmente e

gravada). A análise de narrativas está diretamente associada a um tipo específico de entrevista é denominado como “entrevista narrativa”. Ao estudar essa forma de entrevista, segundo o autor, a narração está mais propensa a reproduzir em detalhes as estruturas que orientam as ações dos indivíduos. A entrevista busca romper com a rigidez imposta pelas entrevistas estruturadas e gerar textos narrativos sobre as experiências vividas, que, por sua vez, nos permitem identificar as estruturas sociais que moldam essas experiências. (WELLE, OTTE, 2014 p. 327).

3 | RESULTADOS

A Agroecologia tem em seus pressupostos elementos para a plenitude do ser, ser complexo, ilimitado, em construção e redescoberta constante, é toda relação complexa entre homem x meio ambiente onde perpassa desde as questões ambientais, assim como o exercício da humanidade através de ações que vão desde a ética, holística, conhecimento, desenvolvimento rural, sustentabilidade e reconhecimento de sua territorialidade. Boff, 2008, p. 37, define sustentabilidade:

Sustentável é a sociedade ou planeta que produz o suficiente para si e para os seres dos ecossistemas onde ela se situa; que toma da natureza somente o que ela pode repor; que mostra um sentido de solidariedade generacional, ao preservar para as sociedades futuras os recursos naturais de que elas precisarão. Na prática a sociedade deve mostrar-se capaz de assumir novos hábitos e de projetar um tipo de desenvolvimento que cultive o cuidado com os equilíbrios ecológicos e funcione dentro dos limites impostos pela natureza. Não significa voltar ao passado, mas oferecer um novo enfoque para o futuro comum. Não se trata simplesmente de não consumir, mas de consumir responsavelmente.

Na prática educativa de ATER, sua intencionalidade pedagógica está atrelada à promoção do desenvolvimento humano pleno (holística), nos libertando da condição de hominização para a humanização plena (hominilateralidade), considerada como uma evolução em nossa existência, onde a acumulação histórica de nossa vivência (identidade, valores culturais, saberes construídos e constituídos ao longo do tempo) em que a partir das nossas necessidades enquanto existência humana, racionalizamos e objetiva-se a concreticidade do conhecimento-superação-reconstrução e reelaboração do ser gerando atitudes, segundo Leff (2009, 22):

A racionalidade ambiental abre um mundo pleno de muitos mundos por meio de um diálogo de seres e saberes, da sinergia, da diversidade e da fecundidade da outredade, de uma política de diferença. O pensamento da complexidade ambiental leva assim a compreender o mundo no rumo do ser com a natureza, o de ser com o outro e com o outro, transbordando a relação de conhecimento entre conceito e real para um diálogo de saberes.

A Agroecologia através de sua dialogicidade, construção coletiva, atribuição de responsabilidades e autonomia aos atores da arte da vida é capaz de promover experiências libertárias. Segundo Freire, 1996, p. 107 a autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser.

De acordo com Sauv  (1997) a educa o deve objetivar o desenvolvimento

ideal da humanidade, com ênfase na autonomia e no pensamento crítico. O processo educativo tem uma intencionalidade pedagógica visando o desenvolvimento pleno do ser humano para desenvolver o sentido da criticidade e não a atomização do ser, o *status quo* de sua pertença enquanto existência humana.

A territorialidade é a condição social para o aprimoramento da racionalidade, memória, cultura, reflexão, opinião, bom senso, autonomia, ou seja, em sua organização estrutural e política propicie condições para que a sociedade exercite a coletividade e sua humanidade, algo que se estabelece em sua trajetória (ações, atitudes) para que se possa enfrentar a vivência. Ter a capacidade de discernir, avaliar e realmente objetivar o que é relevante para a vida enquanto projeto teleológico. Para Saquet, 2015, p. 107/108:

Entendemos a territorialidade em quatro níveis correlatos: a) como relações sociais, identidades, diferenças, redes, malhas, nós, desigualdades e conflitualidades; b) como apropriações do espaço geográfico, concreta e simbolicamente, implicando dominações e delimitações precisas ou não; c) como comportamentos, objetivos, metas, desejos e necessidades e, por fim, d) como práticas espacio-temporais, pluridimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza, ou seja, relações sociais dos homens entre si (de poder) e com a natureza exterior por meio dos mediadores materiais (técnicas, tecnologias, instrumentos, máquinas...) e imateriais (conhecimentos, saberes, ideologias...). A territorialidade é processual e relacional ao mesmo tempo.

Para compreender a complexidade da Agroecologia, tem-se que se compreender sobre territorialidade e que nos permitirá observar com um “olhar” mais atento e crítico a essa construção social e a presença de uma pluralidade de dimensões que estão presentes na conjuntura como um todo (econômica, ambiental, social, política, cultural, identitária, religiosa etc), sendo de fundamental importância observar atentamente o contexto local e global em que os atores sociais estão inseridos. Embora, os indivíduos que fazem parte desse espaço não estejam no mesmo ambiente, seja em sua propriedade, comunidade, município, região, etc, a realidade global torna os atores sociais, mesmo que indiretamente, estreitamente vinculados, a complexidade de se compreender a territorialidade não pode e não deve ser vista apenas pelo olhar do contexto local e sim de uma visão sistêmica, objetiva e complexa. Saquet, 2015, p.108, define territorialidade:

Uso que envolve, necessariamente, conflitualidades, ritmos, apropriações, domínios, identidades, diferenças, redes, necessidades além da práxis cotidiana de cada relação espaço-tempo-território. Assim, a territorialidade, para nós, assume também o caráter de mobilização, organização e luta política em favor de um desenvolvimento mais equitativo, numa “espécie de quinto” nível de efetivação no real e mediação-condicionante da cooperação para o desenvolvimento, conforme já demos a conhecer.

Os dados utilizados, no presente estudo, são provenientes de entrevista realizada com uma liderança local, Presidente de uma Associação de agricultores familiares, criada a partir do acompanhamento por um Técnico Social do projeto de Diversificação no município de Guamiranga/PR. Na ocasião, o entrevistado foi instigado a comentar

sobre o papel e a importância do técnico social para a assistência técnica aos grupos organizados de agricultores familiares:

[...] na questão de assistência para os grupos, no nosso caso talvez nem teríamos um grupo sem assistência, foi fundamental o técnico social e bem ou mal, todas as políticas públicas para a agricultura familiar são extremamente importantes, porque normalmente a gente agricultor ou não tem as informações precisas ou tem ideias erradas que sempre que tem um apoio, principalmente de um técnico social, é importantíssimo principalmente no caso nosso da Associação sempre precisa de uma orientação, normalmente a gente não tem uma formação pra trabalhar com essas questões que o técnico social vem apoiando. Sempre um técnico vai ser essencial para a agricultura familiar, vou falar como, caso da gente mesmo específico, não como associação, mas como agricultor que muitas ideias que a gente tinha, talvez não era ideias corretas tanto pro agroecológico quanto pra uma boa produção, e com certeza com orientação e com as informações que o técnico social vem trazendo só foi melhorando, então foi essencial o apoio. [...] (RP, entrevista agricultor, pesquisa de campo 2018, grifos nossos)

Na prática extensionista a educação agroecológica não é neutra, ela exerce um papel fundamental pedagógico e sua dialogicidade com a realidade e a necessidade do *outro*, perspectiva humanista que reintegra a ação da coletividade para a construção do conhecimento, sair da *doxa* (opinião de base, empírica) para a *episteme* (conhecimento). Para Freire, 2015, p.70:

O diálogo e a problematização não adormecem a ninguém. Conscientizam. Na dialogicidade, na problematização, educador-educando e educando-educador vão ambos desenvolvendo uma postura crítica da qual resulta a percepção de que este conjunto de saber se encontra em interação.

Segundo Sauv  (1997) todo processo educativo deveria ser reformulado para o desenvolvimento sustentável. A a o extensionista é um ato educativo na ordena o lógica do Técnico e do agricultor, não é transferir, depositar no agricultor conhecimento e sim dialogar, comunicar-se, refletir, interagir com o contexto e com os atores envolvidos e assim construírem saberes, aprenderem, reaprenderem e ressignificarem a prática.

4 | CONCLUSÕES

A Pedagogia atrelada à prática Extensionista, aproxima-se em nossos diálogos os princípios da agroecologia, sustentabilidade onde os elementos sociais, econ micos, políticos, ambientais, culturais são os pilares fortalecedores e de estreitamento. Os pilares da sustentabilidade são indissociáveis da espiritualidade, divindade. Para Leff, 2009, p. 18, “o saber ambiental reafirma o ser no tempo e o conhecer na história; estabelece-se em novas identidades e territórios de vida; reconhece o poder do saber e da vontade de poder como um querer saber”.

O papel do Extensionista   exercer e propiciar aos agricultores (as) uma visão plena, holística, totalizadora, exercer a sustentabilidade com primazia através da Educa o Ambiental, buscando como resultado a autonomia, o conhecimento, a plenitude dos envolvidos no processo dialógico de uma ATER – Assistência Técnica e

Extensão Rural inovadora, democrática e humanista.

O Programa de Diversificação das áreas cultivadas com o tabaco capacitou agricultores (as) e suas famílias para a sensibilização da importância do consumo, produção e comercialização de alimentos mais saudáveis, fomentando a Agroecologia como estratégia centralizadora e emancipadora nos municípios do Território Centro-Sul do Paraná, otimizando ações estratégicas para o processo de diversificação das propriedades com princípios da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar. Ética do humano – compaixão pela terra para a nova era.** 14 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2008, Editora Vozes, 199 p.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 17ª edição. São Paulo; Ed. Paz e Terra; 2015; p. 9-127.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 27ª edição. São Paulo; Ed. Paz e Terra; 1996; p. 9-146.
- FANTINEL, Leticia L; FLECK, Leandro; OLIVEIRA, Evandro de; O processo pedagógico de educação ambiental em busca de uma nova ética e cultura. IN: **Educação ambiental redes e sustentabilidade/** orgs. Irene Carniatto...[et al.]. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2015. 224p.
- LEFF, Enrique. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Revista Educação x realidade.** 34(3): 17-24 set/dez 2009.
- MYNAYO, M. C. de S.; (org) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, Vozes, 1994.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** 2. Ed – Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- SAUVÉ, Lucie. **Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa.** Revista de Educação Pública, vol. 10, jul/dez, 1997. Disponível em http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev10/educacao_ambiental_e_desenvolvim.html
- SIQUEIRA, L. Soraia. **Agrotóxicos e saúde humana: Contribuições dos profissionais do campo da saúde.** Trabalho de Conclusão de Curso. UFRS. Porto Alegre, 2006, 32 p.
- WELLER, Vivian; OTTE, Janete. Análise de narrativas segundo o método documentário - exemplificação a partir de um estudo com gestoras de instituições públicas. **Revista de Ciências Sociais** - Civitas. Vol. 14, Nº 2. 2014.

O PROCESSO DE ESTIGMATIZAÇÃO DA LOUCURA E A DISCUSSÃO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS DE PESSOAS EM SOFRIMENTO MENTAL

Alessandra Aniceto Ferreira de Figueirêdo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ,
Rio de Janeiro-RJ

Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro

Universidade Federal de Pernambuco-UFPE,
Recife-PE

RESUMO: Neste trabalho, realizamos uma pesquisa com usuários de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS I), localizado na cidade de Itaporanga, estado da Paraíba, Brasil, objetivando analisar os discursos de pessoas em sofrimento psíquico sobre a loucura e seu processo de estigmatização. Para tanto, nos assentamos em uma abordagem qualitativa, tendo como aporte teórico-metodológico a Psicologia Social Discursiva, para a qual os discursos são formas de ação social. A pesquisa foi desenvolvida em dois momentos: no primeiro, realizamos uma observação participante; no segundo, montamos rodas de conversa. A partir das análises das falas dos usuários do serviço, podemos considerar que há um movimento constante de aproximação das pessoas em sofrimento psíquico das categorias louco/doido/maluco, ou de características que, temporariamente, possam caracterizá-los como tal. Essas classificações trazem o estigma da violência, da instabilidade, do animal, que deve ser contido, excluído, separado de outras

pessoas ditas “normais”. As pessoas que participaram do estudo tentaram afastar de si a postura do sujeito agressivo, do insano, daquele que é um perigo para o outro, a fim de que pudessem ter seus Direitos Humanos respeitados.

PALAVRAS-CHAVE: Estigma. Loucura. Direitos humanos.

ABSTRACT: In this work, we carried out a research with users of a Psychosocial Care Center (CAPS I), located in the city of Itaporanga, state of Paraíba, Brazil, aiming to analyze the discourses of people in psychic suffering about insanity and its stigmatization process. For that, we are based on a qualitative approach, having as a theoretical and methodological contribution Discursive Social Psychology, for which discourses are forms of social action. The research was developed in two moments: in the first, we made a participant observation; in the second, we set up conversation wheels. From the analysis of the speeches of the users of the service, we can consider that there is a constant movement of approaching people in psychic suffering of the crazy / crazy / crazy categories, or of characteristics that, temporarily, can characterize them as such. These classifications bring the stigma of violence, of instability, of the animal, which must be contained, excluded, separated from other so-called “normal” people.

The people who took part in the study tried to shake off the attitude of the aggressive subject, the insane, the one who is a danger to the other, so that they could have their Human Rights respected.

KEYWORDS: Stigma. Madness. Human rights.

1 | INTRODUÇÃO

No livro *Dom Quixote* de Miguel de Cervantes (1981), o personagem que intitula a obra participa de várias aventuras, acompanhado do escudeiro Sancho Pança, sendo categorizado como tendo desconcertado juízo por outros personagens do romance *Dom Quixote*, um velho fidalgo, que se denomina cavaleiro andante, sai pela Espanha à procura de donzelas a socorrer, reinos a salvar, dragões a enfrentar, com o intuito de ajudar as pessoas em perigo e vangloriar o nome de sua Dulcinéia Del Toboso, a amada que nunca viu e a quem dedica suas façanhas.

Por onde caminha, o cavaleiro da triste figura, como também é chamado, encontra pessoas e situações para as quais enxerga perigos. As pessoas a quem salva dos perigos, o tomam por insano, sem juízo, louco, mas também por “homem de boa cabeça”, caso não lhe falem em cavalaria, como sugere o Cura, seu amigo. Mas, o que nos chama atenção nessa obra é que a “falta de juízo” do nosso cavaleiro da triste figura é tomada por outros personagens ora como algo para ser admirado, ora como piada, a ser objeto de riso dos outros. Ambas as posturas são resultado do estranhamento que *Dom Quixote* provoca nas pessoas e é nesse contexto que o anormal se constitui entre o estranhamento, a admiração, a piada, a chacota, a exclusão e a morte.

Vera Portocarrero (2002) fala sobre os anormais em *Arquivos da Loucura*, discorrendo como as anormalidades foram analisadas pelos psiquiatras brasileiros entre o fim do século XIX e o início do século XX, ao tomarem por base a esfera moral. Nesse período, a medicina mental atuou fervorosamente sobre as causas da doença mental e da anormalidade mental e moral, lutando contra a suposta ameaça que essas representavam para o desenvolvimento social e econômico do país. A anormalidade, ou seja, a fuga aos padrões morais convencionais, junto com a doença mental, se constituiu como objeto da teoria psiquiátrica, sendo os anormais denominados deficientes mentais, já que significavam uma regressão do desenvolvimento humano.

Como assinala a autora, independentemente das anomalias, os anormais foram classificados como perigosos, ou criminosos constitucionais, nesse conjunto havia figuras diversas, além dos doentes mentais propriamente ditos, estavam incluídos os alcóolatas, os epiléticos, os sífilíticos, que representavam uma base latente para a doença mental ou para a criminalidade.

O conceito de anormal veio como uma forma de psicopatologia no final do século XIX, como bem ressalta Portocarrero (2002). Ele vai abarcar não só a doença mental propriamente dita, mas qualquer desvio de comportamento dito como normal. Nesse

sentido, a prática psiquiátrica vai adentrar naqueles que apresentam desvios mentais, como os loucos, ou potencialmente loucos, ou ainda nos desviantes morais, como os degenerados e os criminosos; penetrando em várias instituições, como a família, a escola, as forças armadas, a prisão, objetivando a prevenção contra a criminalidade e o adoecimento.

Como Foucault (2010) assinala, o anormal do século XIX é um descendente das figuras do monstro, do incorrigível e do masturbador, esses personagens vão dar suporte a todas as instituições específicas para anormais, que se desenvolverão nesse século, fundadas a partir de um regime disciplinar.

Conforme Foucault (2004) discorre em “Vigiar e Punir”, a disciplina se funda enquanto uma técnica de poder que implica numa vigilância perpétua e constante sobre os sujeitos, através dela a vida das pessoas pode ser gerida, ao passo que a docilidade dos corpos faz com que diminua a capacidade de revolta, resistência e luta dessas contra as práticas socialmente desenvolvidas. Por exemplo, através da distribuição dos sujeitos em escolas, quartéis, cadeias, hospitais, manicômios, etc. eles são esquadrihados em espaços individualizados, sob o argumento de que serão cuidados, tratados, educados, para que se constituam enquanto bons e são cidadãos.

Concomitantemente, há à sujeição das pessoas ao tempo, de modo que se produza a maior quantidade de ações possível, com o máximo de rapidez e eficiência. Isso pode ser observado nas fábricas, em que os operários utilizam milésimos de segundos para construir mercadorias; ou ainda, no espaço de sala de aula, em que as crianças são distribuídas em fileiras alinhadas, de modo que a organização espacial das cadeiras, onde essas estão sentadas, contribua para a divisão de tarefas e a realização dessas no horário estipulado para a aula.

Além do controle dos corpos através do espaço e do tempo, há ainda o registro contínuo das observações sobre os sujeitos, esse registro não pode deixar escapar nenhum detalhe, ou acontecimento sobre a pessoa observada. Podemos citar o sistema de registro feito nos hospitais como característico dessa observação. Nesses locais, os profissionais, que circulam na instituição, precisam escrever em um arquivo todas as ações e reações tidas pelo paciente durante o dia.

Desse modo, Foucault (2004) relata que o regime disciplinar fabrica os sujeitos, atuando sobre seus corpos, adestrando seus gestos, regulando seus comportamentos, normalizando o prazer, registrando os discursos, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, hierarquizar, categorizar as pessoas em normais e anormais. Foi assim que esse autor destacou o nascimento da prisão e o isolamento celular dos apenados, bem como a produção da doença mental e o desenvolvimento do hospício.

Nesse interim, podemos discorrer sobre como o processo de estigmatização da loucura, construído através dos séculos, contribui para categorizar os sujeitos ditos “loucos” e desencadeia práticas de exclusão e reclusão social.

Goffman (2008) descreve estigma enquanto uma marca, um símbolo atribuído às pessoas. Segundo o autor, as pessoas são incluídas em categorizações sociais e

passam a ter atributos que indicam o que elas são ou podem ser. Logo, a comunidade em torno dessas pessoas cria uma expectativa sobre elas, tomando por referência os padrões de normalidade, assim sendo, tudo o que é tido como diferente e anormal passa a ser estigmatizado.

Baseado nessa relação de estigmatização, vai se constituindo a diferenciação entre “nós, os normais” e “vocês, os anormais”, num jogo em que os primeiros discriminam os segundos, utilizando termos pejorativos, que reduzem o sujeito a uma condição de exclusão. Ao mesmo tempo, as pessoas estigmatizadas incorporam os valores, as normas, as práticas da sociedade que elaboram o anormal, podendo utilizá-las para si, na efetivação de sua carreira moral, ou para o outro.

No plano sociológico, Nobeit Elias e John Scotson (2000) também vão problematizar a estigmatização utilizando outras categorias, esses autores trazem no texto “Os Estabelecidos e os Outsiders” como um grupo (*estabelecidos*) da periferia urbana de Winston Parva se diferencia de outro (*outsiders*), colocando-se como superior, em decorrência de residir a mais tempo na comunidade. O grupo estabelecido atribui ao conjunto do grupo outsider características ruins, destacando-os como indignos de confiança, indisciplinados, desordeiros e sujos, considerando-os como porção pior da comunidade. Essa caracterização faz com que os *outsiders* sejam excluídos para a periferia da sociedade, assumindo frentes de trabalho indesejadas, piores condições de moradia, baixo nível de alfabetização, maior índice de violência, dentre outros atributos negativos.

Segundo esses autores, as pessoas que fazem parte do grupo estabelecido usam uma gama de termos que estigmatizam o outro grupo. Tais termos, utilizados no contexto das relações entre ambos, tem o propósito de envergonhar o grupo oposto, para que ele não se coloque a altura das normas do “grupo superior”. Outra característica observada é que os *estabelecidos* evitam o contato social com os *outsiders*, acreditando que podem ser contaminados pelo *status* rebaixado desses.

Além disso, a identificação coletiva e a adoção de normas comuns pelos *estabelecidos* fazem com que esses tenham coesão grupal, capaz de induzir o desenvolvimento do ideal que esse grupo possui um valor superior. Tal fato faz com que os *outsiders*, que não possuem tal identificação, se coloquem enquanto pertencentes a um grupo diferente e inferior aos *estabelecidos*, sendo tomados como tendo menos valor, passando a serem considerados deficientes.

Elias e Scotson (2000) destacam também outros casos de *estabelecidos* e *outsiders*, como ocorre com os burakumim no Japão, que carregam o estigma social de serem pessoas inferiores, ruins e repletos de imundície. Os “japoneses comuns” legitimam sua posição em relação aos burakumim, produzindo o conceito de que esses são naturalmente inumanos, como animais, isso faz com os próprios burakumim se coloquem como inferiores, ruins e sujos. Há, ainda, um conto tradicional entre os japoneses que os burakumim carregam no corpo um sinal, abaixo das axilas, que materializa sua exclusão. Essa mancha faz com que tais pessoas sejam excluídas

socialmente, sendo tratados como estranhos, anormais, ou animais.

Nesse sentido, os *estabelecidos* se afastam dos *outsiders* também por sinais, que, encerrados no corpo ou não, separam, excluem e segregam essas pessoas dos demais, fundamentando uma maior diferença entre “nós superiores” e “eles inferiores”. Contudo, se os “inferiores” não aceitarem ser tomados como tais? Quais recursos eles podem utilizar para sair dessa classificação?

Hélène Joffe (1994) destaca a importância dos contextos sociais e culturais na avaliação de risco em grupos vulneráveis. Diferente dos autores anteriores citados, a autora em um estudo sobre as representações sociais da AIDS, analisa a tentativa de grupos transculturais de jovens se afastarem da possibilidade de desenvolver essa doença. Para a autora, a AIDS, como objeto estranho, evoca medo nas pessoas, para tentar conviver com tal medo, essas tentam representá-la sob uma feição mais familiar, ou ainda, tentam afastar-se dela para não ter uma sensação de desordem, podendo tal tentativa ser fundada na expressão: “Eu não, o meu grupo não”, através de um exteriorização das ameaças.

Segundo Joffe (1994), o laço entre grupos estranhos, ou marginalizados, como homossexuais, usuários de drogas, mulheres, prostitutas (e incluímos pessoas em sofrimento mental!), com aberrações e doenças têm sido frequente na literatura médica ocidental, que é generosa nessa associação. Nessa literatura, a emocionalidade, a espiritualidade e o lado instintivo (animal) são historicamente associados aos grupos estranhos, que ameaçam a onipotência dos padrões socialmente estabelecidos.

Como efeito defensivo a essa ameaça, as pessoas ligam práticas aberrantes e comportamentos atípicos ao outro. Ao afirmar que isso cabe ao outro, já não é mais necessário lidar com os conflitos que causam sofrimento, como destaca Joffe (1994). Refletindo a partir da proposta dessa autora, podemos considerar que, no caso de uma pessoa em sofrimento mental, essa tentaria se afastar do *status* de inferioridade, configurado pela exclusão secular da loucura, dizendo “eu não, não sou louca não”. Ao mesmo tempo, essa pessoa recolocaria a ameaça que vivencia em um grupo externo, fazendo-a menos ameaçadora, ao dizer “o louco é o outro”.

1.1 Os direitos humanos e o protagonismo das pessoas em sofrimento psíquico

No começo do século XXI no Brasil, observamos avanços decorrentes da luta do movimento da reforma psiquiátrica brasileira, materializados na Lei 10.216, de 6 de abril de 2001 (Lei de Reforma Psiquiátrica), a qual dispõe sobre “a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental no país” (BRASIL, 2001). Segundo Amarante (2007, p.70), essa lei não assegurou algumas aspirações do projeto anterior (Projeto de Lei Paulo Delgado 3687/89), como a extinção progressiva dos manicômios, mas “revogou a arcaica legislação de 1934, que ainda estava em vigor, e significou um avanço considerável no modelo assistencial”, pois, dentre outros aspectos, objetivou resgatar a liberdade e

ressaltar o direito à cidadania daqueles considerados com transtornos mentais.

Essas mudanças podem ter contribuído para rever o “lugar da loucura” na sociedade e as formas como a comunidade lida com esse sujeito dito “louco”. Pedro Delgado (2011) faz uma análise de como a Lei 10.216 tem contribuído para o desafio da cidadania do “louco” e que impactos essa lei vem tendo sobre as práticas concretas da Justiça e da Saúde Mental nos últimos anos.

O autor, ainda, destaca a possibilidade de acesso a tratamento de base comunitária, assentado na proposta de ressignificação da doença e das formas de lidar com o adoecimento, além de essa lei contribuir para uma mudança qualitativa do debate sobre a cidadania da pessoa em sofrimento mental, que possibilitou a construção de um novo modelo de atenção. Dessa forma, ele considera que saúde mental e direitos humanos são uma das fronteiras mais promissoras do campo da reforma psiquiátrica.

Lembrando que, como destaca Norberto Bobbio (1992), os direitos humanos dão ênfase ao valor da dignidade humana e esses não nascem todos de uma vez e nem de uma vez por todas, são construídos historicamente, sendo frutos de lutas e ações sociais.

Chamamos atenção para a concepção contemporânea de direitos humanos, oriunda da Declaração Universal de 1948 e reiterada pela Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993. Essa concepção que foi edificada historicamente, após o período da Segunda Guerra Mundial, em que se passou a refletir sobre os horrores da guerra e os efeitos que a mesma produziu, especialmente com relação a populações vulneráveis, ou ainda sobre aqueles que não se enquadravam no modelo racial ariano, proposto pelo regime nazista.

É importante considerarmos que essa concepção de direitos humanos questiona a cultura da “naturalização” da desigualdade e da exclusão social e contribui para refletirmos sobre os horrores que determinados grupos tem vivenciado, como população afrodescendente, em especial mulheres, homossexuais gays, lésbicas, transexuais, migrantes e pessoas em sofrimento mental, que têm experienciado historicamente como se dá a destruição e a descartabilidade da pessoa humana, quando é tomada como inferior ou “anormal” (PIOVESAN, 2006).

Compreender os direitos humanos e entender “a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”, como bem destaca Boaventura de Souza Santos (2003, p.56), está relacionado também ao entendimento dos processos de estigmatização, das formas de construção dos locais de reclusão e mortificação dos sujeitos, bem como do seu questionamento e da luta por direitos. Por isso, a importância de discutir o que Delgado (2011) traz sobre a Lei 10.216 e a consolidação de direitos das pessoas em sofrimento mental.

Todavia, Delgado (2011) destaca que precisamos avançar com relação ao protagonismo desses sujeitos na produção do conhecimento, uma mudança de direção

para o debate em saúde mental. As conquistas obtidas no Brasil nos últimos anos, em decorrência do movimento da reforma psiquiátrica, apontam para possibilidade de se avançar na condição de autonomia das pessoas em sofrimento mental, todavia há que se enfrentar alguns desafios. Bezerra Jr. (2007) reitera que a reforma psiquiátrica brasileira tem que se desdobrar em frentes diversas: assistencial, clínica, na dimensão política, na dimensão jurídica, na esfera sociocultural.

Faz-se necessário ouvir esses sujeitos que vivenciam o sofrimento, para trabalharmos junto com os mesmos, seus familiares, vizinhos, profissionais de saúde, gestores, a fim de que possamos construir estratégias para lidar com os desafios cotidianos de uma produção teórico-prática, que fomente a garantia dos direitos já adquiridos pelas pessoas em sofrimento mental, mas que também articulem novos espaços de luta pela dignidade humana.

2 | COMO A PESQUISA FOI REALIZADA...

Realizamos a pesquisa com usuários de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS I), localizado na cidade de Itaporanga, Estado da Paraíba, Brasil, objetivando analisar os discursos de pessoas em sofrimento psíquico sobre a loucura. Para tanto, nos assentamos em uma abordagem qualitativa, tendo como aporte teórico-metodológico a Psicologia Social Discursiva, para a qual os discursos são formas de ação social. Segundo essa corrente, os discursos nos apresentam versões de mundo e de nós mesmos, produzindo sujeitos, grupos e relações sociais (WETHERELL; POTTER, 1992).

Nosso trabalho foi desenvolvido em dois momentos: no primeiro, realizamos uma observação participante; no segundo, montamos rodas de conversa. A população de Itaporanga (IBGE, 2010) apresenta 23.192 habitantes, distribuídos numa área territorial de 468 km², se constituindo como município de pequeno porte, todavia, se destacando das outras cidades do Vale do Piancó (alto sertão da Paraíba) pela efetivação de um polo industrial (têxtil).

Realizamos a observação participante com todas as pessoas que circulavam no CAPS I, durante o período de fevereiro a junho de 2012, ao que passo que realizávamos anotações nos diários de campo. Articulamos as rodas de conversa junto com o auxílio de um profissional de Psicopedagogia que trabalhava no CAPS I. Participaram das rodas sete usuários do serviço, que estavam a mais tempo na instituição, em regime de tratamento intensivo, e que aceitaram o convite para participar das atividades.

Realizamos as rodas entre os dias 10 e 26 de Julho de 2012, nas segundas-feiras e quartas-feiras, no período da manhã, tendo essas uma duração média de uma hora e vinte minutos. Foram quatro encontros: no primeiro, trabalhamos como os participantes se percebiam e como eram vistos por outros membros do grupo, utilizando como recursos, espelho grande, peças de roupas e acessórios (relógio, pulseira, batom, chapéu, lenço, tênis, sandália, celular, brincos, etc.).

No segundo, refletimos sobre os lugares em que eles circulavam e onde não circulavam, bem como quais espaços ocupavam (escolas, igrejas, ruas, CAPS, etc.), fazendo uso de uma maquete que simbolizava uma cidade, com ruas, casas e instituições.

No terceiro encontro, trabalhamos as caracterizações das pessoas em sofrimento psíquico, sendo escritas palavras ditas pelas pessoas, que circularam no CAPS durante o primeiro momento das observações. Utilizados canetas coloridas, duas cartolinas, papel de ofício e durex.

No quarto encontro, avaliamos as rodas de conversa realizadas, utilizando como recursos: uma caixa de papelão, canetas coloridas, papel de ofício, cola, tesoura e fita adesiva. Falamos para os membros do grupo que esses escrevessem em um papel o que eles se lembravam dos grupos anteriores. Eles colocaram o que haviam escrito (sem identificação) numa caixa de papelão. Em seguida, pedimos que eles retirassem alguns papéis de dentro da caixa, lessem o que estava escrito e comentassem o material lido.

Gravamos as rodas e as transcrevemos, analisamos o material pesquisado, tanto os diários de campo, quanto as transcrições, a partir do referencial da Psicologia Discursiva. Consideramos os aspectos éticos, orientados pela resolução 466/2012 sobre pesquisas envolvendo seres humanos, bem como primamos pelo consentimento informado e o anonimato dos participantes. Para tanto, obtivemos a aprovação do Comitê de ética em pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba.

3 | O LOUCO É O OUTRO!

Após a análise do material, percebemos que uma das temáticas que mais circulava no discursos das pessoas em sofrimento mental, que participaram desse estudo, foi sobre o processo de estigmatização que vivenciavam e do qual tentavam escapar, fazendo uso de várias estratégias. É importante destacar que as vozes desses sujeitos foram ouvidas e respeitadas, buscamos testemunhar como a problemática do estigma da loucura e seus efeitos ainda assolam as vidas dessas pessoas.

Os usuários do CAPS I tentaram afastar-se de categorias estigmatizantes, utilizando o termo “doido” para caracterizar sujeitos em sofrimento mental que eram considerados inferiores a eles, como ocorre com o “doido legítimo”, que indica aquele de quem não se tem dúvida da loucura, aquele que reside no hospício. Nesse momento, esses usuários se colocam como grupo *estabelecido*, que atribui ao conjunto do grupo *outsider* (doido legítimo) características ruins, considerando-os como porção pior da comunidade, em decorrência disso, eles são excluídos para a periferia da sociedade, semelhante ao que assinalaram Elias e Scotson (2000).

Caxingo: Se aquela pessoa ver qualquer um com aquela coisa que ele não suporta, pega pedra, joga a pedra.

Lara: É. É verdade. Mas esse é o doido legítimo.

Pesquisadora: É o doido legítimo?

Branca: [risos]. É o doido legítimo... [risos].

Lara: É, se ele joga pedra é.

Raia: É quando chamam a gente de doido e a gente não suporta.

Márcia: Não, mas também se você tá sem dizer nada e ele mete pedra em você, não tem?

Branca diz que doido é 'aquele que joga pedra nos outros, briga com as pessoas, quebra as coisas e fica trancado e amarrado com uma corrente! (...) A gente não é assim...' (Diário de Campo referente à segunda roda, data 18/07/2012).

O “doido legítimo”, aquele que merece tal classificação, é o sujeito que joga pedra, que é agressivo, aquele que não suporta ser observado, ou categorizado, e que por isso agride as pessoas, como ressaltam Caxingo e Raia, mas ele pode também ser aquele que se irrita, mesmo que as pessoas não digam nada, como consequência ele as agride, como fala Márcia. Tais práticas configuram a montagem de um sujeito repleto de instabilidade, tomado por uma raiva constante que não se justifica, assim ele pode violentar qualquer um, a qualquer momento, configurando-se enquanto perigoso. Mas, também, esse sujeito pode ser violentado, amarrado, afastado da sociedade, como forma de ser punido pelo comportamento “instável” que apresenta. Há, nesse sentido, a destruição e a descartabilidade da pessoa humana, o que “justificaria” uma negação de direitos.

Duarte (1986) analisa que doido e os termos maluco, louco, pinel são categorias genéricas, tradicionalmente utilizadas no cotidiano para referir ao que foge ao padrão social. Essas categorias caracterizam uma demonstração pública da perturbação, que está relacionada à agressão, ao espetáculo, à inconsciência.

Nesse momento, o receio de pertencer a tais categorias negativas e excludentes faz com que os sujeitos que participaram da pesquisa formulem a equação “nós/ nervosos versus eles/malucos”. Como Joffe (1994) discute em seu estudo, as pessoas ligam práticas aberrantes e comportamentos atípicos ao outro, como efeito defensivo a essa ameaça. Podemos refletir, então, que essas classificações ligam os sujeitos ao estigma social da “loucura legítima”, o que contribui para sua exclusão e afastamento no hospício, exemplificado na fala de Branca “fica trancado e amarrado com uma corrente”.

No que diz respeito a “ficar trancado”, os usuários relataram que ficar internado é a prática mais comumente para lidar com essas pessoas “doidas”. Nesse momento, elas passam a ser também chamadas de “internos”. Ao ser “interno”, essa pessoa pode ser submetida a várias formas de controle, uma delas é o aprisionamento em grades.

Cesare: É um interno lá que tem. Eles criam desde criança lá em João Pessoa. Lá no C., lá perto do aeroporto, é porque eu não lembro direito, faz tempo que eu não vou lá... No manicômio. Pois pronto, se uma pessoa for lá, pode ir lá que ele pra dormir é trancado.

Lara: Cria desde criança...

Pesquisadora: Trancado? Por que vocês acham que eles fazem isso? Trancam?

Branca: Acho que é aquelas pessoas que tá muito perturbada, aí não dá pra conviver com os outros porque se não vai bater nos outros, né?

Cesare: É, vai e bate.

Branca: Ele vai bater nos outros. Aí eles separam pra poder...

Cesare: E ele é forte, ele é grandão. É bem alimentado também. Café da manhã, almoço, janta, feijão...

Pesquisadora: Então, quer dizer que Deivisson poderia muito bem estar em casa e aí ele veio pro CAPS (...) Algemado?

Lara: Aí eu não sei, porque nesse caso aí...

Branca: Mas aí eu acho que pra casos assim (...) Poderia mandar ele pra um lugar de internamento.

Pesquisadora: Um lugar de internamento.

Branca: Porque ele poderia ir pra um lugar de internamento, que o problema dele era mais pra internamento. Não na cadeia, porque na cadeia, assim (...) Tratamento pra ele? Aí não tem.

Pesquisadora: O que é que tem na cadeia?

Branca: É só ficar preso (...) Eu nunca fui não, mas é só ficar preso lá dentro de uma cela.

O interno é aquele a quem cabe à prisão, ele acorda e dorme trancado, como um animal perigoso, que precisa estar enjaulado, senão bate nos outros, como afirmam Branca e Cesare. Mas, não é em todo lugar que deve ficar preso, ele precisa de um “lugar de internamento” em que ele possa ser tratado, como destaca Branca, e esse lugar específico para tratamento é o manicômio.

Grigolo (2000) analisa em seu estudo com pessoas internas em hospital psiquiátrico, que essa instituição é descrita como uma cadeia, onde as pessoas ficam presas; em outro estudo com usuários de CAPS, Grigolo (2010) aponta que esses relacionam o hospital psiquiátrico à uma prisão, a um local em que as pessoas dormem amarradas. Nesse momento, o ser humano como um ser dotado de dignidade é desconsiderado. Há uma invisibilidade da garantia dos direitos civis e políticos, como bem destaca Piovesan (2006).

Caxingo destaca que é melhor estar no hospital psiquiátrico do que na cadeia e relata, na segunda roda de conversa, um diálogo que teve com outra pessoa, que

também estava internada em um hospital psiquiátrico: “Tem um rapaz que dizia lá [hospital psiquiátrico]: Rapaz! Nós estamos aqui, mas é melhor do que estar na cadeia!”. O manicômio, ou o hospício, funcionaria como uma cadeia? Ou esses lugares apresentam práticas diferenciadas, para sujeitos distintos?

Esse sujeito do internamento, que não pode ser posto na cadeia e sim no hospital, se configura enquanto diferente dos usuários de CAPS, pois ele não está perturbado, ele é, desde criança, “doido”, faz parte dessa pessoa ser agressivo. Tal constituição é ratificada pela expressão utilizada por Branca “aquelas pessoas que tá muito perturbada”. O advérbio muito caracteriza a intensidade da “perturbação” que o sujeito vivencia, nos referimos, então, ao “furor insano” em seu ápice, não é um momento de perturbação, é uma constante que faz dessa figura ser alguém potencialmente perigoso. Além do mais “ele é forte, ele é grandão”, como destaca Cesare, o que dá ênfase ao perigo. Poderíamos compará-lo aos monstros dos desenhos animados e dos filmes de ficção científica: seres animais, grandes e fortes, que comem de tudo, são violentos e podem agredir um cidadão comum, sem motivo aparente, a qualquer momento, por isso, eles precisam ser contidos, amarrados, algemados pelos super-heróis. E quem são esses heróis? O próprio Estado, com seus aparelhos e instituições, pode agir como esse papel de controle e de “salvamento da sociedade” ao vigiar, punir e atuar como violador de Direitos Humanos.

Foucault (2010) discorreu sobre a figura do monstro, aquele que se diferencia dos demais pela violação das leis da sociedade e da natureza, combinando o impossível e o proibido. O monstro se configura como o grande modelo das pequenas discrepâncias, é a anomalia em sua melhor expressão, como exemplo temos a figura de Frankenstein, personagem de autoria de Mary Shelley (1997). Na obra, o monstro é um ser constituído por pedaços de gente morta e pelo cérebro de um criminoso, que se destaca pela aparência disforme, a instabilidade e a violência. Esse personagem fundamenta o erro humano desde seu nascimento, por isso ele “precisa ser contido”. No caso desse personagem, apenas a morte o conteve.

Todavia, o “interno” pode ser “capturado” pelo discurso biomédico, então, ele sai do lugar de selvagem, de animal aprisionado pelas grades e entra na doença, como “paciente” a ser tratado. Todavia, a doença dessa pessoa é diferenciada, pois ela “não têm noção das coisas”, é inconsciente, não tem condições de assumir responsabilidade por seus atos, conforme descrito nas falas abaixo:

Branca: Os pacientes. Os pacientes que tu quer dizer, né?

Psicopedagoga: Os pacientes. Quer dizer que eles não se chateiam?

Branca: Eles não se chateiam porque eles não tem noção do que estão chamando com eles.

Psicopedagoga: Quer dizer que se eu chamar eles de doidos, eles não vão se chatear?

Branca: Não, porque eles não sabem o que é que você tá falando, pode chamar

do que chamar. Agora aquele que tem problema e tem noção aí é que a gente, assim, fica...

Branca: Lá [hospício] eles não tem noção...

Cesare: Só uma coisinha que eu quero dizer. Perfeitamente, eu venho sozinho e volto sozinho.

Lara: É, Cesare é que nem eu, vem só e volto só.

Cesare: Nós aqui vai e vem só, e essa pessoa louca não sabe nem pra onde ir.

Márcia: Nem pra onde vai.

Segundo Cesare, Lara e Márcia, os “pacientes”, que são “loucos” e que residem no hospício, não sabem o que fazem, para onde vão, não têm noção de si, nem dos outros, mas com as pessoas “que têm problema e que têm noção”, não se pode fazer isso, como considera Branca. Quem são as pessoas que “têm problema e noção”? Ora, são aquelas que frequentam o CAPS, ou seja, seus usuários, dessa forma, demarcam a diferença entre eles e os “loucos”, destacando seu Direito Humano através da liberdade de ir e vir, como descrito na fala de Cesare: “(...) eu venho e volto sozinho” e reiterado por Lara.

Esse processo de diferenciação e inferiorização do outro marca a construção de uma hierarquia de valores, a qual reitera que alguns podem ser considerados cidadãos e, portanto, com direitos e deveres definidos e outros não. Nesse sentido, se condiciona a titularidade de direitos, ou seja, a condição de sujeito de direitos, ao pertencimento a determinado grupo. Ignacy Sachs (1998) cita o exemplo do nazismo, o qual condicionou a titularidade de direitos ao fato de se pertencer a determinada raça - a raça pura ariana, delegando ao Estado o papel de grande violador de direitos humanos, isso resultou no envio de 18 milhões de pessoas a campos de concentração, com a morte de 11 milhões, sendo 6 milhões de judeus, além de comunistas, homossexuais, ciganos e “loucos”. Quantos sujeitos ditos “loucos”, “doidos”, “malucos” morreram em instituições asilares sendo vítimas desse discurso?

Como já problematizado em outro trecho, Elias e Scotson (2000) ressaltam como um determinado grupo tenta afastar-se do processo de estigmatização, para conseguir sobreviver diante de situações limítrofes. Os usuários de CAPS reiteram o fato de que as pessoas “doidas” são piores do que eles, para serem tomados como melhores e, portanto, para serem aceitos socialmente, mas também para terem seus direitos respeitados e sobreviverem.

Branca: É, essa é a realidade, porque quando a gente vem pra cá [CAPS I], o povo só chama a gente, só diz que só tem doido. Pode olhar lá no hospício, como o povo chama, é pior do que nós aqui. Lá é que é doido mesmo!

Pesquisadora: Lá é doido e aqui não é?

Branca: Não. Aqui a gente tem um problema [ênfase], mas assim, mas aqui a gente sabe o que tá fazendo, tem noção das coisas, mas de lá não tem.

Psicopedagoga: As pessoas lá do hospital são piores do que nós?

Caxingo: Tem deles que é. Tem deles que é demais. São pior do que a gente. (...) Quando eu estava internado, vivia me agarrando com as pessoas, lambuzado todo de cocô, era uma bagunça só. Pior do que a gente. Tem gente que é pior.

Branca: É diferente porque o problema dele é assim, é mais do que o da gente que estamos aqui. Que aqui a gente tem oficina, tem coisa, e lá eles... Tem, Cesare, oficina lá?

Cesare: Tem, lá tem.

Branca: Mas assim, na mente deles, a, a (...) Assim, é mais afetada do que nós aqui.

Pesquisadora: A mente deles é mais afetada do que a nossa?

Branca: É. É.

Os usuários usam de advérbios comparativos para indicarem superioridade frente aos outros em sofrimento mental, que são “loucos”: “o problema deles é mais do que, eles são piores do que, a mente deles é mais afetada do que”. Os loucos permanecem no lugar da inferioridade, pois tem menos raciocínio, menos oficina (...) Para esses cabe o nada, como descreve Cesare, em outro momento do diálogo, que os “internos” ficam boa parte do tempo sem fazer nada: “Lá tinha pessoas que quando estava sem vontade de dormir, quando a enfermeira saia, ficava no quarto, sem fazer nada o dia todinho”. Nesse momento, os sujeitos que participaram da pesquisa estão apontando a diferenciação entre eles e os outros (“doidos”), mas também apresentam a experiência de violação de direitos e liberdades básicas de pessoas em sofrimento mental, que estavam internadas em hospitais psiquiátricos, e que eles presenciaram.

Em sua pesquisa, Silva (2012) relata que a familiar de uma usuária de CAPS usa a locução casos muito graves (um eufemismo para loucos) para fazer a diferença de sua filha, que teria “um problema menor”, em relação às pessoas loucas. Grigolo (2000) relata o caso de uma pessoa internada em hospital psiquiátrico, que destacou ser inútil, que não tinha o que fazer na instituição e que não sabia fazer nada, pondo-se na condição de inferioridade. Compreendemos que os usuários tentam fazer essa diferenciação, colocando-se como pessoas que tem um problema menor, em detrimento dos “internos” que apresentam um problema maior em qualidade e quantidade, todavia, essas falas dizem de um testemunho de um lugar em que os chamados “loucos” não são considerados sujeitos de direitos, como bem destaca Caxingo, quando refere que vivia se “agarrando com as pessoas”, “lambuzado todo de cocô”.

No Aurélio (2010), bagunça tem o significado de confusão, desordem, aquilo que quebra com as normas e regras estabelecidas socialmente. Destarte, segundo os sujeitos da pesquisa, o “louco” seria um desordeiro, bagunceiro, que só consegue viver em um espaço sem regras, ou normas a seguir, por isso ele deve ser afastado de outras pessoas, sendo posto em um lugar onde possa vivenciar sua desordem. Oliveira (2007) reflete que, no hospital, as pessoas podem realizar ações que seriam condenadas em outro contexto, tais como falar alto, dizer o que pensa, brincar, discutir, as quais afastariam essas pessoas da vida cotidiana de outras. Esse ambiente que

exclui, mas que permite a sensação de fora da lei, legitima a constituição de um “local adequado” para receber o desviante.

Brito e Catrib (2004) falam sobre os comportamentos que variam, desde andar sem roupa, comer excrementos, até praticar violências, como aqueles que descrevem a pessoa que perdeu a “consciência”, que está “fora de si”, como caracterização do estereotipo da loucura, os entrevistados se colocam como aqueles que têm consciência, já que, como relata Cesare: “Só uma coisinha que eu quero dizer. Perfeitamente, eu venho sozinho e volto sozinho (...) Nós aqui vai e vem só, e essa pessoa louca não sabe nem pra onde ir.”

Por não saberem para onde ir, não terem consciência, viverem na desordem, essas pessoas são postas como dependentes de outros para sobreviver, sendo chamadas pelos entrevistados de “pessoas especiais”. Para o especial, permanece o sentido da tutela, da custódia, da disciplina e da vigilância. Amarante (2007) reflete que essa correlação tem sido feita historicamente, além disso, a loucura tem sido relacionada à inércia, à irracionalidade, à incapacidade e à irresponsabilidade civil, fazendo com que as pessoas em sofrimento psíquico permaneçam desprovidas de direitos e liberdades básicas.

Psicopedagoga: Mas merecem ser chamados de doidos?

Lara: Não.

Cesare: Não. Não deveria ser chamado...

Pesquisadora: Não deveria ser chamado. Você começou a falar e não...

Cesare: E não cheguei até o final...

Lara: Foi eu quem disse que não deveria chamar.

Pesquisadora: Não deveria chamar?

Lara: Mesmo que seja!

Pesquisadora: Mesmo que seja?

Lara: Não deveria.

Pesquisadora: E deveria chamar de que?

Branca: Eu já ouvi gente chamar de pessoas especiais.

Pesquisadora: Pessoas especiais?

Márcia: Especial, é (...)

Cesare analisa que eles (os *outsiders*) não deveriam ser chamados de “doidos”, Lara reflete que, mesmo que sejam, eles não devem ser chamados, caberia a categoria “pessoas especiais”, como sugere Branca e ratifica Márcia. É importante destacar que os entrevistados se afastaram, discursivamente, das categorias “internos, loucos, doidos” e “pessoas especiais” para não serem submetidos a novas violações de direitos, visto que os mesmos já passaram ou foram testemunhas de experiências de

violações de direitos básicos, conforme os variados relatados citados anteriormente.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar que há um movimento constante de aproximação das pessoas que participaram dessa pesquisa das categorias louco/doido/maluco, ou de características que possam caracterizá-los como tal. Essas classificações trazem o estigma da violência, da instabilidade, do animal, que deve ser contido, excluído, separado de outras pessoas ditas “normais”. Nesse instante, elas tentam afastar de si a postura do sujeito agressivo, do insano, daquele que é um perigo para o outro, a fim de que possam ter seus Direitos Humanos respeitados.

E quem seria esse louco? Para elas, os sujeitos que ficam internados em hospitais psiquiátricos, manicômios, clínicas, hospícios caracterizam essas pessoas “doidas”. Os sujeitos, que compuseram este estudo, reiteram o fato de que as pessoas “doidas” são piores do que eles, para serem tomados como melhores e, portanto, para serem aceitos socialmente e terem seus direitos garantidos. Classificar o outro como doido é uma estratégia discursiva utilizada para se distanciar daquilo que irrita, que agride, que exclui, mas também daquilo que viola direitos e liberdades básicas humanas e produz vida.

Todavia, é importante ressaltar que, diferente do estudo apresentado por Nobeit Elias e John Scotson (2000), mesmo tentando colocar-se “fora da loucura”, as pessoas em sofrimento mental permanecem sendo excluídas e tomadas como “anormais” na comunidade onde residem. Um processo que causa muito sofrimento a esses sujeitos, pois vivenciam e/ou testemunham violações de direitos. As estratégias discursivas utilizadas para afastá-los do processo de estigma, que vivencia(ra)m, e dos lugares, que esses discursos potencializa(ra)m, como o hospital psiquiátrico, permanecem aterrorizando-os.

Assim sendo, é necessário continuarmos refletindo e dialogando com os usuários dos serviços, profissionais, gestores e a comunidade de modo em geral, para desconstruirmos esse “sujeito da loucura” como sendo perigoso, monstruoso, instável, que necessita estar contido, que pode ter seus direitos violados. É preciso continuarmos a luta pela garantia do protagonismo, da cidadania, da dignidade e da potencialidade dos sujeitos, para que possamos ser “iguais quando a nossa diferença nos inferioriza”; e ser “diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza” (p.56), como bem destaca Boaventura de Souza Santos (2003).

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

AURÉLIO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed.

Curitiba: Editora Positivo, 2010.

BEZERRA JR, Benilton. Desafios da reforma psiquiátrica no Brasil. **PHYSIS**: Rev. Saúde Coletiva, v.17, n.2, p. 243-250, 2007.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.216 de 04 de junho de 2001**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10216.pdf>. Acesso em: 14/11/2016.

BRITO, Heleni Barreira de; CATRIB, Ana Maria Fontenelle. Representação social e subjetividade do adoecer psíquico. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 2, p. 285-206, 2004.

CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. **Dom Quixote de la Mancha**. Trad. Viscondes de Castilho e Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Saúde Mental e direitos humanos: 10 anos da Lei 10.216/2001. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 63, n. 2, p. 114-121, 2011.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília: CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1986.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 29. ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. São Paulo: LTC, 2008.

GRIGOLO, Tânia Maris. “Dizem que sou louco”: um estudo sobre identidade e instituição psiquiátrica. **Revista de Ciências Humanas** (Edição Especial Temática), Florianópolis, p. 95-119, 2000.

_____. **“O Caps me deu voz, me deu escuta”**: um estudo das dimensões da clínica nos Centros de Atenção Psicossocial na perspectiva de trabalhadores e usuários. 2010, 283f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura – Instituto de Psicologia), Universidade de Brasília, Brasília-DF: 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**: Itaporanga, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=250700>. Acesso em: 01/12/2013.

JOFFE, Hélène. “Eu não”, “O meu grupo não”: representações sociais transculturais da AIDS. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 297-322.

OLIVEIRA, Juliana A. de. **Querer ficar, querer sair**: os paradoxos da internação psiquiátrica para usuários de serviços de saúde mental. 2007, 146f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Universidade Católica de São Paulo, São Paulo – SP: 2007.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos: desafios da ordem internacional contemporânea. **Caderno de Direito Constitucional**, s/n, p.5-26, 2006.

PORTOCARRERO, Vera. **Arquivos da loucura**: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

SACHS, Ignacy. "O Desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos". **Estudos Avançados**, v. 12, n.33, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para Libertar**: Os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

SHELLEY, Mary. **Frankenstein**. Porto Alegre: L&PM, 1997.

SILVA, Júlia Santos. **Família e Transtorno mental**: um estudo com familiares de usuários de um CAPS. 2012, 124f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE: 2012.

WETHERELL, Margaret; POTTER, Jonathan. **Mapping the language of racism**. Discourse and the legitimation of exploitation. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1992.

OFICINA DO CUIDAR - UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DE CUIDADOR INFORMAL DE IDOSOS

Fernanda Maria Francischetto da Rocha Amaral

UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais
Divinópolis – MG

Marcelo Amaro Manoel da Silva

UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais
Divinópolis – MG

RESUMO: O cuidado com idosos acamados é considerado um dever da família, embora esta, por vezes, não apresente a adequada preparação, conhecimento ou suporte para desempenhar este papel. Este almejou promover a capacitação de cuidadores familiares da área de abrangência de uma Unidade de Saúde do Município de Divinópolis. Foram realizadas 25 visitas domiciliares com aplicação de dois questionários: um direcionado ao acamado, e um para o seu cuidador, com questões sobre as dificuldades enfrentadas pelos cuidadores e questões socioeconômicas e sociodemográficas da família. Estas informações, após análise, subsidiaram a elaboração do conteúdo das oficinas, com os seguintes temas: Cuidar e Ser Cuidado, Direito dos Idosos, Primeiros Socorros, Cuidados Básicos, Oficina do Sono e Os Benefícios da Atividade Física. Das 25 visitas realizadas, onze famílias participaram das oficinas e assinaram termo de adesão e consentimento. Esta ação foi realizada com

periodicidade semanal e duração de uma hora, na própria unidade de saúde, no período dos meses de setembro a novembro de 2017. O formato das oficinas foi elaborado com uma proposta pedagógica estratégica e inovadora, onde os cuidadores foram sensibilizados para o autocuidado com uma aprendizagem dialógica e significativa entre os participantes. Visto os bons resultados, a aceitação e boa recepção dos participantes, esta estratégia foi disponibilizada juntamente com todo o material e metodologia de trabalho às unidades de saúde da região, caso estas queiram replicar as ações realizadas em sua área de abrangência.

PALAVRAS-CHAVE: Cuidado., Educação em Saúde., Fisioterapia.

ABSTRACT: The care of bedridden elderly is considered a duty of the family, although this sometimes does not show the proper preparation, knowledge or support to perform this role. This craved promote the training of family caregivers of the coverage area of a Health Unit of the Municipality of Divinópolis. There were 25 home visits with application of two questionnaires: one directed to the bedridden, and one for your caregiver with questions about the difficulties faced by caregivers and socioeconomic and demographic issues of the family. This information, after analysis, supported the elaboration of the content of the

workshops, with the following themes: Care and Be Careful, Law Seniors, First Aid, Basic Care, Sleep Workshop and The Benefits of Physical Activity. Of the 25 visits, Eleven families participated in the workshops and signed a membership and consent. This action was carried out on a weekly basis and last one hour at the health unit, during the months from September to November 2017. The workshops format was developed with a strategic and innovative pedagogical approach, where the caregivers were aware of with a reciprocal self-care and significant learning among the participants. Seen the good results, the acceptance and good reception of the participants, this strategy was provided with all the material and working methodology to health facilities in the area, if they want to replicate the actions performed in their area. This action was carried out on a weekly basis and last one hour at the health unit, during the months from September to November 2017. The workshops format was developed with a strategic and innovative pedagogical approach, where the caregivers were aware of with a reciprocal self-care and significant learning among the participants. Seen the good results, the acceptance and good reception of the participants, this strategy was provided with all the material and working methodology to health facilities in the area, if they want to replicate the actions performed in their area. This action was carried out on a weekly basis and last one hour at the health unit, during the months from September to November 2017. The workshops format was developed with a strategic and innovative pedagogical approach, where the caregivers were aware of with a reciprocal self-care and significant learning among the participants. Seen the good results, the acceptance and good reception of the participants, this strategy was provided with all the material and working methodology to health facilities in the area, if they want to replicate the actions performed in their area. where caregivers were sensitized for self-care with a reciprocal and meaningful learning among the participants. Seen the good results, the acceptance and good reception of the participants, this strategy was provided with all the material and working methodology to health facilities in the area, if they want to replicate the actions performed in their area. where caregivers were sensitized for self-care with a reciprocal and meaningful learning among the participants. Seen the good results, the acceptance and good reception of the participants, this strategy was provided with all the material and working methodology to health facilities in the area, if they want to replicate the actions performed in their area.

KEYWORDS: Care, Health Education, Physical Therapy.

1 | INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo natural, onde ocorrem mudanças fisiológicas, emocionais, cognitivas, sociológicas, econômicas e interpessoais que influenciam o funcionamento e o bem-estar social observada ao longo do tempo.

A maior longevidade dos brasileiros e a presença das doenças crônicas são duas causas importantes do aumento dos percentuais de idosos portadores de incapacidades (FLORIANO, 2012). Levando em consideração essa realidade é de

se esperar que aumente o número de idosos dependentes inseridos no meio social e familiar (BORGES, 2011).

O envelhecimento causa alterações estruturais e funcionais nos indivíduos (MAZZA, LEFEVRE, 2005). Em geral o aparecimento e agravamento de doenças crônicas não transmissíveis tem gerado dependência funcional desses idosos, exigindo cuidados permanentes por parte da família (OLIVEIRA *et al.*, 2011).

O aumento da longevidade e a conseqüente mudança no perfil da população trazem consigo uma nova realidade e novos desafios para as equipes de saúde que atuam na atenção básica, prestando cuidados a pessoa idosa (BRASIL, 2006). Isto implica que estas equipes de saúde adotem estratégias para atuar junto aos cuidadores (seja ele familiar ou pessoa contratada para prestar este cuidado). Com isso, pode-se concretizar um cuidado integral e de qualidade e, assim, contribui-se com a gestão do cuidado aos idosos no âmbito da atenção básica.

Estudos de Borges (2011) entende o cuidar da pessoa idosa como uma tarefa realizada com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do idoso dependente.

O cuidado formal é o exercido por profissional e pessoal especializado, de acordo com um protocolo e um Código de Ética. O cuidado despendido em casa ou entre familiares e amigos é denominado Cuidado Informal, sendo na maioria das vezes representado como obrigação, entretanto comporta também a expressão de afeto, proteção, reciprocidade e gratuidade (MARQUES; TEIXEIRA; SOUZA, 2012). Além de ser uma tarefa motivada por normas sociais, o cuidador se sente cumpridor de uma obrigação social e moral, contudo, desempenham atividades de caráter assistencial, sem contar necessariamente com um preparo técnico e/ou emocional para exercer tal função (GUEDES; DAROS, 2009; MAFRA, 2011).

As políticas de saúde para o idoso, garantem os direitos da pessoa idosa, e assegura as condições para a promoção da sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade (BRASIL, 2006). Faz-se necessário que familiares e cuidadores tenham consciência da importância do cuidado com seus idosos. De uma forma direta, são os parceiros mais próximos deste, e quando ausentes, cabe às instituições de saúde, encontrar formas que reaproximem e conscientizem os cuidadores da sua responsabilidade para com o seu ente (FLORIANO *et al.*, 2012).

O cuidado dos idosos é considerado um dever da família, na cultura brasileira, embora esta, por vezes, não apresente a adequada preparação, conhecimento ou suporte para desempenhar este papel. Tal dever se torna obrigação legal por constar na Constituição Federal Brasileira e no Estatuto do Idoso (LINDOLPHO *et al.*, 2014; OLIVEIRA, D'ELBOUX, 2012). Contudo, ainda persiste, conjugando-se com as leis e políticas públicas, é que, embora a família assuma seu papel como instituição social e tente suprir o cuidado usando seus próprios recursos, não conta com suporte institucional para desempenhar esta responsabilidade. E, assim, resta a cada família construir seu próprio sistema informal de cuidado, o que por si só gera desgaste e estresse, podendo afetar negativamente a família como um todo.

Desta forma, torna-se premente a necessidade de os profissionais da área da saúde criarem estratégias para estabelecerem suas condutas e orientações aos cuidadores familiares, pois estes atores representam a ligação entre a equipe de saúde e a pessoa idosa dependente (MAFRA, 2011).

No município de Divinópolis a assistência ao idoso dependente em sua maioria está sob a responsabilidade de seu cuidador, sendo este muitas vezes não preparado para tal função e sem a assistência dos profissionais das unidades de saúde do município.

Deste modo, procurando fornecer subsídios, para a melhor qualidade da assistência ao idoso, tornou-se relevante a realização desta Capacitação para o Cuidado do Idoso, como forma de embasar e possibilitar o desenvolvimento de estratégias nas Unidades de Saúde do município, no intuito de favorecer condições que otimizem as potencialidades da melhor qualidade de vida para os idosos e seus familiares.

Sendo assim, este projeto teve como objetivo promover a capacitação de cuidadores familiares da área de abrangência de uma Unidade de Saúde do Município de Divinópolis na perspectiva de prepará-los para uma atenção qualificada ao idoso.

2 | METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido na Unidade de Saúde Danilo Passos do município de Divinópolis, esta unidade abrange quatro bairros: Vila Romana, Danilo Passos I, Danilo Passos II e Manoel Valinhas.

Inicialmente foram realizadas reuniões com o gestor da unidade para a apresentação da proposta, e posteriormente foi realizada consulta aos registros da unidade com o intuito de colher informações e selecionar os idosos. Foi verificado que a unidade dispunha em seu cadastro, registro de 25 idosos dependentes que eram assistidos por cuidadores familiares.

O desenvolvimento da ação foi realizado em três fases:

Primeira fase: foi realizado visita domiciliar em cada uma das famílias selecionadas para identificação da rotina e aplicação de dois questionários: um para o acamado, e um para o cuidador, com questões sobre as características, dificuldades enfrentadas pelos cuidadores e questões socioeconômicas e sociodemográficas da família. Nesta ocasião foram assinados Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e o de uso de imagem com os familiares que aceitaram participar do projeto.

Segunda fase: elaboração do material teórico do curso, fundamentado na análise dos questionários aplicados, e à rotina observada durante as visitas às famílias. Posteriormente foi realizada reunião com a Equipe de Saúde da unidade para apresentar a proposta dos temas elencados para as oficinas. A elaboração e aplicação das oficinas para os participantes foram coordenadas pelos alunos bolsistas, sob a supervisão dos orientadores.

Terceira fase: realização das oficinas, com periodicidade semanal e duração de uma hora na própria unidade de saúde. As oficinas foram avaliadas regularmente usando os instrumentos como o registro diário das atividades, elaboração de relatórios pelos acadêmicos envolvidos na proposta e de relatórios avaliativos pelos docentes responsáveis.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os questionários foram aplicados com 25 famílias durante as visitas domiciliares. Em relação à idade os acamados apresentaram, a média de 71,3 anos, e 82% dos entrevistados eram dependentes totais de seus cuidadores. No que concerne ao lazer em família 73% dos acamados não participam de nenhuma atividade. Sobre a alimentação, 36% fazem uso da dieta enteral, e se alimentam através de sonda nasoenteral. No histórico de hábitos de vida 67% dos acamados são ou já foram etilistas ou tabagista.

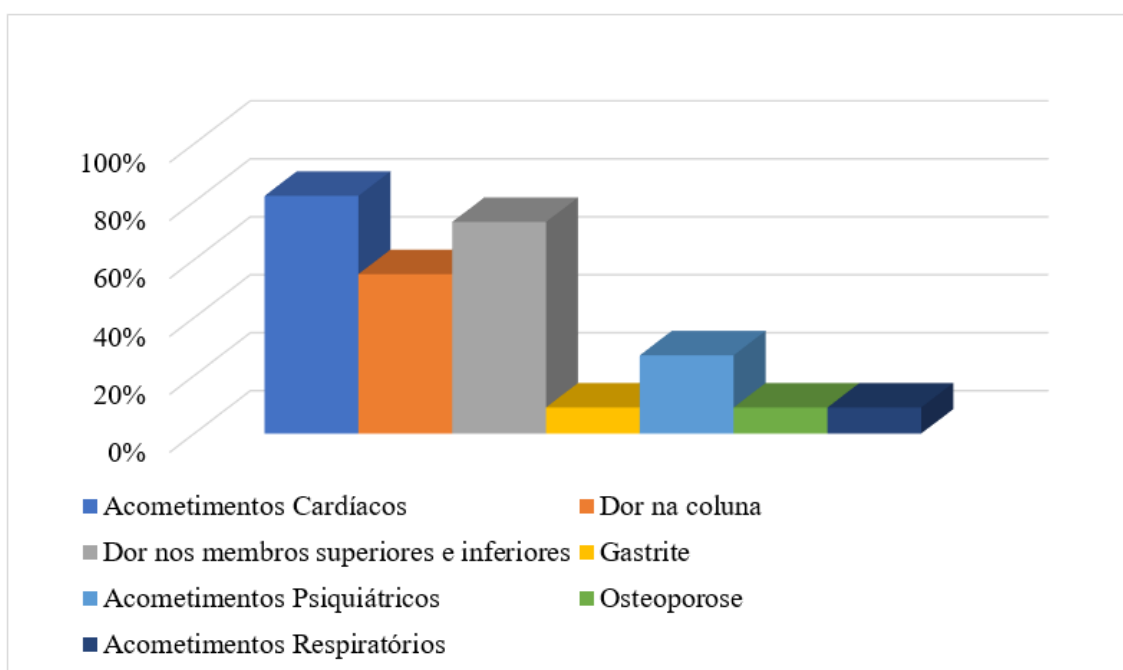


Gráfico 1 - Principais Diagnósticos de Saúde dos Acamados

O gráfico acima, demonstra os principais problemas de saúde dos acamados entrevistados, a incontinência urinária e acometimento psiquiátricos tem destaque sendo presente em 64% da população investigada. Segundo Quadros *et al.* (2015) indivíduos que sofrem de incontinência urinária, principalmente se forem idosos, podem apresentar comprometimento ao convívio social, como a perda da autoestima, embaraço, isolamento social, depressão e vergonha, trazendo ao indivíduo importantes repercussões físicas, sociais e psicológicas.

Os acometimentos cardíacos, neurológicos e incontinência fecal estão presentes

em 55% da amostra e de acordo com Rodrigues *et al.* (2015), na população idosa as doenças cardiovasculares destacam-se pelo enorme impacto epidemiológico e clínico. Elas, geralmente, vêm associadas a outras afecções, inclusive neuropsiquiátricas, que podem ter influência recíproca.

Problemas respiratórios representam 45% da amostra dos acamados, e 9% são acometidos no sistema renal, diabetes mellitus e amputação de membros. Segundo Silveira *et al.* (2018) a elevada prevalência de obesidade abdominal, associada com a presença de doenças como diabetes mellitus, hipertensão arterial sistêmica e doenças respiratórias são fatores de risco potenciais para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares. Dessa forma, verificar a presença concomitante desses relevantes problemas de saúde nos idosos é um achado preocupante que necessita de reflexões sobre abordagens preventivas em saúde coletiva, visando estabelecer medidas para adequado manejo clínico por profissionais de saúde.

Em relação ao perfil dos cuidadores, a média de idade foi de 61 anos, e 73% eram filhos (as) ou esposos (as) dos acamados. Eles cuidam de seus entes acamados em média há 10 anos, e todos responderam não ter momentos de lazer, por se dedicarem todo seu tempo aos acamados. Em relação a qualidade do sono, 73% apresentam sono ruim ou regular, e 36% são ou já foram etilistas e tabagistas. Segundo Campos *et al.* (2015) no Brasil os cuidadores oriundos de redes informais de apoio, como cônjuges, filhos e parentes, constituem a mais importante fonte de suporte aos idosos. Este fato resulta em sobrecarga e estresse, centralização do trabalho que gera sobrecarga e redução da qualidade de vida do cuidador e, conseqüentemente, afeta o cuidado com o idoso.

As questões relativas às dificuldades enfrentadas no cuidado, 55% dos entrevistados relatam ter dificuldades para levar o acamado ao médico, fica claro a importância de as ESF e o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) prestarem suporte ao cuidador, seja por meio da visita domiciliar ou escuta terapêutica. Os outros problemas citados estão relacionados à realização dos cuidados diários, a exemplo da higiene pessoal, alimentação e mudança de decúbito. Segundo Dantas *et al.* (2015) entre as dificuldades vivenciadas no cotidiano do cuidador, a higiene pessoal, alimentação e mudança de decúbito do acamado são as tarefas que os cuidadores apresentam mais dificuldade em executar. O mesmo estudo mostrou que a sobrecarga do cuidador está diretamente relacionada a distúrbios psicoemocionais, ao tempo de dedicação ao cuidado, à falta de informação do cuidador, ao grau de dependência do idoso, à presença de depressão e à incontinência.

O gráfico 2 indica as principais queixas de saúde descritas pelos cuidadores entrevistados onde 82% apresentavam acometimentos cardíacos, 73% dores nos membros superiores e inferiores, e 55% queixaram de dores na coluna. Segundo Peres *et al.* (2015) cuidar de um idoso no ambiente doméstico pode ocasionar uma sobrecarga no familiar cuidador gerando desordens emocionais, físicas, econômicas e sociais para este cuidador, como também, o despreparo do cuidador pode acarretar

riscos a sua saúde evidenciados por: ansiedade, desgaste físico, dores localizadas ou irradiadas e deficiências posturais. Estes mesmos autores, alertam para a situação em que os cuidadores informais podem apresentar alterações osteomusculares devido o tempo que passam na posição sentada ou em pé, gerando dor, prejudicando com maior incidência a coluna lombar, o que afeta a sua qualidade de vida.

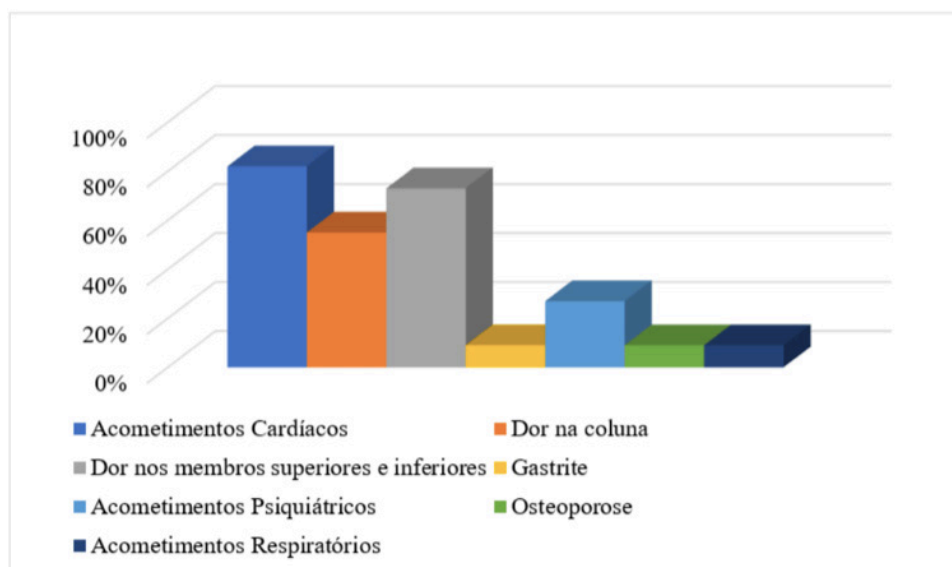


Gráfico 2 - Principais Diagnósticos de Saúde dos Cuidadores.

Em menor percentual, mas não menos importante, ocorreu o relato de 27% dos cuidadores com queixa de acometimento psiquiátricos, e 9% apresentam gastrite, osteoporose e problemas respiratórios. Campos *et al.* (2015), relatam que a tarefa de cuidar do indivíduo dependente é psicologicamente esgotante. Observam-se com frequência altas taxas de depressão e outros sintomas psiquiátricos, sentimento de frustração, ansiedade, preocupação constante, além de problemas físicos. Estes mesmos autores relataram que os cuidadores de idosos experimentam fardo considerável e estão em maior risco de morbidade psiquiátrica e física, comparados à população em geral.

Em relação a participação nas oficinas, das 25 famílias visitadas, onze concordaram em participar. A média de participação em cada oficina segundo o caderno de registro de inscritos presentes foi de quatro famílias.

O formato das oficinas foi elaborado com uma proposta pedagógica estratégica e inovadora, onde os cuidadores foram sensibilizados para o autocuidado com uma aprendizagem dialógica e significativa entre os participantes. No decorrer das oficinas foram elaboradas apostilas, cartilhas para distribuição entre os participantes e o uso de Datashow, foram também utilizados alguns recursos interativos para facilitar a dinâmica do aprendizado.

Todas as oficinas foram divididas em duas subunidades: o cuidado com o acamado, e o cuidado com o cuidador, sempre enfatizando a importância do autocuidado. Ao

final de cada oficina foram realizadas dinâmicas e interações entre os participantes, como sessões de alongamento, respiração, automassagem e percepção corporal. As temáticas trabalhadas durante as oficinas foram:

1) Cuidar e Ser Cuidado: o objetivo da oficina inaugural foi instigar a importância do autocuidado, e às intercorrências em relação ao dia a dia do cuidador. Foi realizada uma ação interdisciplinar em conjunto com outros profissionais da unidade de saúde, onde foi aferida a pressão arterial e a glicemia dos participantes.

Nesta oficina, foram disponibilizadas para todos os participantes do projeto (incluindo bolsistas e orientadores) mudas de pimenta, onde foi proposto a tarefa de cuidar da planta, como se fosse sua própria vida, com a finalidade de que a planta esteja viva, conservada, desenvolvida e com frutos no último dia de oficina. Esta analogia teve o objetivo de sensibilizar o autocuidado entre os cuidadores, uma vez que os mesmos negligenciam cuidados de si próprios para se dedicar em cuidar de seus entes, e não percebem as circunstâncias disso. Segundo Campos *et al.* (2015) é necessário criar projetos de manutenção e promoção da saúde para os cuidadores, não basta preparar o cuidador apenas do ponto de vista técnico, mas é preciso também estruturar intervenções junto a ele, que considerem sua saúde e a sobrecarga sofrida, afetando aspectos físicos, psíquicos, financeiros e sociais.

Neste módulo, houve também o momento de interação entre os participantes, onde todos contaram suas histórias, angustias e dificuldades em suas funções. Ao fim da oficina foi apresentado um vídeo motivacional, e foram ensinados exercícios de respiração, alongamento e relaxamento dos principais grupos musculares.

2) Direito dos Idosos: neste módulo, foi realizada uma dinâmica de “verdadeiro ou falso” com várias informações embasadas na lei 10.741 do Estatuto do Idoso. Desta forma, em cada rodada era jogada uma afirmação para que os familiares discutissem e refletissem sobre o tema. Logo após, eles deveriam julgar a informação como verdadeira ou falsa, e justificar. A cada resposta, os bolsistas do projeto interferiam com o embasamento legal, e as informações pertinentes ao assunto trabalhado. Segundo pesquisa realizada por Tenfen *et al.* (2015) pensar em proteção jurídica remete logo a reconhecer que se trata de atribuição do Estado, que é a instituição política legitimada a criar as normas jurídicas e aplicá-las, em favor das pessoas e da própria sociedade, inclusive e em especial às pessoas que gozam de proteção por normas especiais como é o caso dos idosos, infantes, pessoas com deficiência e demais sujeitos amparados por normas nacionais e internacionais relacionadas e com os mesmos desígnios. Todavia existe um desconhecimento da população sobre a legislação de proteção aos Idosos. Os familiares se demonstraram muito satisfeitos, uma vez que desproviam das informações inerentes aos direitos de seus entes. Ao final da oficina foi disponibilizado uma apostila sobre os temas abordados e foram realizados exercícios de alongamento e relaxamento para os grupos musculares mais delatados pelos cuidadores.

3) Primeiros Socorros: o objetivo deste módulo foi capacitar e orientar os familiares em como agir diante a situações de urgência e emergência. Foi elaborada

uma apostila com linguagem clara e figuras autoexplicativas das manobras para várias adversidades, como: obstrução de vias aéreas nos idosos, quedas, desmaios dentre outros.

Houve um momento de prática, onde os participantes simularam as situações uns aos outros, supervisionados pelos bolsistas do projeto. Ao final da oficina foram disponibilizadas as apostilas aos participantes, e todos foram submetidos a exercícios de alongamento, respiração e relaxamento.

4) Cuidados Básicos com o Acamado: neste módulo, a oficina foi direcionada a capacitar os familiares a lidar com os cuidados do dia a dia de seus entes. Durante o curso, eram expostos vídeos explicativos, e os participantes praticavam entre si as técnicas aprendidas.

Os tópicos apresentados foram: como realizar mudanças de decúbito, como levantar uma pessoa acamada, como lavar o cabelo de uma pessoa acamada, cuidados e higienização da sonda de uma pessoa acamada, e como alimentá-la, como manter a saúde bucal de pessoas acamadas, e dicas para trocar fraldas de pessoas acamadas.

Ao fim da oficina, foram disponibilizadas aos participantes, apostilas sobre a oficina trabalhada. Também foram realizados exercícios de alongamento, relaxamento e respiração.

5) Oficina do Sono, Estresse e Autopercepção Corporal: devido ao alto índice de acometimento relacionado ao estresse, e problemas do sono apurado por meio dos questionários aplicados, foram convidados alunos extensionistas do projeto “Redução do estresse: foco no treinamento Interoceptivo” do curso de fisioterapia, da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis, o qual o objetivo principal é identificar pontos de estresse, aprender a lidar com essas situações, e aprender técnicas de automassagem, autopercepção corporal, e exercícios respiratórios a fim de aliviar o cansaço, ansiedade, e demais intercorrências psicossomáticas.

Esta oficina foi realizada no salão de uma igreja próxima a unidade de saúde, pelo motivo de precisar de um ambiente maior e de silêncio para a aplicação das práticas. Os familiares aprovaram a técnica e se comprometeram de continuar em casa.

6) Os Benefícios do Exercício Físico: o objetivo deste módulo foi levantar a reflexão dos participantes quanto a importância da realização contínua de exercícios físicos. Para isso, foram elaborados dois cartazes: um com o título de “mito” e outro intitulado como “verdade”. Nestes cartazes havia espaços em branco para anexar informações que eram sorteadas por cada participante da roda. A cada informação sorteada, o tema era discutido entre todos, que classificavam a informação como mito ou verdade. Após cada resposta, os alunos bolsistas, mediavam a conversa com a explicação correta do evento sorteado. Segundo Matsudo *et al.* (2015) são inúmeros os efeitos benéficos da prática regular de exercícios físicos. Dentre eles estão os efeitos antropométricos, metabólicos, cognitivos e psicossociais, terapêutico e redução do risco de quedas e lesão pela queda. Ao fim da oficina foram realizados exercícios de alongamento, relaxamento e respiração e uma confraternização entre os participantes

para marcar o término do projeto. Aproveitando a ocasião, todos participantes levaram suas mudas de pimenta, e refletiram sobre a importância do autocuidado. Neste momento, os familiares foram convidados a relatar como as oficinas ajudaram e se o aprendizado foi válido. O resultado foi de absoluta satisfação por todos envolvidos, que enfatizaram utilizar técnicas aprendidas no dia a dia.

Visto os bons resultados, a aceitação e boa recepção dos participantes, todo material e metodologia utilizada foi disponibilizado para unidade, por meio de mídias digitais caso esta queira replicar as ações realizadas.

Além disso, o material também será disponibilizado para outras unidades de saúde da região afim de que estas também reproduzam o projeto em sua área de abrangência.

4 | CONCLUSÃO

Devido à importância do assunto, torna-se necessário o desenvolvimento de ações educativas em saúde para este nicho populacional, uma vez que os participantes relataram se sentir excluídos sob a ótica dos serviços de saúde. Observou-se também um grande interesse por parte deste público em virtude do despreparo para cuidado de uma pessoa acamada.

REFERÊNCIAS

BORGES, M.. **Cuidar de Idosos: família e profissão**. Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <<http://www.cuidardeidosos.com.br/tag/profissao/feed/>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

CAMPOS, Eliana Cristina; DA CRUZ, Sonia; DE MATTOS, Edlivia Dias. **Perfil de Cuidadores Familiares de Idosos no Município de Jataizinho-PR**. Journal of Health Sciences, v. 12, n. 3, 2015.

DANTAS, Ticiano Magalhães *et al.* **Percepções e vivências de cuidadores familiares de idosos acamados**. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, v. 28, n. 3, p. 411-417, 2015.

FLORIANO, L. A. *et al.* **Cuidado realizado pelo cuidador familiar ao idoso dependente, em domicílio, no contexto da estratégia de Saúde da Família**. Texto contexto - enferm. v. 21, n. 3, p. 543-548, 2012.

GUEDES, O. S.; DAROS, M. A. **O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético**. Serv. Soc. Rev., Londrina, v.12, n. 1, p. 122-134, jul./dez. 2009.

LINDOLPHO MC, CALDAS CP, ACIOLI S, VARGENS OMC. **O cuidador de idoso com demência e a política de atenção à saúde do idoso**. Rev Enferm UFPE On line [Internet]. 2018(12):4381-90. Acesso em 18 mar de 2017

MAFRA, S. C. T. **A tarefa do cuidar e as expectativas sociais diante de um envelhecimento demográfico: a importância de ressignificar o papel da família**. Rev. Bras. Geriatr. Geront. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2011.

MATSUDO, Sandra Marcela Mahecha. **Envelhecimento, atividade física e saúde**. BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.), São Paulo, n. 47, abr. 2009.

MARQUES, M. J. F.; TEIXEIRA, H. J. C.; SOUZA, D. C. D. B. N. de. **Cuidadoras informais de Portugal: vivências do cuidar de idosos.** Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 147-159, jun. 2012.

OLIVEIRA, D.C; CARVALHO, G.S.F.; Stella, F.; HIGA, C.M.H.; D'ELBOUX, M.J. **Qualidade de vida e sobrecarga de trabalho em cuidadores de idosos em seguimento ambulatorial.** Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis, 2011

PERES, Murilo Ramos; BRUMATI JUNIOR, Claudemir; ARRUDA, Mauricio Ferraz. Índice de Lesões Osteomusculares e sua Correlação com Distúrbios Posturais em Cuidadores de Idosos. Saúde e Pesquisa, Maringá, v. 8, n. 1, p.105-112, 22 jun. 2015.

QUADROS, L., Aguiar, A., Menezes, A., Alves, E., Nery, T., & Bezerra, P. **Prevalência de incontinência urinária entre idosos institucionalizados e sua relação com o estado mental, independência funcional e comorbidades associadas.** Acta Fisiátrica, 22(3), 130-134, 2015. <https://doi.org/10.5935/0104-7795.20150025>

RODRIGUES, Giselle Helena *et al.* **Depressão como determinante clínico de dependência e baixa qualidade de vida em idosos cardiopatas.** Cardiol, v. 104, n. 6, p. 443-449, 2015.

OLIVEIRA DC, D'ELBOUX MJ. **Estudos nacionais sobre cuidadores familiares de idosos: revisão integrativa.** Rev Bras Enferm. 2012; 65(5):829-38.

SILVA, J. P. L.; LIMA, V. L. R. ; ARAÚJO, M. Z. **Saúde e Envelhecimento: o Desafio do Cuidar humanizado.** In: II Colóquio LusoBrasileiro sobre saúde, educação e representações sociais. UFPB, Brasil. 2010, p. 152-154.

SILVEIRA, Erika Aparecida; VIEIRA, Liana Lima; SOUZA, Jacqueline Danesio de. **Elevada prevalência de obesidade abdominal em idosos e associação com diabetes, hipertensão e doenças respiratórias.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 903-912, mar. 2018.

TENFEN, Aline Wenz Onofre *et al.* **Direito Dos Idosos À Cultura E Ao Lazer Segundo A Percepção De Uma Comunidade Do Município De Rio Fortuna/SC.** Constituição & Justiça: Estudos e Reflexões, v. 1, n. 1, 2017.

OSTEOPOROSE E ENVELHECIMENTO: DESAFIOS E TRATAMENTOS

Renata Gonçalves Pinheiro Correa

Universidade Federal do Paraná
Curitiba-Paraná

Anna Raquel Silveira Gomes

Universidade Federal do Paraná
Curitiba-Paraná

Victoria Zeghbi Cochenski Borba

Universidade Federal do Paraná
Curitiba-Paraná

RESUMO: A osteoporose é uma doença silenciosa que exige cuidados constantes, tratamento contínuo e exames periódicos, pois pode agravar-se devido a outros fatores como fragilidade e quedas, que aumentam o risco de fraturas. Segundo dados da OMS cerca de 70% das mulheres com mais de 80 anos possuem diagnóstico de Osteoporose e a maior complicação da osteoporose é a fratura silenciosa da coluna e do quadril. No estado do Paraná, devido ao alto índice de fraturas osteoporóticas, houve impacto econômico em torno de R\$ 29.393.442,78, entre o ano de 2010 a 2014. Do público atendido, as mulheres são mais acometidas, com taxa de fratura (25,14/10 mil) superior à média nacional (22,58/10 mil), colocando a osteoporose e as fraturas osteoporóticas como problemas de saúde pública. Portanto conhecer os principais

métodos de diagnóstico da Osteoporose, diretrizes de tratamento da Osteoporose, recomendações de suplementação de Vitamina D e Cálcio e treinamento físico para idosos com Osteoporose se torna muito importante no manejo da doença.

PALAVRAS CHAVES: Osteoporose, Vitamina D, Exercícios

ABSTRACT: Osteoporosis is a silent disease that requires constant care, continuous treatment and periodic examinations, since it can be aggravated by other factors such as fragility and falls, which increase the risk of fractures. According to WHO 70% of women over 80 years have osteoporosis and the major complication of osteoporosis is silent spine fracture and hip fracture. In the state of Paraná, due to the high rate of osteoporotic fractures, there was an economic impact around R\$ 29,393,442.78, between 2010 and 2014. Women are more affected, with a fracture rate (25,14 / 10 thousand) higher than the national average (22.58 / 10 thousand), placing osteoporosis and osteoporotic fracture as public health problem. Therefore, knowing the main Osteoporosis diagnosis methods, Osteoporosis treatment guidelines, Osteoporosis diagnosis methods, Vitamin D and Calcium supplementation recommendations, and physical training for elderly with osteoporosis are very important on

the management of the disease.

KEYWORDS: Osteoporosis, Vitamin D, Exercises.

1 | INTRODUÇÃO

Segundo as Nações Unidas, no ano de 2015 havia 901 milhões de pessoas com mais de 60 anos de idade no mundo, e que aumentará para cerca de 1,4 bilhões até o ano de 2030. No Brasil foi reportado por Szwarcwald et al. (2014) que havia 27.882.000 idosos no ano de 2014, representando 13,72% da população geral, e projeta-se para o ano de 2030 aumento para 18,8%, e que até o ano de 2050 possa alcançar 29,3% da população geral (IBGE 2013).

O índice de envelhecimento (IE) no estado do Paraná se apresentou superior ao do Brasil (IE do Paraná: 41,7; IE do Brasil: 36) estimando-se que no ano de 2030, o estado seja constituído por 15% de pessoas com mais de 65 anos de idade (IBGE, 2013). O envelhecimento contribui para o aparecimento de disfunções musculoesqueléticas que podem acarretar declínio físico e prejudicar o desempenho das habilidades motoras, funcionalidade e marcha (VILAÇA *et al.*, 2013). Assim, a Organização Mundial da saúde tem recomendado que para avaliação do idoso fossem incluídos: histórico de quedas; marcha; equilíbrio; mobilidade; força muscular; risco de osteoporose; medo de cair; acuidade visual; estado cognitivo; exame neurológico; continência urinária; riscos residenciais para quedas; exame cardiovascular e revisão da medicação (WHO, 2017).

No Brasil, estima-se que 30 a 40% da população adulta seja propensa ao risco de fratura (GIANGREGORIO, et al., 2017). No Sul do país, por exemplo, a frequência de fratura por baixo impacto é de 10,6% para homens e 13,8% entre as mulheres (PINHEIRO, et al., 2010). No estado do Paraná entre janeiro de 2010 a dezembro de 2014, observou-se que 11.226 idosos \geq 60 anos de idade, foram internados por fratura femoral em hospitais do SUS, destes casos 66,8% eram mulheres. Sendo a taxa de fratura em mulheres acometidas (25,14/10 mil) superior à média nacional (22,58/10 mil), sinalizando a osteoporose como um problema de saúde pública (OLIVEIRA e BORBA, 2017).

As fraturas podem ser evitadas por meio de avaliação clínica que inclua investigação de fatores de risco associados a osteoporose, como por exemplo, por meio do teste de risco de osteoporose de 1min da *International Osteoporosis Foundation* (IOF), constituído por 19 perguntas, as quais são úteis para o direcionamento de exames complementares bem como de estratégias preventivas e de tratamento precoces, para evitar fraturas graves e morbi-mortalidade. Outra ferramenta muito utilizada para predizer fratura é o Fracture Risk Assessment Tool (FRAX), na qual o avaliador preenche no site <https://www.sheffield.ac.uk/FRAX/tool.aspx?country=55> os seguintes dados do seu paciente: idade; sexo; massa corporal; estatura; se houve fratura prévia; histórico familiar de fratura femural; tabagismo; uso de glicocorticoides;

se tem diagnóstico de artrite reumatoide; se tem osteoporose secundária; se ingere mais de 3 unidades de álcool por dia e o valor do T score (g/cm^2) do colo femural da densitometria óssea. Após a inserção destes dados, a calculadora do programa estima a probabilidade de fratura em 10 anos. Se o avaliador tiver o valor do *trabecular bone score* (TBS), também pode adicionar para melhorar a capacidade de prever fratura osteoporótica. A metodologia FRAX original, é calibrada com os dados epidemiológicos retrospectivos de fratura de quadril e de mortalidade mais consistentes disponíveis para a população de vários países, que inclui o Brasil (PINHEIRO, et al., 2010; WHO, 2017).

A osteoporose é uma doença silenciosa que exige cuidados constantes, tratamento contínuo e exames periódicos (VERAS, 2012), pois pode agravar-se devido a fatores adjuvantes como fragilidade e quedas, que aumentam a possibilidade de fraturas. As fraturas relacionadas a osteoporose são consideradas um problema de saúde pública em todo mundo. De acordo com a *International Osteoporosis Foundation (IOF)*, uma em cada dez mulheres acima de 60 anos; uma em cada cinco acima de 70 anos; duas em cada cinco acima de 80 anos; duas em cada três acima de 90 anos possui a doença, sugerindo que a cada três segundos um osso seja quebrado em algum lugar do mundo, como consequência da osteoporose. No Brasil, segundo o Ministério da Saúde, aproximadamente 15 milhões de brasileiros são afetados pela osteoporose, o que poderia ser amenizado pela prática regular de exercícios físicos, ingestão adequada de cálcio e pela exposição diária ao sol (BRASIL, 2014).

Intervenções com treinamentos físicos com exercícios multicomponentes (TFM) que incluam exercícios com resistência progressiva, equilíbrio, flexibilidade e exercícios aeróbicos bem como a associação com suplementação de vitamina D e cálcio (VDC), devem ser incluídos na prevenção e tratamento da osteoporose e quedas em idosos (GIANGREGORIO, et al., 2017; WHO, 2017).

O objetivo desse capítulo é abordar as principais diretrizes de tratamento da Osteoporose, métodos de diagnóstico da Osteoporose, recomendações de suplementação de Vitamina D e Cálcio e treinamento físico para idosos com Osteoporose.

2 | OSTEOPOROSE

A Osteoporose é considerada um problema de saúde pública por estar associada a grande morbimortalidade, já que as fraturas decorrentes da fragilidade óssea podem prejudicar a qualidade de vida e a realização das atividades da vida diária (AVD's) (COSTA; PERALTA 2017; REBELO, 2016).

Fatores fisiológicos como hormonais (paratormônio- PTH, hormônio da tireoide, vitamina D, estrógeno, andrógenos, cortisol, calcitonina, hormônio do crescimento) regulam a remodelação óssea e alterações entre a reabsorção e formação, quando em

desequilíbrio, podem favorecer ao desenvolvimento de doenças osteolíticas, como a osteoporose, assim como os fatores de risco conforme quadro 1 (COSTA, 2017).

Alterações endócrinas	Hipogonadismo (1ario e 2ario); excesso de Glicocorticóides (exógeno e endógeno); hiperparatiroidismo; hipertiroidismo; Diabetes mellitus tipo 1 e 2; Osteomalácea.
Alterações Hematopoiéticas	Mastocitose; Mieloma múltiplo; Linfoma/Leucemia; Doença de Gaucher; AIDS.
Alterações Neuro-Psiquiátricas	Anorexia nervosa; Depressão ; Paralisia Cerebral; Parkinson
Drogas	Corticóides; Antivonculsivantes; Imunossupressores; Quimioterapia; Tiroxina; Heparina; TZD
Deficiências Nutricionais	Cálcio; Vitamina D; Vitamina C; Proteína
Síndromes Má-absortivas	Doença colestática; Doença Celíaca; Doença de Crohn; Hemocromatose; Nutrição parenteral; Pós-gastrectomia
Distúrbios Reumatológicos	Espondilite anquilosante; Artrite reumatóide; Lúpus eritematoso sistêmico
Outros	Tabagismo; Alcoolismo; DPOC

Quadro 1: Fatores de risco para Osteoporose

Fonte: (BILEZIKIAN ,2000)

A osteoporose pode ser primária (idiopática) ou secundária. Na Osteoporose primária, existe rápida perda óssea e ocorre na mulher logo após a menopausa. Atinge o osso trabecular e é associada a fraturas das vértebras e do rádio distal (COSTA, 2017). A osteoporose pós-menopausa também leva a deterioração do osso cortical (fêmur) só que isso ocorre mais tardiamente. O osso trabecular é perdido primeiro e como consequência ocorrem fraturas vertebrais seguidas de fraturas e punho (tem osso trabecular e cortical) e somente com o processo de envelhecimento que são mais frequentes as fraturas de fêmur (BISCHOFF-FERRARI, et al., 2012). A osteoporose secundária ou induzida é caracterizada pela redução na formação e aumento na reabsorção óssea, podendo ser decorrente de alguns processos inflamatórios, desordens renais e por uso de drogas como corticoides, álcool e heparina (COSTA, 2017).

3 | OSTEOPOROSE E SISTEMA MUSCULOESQUELÉTICO

Alterações relacionadas ao processo de envelhecimento podem incluir redução na massa muscular, força e função, denominada sarcopenia. Reduções na densidade,

estrutura e força dos ossos, denominada osteoporose, podem contribuir para o aumento do risco de quedas, fraturas, morbidade, custos para saúde, podendo levar a perda de independência, incapacidade, redução qualidade de vida e mortalidade (DALY, et al., 2017).

No início de 2018, o Grupo de Trabalho Europeu sobre Sarcopenia em Older People (EWGSOP) se reuniu para atualizar o consenso sobre a definição, diagnóstico e tratamento de sarcopenia, a fim de revisar as evidências científicas e clínicas desde o consenso europeu de 2010. No consenso atualizado, o EWGSOP reconhece que a sarcopenia é provável quando o indivíduo apresenta baixa força muscular e é confirmada quando associada a baixa quantidade ou qualidade muscular. Ainda, quando a redução da força muscular é associada a baixa quantidade ou qualidade muscular e ao baixo desempenho físico considera-se sarcopenia severa (CRUZ-JENTOFT, et al., 2018).

A fisiopatologia da sarcopenia se assemelha muito com a da osteoporose, pois ambas são de origem multifatorial e seu início e progressão compartilham de semelhantes fatores de risco, como por exemplo: nutrição inadequada, inatividade física, alterações hormonais (hormônios sexuais gonadais, hormônio de crescimento, fator de crescimento e hormônios calcitropicos) e marcadores inflamatórios. Ainda, existe uma correlação entre a área de secção transversa do músculo esquelético e a estrutura óssea, estes tecidos compartilham a genética dos efeitos decorrentes da pós-menopausa, sendo que a perda óssea e de força muscular estão interligadas (DALY, et al., 2017).

O termo “osteosarcopenia” ou “sarcoosteoporose” é utilizado para descrever um subconjunto de indivíduos com os critérios clínicos concomitantes para a sarcopenia e osteopenia / osteoporose, indivíduos mais frágeis, com maior risco de quedas, fraturas e hospitalização (DALY, et al., 2017).

Outra condição que está associada a osteoporose é a fragilidade física, podendo contribuir para quedas e fraturas. Segundo consenso, a fragilidade física do idoso, pode ser caracterizada pela diminuição da força, resistência e função fisiológica, ocasionando aumento da vulnerabilidade de um indivíduo para dependência e ou mortalidade, quando expostos a um estressor. Outros fatores que contribuem para a fragilidade podem ser encontrados em algumas situações específicas, como por exemplo, depressão, problemas visuais e auditivos, diabetes *mellitus*, insuficiência cardíaca congestiva e declínio cognitivo (MORLEY *et al.*, 2013). A fragilidade física pode ser prevenida e tratada com terapêuticas específicas, como por exemplo o exercício físico, a suplementação proteico-calórica, a vitamina D e a redução da polifarmácia (MORLEY, et al., 2013).

A maioria dos diagnósticos e das terapêuticas reportam as condições: sarcopenia, osteoporose e fragilidade, separadamente. Assim, o desafio para novos estudos está em identificar estratégias seguras e eficazes de intervenções que possam simultaneamente aperfeiçoar a saúde muscular, óssea e tratar a fragilidade física de

idosos, para redução de quedas e fraturas.

4 | DIAGNÓSTICO DA OSTEOPOROSE

O diagnóstico da osteoporose pode ser realizado clinicamente pela presença de fraturas por fragilidade, ou por métodos em investigação como a radiografia convencional (RX); tomografia óssea periférica (TC); ultrassonografia (US) de calcâneo e mais recentemente a ultrassonometria de falanges (DEMO). Novos equipamentos como o *EchoStation (Echolight™* Itália, 2018) baseiam-se no método Radiofrequency Echographic Multi Spectrometry (R.E.M.S), uma abordagem inovadora para a caracterização da microarquitetura óssea, por meio da exploração de sinais de radiofrequência adquiridos durante um exame ecográfico nas vértebras lombares e no colo do fêmur (Echolight™, 2018 - <https://www.echolightmedical.com/>), tem contribuído para o diagnóstico clínico, sem emissão de radiação, que pode ser realizada em consultório (AVENTAGGIATO, et al., 2016).

No entanto, a densitometria óssea (DXA) ainda é considerada o padrão ouro para diagnóstico de osteoporose (ROSA, et al., 2015). A densitometria óssea se utiliza da radiação ionizante, por intermédio da técnica de absorvometria por raio X com dupla energia, objetivando analisar a densidade mineral óssea. Este sistema atravessa determinada região do corpo humano onde a energia não atenuada é detectada por um colimador, o qual envia os dados a um software específico, fornecendo uma estimativa do conteúdo mineral ósseo total da região medida, permitindo mensuração pontual e estática. A organização Mundial da Saúde (OMS) determina como critério de avaliação as regiões do fêmur proximal, o colo femoral e/ou total, a coluna vertebral (lombar) e o rádio distal.

Outro método de avaliação e diagnóstico é a avaliação radiológica da fratura vertebral, que se trata de um método semi-quantitativo baseado na inspeção visual. Dor nas costas e perda de altura podem ser os primeiros sintomas de fraturas vertebrais induzidas pela osteoporose. A gravidade da fratura é avaliada medindo-se a extensão da redução da altura vertebral, por suas alterações morfológicas e diferenciando a fratura das deformidades não fraturadas (GENANT, et al., 1993).

Uma ferramenta muito utilizada para prever fratura é o *Fracture Risk Assessment Tool* (FRAX). Baseia-se na metodologia FRAX original, é calibrada com os dados epidemiológicos retrospectivos de fratura de quadril e de mortalidade mais consistentes disponíveis. Em síntese, FRAX é um algoritmo baseado em computador que calcula a probabilidade em 10 anos de uma fratura osteoporótica de quadril, ou fratura maior (vertebral, úmero, tibia, radio) (RADOMINSKI, et al., 2017).

Tratamento da osteoporose

Segundo as diretrizes brasileiras para o tratamento de osteoporose em mulheres

pós-menopausadas deve-se intervir sobre os fatores de risco que são modificáveis, inclusive estímulo para prática de atividade física, abandono do tabagismo, restrição de medicações sedativas e hipnóticas (RADOMINSKI, et al., 2017). Os tratamentos para Osteoporose podem ser divididos em duas categorias: anti-reabsortivos (ou anti-catabólicos) e anabólicos. Agentes anti-reabsortivos, que incluem estrogênio, moduladores seletivos do receptor de estrogênio e bifosfonatos, reduzem a reabsorção óssea e conseqüentemente a formação óssea, preservando a densidade mineral óssea (DMO). Os agentes anabólicos, que incluem o hormônio paratireóideo de comprimento total (PTH1-84) e a teriparatida (PTH1-34), estimulam a formação óssea e subsequentemente a reabsorção óssea, aumentando assim a DMO. O ranelato de estrôncio é outro agente que reduz o risco de fratura. Tem efeitos fracos na remodelação óssea e provavelmente melhora a resistência óssea principalmente por meio de efeitos nas propriedades do material ósseo (IOF, 2018).

Em um ensaio clínico randomizado onde foi utilizado um programa de exercícios físicos para a prevenção de quedas em mulheres pós-menopausa com idade entre 55 a 75 anos, com diagnóstico de osteoporose, foram avaliados dois grupos: o primeiro para fortalecimento progressivo de quadríceps e treinamento de propriocepção associado à terapia medicamentosa e o segundo para tratamento medicamentoso apenas com bifosfonatos. O protocolo de exercícios consistia em: aquecimento de 5 a 10 minutos na esteira; exercícios de alongamento (global e segmentar) para o e membros inferiores, região lombar, cervical e torácica com três repetições para cada músculo ou grupo muscular, mantendo o alongamento por 30s, duas repetições; exercícios de propriocepção e equilíbrio de maneira progressiva, começando com superfície estável e mudando para superfícies instáveis; treino de marcha sem obstáculos e, em seguida, com obstáculos; exercícios com os olhos abertos e depois com os olhos fechados; exercícios de baixa velocidade progredindo para exercícios de alta velocidade, dependendo do desempenho do paciente; treinamento bipodal e depois unipodal; utilização de superfícies instáveis para o treinamento progressivo de equilíbrio como, trampolim, pranchas proprioceptivas, progredindo pelo aumento da complexidade do movimento. Exercícios de fortalecimento de extensores do joelho com carga de até 80% de 1-RM, mantendo o protocolo de 2 semanas de ajuste, usando 2 kg de peso do tornozelo, progredindo para 50%, 60%, 70% até 80% de 1-RM (TAAFFE, et al. 2013). O protocolo foi aplicado duas vezes por semana durante 18 semanas. Como resultados, pode-se verificar que mulheres submetidas ao programa de exercícios físicos tiveram menor incidência de quedas em comparação com aquelas mantidas apenas sob tratamento farmacológico, em seis meses de seguimento.

5 | RECOMENDAÇÕES DE VITAMINA D E CÁLCIO PARA IDOSAS COM OSTEOPOROSE

Em mulheres acima de 50 anos, é recomendado e seguro o consumo de até 1.200 mg de cálcio ao dia, especialmente por meio da dieta (leite e derivados). No entanto, quando a dieta não é suficiente para manutenção das concentrações adequadas de Vitamina D e cálcio, fundamentais para mineralização óssea, recomenda-se a suplementação com cálcio, sempre considerando riscos e benefícios. Não se recomenda o tratamento da osteoporose em pacientes na pós-menopausa exclusivamente com cálcio associado ou não com a vitamina D (RADOMINSKI, et al., 2017).

A recomendação segundo um consenso realizado por especialistas da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM) e da Sociedade Brasileira de Clínica Patologia/Medicina Laboratorial [Sociedade Brasileira de Patologia Clínica/ Medicina Laboratorial (SBPC/ML)] para o desenvolvimento de recomendações para suplementação da vitamina D, classificaram principais grupos de risco para hipovitaminose D: idosos acima de 60 anos de idade; indivíduos que não estão expostos à luz do sol ou que têm contraindicação à exposição solar; indivíduos com fraturas recorrentes ou quedas; mulheres grávidas e lactantes; osteoporose (primária e secundária); doenças ósseas metabólicas, como raquitismo, osteomalácia e hiperparatireoidismo; doença renal crônica; síndromes de má absorção, como após cirurgia bariátrica e doença inflamatória intestinal; indivíduos que tomam medicamentos que possam interferir para a formação e degradação da vitamina D, como antirretroviral, terapia com glicocorticoides e anticonvulsivantes (FERREIRA, et al., 2017)

Os valores recomendados de 25 (OH)D, para a população devem ser estratificados de acordo com a idade e características clínicas individuais: acima de 20 ng / ml valor desejável para uma população saudável (até 60 anos de idade); entre 30 e 60 ng / ml valor recomendado para o grupo de risco, acima de 100 ng / ml risco de toxicidade e hipercalemia (FERREIRA, et al., 2017).

Em um estudo realizado com idosas com deficiência de vitamina D moderada, que receberam suplementação de vitamina D3 (4000UI) diariamente comparada a um grupo placebo, acompanhado por 4 meses, foi verificado aumento na área de secção transversa e aumento dos receptores de vitamina D no músculo esquelético (VDR) intramionuclear, também aumento no tamanho das fibras musculares esqueléticas (COSMAN, et al., 2014).

A suplementação de Vitamina D e cálcio (VDC) assim como o treinamento físico (TF) são indicados como estratégias para prevenção e tratamento da osteoporose (DALY, et al., 2017), e prevenção de quedas em idosos (BISCHOFF-FERRARI, et al., 2018).

A ingestão de Cálcio, segundo Cosman et al. (2014), para mulheres com 51 anos ou mais deve ser de 1200 mg/dia, corroborando com Bischoff-Ferrari (2018),

que por meio de estudo de revisão constatou que pode haver um limiar de cálcio na dieta de cerca de 1000 mg/dia, necessário para atingir benefícios esqueléticos quando associados ao exercício físico.

As diretrizes brasileiras para o diagnóstico e tratamento da osteoporose pós-menopausa, sugere a suplementação de Ca para idosas com OP quando a alimentação não for suficiente para manter níveis ótimos de 1200mg/dia, e alerta que o Ca não deve ser usado como fonte única de tratamento, associada ou não a VD (RADOMINSKI, et al., 2017). Treinamento físico supervisionado, pois exercícios físicos podem reduzir o número de quedas. Entretanto, ainda não há evidências suficientes em relação à redução de fraturas após treinamento físico em mulheres com osteoporose.

Ainda há divergências entre consensos nacionais e internacionais assim como as evidências de ECCR e não controlados, não permitem definição de dose de tratamento de vitamina D e cálcio para idosas com osteoporose. Estudos adicionais são necessários para definir as modalidades de tratamento, incluindo dose, modo de administração e duração de VD em idosos (BEAUDART, et al., 2014).

6 | EFEITOS DO TREINAMENTO FÍSICO NA FUNÇÃO MUSCULOESQUELETICA

Estudos tem reportado que exercícios físicos resistidos supervisionados podem melhorar a força muscular dos membros inferiores, mobilidade, equilíbrio, flexibilidade, qualidade de vida e reduzir a incidência de quedas em idosas com OP. No entanto, as evidências ainda são limitadas quanto aos efeitos dos exercícios físicos, para a redução de quedas/fraturas em mulheres com OP (RADOMINSKI, et al., 2017).

Em um ensaio clínico controlado e randomizado (ECCR), foram investigados os efeitos do treinamento de equilíbrio associado ao treinamento de força e alongamento, para otimizar o controle postural de 51 idosas com OP. A amostra foi randomizada em três grupos de estudo: o grupo de fortalecimento, com exercícios para equilíbrio e melhora da força muscular dos membros inferiores; o grupo de alongamento, com exercícios para equilíbrio e melhora da flexibilidade muscular; e o grupo controle, composto por mulheres que não praticavam exercícios. As avaliações foram realizadas no início e após oito semanas de intervenção. A força muscular isométrica de membros inferiores foi aferida por dinamômetro do tipo CRF200, sistema EMG, e o controle postural foi avaliado pelo Teste de Estabilidade com o objetivo de medir o maior ângulo de movimentação dos pés anteriormente, por meio de quatro parâmetros, monitorando o controle de direção e a velocidade do centro de pressão (COP) dentro dos limites de estabilidade e o equilíbrio estático pelo Teste de Interação Sensorial para Equilíbrio (CTSIBm), ambos aplicados utilizando uma plataforma de força e mensurando a movimentação do centro de pressão. A amplitude de movimento dos músculos isquiotibiais foi medido por goniometria. O treino consistiu em 2 sessões semanais de 60min, 2 vezes por semana, durante 8 semanas. O treino do equilíbrio consistia em posturas dinâmicas e estáticas com duração de 20 minutos e o treinamento de força

com intensidade inicial para exercícios com foco nos tornozelos com peso máximo que os participantes pudessem suportar 10 repetições, foi aumentado até que os participantes pudessem repetir satisfatoriamente os exercícios 15 vezes. Para o grupo Alongamento os participantes realizaram um treino idêntico ao grupo de fortalecimento associado a exercícios ativos de alongamento estático segmentar, concentrando-se nos principais grupos musculares das pernas, mantido por 1 minuto e repetido por 3 vezes. Como resultados o grupo fortalecimento foi superior ao grupo controle no equilíbrio estático avaliado pelo Teste CTSIBm e no teste Teste de Estabilidade, pois o aumento da força muscular está associado com a melhora do controle postural e os ganhos secundários na melhora dos mecanismos neuromusculares, como: melhor controle da contração, coativação dos antagonistas, melhor sinergia muscular e acoplamento efetivo da medula espinal. Os participantes do grupo de alongamento foram melhores que os do grupo controle em velocidade do centro de pressão, e nas variáveis relacionadas a amplitude de movimento. E o grupo alongamento não foi melhor do que o grupo de fortalecimento para qualquer uma das variáveis de controle postural, porém maiores amplitudes de movimento podem aumentar a força muscular devido ao fato que os sarcômeros podem desenvolver sua força máxima (BURK, et al., 2012).

Em um ensaio clínico randomizado com o objetivo de avaliar se a adição de exercícios de vibração no corpo inteiro seria mais eficaz do que o treinamento de equilíbrio convencional na melhoria dos parâmetros ósseos na tíbia, de 57 mulheres com idade >65 anos e baixa DMO. As participantes foram randomizadas em dois grupos, todas fizeram 15 min de treino aeróbico para aquecimento seguido de 30 min de treino resistido com os seguintes exercícios resistivos: leg press bilateral, abdução bilateral do quadril na posição sentada, adução bilateral do quadril na posição sentada, extensão do quadril em pé (esquerda e direita), flexão do tronco sentado, extensão do tronco sentado rotação em sessão e lat-pull downs , na sequência, mais 15 min de treino de equilíbrio com Romberg, tandem e apoio unipodal em superfícies com graus variados de instabilidade e em diferentes graus de dificuldade: tapete firme, tapete macio, tábua oscilante, almofadas de ar, com e sem sapatos, com os olhos abertos ou com os olhos fechados. Softballs, bolas de tênis, elásticos foram usados para treinamento de coordenação envolvendo arremesso, passando ao redor do corpo, passando por baixo de uma perna, sacudindo entre as mãos. Os exercícios foram realizados sozinhos, ou em caso de arremesso e exercícios avançados de equilíbrio, com um parceiro, com progressão semanal. O treino na plataforma vibratória teve duração de 4 minutos, a amplitude da vibração começou em 2 mm (4 mm pico a pico) na primeira semana e progrediu para 4 mm (8 mm pico a pico) nas próximas quatro semanas, com intervalo de um minuto a cada exercício de vibração, três exercícios permanente por 1,5 minutos com os joelhos levemente flexionados e quadris com as costas retas, com frequência de vibração 22 Hz (3,9 g) e progrediu para 24 Hz (9,3 g) ; agachamento contínuo da posição ereta até 90 ° de flexão do joelho (2 segundos para

baixo, 2 segundos para cima) por 1,5 minutos, com frequência de vibração iniciada a 22 Hz (3,9 g) e progredida para 24 Hz (9,3 g); um minuto de postura contínua em 90 ° de flexão do joelho com frequência de vibração ajustada para 26 Hz (10,9 g) (STOLZENBERG ,et al., 2013).

Os sujeitos foram motivados a contrair os músculos dos membros inferiores tão fortemente quanto podiam durante os exercícios de vibração. O treinamento de vibração durou um total de 4 minutos. O protocolo ocorreu 2 vezes por semana durante 9 meses. Os pesquisadores encontraram aumento na DMO trabecular da epífise distal da tíbia em ambos os grupos, mas não diferença significativa entre eles. Concluem que o exercício resistido pode ser benéfico para prevenir a perda óssea e melhorar o desempenho muscular em mulheres na pós-menopausa, e que trabalhos futuros que envolvam os membros superiores devem considerar a avaliação da ulna. (STOLZENBERG, et al., 2013).

Em um estudo randomizado controlado com o objetivo de avaliar os efeitos de treinamento de equilíbrio progressivo, incluindo multitarefas (cognitiva e motora), realizado 3 vezes por semana, durante 12 semanas, por idosos com osteoporose, foi observada melhor velocidade de marcha rápida, em condições de dupla tarefa e redução do medo de cair, mantidos mesmo seis meses após a interrupção da intervenção (HALVARSSON, et al., 2015).

7 | EFEITOS DA VITAMINA D, CÁLCIO E TREINAMENTO FÍSICO PARA IDOSAS COM OSTEOPOROSE

O treinamento físico (TF) vem sendo estudado continuamente como método não medicamentoso no tratamento e combate da OP. Entretanto, a correção de déficits de micronutrientes como a vitamina D e Cálcio, por meio da suplementação, associada ao TF, são recomendadas como forma de tratamento da OP, prevenção de quedas e fraturas em idosos (ARTAZA-ARTABE, et al., 2016).

Em relatório publicado simultaneamente, ao de Guirguis-Blake, et al., (2017) a Força-Tarefa de Serviços Preventivos dos EUA (USPSTF) apresentou uma declaração de recomendação sobre intervenções para prevenir quedas, responsáveis por 75% de todas as fraturas osteoporóticas em idosos. A USPSTF reforçou que é necessário dar maior ênfase a realização de exercícios físicos, especialmente porque reduzem as quedas prejudiciais. Além disso, a ênfase no TF deve melhorar a saúde geral reduzindo os riscos de outras doenças crônicas do envelhecimento, incluindo doença coronariana, acidente vascular cerebral, diabetes tipo 2, demência vascular e até câncer, além de incrementar a mobilidade segura. O USPSTF concluiu que mais evidências são necessárias para determinar se doses mais altas de suplementação VDC podem ser benéficas para evitar a fratura primária ou prevenir quedas (BISCHOFF-FERRARI, et al., 2018).

Foi realizado estudo sobre as evidências mais recentes para prescrição de exercícios para prevenção de OP e fraturas por fragilidade, com objetivo de rever os princípios do treinamento físico e suas características em relação ao tipo e a dose para melhorar a massa óssea, força muscular e reduzir o risco de quedas e fraturas em mulheres idosas pós-menopausadas. Os autores concluíram que o osso responde melhor a: cargas intermitentes dinâmicas em vez de cargas estáticas; cargas de alta magnitude e aplicadas rapidamente; cargas que são aplicadas em condições incomuns ou em diversas direções; poucos ciclos de carga, mas se forem adequados conseguem atingir a intensidade da carga desejada. As recomendações com relação aos tipos de exercícios: de resistência progressiva, de impacto e com suporte de peso; desafiadores e associados a treinos de equilíbrio e mobilidade. Com relação a frequência: mais de 2 dias por semana; cerca de 2 a 3 horas por semana; intensidade de 75-85% de 1-RM, cargas moderadas e de alta intensidade; com coletes/ mudança de direção; acrescentando exercícios com dupla tarefa. Quanto ao número de exercícios recomenda-se ≥ 8 exercícios para os **músculos** do quadril e coluna vertebral; de 8 a 12 repetições; de 1 a 3 min de descanso entre eles. Ainda são indicados exercícios de saltos, cerca de 50 a 100 saltos por sessão, com descanso de 1 a 2 minutos; exercícios de agachamento, adução do quadril, *leg press*, extensão torácica e lombar, planti e dorsiflexão, exercícios abdominais, posturais, na posição ortostática, exercícios de fortalecimento e de resistência para o assoalho pélvico (DALY, et al, 2018).

Apesar das recomendações descritas acima, sobre a prescrição de exercícios físicos para osteoporose, os autores concluem que o programa de treinamento ideal para prevenir a osteoporose e fraturas ainda não foi determinado. Porém, as evidências apoiam programas multimodais, que incorporam breves e diversas atividades com carga, impacto, sustentação de peso, exercícios de resistência progressiva, visando músculos relacionados aos movimentos do quadril e da coluna e funcionalmente desafiadores, com atividades de equilíbrio, mobilidade e dupla tarefa para prevenção e tratamento da osteoporose em mulheres pós menopausa (DALY, et al, 2018).

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

São recomendadas novas formas de abordagem e de estratégias de manejo da osteoporose, como por exemplo a associação da prática de exercícios físicos multimodais e suplementação de cálcio e vitamina D, evitando o ciclo vicioso de imobilidade, incapacidade, dependência, perda de autonomia, comprometendo a qualidade de vida de idosas com osteoporose.

Neste capítulo foram apresentados métodos de diagnóstico, desde padrões ouro de avaliação e métodos mais simples. Foram descritas diretrizes e evidências sobre a prescrição de treinamento físico para idosas com Osteoporose e sua associação com suplementação de Vitamina D e Cálcio. Entretanto, futuros estudos devem ser

realizados com essa população específica para investigar as terapêuticas associadas aos exercícios físicos para prevenção e tratamento de desfechos musculoesqueléticos como redução de risco de quedas e de fraturas em idosas com osteoporose.

REFERÊNCIAS

- ARTAZA-ARTABE, I. **The relationship between nutrition and frailty: Effects of protein intake, nutritional supplementation, vitamin D and exercise on muscle metabolism in the elderly. A systematic review.** *Maturitas*, v. 93, p. 89-99, 2016.
- AVENTAGGIATO, M. **Validation of an automatic segmentation method to detect vertebral interfaces in ultrasound images.** *IET Science, Measurement & Technology*, v. 10, n. 1, p. 18-27, 2016.
- BEAUDART, C. BUCKINX, F. **The Effects of Vitamin D on Skeletal Muscle Strength, Muscle Mass, and Muscle Power: A Systematic Review and Meta-Analysis of Randomized Controlled Trials,** *J Clin Endocrinol Metab*, v.99, n. 11, p.4336–4345, 2014.
- BILEZIKIAN, J. P., Meng, X., Shi, Y., & Silverberg, S. J. **Primary hyperparathyroidism in women: a tale of two cities--New York and Beijing.** *International journal of fertility and women's medicine*, v. 45, p. 158-165, 2000.
- BISCHOFF-FERRARI, H. A; JoAnn, E. **Preventing fractures and falls: a limited role for calcium and vitamin D supplements?** *JAMA*, v. 319, n. 15, p. 1552-1553, 2018.
- BISCHOFF-FERRARI, H. A. **A pooled analysis of vitamin D dose requirements for fracture prevention.** *New Eng J of medi*, v. 367, n. 1, p. 40-49, 2012.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção a Saúde. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas osteoporose.** portaria Nº 224. Brasília: MS, 2014.
- BURKE, T. N. **Postural control in elderly women with osteoporosis: comparison of balance, strengthening and stretching exercises. A randomized controlled trial.** *Clin Rehabil*, v. 26, n. 11, p. 1021-1031, 2012.
- COSMAN, F. **Clinician's guide to prevention and treatment of osteoporosis.** *Ost int*, v. 25, n. 10, p. 2359-2381, 2014.
- COSTA, S. F. **Aspectos fisiopatológicos da osteoporose e meios de diagnóstico – Revisão Bibliográfica.** *UNIVERSITAS – Rev Cient do Unis de Ar Aspectos*, v.33,p. 13–31, 2017.
- CRUZ-JENTOFT, A.J. **Sarcopenia: revised European consensus on definition and diagnosis.** *Age and ageing*, v. 40, n. 8, p. 1-16, 2018.
- DALY, R. M. **Exercise and nutritional approaches to prevent frail bones, falls and fractures: an update.** *Climacteric*. v.20, n.3. p. 119-124, 2017.
- DALY, R. M. **Exercise for the prevention of osteoporosis in postmenopausal women: an evidence-based guide to the optimal prescription.”** *Brazilian journal of physical therapy* ,v.33, n.4, p.202-231,2018.
- FERREIRA, C. E. S. **Consensus-reference ranges of vitamin D [25 (OH) D] from the Brazilian medical societies. Brazilian Society of Clinical Pathology/Laboratory Medicine (SBPC/ML) and Brazilian Society of Endocrinology and Metabolism (SBEM).** *J Bras de Patologia e Med Lab*, v. 53, n. 6, p. 377-381, 2017.

- GENANT, H. K. **Vertebral fracture assessment using a semiquantitative technique.** *Journal of bone and mineral research*, v. 8, n. 9, p. 1137-1148, 1993.
- GIANGREGORIO, L; EL-KOTOB, R. **Exercise, muscle, and the applied load-bone strength balance.** *Ost Int*, v. 28, n. 1, p. 21-33, 2017.
- GUIRGUIS-BLAKE, J. M. **To prevent falls in older adults: updated evidence report and systematic review for the US Preventive Services Task Force.** *Jama*, v. 319, n. 16, p. 1705-1716, 2018.
- HALVARSSON, A. **Long-term effects of a progressive and specific balancetraining programme with multi-task exercises for older adults with osteoporosis: a randomized controlled study.** *Clinical rehabilitation*, v. 30, n. 11, p. 1049-1059, 2016.
- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população Brasileira.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, v. 39, p. 1-63, 2013.
- MORLEY, J.E. **Frailty consensus: a call to action.** *Journal of the American Medical Directors Association*, v. 14, n. 6, p. 392-397, 2013.
- OLIVEIRA, C; BORBA, V.C.Z. **Epidemiology of Femur Fractures In The Elderly And Cost To The State Of Paraná, Brazil.** *Acta ortopedica brasileira*, v. 25, n. 4, p. 155-158, 2017.
- PINHEIRO, M. M. **O impacto da osteoporose no Brasil: dados regionais das fraturas em homens e mulheres adultos-The Brazilian Osteoporosis Study (BRAZOS).** *Rev Br de Reumat*, v. 50, n. 2, p. 113-120, 2010.
- RADOMINSKI, S.B. **Brazilian guidelines for the diagnosis and treatment of postmenopausal osteoporosis.** *Rebrasde reumat*, v. 57, n. 6, p. 452-466, 2017.
- STOLZENBERG, N. **Bone strength and density via pQCT in post-menopausal osteopenic women after 9 months resistive exercise with whole body vibration or proprioceptive exercise.** *J of Musculo Neuronal Interactions*, v. 13, n. 1, p. 66-76, 2013.
- TAAFFE, Dennis R. **Physical activity and exercise in the maintenance of the adult skeleton and the prevention of osteoporotic fractures.** In: *Osteoporosis* (Fourth Edition). Cap. 29, p. 683-719. 2013.
- VELLUCCI, R. **Understanding osteoporotic pain and its pharmacological treatment: supplementary presentation.** *Osteoporosis International*, v. 29, n. 9, p. 2153-2154, 2018.
- VERAS, R. P. **Um modelo em que todos ganham: mudar e inovar, desafios para o enfrentamento das doenças crônicas entre os idosos.** *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, v. 34, n. 1, p. 779-786, 2012.
- VILAÇA, K. H. C. **Body composition, muscle strength and quality of active elderly women according to the distance covered in the 6-minute walk test.** *Braz J Phys Ther*, v. 17, n. 3, p. 289-296, 2013.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Integrated care for older people: Guidelines on community-level interventions to manage declines in intrinsic capacity.** Geneva: World Health Organization; 2017.

PEDAGOGIA CRÍTICA: MÚSICA E ALFABETIZAÇÃO EM PAUTA

Andressa Blanco Ramos Bispo

Universidade Anhembi Morumbi

São Paulo- SP

RESUMO: Sob o olhar da pedagogia crítica, o presente artigo apresenta um estudo direcionado à melhoria do processo de alfabetização e letramento do público da educação de jovens e adultos, utilizando a música como instrumento mediador do processo de ensino-aprendizagem. O objeto da pesquisa são as práticas pedagógicas da docente-pesquisadora. Como aporte teórico, retrata-se estudos acerca da Pedagogia Crítica; um panorama histórico da educação de jovens e adultos e a relação entre alfabetização, letramento e música com vistas à aprendizagem de jovens e adultos. A metodologia utilizada foi a Pesquisa-Ação, a partir da qual foi desenvolvida uma sequência didática com duração de três dias e como resultado, destaca-se a valorização docente de uma postura mais crítica e transformadora; a valorização da cultura local, nacional e mundial, bem como a valorização das relações sociais e o reconhecimento do pesquisador como sendo um indivíduo interessado nas questões sociais emergentes.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização e letramento; Música; Pedagogia crítica; Ensino-aprendizagem

ABSTRACT: Based on the studies of critical pedagogy, this article presents a study aimed at the development of literacy process of youth and adult education, using music as a mediation tool in teaching-learning process. This research focuses on the teacher-researcher's pedagogical actions. It was based on the studies of Critical Pedagogy; the history of youth and adult education in Brazil; and the relation between literacy and music. Methodology was based on Action-Research, which helped develop a three-day didactic sequence. Its results show the value of a more critical and transformation-oriented attitude from the educator; the importance of local culture as well as the national and global ones; the importance of social relations and the assumption of the researcher as an individual engaged in the emerging affairs of society.

KEYWORDS: Literacy; Music; Critical pedagogy; Teaching-learning

1 | INTRODUÇÃO

Sob o olhar da pedagogia crítica, o presente artigo apresenta um estudo direcionado à melhoria do processo de alfabetização e letramento do público da educação de jovens e adultos, utilizando a música como instrumento mediador do processo de ensino-aprendizagem.

A pesquisa teve como objetivo geral explicitar as práticas pedagógicas da docente-pesquisadora visando a alfabetização e letramento e como objetivos específicos planejar e aplicar uma sequência didática focada na alfabetização e letramento; utilizar a música como instrumento mediador no planejamento e na execução da sequência didática; refletir, avaliar e reconstruir as práticas docentes; conhecer as especificidades da educação de jovens e adultos e, por fim, compreender a pesquisa científica como parte do processo de amadurecimento acadêmico.

Como aporte teórico, são retratados estudos acerca da Pedagogia Crítica (FREIRE, 1970 e 1996; SMYTH, 1992; LIBERALI, 2008 e CAPELLA, 2015); um panorama histórico da Educação de Jovens e Adultos (SOUZA, 2012) e, finalmente, a relação entre Alfabetização, Letramento e Música com vistas à aprendizagem de jovens e adultos (FREIRE, 1970/ 1996) e (SWANWICK, 2003).

Como metodologia de pesquisa, foi utilizada a Pesquisa-Ação. Após observar dezesseis dias de aula na Escola Municipal Monteiro Lobato e detectar o perfil dos alunos, aplicou-se uma sequência didática com a duração de três dias. No primeiro dia, trabalhou-se com uma letra de música; no segundo, foi ministrada uma aula-passeio a fim de assistir a um concerto e no último dia realizou-se um bate-papo a respeito das experiências vividas no concerto e foi desenvolvida uma aula com essa temática.

Esta pesquisa foi patrocinada pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica/Anhembi Morumbi (PIBIC/AM) e se encaixa na linha de pesquisa Ensino-Aprendizagem. Integra o grupo de pesquisa “Pedagogia Crítica e Estudos Vygotskyanos em Contextos de Alfabetização e Letramento”, liderado pelo professor-orientador Leandro Capella.

2 | REFLEXÃO CRÍTICA

O desenvolvimento deste trabalho tem como princípio motivador o conceito de reflexão crítica, proposto por Van Manen *apud* Liberali (2008), podendo ser instrumentalizado nas quatro ações sugeridas por Smyth (1992): Descrever (o que faço?); Informar (qual a fundamentação teórica para tal ação?); Confrontar (como me tornei assim? ou Quero ser assim?) e Reconstruir (Como posso agir diferente?). Entretanto, para se alcançar a reflexão crítica, perpassamos pelo conceito de “ação rotineira” X “ação reflexiva” (DEWEY *apud* CAPELLA, 2015) sendo que o primeiro se refere à prática docente sem maiores contestações, restrita ao senso comum e o segundo se detém da prática comparada e contrastada com outras práticas.

Liberali (2008) com base em Dewey e Van Manen, antes de tratar do conceito de reflexão crítica, aborda outros dois conceitos: reflexão técnica e reflexão prática. No primeiro, a reflexão docente se dá por meio de conhecimentos teóricos e técnicos, na qual são aplicadas normas científicas pouco empíricas com o intuito de melhorar a prática em sala de aula. Já o segundo, se assemelha à “ação reflexiva” a partir da

qual é possível alterar as práticas por meio da observação de outras práticas, levando em conta a funcionalidade das ações, isoladas do contexto social e centralizadas no pragmatismo da atuação docente. Nesse segundo modelo, é possível aplicar a etapa descritiva (SMYTH, 1992), a partir da qual o professor percebe suas ações, podendo modificar sua aplicabilidade.

A reflexão crítica, foco deste trabalho, retoma características tanto da reflexão técnica como da prática, resolvendo as contradições que há entre elas. Nesse momento, o foco é direcionar a tríade: prática, técnica e crítica à emancipação dos sujeitos, levando em consideração o contexto histórico-social, bem como aspectos éticos e morais. Na reflexão crítica, os educadores entendem-se como intelectuais capazes de conduzir transformações sociais e formar sujeitos críticos e ativos na comunidade.

O educar crítico dá voz ativa aos estudantes em suas experiências de aprendizagem, além de utilizar a linguagem crítica condizente para tratar dos problemas cotidianos, como indica Freire (1970, p. 78) “o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu”.

Dentro do que foi discutido, Smyth (1992) propõe um processo de reflexão crítica amparado nas quatro categorias supracitadas. Descrever: narrar os fatos simples e pragmaticamente, sem influência de impressões pessoais; Informar: o ato de compreender as ações e as práticas anteriormente descritas, nessa categoria as interpretações do narrador começam a aparecer; Confrontar: remete ao questionamento das razões por trás das práticas, buscando os valores que permeiam o agir e o pensar do educador (bagagem cultural, histórica e preferências). Nessa etapa ocorre o questionamento de ideologias políticas, pedagógicas, profissionais e pessoais, além de um desconforto causado pelo conflito entre “quem eu sou” e “quem quero ser” (CAPELLA, 2015). Por último, o Reconstruir: nessa etapa pode-se observar tudo o que foi feito e, então, aprimorar, desconstruir, refazer. Esse é o momento em que o docente poderá refletir sobre como superar a realidade vigente, poderá sugerir mudanças de postura, abordagem, conteúdos, disposição do espaço, entre outros aspectos relevantes.

Sendo assim, esta pesquisa propõe uma análise crítico-reflexiva das práticas docentes em questão, pautadas nos conceitos de reflexão crítica e consonantes à definição de “práxis” (FREIRE, 1970, p. 21) como sendo a “reflexão e ação do homem sobre o mundo para transformá-lo”.

3 | EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Baseado nos estudos de Souza (2012), este capítulo traça um histórico a respeito da EJA, sendo uma modalidade da educação básica, reconhecida na LDBEN nº 9.394/1996, que no art. 37 destaca: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental

e Médio na idade própria”.

Diferente dos dias atuais, nos quais está firmado o consenso de que o sujeito da EJA possui ampla bagagem cultural e que os conteúdos devem dialogar com essa realidade, na primeira metade do século XX o cenário era diferente. Os principais sujeitos da educação de jovens e adultos eram os migrantes de diversas localidades da região rural brasileira que se mudavam para as cidades porque havia poucas escolas nas regiões rurais, sendo difundida a ideia de que o trabalhador rural não precisava ser alfabetizado para realizar trabalhos manuais.

Somente na década de 40 o governo percebe, por meio de levantamento de dados, que o analfabetismo é uma característica relevante do subdesenvolvimento do país. Nesse sentido, as autoridades políticas criaram a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), resumindo o processo de alfabetização a três meses de duração. O interesse era mais político do que social, ampliando o número de eleitores nas votações. Apesar de a campanha ter sido extinta em 1963, ela ajudou a combater o preconceito com a classe trabalhadora analfabeta.

No final dos anos 50 e início dos anos 60, Paulo Freire começa a instaurar a educação popular, uma nova pedagogia que consideraria toda a bagagem cultural, social e histórica do sujeito para alfabetizá-lo de maneira contextualizada com sua realidade. Entretanto, com o golpe militar de 1964, Freire é exilado e seu modelo educacional dá lugar ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), um movimento assistencialista e conservador com objetivo de promover a alfabetização de caráter estritamente funcionalista.

Em 1970, o Mobral continua crescendo no território nacional e surge o Programa de Educação Total (PEI), uma oportunidade para os jovens recém-analfabetos e analfabetos funcionais continuarem seus estudos. Ainda na década de 70, surge o Centro de Estudos Supletivos (CES) que dava uma rápida certificação, porém superficial, tecnicista e autoinstrucional.

Na década de 80, com o texto constitucional de 1988, o acesso ao Ensino Fundamental passa a ser gratuito e obrigatório para qualquer cidadão. A década de 80 é marcada pelo início de muitos debates sobre novas propostas pedagógicas.

Desde o final da década de 40 são realizadas as Conferências Internacionais da Educação de Adultos (Confiteas). A primeira ocorreu na Dinamarca (final da década de 40); em 1960 no Canadá; em 1972 no Japão; em 1985 na França; em 1997 na Alemanha; em 2003 na Tailândia e em 2009 no Brasil. Essas conferências discutem o desenvolvimento da educação de adultos, o papel do Estado, o direito de aprender e o papel da alfabetização diante da equidade.

Entretanto, em 1990 ocorre a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, na Tailândia, com os seguintes objetivos:

- Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem;
- Expandir o enfoque;

- Universalizar o acesso à educação e promover a equidade;
- Concentrar a atuação na aprendizagem;
- Ampliar os meios e o raio de ação da educação básica;
- Propiciar um ambiente adequado à aprendizagem;
- Fortalecer as alianças;
- Desenvolver uma política contextualizada de apoio;
- Mobilizar os recursos;
- Fortalecer a solidariedade internacional. A EJA constitui uma das frentes de debate nessa Conferência Mundial.

Sendo assim, a década de 90 foi um marco para as modificações do cenário educacional, ocorrendo mudanças na legislação, publicação de diretrizes curriculares para a EJA e a inserção de metas no Plano Nacional de Educação (PNE).

Em janeiro de 2003, O MEC anunciou que a alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade do Governo Federal. Para isso, foi criada a secretaria extraordinária de erradicação do Analfabetismo.

Portanto, ao traçar essa breve linha do tempo, pode-se destacar como o principal problema da EJA a desigualdade social, revelada pelos seguintes fatores: a baixa escolaridade; a predominância de atividades rurais até meados do século XX e o preconceito que excluía a educação a essas camadas sociais; a perpetuação do analfabetismo até 1888 com a predominância das relações escravocratas; a evasão escolar revelada pela pobreza, impedindo que jovens permaneçam ou acessem a escola no momento adequado; a defasagem na formação de professores e a tardia prática da educação escolar pública e da educação de adultos no país.

Conforme o documento das Diretrizes Curriculares Nacionais (2004), enquanto modalidade de educação básica, o EJA, conforme expressa na LDBEN, não se consubstancia apenas no âmbito da alfabetização. Mas vai além, com função, abrangência e importância muito maior. Nessa perspectiva, o Parecer CNE/CEB nº 11/2000 redefine as funções do ensino supletivo constantes do Parecer CFE nº 699/72 e atribui à EJA três funções básicas:

Função reparadora

A função reparadora constitui-se na restauração do direito a uma escola de qualidade, o que significa ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante, contribuindo para a conquista da cidadania e a inserção no mundo do trabalho, através da aquisição das competências exigidas para isso. A função reparadora significa a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade e o reconhecimento de igualdade de todo e qualquer ser

humano.

Função equalizadora

Dá cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados, a reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja repetência, ou seja, evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação.

A função equalizadora aplica-se àqueles que antes foram desfavorecidos quanto ao acesso e permanência na escola, devendo receber, proporcionalmente, maiores oportunidades que os outros, para ter restabelecida sua trajetória escolar de modo a readquirir a oportunidade de um ponto igualitário no jogo conflitual da sociedade.

Função Permanente ou qualificadora

Propicia a todos a atualização de conhecimento por toda a vida. Ela é o próprio sentido da EJA, tendo como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares e não escolares. Atua como um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade.

Sendo assim, de acordo com o parecer 11/2000, a EJA necessita de um modelo pedagógico próprio que assegure a inclusão de estratégias de valorização da experiência de vida (social, cultural e profissional) coerente com a realidade de jovens e adultos.

4 | MÚSICA E ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ao falarmos sobre Educação de Jovens e Adultos, é primordial pensarmos no conhecimento prévio, na bagagem cultural e, sobretudo, na experiência de vida intrínseca aos indivíduos presentes nesse contexto. Com base em estudos sobre a música, Swanwick (2003, p. 40) afirma que “A música não somente possui um papel na reprodução cultural e afirmação social, mas também potencial para promover o desenvolvimento individual, a renovação cultural, a evolução social, a mudança.”

Partindo desse pressuposto, é importante considerarmos a formação de docentes atuantes nessa modalidade. Uma vez que os educandos da EJA são jovens, adultos e idosos repletos de experiências e histórias de vida para compartilhar, devemos considerar uma formação docente específica que saiba atuar e mediar as situações de aprendizagem bem como metodologias, didáticas e conhecimentos coerentes com essa realidade.

Paulo Freire foi um dos pioneiros de uma concepção de educação que prioriza a libertação e a conscientização. Ou seja, a educação precisa formar um cidadão crítico capaz de transformar a sua realidade, superando os moldes opressores do sistema vigente, como afirma Freire (1970, p. 58): “o importante é que a luta dos oprimidos se faça para superar a contradição em que se acham. Que esta superação seja o surgimento do homem novo – não mais opressor, não mais oprimido, mas homem libertando-se.”

Portanto, na EJA, a alfabetização deve ocorrer respeitando o conhecimento de mundo que os sujeitos dessa etapa já possuem, questão que pode ser trabalhada por meio da música porque nela estão contidos valores simbólicos, históricos, políticos, culturais e pessoais que representam a individualidade e, muitas vezes, a coletividade oriunda de um determinado grupo social.

Assim posto, a música quando bem contextualizada é capaz de provocar uma profunda identificação por parte do indivíduo, uma vez que ele enxerga a sua realidade impressa no papel ou cantada pelos alto-falantes do rádio e consegue se enxergar como parte do mundo e como fragmento de uma cultura. A partir desse momento, o indivíduo une forças para transformar a sua realidade.

No trabalho pedagógico, todo esse “efeito musical” pode ser obtido por meio do uso das palavras geradoras - palavras significativas e presentes no cotidiano dos alunos - e que podem ser encontradas nas letras das músicas. Como postula Freire *apud* Soares (2017) “(...)Só assim nos parece válido o trabalho da alfabetização, em que a palavra seja compreendida pelo homem na sua justa significação: como uma força de transformação do mundo. Só assim a alfabetização tem sentido.” Ademais, como estará mais explícito no capítulo a seguir, o trabalho com a música permite conhecer de forma abrangente a infância dos sujeitos, o contexto social, as experiências regionais, as profissões, a cultura predominante, a relação com a família, as emoções e os sentimentos, viabilizando uma alfabetização mais significativa com vistas ao letramento.

5 | CONTEXTO E METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na escola municipal Monteiro Lobato, localizada no endereço Av. Paula Ferreira, 2653 - Vila Pereira Barreto, São Paulo - SP, 02915-100 no período de 23 de março de 2018 a 23 abril de 2018 durante o período noturno.

A metodologia deste trabalho, a fim de categorizar as ações e práticas pedagógicas a seguir, será exposta no molde do trabalho de Smyth (1992) a respeito do processo de reflexão crítica. Também foi amparado na Pesquisa-Ação, uma vez que a docente atua igualmente como pesquisadora. (CAPELLA, 2015).

Após observar 15 aulas da professora titular e detectar o ritmo da sala, foi desenvolvida uma sequência didática de 3 dias com base nos conteúdos aprendidos

pelos alunos: consoantes, vogais, fonemas, substantivos próprios e o alfabeto em geral.

19/04/2018. Duração: 1h15min.

Descrever:

1. A aula foi iniciada cantando a música Asa Branca- Luiz Gonzaga;
2. Foi entregue a letra impressa para os alunos e, posteriormente, reproduzida novamente, solicitando que acompanhassem a letra e cantassem;
3. Foi solicitado que os alunos identificassem (pintando, circulando ou sublinhando) as palavras que iniciassem com cada letra do alfabeto. Conforme os alunos encontravam as palavras, elas eram escritas na lousa, em ordem alfabética, de A-Z. As letras que não correspondessem ao início de nenhuma palavra do texto, também eram anotadas na lousa de forma que os alunos pudessem se lembrar de alguma palavra do cotidiano que conhecessem.
4. Após essa etapa, os alunos colaram a letra da música em seus cadernos e organizaram, na vertical, linha por linha, a sequência do alfabeto para, ao lado da letra, escreverem a palavra correspondente encontrada.
5. Terminada a tarefa, foi tocada a música Morena Tropicana- Alceu Valença, sobre a qual os alunos comentavam na semana passada em uma conversa informal. Os alunos dançaram e cantaram livremente na sala até o final da aula.

Informar: O conteúdo da aula foi: leitura, sequência alfabética, reconhecimento das letras, vocabulário e regionalidade. O foco da abordagem foi o gênero musical forró, sobre o qual os alunos comentaram bastante nos dias anteriores. A aula foi iniciada de maneira descontraída, com a docente-pesquisadora e os alunos cantando juntos e, após ouvirem a música, discutiram sobre a temática. A docente-pesquisadora perguntou o que haviam entendido da música e se já haviam ouvido alguma vez. Todos os alunos disseram conhecer a música e alguns contribuíram falando sobre a temática da seca e da desigualdade social. Um aluno lembrou sobre quando precisou vir para São Paulo com a família, fugido da seca e da pobreza. A interação ocorreu por meio de discussões sobre o tema e com todos cantando juntos de forma descontraída. A atividade foi feita individualmente, com o auxílio da docente-pesquisadora. A proposta era encontrar palavras no texto da música que comesçassem com as letras do alfabeto, uma por uma, sequencialmente. Alguns alunos circulavam mais de uma palavra que encontravam e a docente-pesquisadora precisava intervir, lembrando-os de que o propósito era circular só uma palavra com cada letra para a atividade ser finalizada de maneira correta. Mesmo assim, as hipóteses dos alunos eram levadas em consideração, pois a docente-pesquisadora comentava sobre as palavras que haviam encontrado com a mesma letra e, se necessário, um colega ajudava o outro a encontrar uma segunda opção no texto. Durante a atividade, os alunos achavam fácil e pulavam para a próxima letra sem aguardar os colegas, então era necessário

lembra-los de fazerem todos juntos. As palavras que não encontravam com algumas das letras eram pensadas coletivamente, descobrindo outras palavras não presentes no texto, porém existentes no cotidiano.

Após circularem todas as palavras possíveis, a docente-pesquisadora pegou o caderno de um dos alunos e pediu para que escrevessem o alfabeto na vertical, linha por linha, ela foi demonstrando na lousa e no caderno como era para ser feito, porém, não sobrou tempo para transcreverem as palavras, então foi solicitado que fizessem em casa.

De modo geral, a atividade pareceu ser fácil para os alunos, da mesma forma que pareceram se divertir muito, além de trocarem experiências e ajudarem uns aos outros.

Confrontar: Ao proporcionar uma aula interativa e dinâmica, na qual todos pudessem participar, foi pensada a superação do formato das aulas tradicionais que, inclusive, foram observadas dias antes da aplicação da sequência didática. A aula propôs maior autonomia e interação por parte dos alunos, incentivando-os a cooperarem uns com os outros na busca de resultados, além de trabalhar com temas mais próximos da realidade, do contexto social e da origem de cada um. Os alunos puderam refletir sobre o tema pobreza e sobre a migração, comparando e superando a sua realidade atual com o passado no Nordeste (região onde a maioria dos alunos nasceram). Os alunos que não nasceram no Nordeste e não conheceram de perto o problema da seca puderam, ao menos, trocar experiências com os colegas e concluíram que São Paulo ainda é um lugar bom para residir, além de possuir um clima mais favorável para a saúde e para o trabalho.

Reconstruir: Percebendo que a atividade foi relativamente fácil para a maioria dos alunos, foi detectada a necessidade de torná-la mais instigante. As reformulações pensadas foram: pedir para encontrarem palavras específicas do texto, bem como identificarem sílabas; durante a execução da atividade também foi identificada uma dúvida por parte dos alunos a respeito do uso do -RR e do -SS, a qual poderia ter sido explorada; também seria possível trabalhar mais com substantivos próprios, por exemplo, partindo do nome da personagem “Rosinha”, que aparece na música ou dos substantivos Brasil e Nordeste, permitindo a exploração do conceito de regionalidade. Foi identificada, também, a possibilidade de desenvolver uma atividade relacionando substantivos com adjetivos.

22/04/2018. Duração: 1h30min

Descrever/Informar: No domingo foi feita uma aula-passeio à Sala São Paulo, localizada no centro de São Paulo, próxima à estação Luz. Os alunos assistiram a um concerto com músicas contemporâneas bem características das trilhas sonoras de filmes. Ao final, a orquestra também tocou músicas brasileiras e a regente enfatizou a importância da valorização da cultura brasileira, além de conhecer várias outras. Todos foram convidados a levantar das cadeiras para cantar e dançar.

Os alunos puderam conhecer a disposição de uma orquestra, os tipos de instrumentos, o posicionamento dos músicos e entraram em contato com produções musicais mundiais.

Foi um dia de aprendizado informal e enriquecimento da bagagem cultural, um dia com os familiares e amigos. A docente-pesquisadora foi responsável por conseguir a quantidade de ingressos necessária para que cada aluno pudesse desfrutar daquele momento ao lado de pessoas especiais. Alguns foram de carro com familiares e outros encontraram a docente-pesquisadora em frente à escola para juntos pegarem ônibus e trem, aproveitando para fazer a leitura de placas e informações dispostas nas ruas de São Paulo.

Confrontar: Foi escolhido esse passeio a fim de proporcionar um momento de aprendizado informal e experimental, onde fosse possível aprender mesmo fora da sala de aula e conhecer outra cultura (a erudita), bem como aprofundar os conhecimentos sobre a linguagem musical que permeia o mundo e adentrar um outro espaço social, repleto de normas próprias.

Reconstruir: Como melhoria, foi ressaltada a hipótese de todos os alunos e familiares irem juntos ao evento, assim um maior número de alunos teria se animado para o passeio, já que domingo geralmente é um dia de se passar com a família em casa. Porém, não foram obtidos recursos para uma espécie de excursão em veículo contratado.

23/04/2018. Duração: 1h15min.

Descrever:

1. A docente-pesquisadora conversou com os alunos sobre a aula-passeio, contando a experiência para aqueles que não puderam comparecer. O primeiro tempo da aula foi aberto à discussões e comentários sobre a orquestra. Foram fornecidas, também, informações sobre como conseguir ingresso para os concertos matinais gratuitos via site ou bilheteria.
2. Um pequeno texto de 4 linhas foi escrito na lousa para que os alunos pudessem copiar em seus cadernos, a respeito da formação de uma orquestra.
3. Após copiarem, foi distribuída uma imagem ilustrando a disposição de uma orquestra, para que colassem abaixo do texto.
4. Foi feita uma atividade de preenchimento de lacunas com as letras faltantes nas palavras: corda, sopro e percussão. Nesse momento, a turma comentou sobre alguns instrumentos de cada grupo. A docente-pesquisadora disponibilizou um livro ilustrado para que pudessem manusear.

Informar: O foco do conteúdo dessa aula foi promover um feedback da aula passeio e aprender um pouco sobre o conhecimento científico que envolve a música. Sendo assim, foi conversado sobre o passeio de domingo e os alunos puderam tirar dúvidas e contar para os colegas que não puderam comparecer. Conteúdo da aula: escrita, consoante e música.

Foi discutido sobre os tipos de instrumentos de uma orquestra com a ajuda de um livro ilustrado; também foi falado sobre a função de cada músico presente e sobre o papel da regente, fazendo uma analogia ao papel do professor, responsável por mediar as abordagens em sala de aula.

Os alunos pareceram interessados em participar de outros concertos matinais da Sala São Paulo. Eles se interessaram em saber sobre o endereço, o telefone, o site e como conseguir os ingressos gratuitos. Toda a informação foi disponibilizada na lousa e, interessados, os alunos anotaram em seus cadernos. Ademais, disseram que gostaram muito do final do concerto, quando a orquestra tocou diversos sambas para todos lembrarem, dançarem e cantarem juntos, valorizando, sobretudo, a cultura brasileira e tantas outras composições mundiais.

Após a conversa de abertura da aula, foi escrito um pequeno texto na lousa, apresentando uma breve introdução sobre o que é uma orquestra e por quantos grupos/naipes ela é formada: cordas, sopro e percussão. Os alunos interagiram bem com o texto, já que, inicialmente, a docente-pesquisadora leu em voz alta e, posteriormente, pediu para copiarem no caderno. Eles quiseram exemplos de instrumentos de cada grupo/naipe, então, a docente-pesquisadora escreveu o nome de alguns na lousa, demonstrando-os no livro ilustrado. Junto com o texto, foi distribuída uma imagem ilustrando a disposição de uma orquestra para colarem abaixo ou acima da escrita.

Posteriormente, foram trabalhadas as consoantes em uma atividade que solicitava o preenchimento das lacunas com as consoantes faltantes das palavras: cordas, sopro e percussão. Essa atividade pareceu muito fácil para os alunos, tanto que um deles comentou que a atividade era “mamão com açúcar”.

Confrontar: A escolha da finalização da sequência didática um dia após o passeio, teve como intenção o feedback das atividades informais, já que momentos como esse propiciam transformar o aprendizado abstrato em aprendizado concreto. A última aula teve a função social de incentivo à cultura e ao lazer como forma de aproveitar todos os eventos gratuitos que São Paulo oferece, bem como aprimorar a escrita.

Reconstruir: Privilegiando o aspecto técnico-científico da música, a docente-pesquisadora poderia ter feito uma dinâmica de adivinhação, a partir da qual os alunos devessem ouvir o som de um determinado instrumento e, em seguida, adivinhar o nome do instrumento, levando em consideração o timbre, o tipo de material, a intensidade do som, entre outros aspectos. Com essa atividade, também seria possível desenvolver a escrita, por exemplo, incentivando os alunos a escreverem o nome do instrumento, a primeira letra, a última letra e assim por diante.

6 | DISCUSSÃO E RESULTADOS

De maneira geral, o desenvolvimento da sequência didática foi satisfatório. Entretanto, em alguns momentos, foi detectado que poucos conhecimentos novos

foram explorados, dando espaço à reafirmação de conteúdos já aprendidos, exceto os conhecimentos mais específicos sobre a música, que foram novos para a maioria e que complementaram o conhecimento de alguns alunos que tocavam violão e outros que cantavam no coral da escola. A maior dificuldade na escolha e na delimitação dos conteúdos foi o curto tempo de atuação concedido pela direção da escola: apenas 2 dias após o intervalo até o horário da saída, resultando em 1 hora e 15 minutos por dia. Devido à restrição de tempo, foi necessário encurtar as aulas para deixá-las menos complexas, já que essa complexidade exigiria mais tempo com cada aluno, de mesa em mesa. Essa escassez de tempo também interferiu na disposição do espaço, impossibilitando o trabalho em formatos diferentes (roda e grupos menores) e reafirmando o cenário de carteiras enfileiradas.

A respeito da relação teórico-prática deste trabalho, há um destaque para a importância de o docente estar em constante autoavaliação, reconhecendo os pontos fortes e fracos de suas aulas e conhecendo seus alunos como sujeitos ativos da construção do conhecimento como sendo uma troca de saberes. Somente refletindo diariamente sobre suas práticas, será possível que o docente promova melhorias. Vale ressaltar que o processo de Reflexão Crítica sugerido por Smyth (1992) é um parâmetro eficaz nesse processo de amadurecimento porque, primeiramente, se aprende a Descrever as ações docentes de maneira sucinta; posteriormente se aprende a Informar, deixando explícitos aspectos mais formativos; na sequência se aprende a Confrontar escolhas, entendendo como as próprias vivências e aprendizados influenciam fatores como o planejamento de aula e a didática e, por fim, se aprende a Reconstruir a aula, ou seja, pensar em outras formas de abordar o mesmo conteúdo, formas que possam ser mais efetivas e significativas.

Ao final do processo, é possível reconhecer a interdependência entre o planejamento e aula prática e, na mesma proporção, o distanciamento entre esses dois momentos (o de planejar e o de executar), uma vez que a aula é planejada de uma forma, como se tudo fosse ocorrer de maneira impecável e imutável, imaginando que os alunos interajam a todo momento, questionem e façam intervenções quando, na realidade, muitos estão inseridos no molde da educação bancária (FREIRE, 1970), no qual somente recebem o conteúdo dos educadores sem participar ativamente dessa co-construção que deve ser o processo de ensino-aprendizagem em qualquer faixa etária, especialmente na modalidade EJA. Daí a extrema importância do diálogo deste trabalho com os estudos de Freire (1970 e 1996) na busca de libertar os sujeitos, tanto da educação bancária como dos moldes opressores do sistema, possibilitando que se tornem questionadores e transformadores da realidade. Ainda nessa perspectiva, a música corrobora com a ruptura dessas barreiras sociais, pois ela permite que o indivíduo reflita sobre as suas origens, a sua realidade e sobre como superar os obstáculos e reconhecer sua identidade. Além disso, a música articula a memória, as emoções e os mais variados sentimentos. É uma maneira de refletir sobre a vida de maneira descontraída, mas sem perder o senso crítico. O trabalho com a música para

jovens e adultos funcionou muito bem exatamente porque os alunos compartilharam lembranças e sentimentos sobre morar no nordeste e sobre ter que migrar para São Paulo em busca de melhores oportunidades de emprego e estudo, ou seja, resgataram suas origens, sua realidade e suas identidades individuais e coletivas. Além da reflexão, a música também proporcionou momentos de interação social e diversão, os alunos dançaram forró uns com os outros, cantaram e até lembraram de quando se aventuraram em festas quando mais jovens.

Na dimensão acadêmica, ressalta-se que o grupo de pesquisa é uma importante dinâmica de aprendizagem, já que aprende-se de maneira colaborativa. Aprende-se, também, que a pesquisa nunca termina da mesma forma que começa, porque quanto mais se pesquisa, mais demandas surgem juntamente com a necessidade de se adequar a novos estudos e teorias. A pesquisa científica supera a zona de conforto em que se encontra qualquer sujeito, sugere novos ângulos e gera o aperfeiçoamento da habilidade de investigação.

Portanto, ao iniciar na carreira científica, o aprendizado obtido é cultivar a tríade: paciência, perseverança e sabedoria a fim de sempre encontrar novas soluções e fazer novas descobertas.

Sendo assim, conclui-se esta etapa com a satisfação de os alunos terem aprendido mais sobre a linguagem musical; conhecido mais sobre os eventos gratuitos em nossa cidade; lido e escrito sobre esses assuntos e, inclusive, pelo entendimento e pela empatia da professora titular permitir que todas as atividades desenvolvidas fossem coladas no caderno da escola, possibilitando que os alunos sempre se lembrem dessa experiência até o fim do ano letivo ou para além dele. No final das contas, o letramento é essa troca de experiência e de conhecimento, essa leitura abrangente sobre o mundo que nos cerca, é a compreensão de ser quem nós somos e de superarmos nossas limitações, seja no aspecto educacional, político, social, cultural ou econômico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais:** Educação básica/Brasil. Conselho Nacional de Educação. Brasília – DF, 2004.

CAPELLA, Leandro. **A formação do Professor de um Curso de Inglês para Professores da Rede Pública: Reflexão Crítica sobre o contexto criado para Ensino-Aprendizagem.** Dissertação de mestrado. PUC-SP, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBERALI, Fernanda Coelho. **Formação crítica de educadores: questões fundamentais.** Taubaté-SP: Cabral livraria e editora universitária, 2008.

SMYTH, John. **Teacher's work and the politics of reflection.** In: American Educational Research

Journal. Melbourne. Education and Development, Monash University, 1992.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 7. Ed.- São Paulo: Contexto, 2017.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: Editora InterSaberes, 2012.

SWANWICK, Keith. **Ensinando música musicalmente**. Tradução de Alda Oliveira e Cristina Tourinho. São Paulo: Moderna, 2003.

<<http://www.ejamundodotrabalho.sp.gov.br/>> Acessado em 5 de julho de 2018.

PERCEBENDO O MUNDO COM UM NOVO OLHAR

Ana Paula Fernandes Ferreira

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, Diamantina-MG

Letícia Carolina Teixeira Pádua

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, Diamantina-MG

RESUMO: A fenomenologia busca pensar, refletir sobre o fenômeno que se revela buscando questionamentos, enquanto que a Geografia Humanista de base fenomenológica permite uma maior aproximação das experiências pessoais. Assim, com base em conversas e no uso do diário de campo, levantamos algumas reflexões a cerca de conceitos fundamentais para a geografia enquanto ciência e essência, que estão diretamente relacionados aos sentidos.

PALAVRAS CHAVE: fenomenologia – geografia – sentidos

ABSTRACT: Phenomenology seeks to think, to reflect on the phenomenon that is revealed by seeking questions, while the Humanist Geography of phenomenological basis allows a closer approximation of personal experiences. Thus, based on conversations and the use of the field diary, we raise some reflections about fundamental concepts for geography as science and essence, which are directly related to the

senses.

KEYWORDS: phenomenology - geography - senses

1 | INTRODUÇÃO

A geografia é o que podemos considerar como conhecimento universal, visto que todo homem a pratica. Assim, consideramos que ela é parte da essência de ser do homem. Seus conceitos considerados mais fundamentais e que geram maiores reflexões, estão sempre relacionados aos sentidos, mas de maneira que sempre um deles se sobressaia, geralmente a visão, em “detrimento” dos outros. Já afirmava Tuan (2013), que “*a dependência visual do homem para organizar o espaço não tem igual. Os outros sentidos ampliam e enriquecem o espaço visual.*” Isso só é possível graças a experiência, que se dá no encontro ou re-encontro dos sujeitos com o mundo-da-vida. Ainda segundo Tuan (2013), “*os cegos são capazes de conhecer o significado de um horizonte distante. Eles podem extrapolar de sua experiência de espaço auditivo e da liberdade de movimento para contemplar com os olhos da mente vistas panorâmicas e o espaço infinito.*” São estas “vistas panorâmicas da mente” que buscamos acessar através de um método

chamado Mapa Mental, que é um meio de diagnóstico de percepção do ambiente. Isso nos leva a um questionamento chave: Como as pessoas que possuem restrições em algum desses sentidos percebem o mundo-da-vida e desse modo praticam geografia?

2 | MATERIAL E MÉTODOS

Partimos do pressuposto de que entrevistas embasadas em roteiros com questionamentos “fechados” podem acabar limitando as respostas que receberemos, fazendo com que a essência das palavras nos seja repassada de forma, talvez, menos rica. Desse modo, optamos pelo formato de “conversas”, como forma de tentar acessar o mais integralmente possível as experiências perceptíveis do mundo-da-vida, em pessoas com restrição nos sentidos. Essa “conversa” deve ser o mais informal possível, mas é a partir de seus resultados que buscamos desenvolver uma re-significação de conceitos base para a geografia, a partir das experiências cotidianas no mundo-da-vida.

Utilizamos embasamento teórico e metodológico da Geografia Humanista de base fenomenológica, visto que esta forma de abordagem, permite uma maior aproximação das experiências pessoais, permitindo que o observador crie imagens que possam interligar suas percepções somadas às experiências do locutor.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

As experiências que aqui tratamos nada se parecem com aquelas realizadas em um laboratório. Mais precisamente, as tratamos como experiências intersubjetivas, ou seja, aquelas experiências que apesar de serem únicas e pessoais possuem características que permitem uma certa aproximação, um compartilhamento, um re-conhecimento. Elas nos permitem identificar características que anteriormente passavam despercebidas.

Por exemplo, a descrição de uma paisagem para um cego está repleta de sensações e emoções, das quais podemos compartilhar: *“Cemitério é um lugar macabro porque é um cemitério, um ambiente demasiadamente quieto, com bichos griguilando aqui e ali, mas acho que a sensação mais macabra é saber que você está em um cemitério.”* (MARCOS, 2015).

Após cada leitura e conversa, conseguimos extrair fragmentos que nos mostram o quanto nos afastamos do mundo-da-vida e o temos tornado cada vez mais superficial:

Somos cegos que vendo não vêem, porque nos tornamos dependentes da visão e camuflamos em prol dela todos os outros sentidos. Tornamos o mundo da vida algo tão superficial que nos esquecemos de que ele é mais que uma mera imagem que vemos e reproduzimos em nossa mente. Às vezes é preciso colocarmos vendas em nossos olhos para podermos ver. Ver com o corpo, que não se limita a um só sentido, mas consegue uma visão ampliada a partir de todos

que possui. Raciocinar com a mente e não com os olhos. Apesar de parecer obvio depois de falado, só me dei conta deste fato, após uma conversa com um cego que encontrei por acaso numa biblioteca da cidade de Belo Horizonte. Ele me disse:

“A gente fica surpreso como a pessoa que enxerga tem dificuldade de perceber que se aprende as coisas é com o cérebro, é com a mente. É a primeira coisa. Se os olhos não são perfeitos, mas se a mente o é, qual o problema?” (TAQUINHO DE MINAS, 2015)

Das trevas à luz!

E quando de repente tudo escurece?

Você logo se desespera.

Mas e agora o que fazer com essa falta de luz? Perdi minha capacidade de raciocinar, já retratava Saramago em seu ensaio.

A engrenagem que antes movia a minha robótica, automática e formatada forma humana, agora se encontra em defeito, parada sem capacidade de funcionamento. Será mesmo?

E os outros componentes de toda essa “engrenagem” onde estão que não me ajudam? Na verdade sempre estiveram no mesmo lugar. Estavam cobertos de poeira, guardados debaixo do tapete, esquecidos, camuflados.

Já que aqui estão que tal testar alguns e descobrir o que podem fazer? O mais divertido é saber que as cores podem ter cheiros diferentes, sons, texturas, que eu jamais imaginava.

E de volta a luz, mas não aquela luz branca ou repleta de cores. É uma luz que não se vê, é a volta do funcionamento. É se permitir sentir cada pelo do corpo arrepiado quando uma brisa passa ou a temperatura se altera. É uma luz que permite “enxergar” sem precisar ver.

E assim prefiro ser cega, uma cega que vê!

É importante ressaltar que nossa preocupação não se limita apenas aos conceitos geográficos, mas também a volta de uma geografia que seja feita a partir do mundo-da-vida e não apenas como um ensaio para ele, desse modo não só ultrapassamos barreiras geográficas, mas também sociais e de mobilidade.

Todos fazemos parte do Mundo-da-Vida!

REFERÊNCIAS

MARCOS. In **Conversa com Marcos: Blog Histórias de Cego**, 2015.

²MINAS, Taquinho de. In **Conversa com Taquinho de Minas**, 2015. Belo Horizonte

³TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução: Livia de Oliveira. -Londrina:Eduel,2013

PERCEPÇÃO DE SAÚDE E COMORBIDADES DO IDOSO: PERSPECTIVAS PARA O CUIDADO DE ENFERMAGEM

Cláudia Fabiane Gomes Gonçalves

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Pernambuco
Pesqueira – PE

Samara Maria de Jesus Veras

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Pernambuco
Pesqueira – PE

Maria Aparecida de Souza Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Pernambuco
Pesqueira – PE

Rebeca Cavalcanti Leal

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Pernambuco
Pesqueira – PE

Cynthia Roberta Dias Torres Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Pernambuco
Pesqueira – PE

Ana Karine Laranjeira de Sá

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Pernambuco
Pesqueira – PE

Valdirene Pereira da Silva Carvalho

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Pernambuco
Pesqueira – PE

autopercepção de saúde e de morbidade de idosos de uma Unidade Básica de Saúde da Família, sob a vertente do cuidado integral e equânime de enfermagem na Atenção Primária.

Introdução: O idoso pode interpretar o seu declínio de saúde de diversas maneiras, sendo esta autopercepção um importante e confiável preditor de morbidade física, emocional e de déficit funcional. O aumento da população idosa, conseqüentemente, aumenta também a incidência de dependência deste segmento social; surgindo a necessidade de novas modalidades de prestação de assistência à saúde. **Métodos:** Trata-se de um estudo descritivo de abordagem quantitativa, que teve como população alvo 103 idosos. Variáveis investigadas: percepção de saúde e perfil de morbidades. Aprovado pelo Comitê de Ética sob Protocolo n.º 45553615.0.0000.5189.

Resultados: Os resultados da autopercepção de saúde demonstraram que 40,8% (n=42) dos idosos progrediram para situação pior do que há cinco anos. Quando comparada a sua saúde com a de outros idosos, 19,4% (n=20) estavam em condições piores de saúde que a maioria dos idosos. Os distúrbios referenciados pelos participantes foram: problemas cardíacos (58,3%), musculoesqueléticos (31,1%), endócrinos (25,2%), respiratórios (7,8%), renais (5,8%), psicológicos (5,8%), neurológicos (4,9%), oculares (4,9%), outros (19,4%).

RESUMO: **Objetivo:** Descrever a

Considerações finais: A população estudada possuía uma autopercepção de saúde negativa em comparação aos últimos cinco anos e aos demais idosos com a mesma idade e apresentavam doenças crônicas com um perfil de diversas morbidades, necessitando de maiores cuidados devido ao aumento do risco de mortalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde do idoso, Atenção Primária à Saúde, Enfermagem;

ABSTRACT: Objective: To describe the self-perception of health and morbidity of the elderly of a Basic Family Health Unit, under the aspect of integral and equitable nursing care in Primary Care. **Introduction:** The elderly can interpret their health decline in several ways, and this self-perception is an important and reliable predictor of physical, emotional and functional deficit morbidity. The increase in the elderly population, therefore, also increases the incidence of dependence of this social segment; resulting in the need for new modalities of health care delivery **Methods:** This is a descriptive study with a quantitative approach, with 103 elderly people as the target population. **Variables investigated:** health perception and morbidity profile. Approved by the Ethics Committee under Protocol No. 45553615.0.0000.5189. **Results:** The results of self-perceived health showed that 40.8% (n = 42) of the elderly progressed worse than five years ago. When compared to their health with that of other elderly, 19.4% (n = 20) were in worse health conditions than the majority of the elderly. The disorders referred to by the participants were: cardiac (58.3%), musculoskeletal (31.1%), endocrine (25.2%), respiratory (7.8%), renal (5.8%), 5.8%), neurological (4.9%), ocular (4.9%), others (19.4%). **Conclusion:** The population studied had a negative self-perception of health compared to the last five years and the other elderly with the same age and presented chronic diseases with a profile of various morbidities, requiring greater care due to the increased risk of mortality.

KEYWORDS: Salud del anciano; Actividades cotidianas; atención primaria a la salud; Enfermería.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil vive uma transição demográfica acelerada, com forte tendência ao crescimento da população acima de 60 anos e diminuição das taxas de fecundidade. Estima-se que a expectativa de vida aumentará de 75 para 81 anos, induzida pelas melhorias nos aspectos médico-sanitários e pelo planejamento familiar (IBGE, 2010). O envelhecimento desta população traz consigo a necessidade de um cuidado equânime, integral e efetivo nos múltiplos eixos que interferem na saúde, como os hábitos de vida, percepção das condições de saúde, bem como socioeconômicas (LIMA, 2014).

O envelhecimento saudável é definido como um processo de desenvolvimento e manutenção da capacidade funcional que permite o bem-estar em idade avançada. O envelhecimento está diretamente ligado à capacidade intrínseca e funcional do idoso, considerando os aspectos físicos, mentais, condições do meio e interações sociais, estão em constante diminuição como um processo fisiológico e/ou patológico

do indivíduo (OMS, 2016).

O idoso pode interpretar o seu declínio de saúde de diversas maneiras, sendo esta autopercepção um importante e confiável preditor de morbidade física, emocional e de déficit funcional. Vale ressaltar que pessoas com uma pior autoavaliação possuem maior risco de morte, em comparação às demais. Este método é empregado ao questionar ao indivíduo sobre “como ele classifica a sua saúde”, dando-lhe como alternativas: “péssima”, “ruim”, “regular”, “boa” ou “ótima” (BORGES et al., 2014).

Nessa perspectiva, é importante considerar que uma população em processo de envelhecimento acelerado demanda maiores cuidados especificamente em relação às doenças crônicas degenerativas. Este aspecto foi atestado por dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar do IBGE, ao expor, em 2008, que 79,1% dos brasileiros com mais de 65 anos de idade referem ter, pelo menos, uma das doze doenças crônicas (IBGE, 2010).

Ademais, o aumento da população idosa, conseqüentemente, aumenta também a incidência de dependência deste segmento social; surgindo a necessidade de novas modalidades de prestação de assistência à saúde (ARAÚJO et al., 2013). Destarte, o presente estudo possui o objetivo de descrever a autopercepção de saúde e de morbidade de idosos de uma Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF), sob a vertente do cuidado integral e equânime de enfermagem na Atenção Primária.

2 | MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva e transversal realizada em uma Estratégia de Saúde da Família (ESF) no município de Pesqueira, Pernambuco, Brasil. A população estudada foi de 103 idosos residentes na referida comunidade, que se adequaram aos seguintes critérios de seleção: idade igual ou acima de 60 anos; concordância sua ou do seu responsável em participar da pesquisa; assinatura ou impressão digital no termo de consentimento livre e esclarecido. Vale ressaltar que na impossibilidade do idoso para responder aos pesquisadores, os dados foram obtidos através do cuidador principal, que precisou concordar em participar da pesquisa e assinar ou deixar sua digital no termo de consentimento livre e esclarecido.

A coleta de dados da pesquisa foi ampla e abordou diversos fatores de caracterização do idoso e seus aspectos clínicos, tendo como base o instrumento *Brazil Old Age Schedule (BOAS)*. Entretanto, este estudo abordará especificamente a saúde física dos idosos, contendo como variáveis investigadas: percepção de saúde nos últimos cinco anos; percepção de saúde em comparação com outras pessoas da mesma idade; e o perfil de morbidade dos idosos.

Tais dados foram coletados através da realização de visita domiciliar aos idosos no período de fevereiro de 2015 a fevereiro de 2016. O instrumento foi preenchido pelos acadêmicos do grupo de extensão do curso de graduação em enfermagem do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), Campus

Pesqueira, a equipe foi submetida a treinamento para aplicação do questionário e realização da entrevista.

Os dados obtidos foram analisados de forma descritiva e em seguida foram transcritos, com o processo de dupla digitação, utilizando-se planilhas do aplicativo Microsoft Excel versão 2010. Uma vez corrigidos os erros, os dados foram exportados e analisados no programa *Statistical Package for Social Science* SPSS, versão 18.0. O nível de significância adotado foi de 0,05.

Por fim, cabe frisar que o estudo obedeceu toda a regulamentação referente a estudos envolvendo seres humanos, sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o Protocolo n.º 45553615.0.0000.5189.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da autopercepção de saúde demonstraram que 40,8% (n=42) dos idosos progrediram para situação pior do que há cinco anos, 39,8% (n=41) referiram que permanecem na mesma situação de saúde e 19,4% (n=20) como em situação melhor, no recorte temporal já estabelecido.

Quando comparada a sua saúde com a de outros idosos, encontrou-se que 19,4% (n=20) estavam em condições piores de saúde que a maioria dos idosos, 38,8% (n=40) afirmaram que suas condições são equiparadas aos mesmos e a maior parte da amostra se consideram melhores que as pessoas com a mesma idade. Todos esses dados estão descritos detalhadamente na tabela 1.

Infere-se, portanto, que uma percepção ruim de saúde acarreta em maior uso dos serviços de saúde (IBGE, 2009). Embora a mensuração do estado geral de saúde da população idosa seja tarefa difícil, a autopercepção de saúde tem-se mostrado um método confiável (POUBEL et al., 2017).

Variáveis	\bar{X}^a (dp) ^b	N	%
Percepção da saúde nos últimos 5 anos			
Melhor		20	19,4
Mesma coisa		41	39,8
Pior		42	40,8
Total		103	100,00
Percepção da saúde nos últimos 5 anos em em comparação com pessoas da mesma idade			
Melhor		43	41,7
Mesma coisa		40	38,8
Pior		20	19,4
Total		103	100,00
Prática de atividade física			
Sim		25	24,3
Não		78	75,7
Total		103	100,00

Faz uso de medicamento (s)

Sim		84	81,6
Não		19	18,4
Total	103	103	100,00

Tabela 1. Condições de saúde autorreferidas pelos idosos da ESF.

Legenda: a. Média b. Desvio padrão c. Mínimo- Máximo. N/R: Não sabe/ Não respondeu

Expandir a compreensão sobre a vida de cada idoso é importante, pois pode auxiliar o profissional a detectar situações desfavoráveis que possam desencadear adoecimentos tanto fisicamente como psicologicamente. Além disso, a autopercepção traz consigo a possibilidade da análise da função cognitiva e capacidade funcional (SILVA; JUNIOR; VILELA, 2014).

A prevalência de autopercepção negativa pode estar diretamente ligada a diversos aspectos, dentre eles baixas condições socioeconômicas, demográficas, escolaridade, pouca procura dos serviços de saúde, diagnóstico de mais de uma doença crônica, uso de polifarmácia, sedentarismo e interação social prejudicada (CONFORTIN et al., 2015).

A partir disso, foi então traçado o padrão de morbidade desses idosos, o qual confirmou a hipótese de prevalência de doenças crônicas. Os distúrbios referenciados pelos participantes foram: problemas cardíacos (58,3%), musculoesqueléticos (31,1%), endócrinos (25,2%), respiratórios (7,8%), renais (5,8%), psicológicos (5,8%), neurológicos (4,9%), oculares (4,9%), outros (19,4%). Estes dados estão expostos no gráfico 1 a seguir:

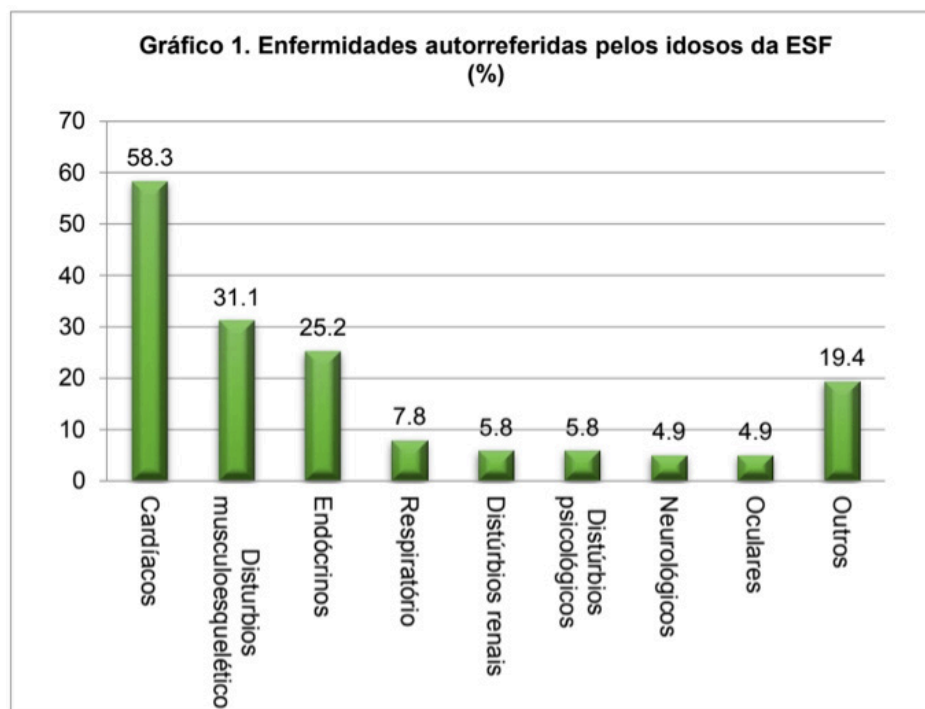


Gráfico 1. Frequência das enfermidades autorreferidas pelos idosos da ESF

Estes dados corroboram com as doenças autorreferidas pela pesquisa de Fachine e Trompieri (2012) ao mostrar que dentre as mais citadas estão: as alterações cardiovasculares, conseqüentemente a redução da função pulmonar e a redução da multiplicação, força e tônus das células musculares e alterações das células neurais. A diminuição e o comprometimento da função cardíaca do idoso acarretam na baixa tolerância aos esforços; bem como o aumento da resistência vascular e a redução do reflexo barorreceptor, ocasionando a hipertensão arterial (VITÓRIA, 2010).

A associação de Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e Diabetes Mellitus (DM) com as doenças cardiovasculares e cerebrovasculares é muito frequente, o que aumenta a necessidade de cuidados e os riscos de maiores complicações (BISPO et al., 2016). A limitação funcional e o isolamento social dificultam os idosos a aderirem e controlarem as condições crônicas. Muitos deles deixam de tomar suas medicações anti-hipertensivas, com receio de perda urinária, principalmente, quando há algum sinal de incontinência (LOUIVISON, 2011).

Ao longo da vida, por causa de alterações hormonais, ocorrem mudanças no metabolismo das lipoproteínas que levam à redução da produção endógena do colesterol, caracterizando as dislipidemias, sendo um fator relevante para o desenvolvimento de placas de atheroma sobre a parede das artérias, denominado de Aterosclerose (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, 2013).

Um estudo americano demonstrou especialmente no quesito mobilidade, uma relação entre HAS, incapacidade funcional e conseqüentemente a autopercepção em idosos, que pode estar relacionada com um distúrbio cerebral microvascular, resultando na perda e alteração da função de hipersensibilidade para a substância branca do cérebro, isso devido à hipertensão (HAJJAR et al., 2011).

Com o processo de envelhecimento o sistema respiratório assim como os demais sistemas do organismo, sofre alterações, tanto anatômicas como de funcionamento do tórax, tornando-se mais suscetível a doenças, dentre as afecções que mais acometem os idosos são: asma, bronquite, gripe, pneumonia e enfisema pulmonar. Outra enfermidade destaque é a doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), causada pela inalação de partículas ou gases tóxicos, principalmente no tabagismo, caracterizada pela presença de obstrução crônica e progressiva do fluxo aéreo, associada a uma resposta inflamatória anormal dos pulmões.

Embora a DPOC comprometa os pulmões, ela também produz conseqüências sistêmicas significativas: no Brasil, estima-se que 12% da população acima de 40 anos apresentam a doença, o que a caracterizou como a sexta principal causa de morte (FILHO, 2016). Consonante, uma outra pesquisa encontrou que idosos os quais não possuam doenças do aparelho respiratório têm quatro vezes a chance de ter uma qualidade de vida melhor quando comparados àqueles que referiram ter alguma doença respiratória (MIRANDA, 2014).

Dentre as alterações morfofisiológicas desse sistema no idoso, estão: a diminuição da capacidade de expectoração e eliminação de corpos estranhos nas vias aéreas,

que tende a ocasionar constantes infecções; o processo respiratório torna-se mais concentrado no abdome e no diafragma; os diâmetros torácicos aumentam, reduzindo a capacidade respiratória além da força e da elasticidade do aparelho respiratório que se tornam diminuídas, o que pode gerar fadiga (VITÓRIA, 2010).

As alterações mais acometidas nos idosos tangentes ao sistema musculoesquelético são: diminuição da flexibilidade, força e potência da musculatura; a articulação sofre redução da elasticidade e torna-se mais rígida proporcionando uma limitação nos movimentos; a base de sustentação do corpo sofre um alargamento, a marcha torna-se mais curta e lenta e o movimento braçal também diminui; com a perda de massa óssea ocorre o encurtamento da coluna aliado à redução da elasticidade dos discos intervertebrais ocorrendo aumento da curvatura da coluna. Vale ressaltar que o indivíduo pode perder até 1 cm da altura corporal e a densidade óssea fica reduzida partir dos 40 anos de idade (VITÓRIA, 2010).

O sistema muscular tem grande importância no envelhecimento e merece destaque, pois apresenta, com o passar dos anos, o declínio de 10 a 15% da força muscular até os 70 anos e a partir de então se tem a diminuição da força muscular para 50% a cada década. Além da redução da capacidade funcional, principalmente dos membros inferiores, apresentará diminuição da densidade mineral óssea, com aumento das chances de quedas e/ou fraturas (NETO et al., 2012).

Durante o processo de declínio, haverá uma perda de motoneurônios causando tremor e fraqueza além de diminuição da coordenação dos movimentos. Como implicação destes fatos, tem-se o desuso da musculatura esquelética que resulta em hipotrofia muscular, afetando a qualidade de vida do idoso e o favorecendo o surgimento de problemas psicossociais, baixa autoestima e depressão, acentuando o processo de envelhecimento (ASSUMPÇÃO et al., 2008).

4 | CONCLUSÕES

Os idosos inclusos neste estudo possuíam uma autopercepção de saúde negativa em comparação aos últimos cinco anos e aos demais idosos com a mesma idade. O perfil de morbidade dos idosos foi prevalente em problemas cardíacos, musculoesqueléticos e endócrinos, morbidades referidas, que podem ser multifatoriais e que podem estar intrínsecas unicamente ao processo fisiológico do envelhecer humano.

Entretanto, o cuidado ao idoso, mesmo à indeterminação da causalidade de suas morbidades, precisa estar atento às comorbidades de cada caso investigando-a juntamente com a autopercepção de saúde do idoso, visto que a associação do adoecimento com a autopercepção negativa está diretamente ligada a altos índices de mortalidade.

Esta pesquisa não permite fazer generalizações, entretanto, contribui para a

ampliação do olhar de profissionais de saúde quanto às variáveis estudadas, com ênfase no olhar integral ao idoso e as intervenções a serem inseridas no cotidiano do mesmo para melhorar a sua autoimagem e cuidados com a saúde.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. M. et al. **Atenção domiciliar ao idoso na visão do cuidador: interface no processo de cuidar.** Rev. Enf. Rev. n.16, v.2, p.98-110, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/enfermagemrevista/article/view/5626>> Acesso em: 15 de setembro de 2013.

ARRUDA, G. O.; LIMA, S. C. S.; RENOVATO, R. D. **Uso de medicamentos por homens idosos com polifarmácia: representações e práticas.** Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 21, n. 6, 2013. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/01041169.3004.2372>> Acesso em: 23 de Outubro de 2018.

ASSUMPÇÃO, C. O. et al. **Treinamento resistido frente ao envelhecimento: uma alternativa viável e eficaz.** Anuário da Produção Acadêmica Docente, v. 2, n.3, p.451-476, 2008. Disponível em:<<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2011/09/18treinamento-resistido-frente-ao-envelhecimento-uma-alternativa-viavel-e-eficaz.pdf>> Acesso em: 13 de outubro de 2018.

BORGES, A. M., et al. **Autopercepção de saúde em idosos residentes em um município do interior do Rio Grande do Sul.** Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v.17, n.1, p.79- 86, 2014. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S1809-98232014000100009>. Acesso em: 4 de agosto de 2018.

BISPO, I. M. J. et al. **Fatores de risco cardiovasculares e características sociodemográficas em idosos cadastrados em uma Unidade de Saúde da Família.** O Mundo da Saúde, v.40, n.3, p.334-342, 2016. Disponível em:< <http://dx.doi.org/10.15343/0104-7809.20164003334342>> Acesso em: 20 de outubro de 2018.

BRITO, F. A. **Transição demográfica no Brasil: as possibilidades e o desafio para a economia e a sociedade.** CEDEPLAR/UFMG. Belo Horizonte, 2007. Disponível em:<<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20318.pdf>> Acesso em: 7 de setembro de 2017.

CECCHIN, L. et al. **Polimedicação e doenças crônicas apresentadas por idosos de uma instituição de longa permanência.** Revista FisiSenectus, v. 2, n. 1, p. 25-32, 2015. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.22298/rfs.2014.v2.n1.2480>> Acesso em: 24 de outubro de 2018.

CONFORTIN, S. C. et al. **Autopercepção positiva de saúde em idosos: estudo populacional no Sul do Brasil.** Cadernos de saúde publica, v. 31, p. 1049-1060, 2015. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00132014>> Acesso em: 28 de outubro de 2018.

FARIAS, R. G.; SANTOS, S. M. A. **Influência dos determinantes do envelhecimento ativo entre idosos mais idosos.** Texto contexto-enferm. v.21, n.1, p.167-176, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072012000100019>> Acesso em: 20 de abril de 2017.

FECHINE, B. R. A.; TROMPIERI, N. **O processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos.** Revista Científica Internacional, v.1, n.7, 2012. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.6020/1679-9844/2007>> Acesso em: 21 de fevereiro de 2018.

FILHO, P. A. T. **Asma brônquica: asma no idoso.** 2016. Disponível em:<http://www.asmabronquica.com.br/medical/asma_idoso.html> Acesso em: 13 maio de 2016.

FUHRMANN, A. C. et al. **Associação entre a capacidade funcional de idosos dependentes e a sobrecarga do cuidador familiar.** Rev. Gaúcha Enferm. v.36, n.1, 2015. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2015.01.49163>>

HAJJAR, I. et al. **Hypertension, white matter hyperintensities and concurrent impairments in mobility, cognition and mood: The Cardiovascular Health Study.** *Circulation*, 1; 123(8): 858–865, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1161/CIRCULATIONAHA.110.978114>> Acesso em: 2 de abril de 2017.

IBGE. Um panorama da saúde no Brasil: acesso e utilização dos serviços, condições de saúde e fatores de risco e proteção da saúde. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.** Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas**, v.30, p.1-133, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2009_v30_br.pdf> Acesso em: 12 de agosto de 2016.

LIMA, Thaís Jaqueline Vieira de et al. Humanização na atenção básica de saúde na percepção de idosos. **Saúde e Sociedade**, v. 23, p. 265-276, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902014000100021>> Acesso em: 2 de abril de 2017.

LOUVISON, M. C. P. **Avaliação da atenção às condições crônicas em idosos: Hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus como condições traçadoras.** São Paulo. Tese [Doutorado em saúde pública] – Universidade de São Paulo, 2011.

MIRANDA, L. C. V. **Fatores associados à qualidade de vida de idosos de um centro de referência, em Belo Horizonte, Minas Gerais.** Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte; 2014.

NETO, L. S. S. et al. **Associação entre sarcopenia, obesidade sarcopênica e força muscular com variáveis relacionadas de qualidade de vida em idosos.** *Revista Brasileira de Fisioterapia*, v.16, n.5, p.360-367, 2012.

NUNES, E. R. F.; VERENE, M. R. Atividade física e idosos da associação Adeli Bento da Silva na cidade de Porto Velho/RO. **Monografia [especialização] - universidade federal de Rondônia.** Porto Velho, 2015.

OMS. Relatório mundial de envelhecimento e saúde. **Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia.** 2015. Margaret Chan. Disponível em:<<http://sbgg.org.br/wpcontent/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>> Acesso em: 25 de agosto de 2016.

POUBEL, P. B. et al. **Autopercepção de saúde e aspectos clínico-funcionais dos idosos atendidos em uma unidade básica de saúde no norte do Brasil.** *J Health Biol Sci.* v.5, n.1, p.71-78, 2017.

SILVA, E. A.; MACEDO, L. C. **Polifarmácia em idosos.** *Rev. Saúde e Pesquisa*, v.6, n.3, p.477-486, 2013.

SILVA, A. L. et al. **Utilização de medicamentos por idosos brasileiros, de acordo com a faixa etária: um inquérito postal.** *Cad Saúde Pública*, v.28, n.6, p.1033-1045, 2012.

SILVA, I. T.; JUNIOR, E. P. P.; VILELA, A. B. A. **Autopercepção de saúde de idosos que vivem em estado de coresidência.** *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 17, n. 2, p. 275-287, 2014.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. **V Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose.** *Arq Bras Cardiol.*, 2013. Disponível em:<http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2013/V_Diretriz_Brasileira_de_Dislipidemias.pdf> Acesso em: 22 de outubro de 2018.

VIDMAR, M. F. et al. **Atividade física e qualidade de vida em idosos.** *Revista Saúde e Pesquisa.* *Rev. Saúde e Pesquisa*, v.4, n.3, p.417-424, 2011.

PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE BASEADO EM MINDFULNESS PARA O EDUCADOR (MBHP-EDUCA): EXPERIÊNCIAS NOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO E DE SÃO JOÃO DEL-REI

Marianna Nogueira Cecyn

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP),
Departamento de Patologia, Laboratório de
Neurociência Contemplativa e Medicina do Estilo
de Vida, São Paulo, SP, Brasil.

Alex Mourão Terzi

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais –
Campus São João del-Rei (MG)

Marcelo Demarzo

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP),
Centro Brasileiro de Mindfulness e Promoção
de Saúde – Mente Aberta e Departamento de
Medicina Preventiva, São Paulo, SP, Brasil.

Daniela Rodrigues de Oliveira

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP),
Departamento de Patologia, Laboratório de
Neurociência Contemplativa e Medicina do
Estilo de Vida, Centro Brasileiro de Mindfulness
e Promoção de Saúde – Mente Aberta e
Departamento de Medicina Preventiva, São
Paulo, SP, Brasil.

RESUMO: Neste capítulo será discutida uma nova proposta para a educação baseada no cuidado ao professor. Programas Baseados em Mindfulness já são aplicados em escolas da Europa e Estados Unidos para a promoção da saúde da comunidade e para a melhora do ambiente escolar. No Brasil, em projeto de pesquisa inédito e inovador, foi construído um

Programa de Promoção da Saúde Baseado em Mindfulness para o Educador (MBHP-Educa – Mindfulness-Based Health Promotion for Educators). Será apresentada brevemente a proposta e a estrutura do programa e os depoimentos de duas experiências: no município de São Paulo – SP e no município de São João del-Rei – MG.

PALAVRAS-CHAVE: Mindfulness; Educação; Saúde; Formação Docente.

ABSTRACT: In this chapter, a new proposal for education will be discuss based on teacher care. Mindfulness-based programs are already applied in Europe and USA schools. In Brazil, Mindfulness-Based Health Promotion for Educators (MBHP-Educa) was constructed in an innovative and innovative research project. It will be briefly presented the proposal and the program structure, and the two experiences testimonials: in São Paulo - SP and the municipality of São João del Rei - MG.

KEYWORDS: Mindfulness; Education; Health; Teacher Formation

1 | ESTRESSE NO MEIO EDUCACIONAL

Desde a revolução industrial, com início no século XVIII e ampliação e intensificação nos séculos XIX, XX e atualmente no cenário digitalizado do século XXI, o mundo tem

presenciado um aumento significativo na ocorrência de doenças ocupacionais relacionadas ao estresse e ao esgotamento profissional (síndrome de *Burnout*). O modelo produtivo que exige das pessoas sempre uma superação de si mesmo, produzir mais em menor tempo, tem consequências graves à saúde não só física como mental.

O estresse, quando num nível fisiológico (homeostase), permite-nos realizar nossas tarefas diárias e nos auxilia resolver desafios. Biologicamente, o estresse é modulado pelo eixo do hipotálamo-hipófise-adrenais (eixo HPA – do inglês, *Hypothalamic-Pituitary-Adrenal Axis*), o HPA regula a liberação de cortisol que é muito importante para nosso ciclo sono-vigília e para nosso estado de alerta frente a um “perigo”. Quando os fatores estressores do dia a dia se tornam constantes, o eixo HPA não funciona da maneira fisiológica, o cortisol que tem picos de liberação ao longo do dia, aumenta seus níveis na corrente sanguínea e provoca um constante estado de alerta com consequências que podem ser sentidas por todo o organismo, afetando, por exemplo, o funcionamento do sistema digestório, gerenciamento das emoções, qualidade do sono, entre outros.

Ao voltarmos nossa atenção para o contexto escolar, o professor encontra diversos agentes estressores que podem tanto prejudicar sua atuação como profissional de ensino como sua saúde. Os números de afastamento por transtornos mentais na rede pública do estado de São Paulo crescem a cada ano, tornando-se uma questão de saúde pública de grande impacto. Ao serem questionados sobre quais são as principais dificuldades da sua profissão, em que mais de uma alternativa poderia ser assinalada, 63,3% “inadequadas políticas públicas por parte de órgãos governamentais”, 62,5% “atitudes negativas dos alunos”, 56,2% “precárias condições de trabalho”, 43,7% “salário inadequado”, 20,3% “expectativa frustrada com notas de alunos”, 29,7% “alta carga horária da jornada de trabalho”, 29,7% “dificuldades em conciliar demandas pessoais (e familiares) com a vida profissional”, 27,3% “relações difíceis com colegas de trabalho”, 21,1% “alta carga horária de trabalho fora da instituição escolar”, 19,5% “ausência de um bom clima no local de trabalho”, 19,5% “falta de apoio da administração escolar”, 12,5% “impossibilidade de continuação dos estudos (qualificação)” e 10,9% “falta de participação nas decisões da administrativa” – num total de 128 professores paulistas.

Ao serem questionados sobre outros problemas que não estavam dentre as alternativas, foram apontados a grande quantidade de aluno por sala muito grande, falta de comprometimento de muitas famílias (abandono e negligência), dificuldades com alunos de inclusão, falta de reconhecimento, ambiente escolar cheio de conflitos e reclamações, sentimento de desamparo e impotência, muito barulho e agressões físicas contra os professores (alunos).

2 | A IMPORTÂNCIA DO MINDFULNESS NA EDUCAÇÃO

Uma boa definição do que é *Mindfulness* (Atenção Plena ou Consciência Plena) é *Awareness* (Consciência), que emerge ao se prestar atenção de propósito (deliberadamente) no momento presente, uma consciência não julgadora, observando as coisas como elas são (Kabat-Zinn, 2006). O **traço de *Mindfulness*** é uma habilidade que todos têm em maior ou menor grau. Assim como outras habilidades mentais, pode ser praticada, desenvolvida e aperfeiçoada. Uma forma de trabalhar essa habilidade é através das práticas contemplativas (GOLEMAN & DAVIDSON, 2017).

Nas tradições orientais, esse não é um conhecimento nada novo. No ocidente, fora do contexto religioso, a prática do *Mindfulness* é mais recente. O médico Jon Kabat-Zinn, no final da década de 70, no Centro Médico da Universidade de Massachusetts, foi pioneiro em trazer as práticas meditativas para o contexto laico, a fim de que qualquer pessoa, de qualquer crença ou não crença, pudesse realizar as práticas e se beneficiar dos efeitos. Com Jon Kabat-Zinn, nasceram as intervenções baseadas em *mindfulness* (*Mindfulness-based interventions – MBIs*), em que o objetivo era ajudar pessoas que sofriam de dores crônicas a terem melhor qualidade de vida.

O programa de redução de estresse baseado em *Mindfulness* (MBSR - *Mindfulness-based Stress Reduction*), desenvolvido pelo Kabat-Zinn e colaboradores, é um programa estruturado em oito semanas, com encontros semanais de aproximadamente duas horas, no qual as técnicas são passadas e os participantes instruídos a praticarem em casa todos os dias para incorporarem o hábito da atenção plena em suas vidas. As principais técnicas utilizadas são a atenção plena na respiração, o “escaneamento” corporal, a caminhada meditativa e práticas leves de loga e Pilates, adaptadas às condições ou limitações físicas dos pacientes com dor.

Os resultados na qualidade de vida desses pacientes de dor crônica foram muito animadores, pois muitos já não respondiam satisfatoriamente a medicamentos, e a dor fazia parte da vida deles, causando sofrimento e limitações. É fornecido a esses pacientes conhecimento e técnicas, e por meio do autoconhecimento e da regulação das emoções é permitido olhar e sentir a dor sob uma nova perspectiva: o sofrimento causado pela dor perde seu domínio sobre o paciente, fornecendo uma maior qualidade de vida e favorecendo a diminuição de sintomas de ansiedade e de depressão. Além disso, vários estudos mostram que a prática do *mindfulness* altera o cérebro morfofuncionalmente: estrutura e padrão de atividade, as quais se tornam mais evidentes e duradouras com a continuidade e constância da prática.

Atualmente, a terapia baseada em *mindfulness* tem sido recomendada e auxilia o professor a obter maior gerenciamento emocional, a melhorar a autoestima, a metacognição, a atenção, a resiliência, a afetividade e as relações intra-inter-sociais no contexto escolar. Os estudos têm mostrado que, a partir da prática regular de *mindfulness*, aprimora-se o traço de *awareness*, trazendo uma série de benefícios para a saúde e melhorando a qualidade de vida no dia a dia. No exterior, alguns

programas têm sido desenvolvidos e aplicados para melhora do ambiente escolar: Cultivo da Consciência e Resiliência na Educação (CARE - *Cultivating Awareness and Resilience in Education*) – educadores (EUA); Técnicas de Relaxamento Vivencial Aplicadas à Sala de Aula (TREVA - *Técnicas de Relajación Vivencial Aplicadas al Aula*) – educadores (Espanha); Programa de Formação em *Mindfulness* para Professores (*Mindfulschools - Mindful Teacher Certification Program*) – educadores (EUA); Projeto *Mindfulness* nas Escolas (*MiSP – Mindfulness in Schools Project*) – professores e alunos (Reino Unido).

Ao olharmos para a base comum de todas as profissões, encontramos um ator fundamental e essencial: o professor. O profissional da educação está presente na vida de todos aqueles que passam por algum tipo de educação formal, da pré-escola até o ensino superior. Como mestres educando mentes em desenvolvimento, os educadores do ensino básico têm um papel importante e crítico no futuro, pois são as sementes que eles plantam em sala de aula que, junto com a prévia história do aluno, irão contribuir para o desenvolvimento tanto do conhecimento como das habilidades sociais daquele indivíduo.

Sendo o professor tão importante para a formação do futuro da sociedade, sabendo de seus problemas relacionados ao estresse gerado por suas condições de trabalho, torna-se de extrema importância uma intervenção para melhorar a qualidade de vida desse professor, ensinando-lhe a gerenciar o estresse e as emoções. Em estudo inédito no Brasil, foi desenvolvido um Programa Baseado em *Mindfulness* Para Promoção da Saúde de Educadores (do inglês, *Mindfulness-based Health Promotion for educators – MBHP-educa*).

3 | O MBHP-EDUCA

O programa MBHP-Educa foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar do “Mente Aberta” – Centro Brasileiro de *Mindfulness* e Promoção da Saúde da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, formada pela Profa. Dra. Daniela Rodrigues de Oliveira (neurocientista especialista em neurociência contemplativa e medicina do estilo de vida), Prof. Dr. Alex Mourão Terzi (especialista em *mindfulness*, educação e estudos da linguagem), Valéria Piassa Polizzi (comunicóloga e especialista em *mindfulness e educação*) e José Carlos Fuscella (engenheiro civil, professor e psicólogo especialista em *mindfulness*), sob a coordenação do Prof. Dr. Marcelo Demarzo (médico da família e especialista em *mindfulness*).

O modelo do programa MBHP–Educa ancora-se em cinco elementos-chave (aprendizado socioemocional, cultivo de *mindfulness*, comunicação compassiva, gestão consciente de sala de aula e promoção da saúde). Ao longo das sessões o propósito é levar o professor, através das práticas de *mindfulness*, a um maior contato consigo mesmo, promovendo o aprendizado socioemocional de maneira que ele incorpore e

desenvolva as competências socioemocionais, sendo elas: (i) Autoconsciência (*Self-awareness*) – identificação das emoções, maior autopercepção, reconhecimento de pontos fortes (qualidades), autoconfiança, autoeficácia; (ii) Autogerenciamento (*Self-management*) – controle dos impulsos, controle do estresse, autodisciplina, automotivação, estabelecimento de metas, habilidades organizacionais; (iii) Consciência Social (*Social awareness*) – olhar pela perspectiva do outro, empatia, apreciar a diversidade, respeito pelo outro; (iv) Habilidades de Relacionamento (*Relationship skills*) – comunicação, protagonismo social, construção de relacionamentos, trabalho em equipe; e (v) Tomada de Decisão Responsável (*Responsible decision-making*) – identificar os problemas, analisar situações, solucionar problemas, avaliar, refletir, responsabilidade ética.

A prática de *mindfulness* e o aprendizado são a base da promoção de “saúde na escola”, começando pelo professor, através do seu autoconhecimento e autocuidado, reforçando o prazer de ensinar, treinando a escuta atenta e comunicação compassiva, promovendo-se o bem-estar, a qualidade de vida e as competências socioemocionais, que influenciam o clima de sala de aula, resultando em mudanças comportamentais nos alunos, refletindo em toda a comunidade escolar, construindo a Escola Promotora de Saúde (Simovska & McNamara, 2016). Professores que reconhecem e compreendem as suas emoções e de seus alunos respondem às demandas da sala de aula com um baixo nível de estresse, menos ansiedade e maior consciência. Os professores tornam-se mais empáticos e resilientes.

4 | A PERCEPÇÃO DOS EDUCADORES APÓS A INTERVENÇÃO DO PROGRAMA MBHP-EDUCA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

O programa MBHP-Educa foi oferecido no ano de 2018 pelo Centro Brasileiro de Mindfulness – Mente Aberta – UNIFESP em parceria com a Diretoria Regional de Ensino de Santo Amaro (DRESA) e o Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem (NAAPA). O convite aos professores era feito através de palestras nas escolas e envio de e-mails com as turmas disponíveis.

Os professores então eram chamados para participar das escalas, testes cognitivos e entrevista, antes e depois de passarem pelo programa. Esses dados ainda serão analisados e em breve publicados em artigos científicos. Ao final do programa, após os testes, os professores eram convidados a darem um depoimento sobre como foi sua experiência com o MBHP-Educa, o que elas fariam para algum colega que estivesse assistindo o vídeo e conhecendo o programa.

A seguir serão apresentados alguns depoimentos da experiência de cinco professores que participaram do programa, como o aprendizado oferecido pelo MBHP-Educa proporcionou uma maior consciência, autopercepção, autogerenciamento e autocuidado que refletiu não só na vida dos professores com foi percebido por seus

alunos.

P1 - “O mindfulness... pra começar fiquei um pouco apreensiva, porque isso vai mexer comigo... aos poucos com a prática eu fui alcançando um equilíbrio... e olha que eu me achava um caso perdido... de ansiedade... uma volta para mim...”

P2 - “Gostaria de começar meu relato com uma frase de uma aluna minha... ela disse “professora sê tá diferente! É aquele negócio lá ne?” Aquele negócio lá é o mindfulness, quando comecei a praticar conversei com meus alunos... o mindfulness pra mim tem sido uma oportunidade de ver as coisas de outra maneira, tão sufocados no dia-a-dia, nossas atividades... às vezes perdemos a oportunidade de ver as coisas por outro ângulo... aquilo que parecia ser tão ruim, se torna algo contornável... minha prática em sala de aula tem sido mais consciente... não existe uma forma só de lidar com as situações conflituosas na sala de aula e na nossa vida...”

P3 - “participar desse curso, essas oito semanas foi muito importante, aprendi muitas coisas, muitas técnicas que eu tenho certeza que vão mudar minha postura em sala de aula e com os meus colegas... eu me sinto mais fortalecida, mais centrada e om mais foco pra desenvolver as coisas na escola e na vida...”

P4 - “...o curso me ajudou muito em vários aspectos, tanto pra minha saúde física e emocional, inclusive de ter um olhar para com meus alunos, prática pedagógica... então foi muito válido... poderia ter se estendido mais... vale a pena!”

P5 - “...gostei muito de participar do curso e vou sentir falta agora que terminou... me trouxe mais um olhar mais pra mim, pro aqui agora, pro que está sendo feito... e tudo agora eu lembro e vejo... já vi mudanças em mim... trouxe algo de muito bom pra mim...”

A partir dos depoimentos podemos observar o grande potencial do MBHP-Educa para transformar as escolas em Escolas Promotoras de Saúde. Começando pelo professor e se estendendo por toda a comunidade escolar. Quando o professor está bem, ele consegue contagiar seus alunos e inspirá-los a curiosidade do saber, uma conexão é estabelecida e cria-se um solo fértil para o aprendizado.

5 | O MBHP-EDUCA NA CIDADE DE SÃO JOÃO DEL-REI (MG)

O programa MBHP-Educa em São João del-Rei foi aplicado por meio da formação de um grupo piloto, composto por indivíduos em processo de formação docente inicial (3 alunos de licenciatura, de diferentes áreas), de formação continuada (11 professores em atividade, também de áreas distintas), e, ainda, por uma psicóloga atuante na área de educação, totalizando o número de 15 participantes.

Essas pessoas se reuniram, entre os meses de outubro e dezembro do ano de

2017, por um período de 8 semanas, no qual tomaram contato teórico e prático com os exercícios de mindfulness. As reuniões aconteciam uma vez por semana, com 2 horas de duração para cada encontro, sob a condução do Prof. Dr. Alex Mourão Terzi.

O local de realização da intervenção foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus São João del-Rei (MG), o qual cedeu toda a estrutura logística.

6 | O MODELO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA E O *CORPUS* DE ANÁLISE

Em se tratando do percurso metodológico de avaliação qualitativa, tomaremos por base a Análise do Discurso de linha francesa, mais precisamente a Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau.

No que tange aos estudos da linguagem, acreditamos que discutir os processos discursivos é pensar a sociedade e seus conflitos. Partindo dessa premissa, debater a formação docente e de que modo se constituem os imaginários sociodiscursivos de professores permite a análise de uma imagem da realidade; uma imagem que interpreta essa realidade e que a faz entrar num universo de significações (CHARAUDEAU, 2006). Nesse processo, podemos observar como são instituídas certas ideias e certos valores dos docentes e dos alunos de licenciatura.

Sendo a linguagem o que faz o homem pensar e agir, não poderíamos pensar em interação humana desprovida da linguagem. É por meio de um ato de linguagem que reconhecemos o outro e, fatalmente, só reconhecemos a nós mesmos pela presença do outro. Charaudeau (2009, p. 07) diz ainda que a linguagem é “um poder, talvez o primeiro poder do homem”, construído por meio de trocas.

Corroborando a visão de que a linguagem não se resume meramente a regras de gramática e a palavras de dicionário, Charaudeau a sistematiza de uma forma que acreditamos ser apropriada, ao afirmar que é um fenômeno complexo, que envolve inúmeros componentes, cada qual devendo considerar uma determinada competência. O autor (*op. cit.*) aponta basicamente três “competências”: i) situacional; ii) semiolinguística e iii) semântica.

No que tange à competência situacional, vê-se que não pode existir um ato de linguagem construído fora de uma situação de comunicação.

A competência semiolinguística, por sua vez, entende-se como a habilidade de organizar a “encenação do ato de linguagem de acordo com determinadas visadas” (CHARAUDEAU, 2009, p. 07).

Já a semântica trata do conhecimento acerca da construção do sentido, utilizando-se os elementos gramaticais ou lexicais, a partir dos “saberes de conhecimento e de crença que circulam na sociedade”, considerando-se as duas primeiras competências acima explicitadas. A análise dos aspectos semânticos terá relevância nesta análise, uma vez que é por meio dela que poderemos perceber a construção de certos efeitos

de discurso (CHARAUDEAU, 2009, p. 50) ou, dito de outro modo, efeitos de sentido, nos enunciados dos professores.

Consideramos válido investigar neste texto, que tipo de valores pode emergir da experiência de se participar de um grupo de meditação. Charaudeau (2006, p. 187) reflete que quando falamos ou escrevemos com o propósito de estabelecer uma relação entre nós e os outros, nós o fazemos tendo “por objeto certa visão que trazemos do mundo, isto é, o conhecimento que se tem da realidade e os julgamentos que dela se fazem.” Tais julgamentos são inúmeros e variam de acordo com cada sociedade, cujos indivíduos classificam os objetos de conhecimento, atribuindo-lhes valores. A linguagem permeia todo esse processo.

Queremos dizer que todos os objetos que vêm à tona por meio da explicitação de uma experiência como a meditação são, necessariamente, perpassados pelo discurso. Só é possível representar a experiência, qualitativamente, por meio da linguagem, pois o sujeito somente se significa no e pelo discurso. Essa questão encontra-se na ordem das representações sociais, configuradas como imaginários sociodiscursivos. E talvez a contribuição importante deste texto seja situar e descrever imaginários que fundamentam o discurso que toma lugar nesse tipo de processo meditativo.

Charaudeau (2006, p. 203) propõe que a análise do discurso pode contribuir para a discussão dos sistemas de pensamento, procurando lançar luzes sobre a organização dos saberes em que é realizada a demarcação das ideias e dos valores colocados como epígrafe. E então explicita sua noção de “imaginários sociodiscursivos”:

À medida que esses saberes, enquanto representações sociais, constroem o real como universo de significação, segundo o princípio de coerência, falaremos de “imaginários”. E tendo em vista que estes são identificados por enunciados linguageiros produzidos de diferentes formas, mas semanticamente reagrupáveis, nós os chamaremos de “imaginários discursivos”. Enfim, considerando que circulam no interior de um grupo social, instituindo-se em normas de referência por seus membros, falaremos de “imaginários sociodiscursivos” (CHARAUDEAU, op. cit.).

Essa investida metodológica também vai ao encontro da proposta de Charaudeau (2006, p. 206), quando ele afirma que os imaginários, fragmentados e instáveis, e ao mesmo tempo essencializados, têm necessidade de ser materializados, ocorrendo isso de diversas maneiras. Para o autor, os grupos sociais produzem discursos distintos que dão sentido às materializações dos imaginários. Alguns discursos “se fixam em textos escritos”, outros circulam de modos distintos nas comunidades. As narrativas dos meditadores, enquanto práticas sociais, tendem a materializar determinados imaginários, como veremos adiante.

Nesse sentido, Charaudeau (2006, p. 207) menciona que os imaginários sociodiscursivos circulam “em um espaço de interdiscursividade”, uma vez que podem dar “testemunho de identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais”.

Dessa forma, após a descrição do arcabouço teórico sobre o qual nos ancoramos,

acreditamos ser possível perceber a construção de imaginários sociodiscursivos emergentes das falas de indivíduos que participaram das práticas meditativas *mindfulness*.

Os textos do *corpus* de análise nasceram da avaliação solicitada aos 14 participantes do programa piloto do MBHP-Educa, quando do término do referido programa (ao final da reunião do 8º encontro). Foi-lhes pedido que redigissem um texto, livremente, abarcando uma narrativa pessoal, de forma manuscrita, versando sobre dois pontos:

- 1) “Como foi a experiência da sua participação no programa?”;
- 2) “Como aplicar os conhecimentos adquiridos no seu trabalho?”

Em seguida, foi feita a transcrição dos textos, passando-se, por conseguinte, à sua análise.

7 | ALGUNS RESULTADOS QUALITATIVOS

Ancorando-nos na proposta de construção analítica acima descrita e considerando os textos dos 14 participantes do grupo (denominados, por questões éticas, apenas P1 a P14), foi possível perceber os imaginários sociodiscursivos abaixo, configurados nos seguintes excertos:

a) Maior “percepção de pensamentos e emoções antes de agir”

P1 – “Foi possível, com as práticas formais e informais, entender melhor o funcionamento da minha mente, em especial, os mecanismos que geram minhas reações emocionais.”

P5 – “Aprendi a me dar um tempo, mesmo que muito pequeno, para me perceber, me olhar (...) a nos distanciar, analisar e resolver o que faço em certas ocasiões (...)”

P8 – “O *mindfulness* me ajudou a entrar em contato com meu corpo, meus sentimentos e pensamentos. Tenho me sentido mais gentil e menos estressada, desde que comecei o programa.”

P9 – “Me fez olhar um pouco mais para mim e concomitante a isso a opção de saber falar e calar, nos momentos que parecessem mais oportunos, sem repressão, mas atenção, cuidado.”

P10 – “Não cair novamente e indefinidamente para o automatismo do mundo seja um dos caminhos.”

P11 – “O curso me mostrou a importância do autoconhecimento, das reflexões de nossas atitudes cotidianas.”

P14 – “Tem sido um divisor em minha vida, pois tem feito me conhecer de forma mais profunda (qualidades e defeitos) e trabalhar de forma a construir uma vida mais plena e agradável.”

A monja budista Tenzin Palmo explica que o significado da expressão *atenção plena* é “lembrar”, isto é, “lembrar de onde estamos, quem somos e do que está acontecendo no momento”, num processo em que a mente gradualmente começa a entender o que é “estar ciente” (PALMO, 2018, p. 143).

A ideia é estar presente e, portanto, consciente do que está ocorrendo. Basicamente, leva-se a atenção: ao corpo (incluindo a respiração); às sensações (dos órgãos do sentido e das emoções); à mente e também ao ambiente externo.

Temos a tendência a criar uma “realidade” particular, muitas vezes desenhada pelos nossos hábitos, ou seja, pela repetição de atitudes de corpo (nossas ações), fala (a maneira como nos comunicamos) e mente (como lidamos com nossos pensamentos). Dito de outro modo, criamos “bolhas” de realidade.

Nesse sentido, Yongey Mingyur Rinpoche (2016) aponta uma metáfora interessante sobre isso:

Imagine se colocássemos um par de óculos escuros verdes. Tudo que veríamos apareceria em tons de verde: pessoas verdes, carros verdes, edifícios verdes (...) Da mesma forma, certos hábitos mentais e emocionais condicionam nossa visão de mundo. Apegamo-nos muito ao “ponto de vista dos óculos”. Acreditamos que nossa maneira de ver as coisas é como elas realmente são.

Dessa forma, nós replicamos aquilo que cultivamos, aquilo que carregamos dentro de nós, como se nossa percepção fosse a única e a mais verdadeira. A memória em si não é o problema. A questão se torna mais complicada porque há uma identificação frequente do que aconteceu “comigo”, ou seja, com a ideia do “eu”, levando a uma fixação da experiência, como se ela fosse única, permanente, estável e, por isso, absolutamente “real”.

Com a prática de mindfulness, cultiva-se a percepção da visão de que as experiências são transitórias e não fixas, isto é, impermanentes.

Jon Kabat-Zinn (2017, p. 11), explica que a “atenção plena é consciência – cultivada através de um foco de atenção prolongado e específico, que é deliberado, voltado para o momento presente e livre de julgamentos.” Por exemplo, quando alguém realiza a prática da atenção plena da respiração, leva-se a consciência ao ato de respirar. Haverá uma distração (uma memória, uma fantasia, a cobrança pela realização de projeto). No momento em que é percebida essa identificação, volta-se ao foco meditativo, que é a respiração, evitando-se, assim, o desgaste emocional provocado pela narrativa mental promovida pelos nossos hábitos.

Pema Chödrön (2010, p. 34) aponta o que vem a ser *shenpa*. Essa palavra tibetana, geralmente, é traduzida por “apego”. Mas uma tradução alternativa poderia “ser fisgado”, ou aprisionado. *Shenpa* estaria relacionada à ansiedade e aos hábitos que cultivamos ao longo da vida, como, por exemplo, a vontade de comer em excesso; de impor o ponto de vista particular; de dizer algo negativo a alguém. *Shenpa* seria a carga atrás das emoções, dos pensamentos e das palavras e, obviamente, difere para cada indivíduo.

Por meio da prática regular de mindfulness, é possível desenvolver duas habilidades importantes relacionadas à autorregulação emocional:

a) O descentramento, que é a capacidade de se relacionar com pensamentos e emoções de modo desapegado, como mero observador (DEMARZO, CAMPAYO, 2015, p. 174), sem uma identificação imediata, evitando-se, dessa forma, o fortalecimento de estados de ‘ruminação’ ou preocupações excessivas, quanto ao passado ou ao futuro.

b) O reconhecimento de padrões emocionais, com a possibilidade de **responder** mais conscientemente às situações, em vez de tão somente **reagir** automaticamente diante delas (JENNINGS, 2015, p. 63) (grifos nossos), como muitas vezes fazemos no chamado estado de ‘piloto automático’ e quando somos fígados por nossos hábitos.

Nos dizeres dos participantes do MBHP-Educa, percebemos sentidos relacionados a um maior reconhecimento de seus processos mentais e emocionais, propiciando, possivelmente, a habilidade de perceberem quando estão sendo levados por hábitos, como configurado nas expressões: “entender melhor o funcionamento da minha mente” (P1); “entrar em contato com meu corpo, meus sentimentos e pensamentos” (P8); “olhar um pouco mais para mim” (P9); “Não cair novamente e indefinidamente para o automatismo” (P10).

A fala de P5, no excerto “Aprendi a me dar um tempo, mesmo que muito pequeno, para me perceber, me olhar (...) a nos distanciar, analisar e resolver o que faço em certas ocasiões (...)”, especialmente, remete a uma prática fundamentalmente relevante no cultivo da atenção plena: a *pausa*. As referências interdiscursivas no universo de mindfulness são muitas.

Tenzin Palmo (2018, p. 130) aponta para essa noção de “recuar”, a fim de ver os fatos com clareza, para atuar com frescor e espontaneidade, em vez de replicar nossas reações usuais. Essa autora ainda expõe que: “quando os pensamentos negativos surgem, podemos reconhecê-los, aceitá-los e soltá-los”, com a opção de não segui-los. Por outro lado, quando pensamentos de saudáveis emergem, podemos aceitá-los e incentivá-los (PALMO, 2014, p. 210).

Para Pema Chödrön (2010, p. 15-21), quando fazemos uma pausa, temos tempo para refletir, antes de atuarmos, pois abrimos espaço, tendo a opção de acolher e alimentar nossa receptividade e nossa cordialidade, podendo, assim, nos desvencilhar de hábitos indesejáveis.

b) “Dimensão ética em mindfulness”:

P1 – “Olhar mais compassivo para mim mesmo quando percebo minhas limitações.”

P2 – “Muitas questões foram uma surpresa e ao mesmo tempo libertadoras de se praticar, como a autocompaixão, autogentileza (...).”

P3 – “Praticar a compaixão, ser gentil consigo mesma, estar atenta (...).”

P4 – “(...) buscar fazer as coisas bem feitas e também com autocompaixão.”

P5 – “ter conhecido e praticado mais a empatia e a compaixão.”

P6 – “(...) compaixão e autocompaixão podem contribuir para diminuição do grau de sofrimento da comunidade local onde trabalho.”

P7 – “Sempre que me cobro sem compaixão, vou lá fazer, faço guiada no WhatsApp e fico feliz com o sucesso.”

P8 – “No trabalho, acho que ainda preciso desenvolver a compaixão(...).”

P9 – “A importância da autocompaixão, compaixão e cuidado foram alguns deles.”

P10 – “O olhar de principiante, a postura de não cobrança e gentileza, mais do que a prática formal, no meu caso, tiveram ações transformadoras.”

P11 – “Tenho certeza que a compaixão será minha maior companheira, depois de fazer esse curso.”

P12 – “O mindfulness foi muito importante, pois através da prática da compaixão e a atenção plena eu percebi o quanto é importante olhar para dentro de si (...).”

P13 – “Penso que poderei aplicar no trabalho muito a prática da compaixão comigo e com os colegas e alunos (...).”

P14 – “Hoje consigo ser mais tolerante comigo e me ajudar.”

Algo merece ser enfatizado na análise do imaginário da dimensão ética em mindfulness: dos 15 participantes do Programa MBHP-Educa em São João del-Rei, 14 responderam à avaliação final. Na narrativa de todos eles houve a recorrência semântica do valor da compaixão.

Outra questão que vale perceber: na avaliação, não foi feita uma pergunta direcionada que tocasse explicitamente no ideário da compaixão. Como explicado acima, as perguntas apenas giravam em torno da experiência do praticante e de como mindfulness poderia ser aplicado ao trabalho.

O MBHP-Educa, além do cuidado com a promoção da saúde do professor, insere-se, notadamente, no contexto de formação docente (inicial e continuada). O interessante é que não havia nenhuma vinculação desse programa com as instituições educativas onde os participantes atuavam, ou seja, suas falas não visavam responder a um anseio do contexto educacional de onde se originavam. Há, portanto, uma espontaneidade discursiva que demarca a compaixão como um valor fundamental para a prática meditativa.

Bhikkhu Bodhi (2011) afirma que mindfulness não se dá de forma automática, mas, ao contrário, pressupõe uma qualidade a ser cultivada (*bhavetabba*), levando-se em conta uma dimensão ética, no sentido de eliminar aquilo que é prejudicial e estabilizar o que é benéfico. Em outras palavras, buscar não se identificar com hábitos não saudáveis e cultivar estados positivos para a saúde e para a coletividade, ou seja, ações prossociais.

Thupten Jinpa (2016, p. 13) aponta que a compaixão é a base comum dos

ensinamentos éticos de todas as principais tradições, sejam elas religiosas ou humanistas. A compaixão, por definição, é percepção da existência do sofrimento e o desejo de que esse estado seja aliviado.

Segundo Demarzo e Campayo (2015, p. 149), dois são os elementos-chave da compaixão: a sensibilidade ao sofrimento dos outros e de si mesmo; e o compromisso de aliviar esse sofrimento.

Discursivamente, percebe-se a construção tanto do elemento da compaixão (nos enunciados proferidos por P3, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P11, P12 e P13), como também se verifica a emergência, para essa comunidade de falantes, do valor da “autocompaixão”, nas falas de P1, P2, P3, P4, P6, P7, P9, P10, P12, P13 e P14.

No capítulo “O reencontro científico com a compaixão”, Vicente Simón (2015, p. 190) sintetiza a relevância da compaixão, apontando que, atualmente, a atitude compassiva é benéfica para a saúde mental e para o bem-estar fisiológico, tendo, ainda, “importantes repercussões sociais (...) de reduzir a violência e de promover uma convivência amável e pacífica”.

Uma explicação para isso é proposta pelos neurocientistas Daniel Goleman e Richard Davidson (2017, p. 98), segundo os quais: “o cultivo de uma preocupação terna com o bem-estar alheio traz um benefício único e surpreendente: os circuitos cerebrais de felicidade se energizam, junto com a compaixão.”

Dada a importância da compaixão, foram criados protocolos exclusivos para o seu desenvolvimento. Em *Mindfulness y Compasión* (2015), Campayo e Demarzo descrevem o programa de compaixão das Universidades de Zaragoza (Espanha) e Federal de São Paulo (Brasil). Já na obra *Um coração sem medo*, 2016, Thupten Jinpa explica o TCC – Treinamento de Cultivo da Compaixão, da Universidade de Stanford (Estados Unidos).

c) “consciência da interconexão com os outros”

P1 – “Aprofundou-se, em mim, uma compreensão (...) a característica essencial de todo ser humano que se revela na sua busca pela felicidade.”

P2 – “(...) refletir sobre o “outro” e o “eu”, sobre as relações, as palavras e sobre nossa presença naquele momento.”

P4 – “Ao lidar com as pessoas exercer a compaixão, sem se esquecer da auto (compaixão).”

P5 – “Compreendi que assim com eu sofro as outras pessoas também sofrem. E que elas também desejam ser felizes como eu.” “Aprendi a me colocar no lugar do outro (...) e perceber que as pessoas não agem de certa forma porque querem, mas, muitas vezes porque não se conhecem e não se percebem.”

P7 – “Acho importante racionalizar mais as atitudes, as negligências dos alunos, e agir com empatia.”

P8 – “principalmente com os colegas cujas posturas profissionais destoam das

minhas.”

P9 – “Temos a consciência de que todos querem a felicidade e não somente nós.”

P10 – “(...) a importância de não julgar o próximo por algumas ações.”

P12 – “(...) pois exercitando a compaixão, você transfere para o outro aquilo que quer para si.”

A carga semântica da noção de alteridade, nos dizeres dos participantes, mostra-se presente, como nas expressões e nos vocábulos demarcados: “todo ser humano” (P1); “refletir sobre o ‘outro’ e o ‘eu’” (P2); “ao lidar com as pessoas exercer a compaixão” (P4); “assim com eu sofro as outras pessoas também sofrem” (P5); “os colegas cujas posturas profissionais destoam das minhas” (P8); “todos querem a felicidade” (P9); “não julgar o próximo” (P10); “você transfere para o outro aquilo que quer para si” (P10).

Há uma afirmação baseada no senso comum de que as pessoas estão cada vez mais individualistas e competitivas. Geralmente acredita-se, equivocadamente, que agimos apenas motivados pela competição e pelo egoísmo (JINPA, 2016, p. 14).

Pesquisas têm apontado para a natureza gregária e cooperativa dos seres humanos (WAAL, 2010), bem como para demonstrar que o altruísmo exerce um “papel determinante na maior parte das dimensões de nossa existência e, em especial, que ele era a chave da resolução das crises social, econômica e ecológica que atravessamos no momento atual” (RICARD, 2015, p. 615).

Cunhado pelo monge vietnamita Thich Nhat Hanh, um dos mais proficientes professores de *mindfulness*, o termo *interser* significa que existe uma interdependência em se tratando de todos os fenômenos. Ele traz como exemplo a existência de uma folha. Sem a nuvem, sem a chuva, as árvores não podem crescer e, sem árvores, não há a produção de papel. O autor também descreve que essa folha é parte de nossa percepção mental, ou seja, nós também “intersomos” com a folha: “‘Ser’ é interser. Você simplesmente não pode ‘ser’ por você mesmo, sozinho. Você tem que interser com cada uma das outras coisas” (NHAT HANH, 2014, p. 17).

Somando-se à ideia de alteridade, discursivamente é erigida a noção de *empatia*, ou seja, a de se colocar no lugar do outro, como pode se ver textualmente em: “compreensão (...) a característica essencial de todo ser humano que se revela na sua busca pela felicidade” (P1); “Aprendi a me colocar no lugar do outro” (P5); e também no já citado enunciado de P10: “você transfere para o outro aquilo que quer para si”.

Monja Coen (2014, p. 161) menciona que “se pudermos compreender as dificuldades e sofrimentos pelos quais as pessoas passam (...) a transformação estará no nosso comportamento e atitude.” Para Matthieu Ricard, “a ciência contemplativa e a neurociência demonstraram que é possível treinar a mente e modificar aos poucos nossos traços de personalidade” (RICARD, 2018, p. 238), sendo que as mudanças

dos indivíduos é que mudarão a cultura e as instituições (RICARD, 2015, p. 120). Não pode haver mudança na sociedade, se não houver mudança humana (RICARD, 2015, p. 41).

Pode-se, erroneamente, imaginar que a prática de meditação é alijada das vicissitudes do mundo e que os praticantes não se ocupam do sofrimento alheio. Todavia, mindfulness é muito mais que apenas um evento esporádico, podendo se converter, sobretudo, em um processo de transformação pessoal e social. Paulo Freire (1996, p. 110) apontava que ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo. Mindfulness pode nos trazer a consciência de nosso papel social, enquanto agentes, de fato, transformadores.

8 | PERSPECTIVAS FUTURAS

Os resultados desse estudo se estenderão além do meio científico, serão divulgados para novas políticas públicas de saúde do professor na rede municipal de São Paulo e São João del-Rei. Tendo uma perspectiva pioneira no Brasil e na América Latina na aplicação das Escolas Promotoras de Saúde, como proposto pela Organização Mundial da Saúde.

Desse modo, além de promover a saúde dos professores, o resultado final desse trabalho será uma melhora de todo o ambiente escolar, para educadores e alunos, criando assim um ambiente fértil para o aprendizado e desenvolvimento dos discentes, possibilitando a Educação Integral baseada no aprendizado socioemocional e na construção do conhecimento, formando futuros cidadãos com plena capacidade de se desenvolverem e impactando grandemente a questão social de nosso país.

REFERÊNCIAS

BHIKKHU BODHI. **What does mindfulness really mean?** A canonical perspective, *Contemporary Buddhism: An Interdisciplinary Journal*, 2011, p.19-39.

CAMPAYO, J. G.; DEMARZO, M.; **Manual prático de mindfulness: curiosidade e aceitação.** São Paulo: Palas Athena, 2015.

CAMPAYO, J.G., DEMARZO, M.M.P. **Mindfulness y Compasión: La nueva revolución.** España. Editorial Siglantana S. L., 2015.

CHÖDRÖN, Pema. **O salto: um novo caminho para enfrentar as dificuldades inevitáveis.** Rio de Janeiro: Gryphus, 2010.

COEN, Monja. **A sabedoria da transformação: reflexos e experiências.** São Paulo: Planeta, 2014.

Dahl CJ, Lutz A, Davidson RJ. **Reconstructing and deconstructing the self: cognitive mechanisms in meditation practice.** *Trends in cognitive sciences.* 2015;19(9):515-23.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia.* 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

- GOLEMAN, Daniel; DAVIDSON, Richard. **A ciência da meditação**: como transformar o cérebro, a mente e o corpo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.
- Goleman, D., & Davidson, R. J. (2017). **Altered traits**: Science reveals how meditation changes your mind, brain, and body. Penguin.
- JINPA, Thupten. **Um coração sem medo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.
- Kabat-Zinn, J. (1982). **An outpatient program in behavioral medicine for chronic pain patients based on the practice of mindfulness meditation**: Theoretical considerations and preliminary results. *General hospital psychiatry*, 4(1), 33-47.
- Kabat-Zinn, J. (2006). **Mindfulness for beginners**. Louisville, CO: Sounds True.
- Kabat-Zinn, J., & Hanh, T. N. (2009). **Full catastrophe living**: Using the wisdom of your body and mind to face stress, pain, and illness. Delta.
- NHAT HANH, Thich. **O coração da compreensão**. São Francisco de Paul, RS: Editora Bodigaya, 2014.
- PALMO, Tenzin. **No coração da vida**: sabedoria e compaixão para o cotidiano. Teresópolis, RJ: Lúcida Letra, 2014.
- PALMO, Tenzin. **Reflexos de um lago na montanha**: ensinamentos práticos de budismo, Teresópolis, RJ: Lúcida Letra, 2018.
- RICARD, Matthieu. **A revolução do altruísmo**. São Paulo: Palas Athena, 2015.
- SIMÓN, Vicente. O reencontro científico com a compaixão. *In*: MARTÍ, A. C.; CAMPAYO, J. G.; DEMARZO, M. **Mindfulness e ciência**: da tradição à modernidade. São Paulo: Palas Athena, 2016.
- Simovska V, McNamara P. *Schools for health and Sustainability*: Springer; 2016.
- WAAL, Frans de. *A era da empatia*: Lições da natureza para uma sociedade mais gentil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- Williams, M., & Penman, D. (2011). **Mindfulness**: a practical guide to finding peace in a frantic world. Hachette UK.
- YONGEY MINGYUR RINPOCHE. **Alegre Sabedoria**: abraçando mudanças e encontrando liberdade. Teresópolis, RJ: Lúcida Letra, 2016.

UMA EXPERIÊNCIA COM A PESQUISA QUALITATIVA

Rosemary Trabold Nicácio

Centro Universitário das Faculdades Integradas
de Ourinhos

Núcleo de Pesquisa e Extensão
Ourinhos - SP

RESUMO: Neste artigo apresento o percurso metodológico que apoiou minha tese de doutorado dentro da pesquisa qualitativa. Tenho como objetivo socializar as dificuldades iniciais que esse tipo de investigação pode trazer aos novos pesquisadores e algumas reflexões. Trata-se de pesquisa documental realizada num curso a distância oferecido para formação de profissionais da educação pública estadual paulista. Nesta foram coletados os materiais produzidos para o curso e as narrativas dos cursistas nos fóruns de discussão. A metodologia utilizada foi a cartografia guiada pelo Mapa de Mediações de Martín-Barbero (2004;2009) cujas análises foram feitas pelas mediações da socialidade, institucionalidade, ritualidade e tecnicidade. Além deste autor, os referenciais teóricos que permearam as análises apoiaram-se em Bakhtin (2002;2003), Bourdieu (2001;2004) e Lévy (2011). Ao final do presente artigo faço minhas considerações acerca da experiência com a pesquisa qualitativa.

PALAVRAS-CHAVE: Cartografia; Pesquisa qualitativa; Mediações; Narrativas

ABSTRACT: In this article I present the methodological path which has supported my doctorate dissertation within qualitative research. My objective is to socialize initial difficulties this type of investigation can bring to new researchers and make some reflections, as well. It is a documental research carried out in a teachers` training distance course for São Paulo state public schools. Materials produced for the course and the learners` narratives in discussion groups were used. The methodology used was cartography guided by Martín-Barbero (2009) Mediation Map whose analyses were done on sociality, institutionalism, rituality and technicality. Moreover, theoretical foundations which permeate analyses were supported in Bakhtin (2002; 2003), Bourdieu (2001; 2004) and Lévy (2011). At the of the article I have my closing remarks about my experience with qualitative research

KEYWORDS: Cartography; Qualitative research; Mediation; Narratives

1 | INTRODUÇÃO

A pesquisa acadêmica é uma escolha, nem sempre consciente, de todos aqueles que se aventuram nos programas de iniciação científica, graduação ou pós-graduação – *lato*

sensu ou *stricto sensu* – e, para muitos, é a primeira aproximação com o pensamento científico.

Todos temos nossas inquietações e curiosidade pelo que nos cerca, esse pensamento racional é visto como o princípio do método científico, todavia o que parece tão simples representa a transformação no modo de pensar sobre um objeto de conhecimento ou fenômeno.

Neste breve artigo apresento o percurso que realizei, e ainda estou construindo, acerca do pensamento científico, em especial, a aproximação à pesquisa qualitativa.

A primeira experiência com pesquisa, que tive, foi no mestrado em Educação pois, no tempo da graduação não haviam trabalhos de conclusão e a pesquisa era oferecida para alguns.

O maior desafio, a meu ver, naquele momento, parecia ser pesquisar e escrever sobre algo e, como Descartes (1999, p.13) “eu tinha sempre um imenso desejo de aprender a distinguir o verdadeiro do falso, para ver claro em minhas ações, e caminhar com segurança nesta vida”. Esse pensamento já estava nas crenças acerca de pesquisa que fui incorporando ao longo de toda vida escolar e acadêmica. Os caminhos de pesquisa apresentados começavam com a leitura da obra de Descartes “O discurso do método” (1999), ou seja, construí meus conhecimentos a partir da convicção de que era necessário apoiar-me na razão questionando os argumentos que, muitas vezes, me haviam sido impostos por força de autoridade, enfim, aprendi a lógica da Escolástica e sua crítica.

Assim, o universo da pesquisa acadêmica foi construído sobre a certeza de que todo objeto só pode ser conhecido cientificamente, dentro de uma lógica racional e de percursos pré-determinados e mensuráveis para que, desta forma, possam ser validados, por seguirem rigoroso percurso de investigação e análise. O conhecimento verdadeiro visto dessa maneira é, assim, puramente intelectual, desconsiderando-se a imaginação, a memória e a própria linguagem.

A epistemologia, nesta perspectiva, centra-se num dado campo de conhecimentos em que certos tipos de objetos só podem ser analisados em determinadas circunstâncias e segundo determinados métodos ou, de outra forma, não há ciência confiável.

Para Boaventura Souza Santos (2010, p.19) “o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis.” Esta dicotomia maniqueísta ainda está presente no pensamento científico, em pleno Século XXI.

A epistemologia que conferiu à ciência a exclusividade do conhecimento válido traduziu-se num vasto aparato institucional - universidades, centros de pesquisa, sistema de peritos, pareceres técnicos - e foi ele que tornou mais difícil ou mesmo impossível o diálogo entre a ciência e os outros saberes. (SANTOS, 2010, p. 8)

A separação entre o que poderia ser, ou não, validado cientificamente trouxe uma limitação para a análise de objetos de conhecimento que não podiam ser vistos por meio de relações quantitativas unicamente, assim, foi necessário lançar mão da

subjetividade, da interpretação, para que determinados fenômenos pudessem ser vistos e melhor compreendidos.

Minayo (2017, p.2) diferencia a pesquisa quantitativa da qualitativa ao citar, a perspectiva de Kant (1980)

Quantidade e qualidade se sintetizam no objeto. [...] a pesquisa qualitativa, usando-se a linguagem de Kant, busca a “intensidade do fenômeno”, ou seja, trabalha muito menos preocupada com os aspectos que se repetem e muito mais atenta com sua dimensão sociocultural que se expressa por meio de crenças, valores, opiniões, representações, formas de relação, simbologias, usos, costumes, comportamentos e práticas.

As pesquisas, quantitativa e qualitativa, são de naturezas diferentes, portanto, destinam-se a análise de aspectos diferentes do mesmo objeto. Para Serapioni (2000)

A pergunta fundamental sobre um método, [...], não é se, e quanto, ele é verdadeiro, mas se, e quanto, ele é útil para arar o terreno empírico que temos em frente. Em outras palavras, nosso juízo sobre o valor do método deve ser relacionado à sua fertilidade para nos aproximar da realidade estudada. (SERAPIONI, 2000, p.189)

Isto porque as pesquisas nascem sempre das inquietações, do inconformismo acerca do óbvio ou da curiosidade, no desejo de ir além do próprio horizonte. Essas inquietações nos conduzem por caminhos, por vezes desconhecidos, mas que, pouco a pouco, começam a dar corpo, sentido à investigação.

Investigar pressupõe interrogar a algo ou a alguém aquilo que se deseja saber, o “germe da interrogação está no desconforto sentido” e este nos impele a seguir por um caminho, de início, incerto, mas profícuo para “visualizar os desdobramentos possíveis que os significados atribuídos” às questões trazem para a “postura investigativa”. (BICUDO, 2005, p.8)

Toda investigação acontece num caminho que é estabelecido pelo pesquisador, todavia, este sofre a influência do objeto e essa relação pode começar distorcida, aparentemente, sem sentido. E foi busca pelo sentido que precisei romper com determinações que não respondiam às minhas inquietações diante da pesquisa e como pesquisadora. Assim, por meio da pesquisa qualitativa, a investigação que me propus a realizar por ocasião do meu doutoramento em Educação, começou a fazer sentido.

Romper com formas arraigadas de pensamento só foi possível por meio dos estudos realizados e, estes, representaram uma aventura a um universo totalmente desconhecido e, inicialmente, ilógico.

Para Piettre (2005, p.27)

A verdade de uma teoria científica (nas ciências humanas, assim como nas exatas) repousa no fato de que ela faz sentido ou traz coisas ao sentido, por revelar um aspecto do mundo, da natureza, da história, da sociedade ou da experiência humana etc....do mesmo modo que fazem sentido a literatura, os textos filosóficos ou religiosos e a obra de arte.

O sentido precisa ser desvelado, construído para que se possa interpretar o que está diante de nós num processo investigativo. Precisei percorrer diferentes campos

de conhecimento, como o da arte, da comunicação e da linguagem para romper com o paradigma de pesquisa científica que havia construído até então, assim encontrei sentido na pesquisa qualitativa. A imersão em obras como a de Didi-Huberman (2013), Bakhtin (2003), Martín-Barbero (2004;2009) entre outros, ampliou a visão do objeto da investigação proposta e acabei por conhecer a cartografia.

2 | A CARTOGRAFIA COMO PERCURSO METODOLÓGICO

Toda pesquisa nasce de um problema, contudo, a clareza do que se está a investigar e a problematizar não é sempre tão simples de se definir *a priori*.

Como servidora pública estadual paulista, especificamente, Supervisora de Ensino, observava que desde a década de 80 do século XX a formação dos profissionais da educação pública apoiava-se cada vez mais em cursos realizados a distância pela escola de governo, incomodava-me a elevada taxa de evasão e o quanto os recursos públicos estavam sendo desperdiçados. Havia questões de políticas públicas, questões éticas na educação, mas precisava definir com mais precisão o aspecto que realmente me incomodava. Reconheci que a formação por meio da tecnologia representava um caminho sem volta, então passei a questionar se, de fato, havia alguma aprendizagem ou formação, naquele modelo.

As relações propostas quanto a quem ensina e a quem se destinava a aprendizagem, os materiais e base teórica, as ideologias e as possíveis áreas de intervenção dos servidores na sua prática profissional foram surgindo como elementos constitutivos dessa pesquisa. E, como se tratava de uma multiplicidade de dimensões era necessária uma investigação que se apoiasse muito mais no sentido e na intensidade que na sua magnitude. Uma investigação que demonstra uma dimensão ampla e múltipla traria contribuições significativas para a compreensão do real sentido dessa formação que se tem oferecido dentro da escola de governo de São Paulo. Concluí que só poderia construir um caminho de investigação por meio de análise qualitativa.

É importante ressaltar que as questões iniciais não eram claras, foi necessário levantar muitas informações e, inclusive, apoiar-me em dados quantitativos que possibilitaram conhecer o que se repetia e tornava homogêneo para, então, iniciar um caminho que, aos poucos, tornariam mais claras as angústias e inquietações.

Esse é um exercício crucial ao investigador. Colocar em evidência sua interrogação e atento e de modo lúcido buscar pelo que pergunta - pelo que quer saber, pelo que interroga - é um movimento que o auxilia a antever o caminho a ser trilhado na investigação. Ou seja, a visualizar os procedimentos apropriados à característica do quê pelo que indaga e de suas modalidades de contextualização e de exposição cultural. [...] Esse processo de busca, que clama por rigor, uma vez que científica, expõe clarezas que desvelam, descobrem, aspectos até então obscuros da realidade construída nas relações mundanas. Subjacente a essa idéia encontra-se a concepção de verdade como evidência e como manifestação. (BICUDO, 2005, p.9)

Nessa perspectiva tornou-se imperativo conhecer a pesquisa qualitativa, pois ao definir o objeto e delinear o que se desejava saber, os procedimentos foram ficando mais claros.

O universo escolhido para a investigação foi um curso realizado a distância para Supervisores de Ensino, ao longo de um ano e, neste, seria possível analisar os materiais e sua ideologia, bem como as narrativas que foram registradas pelos cursistas nos fóruns de discussão por meio das quais seria possível conhecer suas percepções acerca dessa formação em serviço. Foram analisados, nesses documentos, as narrativas produzidas por 25 (vinte e cinco) cursistas nos fóruns de discussão, num total de 1127 (mil cento e vinte e sete) interlocuções que se espalharam por 4 (quatro) módulos ao longo de 40 (quarenta) semanas de curso, bem como todo material didático produzido para os estudos desses sujeitos.

Diante desse mar de informações e documentos, sentia-me como um cego que tinha no entorno tudo que precisava, mas que pela própria condição teria que descobrir cada coisa apalpando e construindo uma imagem mental, na verdade essa metáfora representa a angústia de quem se vê diante do objeto de conhecimento e precisa dar-lhe sentido dentro do contexto e das condições de sua existência sem separá-lo daquilo que lhe concede ser o que é, a ideia de pensar sujeito e objeto integralmente era assustadora.

Dessa forma, a cartografia foi escolhida como princípio metodológico, uma vez que ficou definido, nessa investigação, delimitar um percurso de relações que aconteciam, por meio da linguagem em ambiente virtual de aprendizagem, entre os cursistas e os materiais de estudo. Compreender o que acontecia do início do curso ao seu final, acompanhando todo um percurso em que tempo e espaço apresentaram-se de forma não linear e assíncrono, representava um desafio somente possível se apoiado em uma base teórica no campo da comunicação, pois todo percurso foi marcado pela linguagem e sua expressão nas diferentes marcas deixadas pelo caminho.

Ao conhecer esse caminho e a linguagem ali registrada percebi que, como explica Silva (1995, p.32),

A própria linguagem se configura como um lugar, não só pela sua capacidade de produzir lugares, mas pela capacidade de acolher lugares no seu edifício, de acolher uma multiplicidade de espaços que se cruzam numa infinidade de soluções narrativas (SILVA, 1995, p.32).

As narrativas registradas nos fóruns de discussão possibilitaram conhecer as relações desses cursistas entre si e com os materiais propostos, mas em tempos e espaços diversos, eram relações virtuais.

Para Lévy (2011, p.15) “Virtual vem do latim medieval *virtualis*, derivado, por sua vez, de *virtus*, força, potência.”, assim, as relações eram potenciais e se concretizavam por meio do diálogo, da interlocução viva.

E nesse caminho virtual tornou-se necessário apreender o que emergia na travessia, pois compreendia-se que no percurso todos eram tocados por novas ideias

que se entrelaçam às experiências vividas e, aquilo que ali existia em potencialidade, tornava-se, atualizava-se.

Assim, entende-se atualização como “a criação, invenção de uma forma a partir de uma configuração dinâmica de forças e de finalidades [...] uma produção de qualidades novas, uma transformação das ideias [...]” (LÉVY, 2011, p.17).

A criação seria o momento da aprendizagem ou da apreensão de algo que se desejava levar a conhecer. E seria exatamente o que essa pesquisa iria trazer à luz, ou seja, o que o Estado oferecia aos educadores nos cursos de formação e quais seriam seus reais objetivos, além disso, como os cursistas expressariam tais conhecimentos.

E assim, ao decidir pela cartografia aproximei-me dos estudos de Martín-Barbero (2004) e seu conceito de mapas noturnos ou mapa das mediações. Para esse autor, as relações sempre são mediadas pela cultura, pela comunicação e pela política, mas, para realmente enxergarmos essas relações era preciso olhar “pelo outro lado”, ou seja, o da recepção. Assim, caminhamos pelas margens, “dos meios às mediações”. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p.18)

Isso posto, tornou-se claro que a investigação deveria explorar as zonas dessa realidade conhecendo as mediações e não o centro, como estava pensando inicialmente.

Martín-Barbero ao deslocar-se dos meios às mediações, definiu em seu mapa, que a realidade deveria não só conhecer, mas reconhecer a cultura a partir de um deslocamento metodológico, ou seja, enxergar nos espaços aparentemente vazios, invisíveis aos estudos realizados até então, para perceber esse “outro lado”, a recepção daqueles que interagem com os objetos culturais, reconhecendo, dessa maneira, “as resistências que aí têm lugar” e as apropriações “a partir de seus usos”. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p.29)

Martín-Barbero apresenta as Matrizes Culturais como manifestações sociais e políticas que constituem as identidades que representam a “razão de ser, tecido de temporalidades e espaços, memórias e imaginários [...] um modo próprio de perceber e narrar, contar e dar conta”. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p.262).

Os ambientes virtuais de aprendizagem do curso estudado estavam repletos de narrativas, era necessário olhar a partir de outra perspectiva. Corroborou Souza (2006) ao apresentar a narrativa como importante documento de investigação, pois

Por sua característica imediata, a informação só tem valor no momento em que é nova (BENJAMIN, 1996: 203) enquanto que a narrativa conserva suas forças e depois de muito tempo é capaz de se desenvolver (BENJAMIN, 1996: 203), sendo portadora de uma temporalidade e de uma vivacidade diferenciadas, portanto muito mais duradouras. Sendo ela mesma uma forma artesanal de comunicação, não se interessa em transmitir os acontecimentos com a pureza e a objetividade de dados, como faz a informação. Ao contrário disso, ela é embebida de personalidade, trazendo em si a marca de seu narrador. (SOUZA, 2006, p.11)

Essa personalidade é reconhecida por marcas deixadas na produção das narrativas, também é marcada pelas relações cotidianas e pela cultura à qual está

inserida. Nas relações cotidianas somos envoltos pelos formatos industriais que são materializados por meio da música, imagens, textos, entre outras, e, por meio destes transitam múltiplas as vozes que vão dos movimentos sociais aos discursos oficiais, construindo a base do pensamento, da identidade, enfim, do discurso.

Foram quatro as mediações pelas quais pude analisar as os registros e narrativas dos cursistas: a socialidade, a institucionalidade, a ritualidade e a tecnicidade.

A socialidade, como a mediação, trouxe a trama de relações possíveis entre as pessoas quando se unem por um mesmo propósito, “é por sua vez lugar de ancoragem da *práxis* comunicativa e resulta dos modos e usos coletivos de comunicação”. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p.256).

As relações entre as pessoas acontecia por meio da linguagem e, na perspectiva de Bakhtin (2002, p.82) ocorria por uma troca de diferentes conhecimentos, o que chamou de “*plurilinguismo* dialogizado”, encontro de diversas vozes sociais numa comunicação discursiva. Dessa forma, em seus diferentes estatutos sociais, cada pessoa vivencia as situações comunicativas das esferas em que circula, como a profissional, familiar, religiosa, etc. e na fronteira entre estas diferentes vozes há um jogo de forças que molda o discurso, são as forças centrípetas e centrífugas.

As forças centrífugas representam o conjunto de múltiplas vozes sociais (plurilinguismo) por meio das quais se constrói as deduções e, por isso, as palavras, que não são neutras, mas carregadas de ideologia e de valores, em uma dada interação evidenciam as posições dos interlocutores frente a esses valores sociais. Estas são sempre as forças desestabilizadoras de um discurso posto, formam-se no diálogo como sua réplica viva.

As forças centrípetas são, por sua vez, o contrário. São unificadoras e tendem a apagar as outras vozes sociais que compõem os enunciados, representam a voz institucional, que tende à homogeneização dos discursos impondo sua hegemonia (BAKHTIN, 2002, apud NICACIO, 2016, p.54).

Nessa mediação evidenciou-se e distinguiu-se as vozes dos cursistas das vozes oficiais e nestas, os momentos de resistência, imposição, alienação e entrega.

Outra mediação, a institucionalidade é a materialização do discurso institucional e seus interesses. Por meio do discurso os interesses são apresentados e nele reconhece-se a apropriação e, como resposta, a resistência. Essa mediação estava presente em todo material produzido e na instituição contratada para a realização do curso. Evidenciou-se as ideologias, o pensamento do interlocutor, no caso, a instituição.

Todo texto (no caso, os materiais de estudo) é escrito com palavras que descrevem o pensamento de seus autores e o lugar de onde falam, ou seja, há intenções (nunca neutras) que se evidenciam ao longo das análises. Além disso, um texto é sempre reconstruído por seu leitor, há um campo metodológico que vai surgindo em meio a “certas regras (ou contra certas regras)” e, assim, refaz-se numa “travessia” que se constrói da origem ao destino, imprimindo aos leitores seus valores e ideologias. (BARTHES, 2012, p.67)

Tendo em vista as diferenças pessoais entre os cursistas, não se pode afirmar que

houve uma leitura, mas leituras foram realizadas e em cada uma imprimiu-se um novo sentido que se materializou nos registros escritos no fórum. As palavras vão tecendo as ideias nas regras da língua, mas deixam marcas das intenções e concepções; apropriação e resistência, mapeando todo percurso de estudos. A institucionalidade foi a mediação que marcou o território da formação política de uma escola de governo aos profissionais da educação.

A terceira mediação analisada foram as ritualidades que, na perspectiva de Martín-Barbero (2009) representam “o modo de construção de sentido que sustenta a comunicação, são diferentes ritmos e formas com que se constituem as ‘gramáticas da ação’ e do ler que ‘regulam as interações entre os espaços e tempos do cotidiano’.” (MARTÍN-BARBERO, 2009, apud NICACIO, 2016, p. 58)

Essa mediação nos alerta às diferentes formas pelas quais o leitor interage com o texto e, para além do processo de reconhecimento do escrito, devemos deslocar a atenção para conhecer como a lógica de produção atinge as competências de recepção, o que é possível na análise da travessia.

Esses trajetos vão se constituindo ao longo das experiências vividas, dessa forma, impregnados do capital cultural e pelo diferentes usos sociais das mídias. Martín-Barbero (2009) ao dialogar com os conceitos de Bourdieu (2004;2007) o leitor com seu capital cultural (incorporado, objetivado e institucionalizado) às leituras que lhe são oferecidas, entendendo que o ato de ler é , também uma trajetória singular. (NICACIO, 2016, p.102)

O leitor torna-se, dessa maneira, o lugar onde a multiplicidade cultural acontece, pois cada um está num tempo e lugar diferente, mesmo diante da relação leitor e leitura.

Na pesquisa cartografou-se como os cursistas podem ter conduzido seus modos de ler, no entanto, não foram as únicas referências utilizadas. Tendo observado a multiplicidade de relações que os documentos apresentavam, buscou-se identificar, no discurso, algumas evidências da interiorização ou não, das ideias e conteúdos trazidos pela leitura.

Esta mediação apresenta-se como um território movediço, pois nem sempre os discursos tornam claros os modos de ler do leitor, mas, considerou-se que quaisquer evidências seriam importantes na construção do percurso dessa formação.

E, finalmente, a mediação da tecnicidade que interfere diretamente nos modos de pensar e agir com os conteúdos diversos. Para Martín-Barbero, entre a lógica de produção e os formatos industriais está a tecnicidade e, por isso, a força da mídia, as linguagens híbridas remetem a novas formas de percepção da linguagem, modificando o estatuto cognitivo e as relações com os processos simbólicos. (MARTÍN-BARBERO, 2004)

Pela tecnicidade foi possível compreender as limitações que um ambiente virtual apresenta, tanto na sua arquitetura, quanto na concepção de aprendizagem e nas formas como os conteúdos eram apresentados. Ficou evidente a oposição, tendo de um lado as limitações do ambiente apresentada pelos cursistas e a readequação da

instituição com vistas a não perder o vínculo formativo, dessa forma pude compreender aspectos da evasão dos cursos a distância.

A cartografia, como proposta metodológica requer do pesquisador uma percepção acurada do sujeito e do objeto de investigação, identificando as relações e separando o que é relevante - em grau de relevância - para construir o fio condutor da análise e ainda cumprir com as exigências da pesquisa. Cada parte identificada precisa se articular ao todo, pois objetivava-se a integralidade das relações.

As relações, expressas por meio de narrativas encontradas nos fóruns e pela linguagem dos diferentes materiais, precisavam ser desveladas e as mediações propostas por Martín-Barbero tornou possível conhecer aspectos da formação realizada pela escola de governo aos servidores da educação pública paulista que, por outros caminhos não seria possível.

Ao final desse longo percurso de estudos e pesquisa compreendi que se faz necessário romper com certas amarras que as visões - positivista e cartesiana - produziram em mim durante minhas experiências como pesquisadora e na própria ciência. Tal qual Boaventura Souza Santos (2010) creio ser por meio do conhecimento que as experiências sociais – entendendo-as sempre como políticas e culturais - tornam-se inteligíveis e intencionais, por isso, torná-las visíveis é dar origem a diferentes epistemologias.

A pesquisa qualitativa abriu novos caminhos ao conhecimento e precisamos ampliá-lo cada vez mais, socializando e atualizando a nossa concepção de pesquisa.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. 439 p.

_____. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 476 p.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2012. 462 p.

BICUDO, Maria Aparecida Vigginani. Pesquisa qualitativa: significados e a razão que a sustenta. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.7-26, jan. 2005. Quadrimestral. Disponível em: <<http://rpq.revista.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/7/7>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pasquelines**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 324 p.

_____. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004. 87 p.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 102 p.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente**: História da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013. 506 p.

LÈVY, Pierre. **O que é virtual?** São Paulo: 34, 2011.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de Cartógrafo**: Travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Loyola, 2004. 478 p.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ufrj, 2009. 356 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em Pesquisa Qualitativa: Consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 7, p.2-12, abr. 2017. Quadrimestral. Disponível em: <<http://rpq.revista.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/82/59>>. Acesso em: 12 dez. 2017

NICACIO, Rosemary Trabold. **Formação de Supervisores de Ensino no Estado de São Paulo**: Cartografia do Curso Gestão de Redes Públicas. 2016. 145 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2016.

PIETTRE, Bernard. *Vérité et sens*. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.27-72, abr. 2005. Quadrimestral. Disponível em: <<http://rpq.revista.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/8/8>>. Acesso em: 23 jan. 2018. SANTOS, Boaventura Souza; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. 638 p.

SERAPIONI, Mauro. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para integração. **Ciência e Saúde Coletiva**, Ceará, v. 1, n. 5, p.187-192, Não é um mês valido! 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7089.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

SANTOS, Boaventura Souza; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. 638 p.

SILVA, Paulo Cunha e. **O lugar do corpo**: elementos para uma cartografia fractal. Lisboa, Portugal: Universidade do Porto, 1995. 234 p.

SOUZA, Antonio Carlos Carreira de; SOUZA, Carla Delgado de. **Narrativas da Modernidade**. Revista Pesquisa Qualitativa, São Paulo, v. 2, n. 1, p.1-13, ago. 2006. Quadrimestral. Disponível em: <<http://rpq.revista.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/14/14>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-racial.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-278-4

